

MARIA EUGÉNIA DE ALMEIDA MATA



F.
105-8-G. 34671

HJ 1252 M 38 1985

**AS FINANÇAS PÚBLICAS PORTUGUESAS DA REGENERAÇÃO
À PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL**

*Dissertação apresentada no Instituto
Superior de Economia da Universidade
Técnica de Lisboa para obtenção do
grau de Doutor em Economia.*

**LISBOA
1 9 8 5**

Class. univ.: A. 4 / U. 201

1. Introdução
2. Objetivos
3. Metodologia
4. Resultados
5. Conclusões

6. Referências

7. Anexos
8. Bibliografia



Ao findar este trabalho reconheço que muito recebi de várias pessoas a quem quero exprimir o meu agradecimento público.

Começo por citar o Professor Vitorino Magalhães Godinho a quem devo o impulso inicial deste trabalho no decorrer do curso de após graduação sobre História Quantitativa da Economia Portuguesa 1820-1920 e a orientação ao longo dos anos que a sua feitura demorou. Ele me ensinou a imprescindibilidade da investigação baseada na observação rigorosa e meticulosa das fontes primárias.

De entre os colegas que também estiveram nesse curso três merecem uma referência especial:

— Cito em primeiro lugar o Nuno Valério. Com ele partilhei um projecto de investigação que foi dividido em certa altura para preparação de provas de doutoramento, mas no seio do qual nunca deixou de haver troca de dados e de experiências.

— Refiro a minha dívida para com a Dr^a Maria Gabriela Martins no que respeita à recolha dos dados. Juntas colhemos no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças no ano lectivo de 1976-1977 a série das propostas governamentais de orçamento e a das contas de gerência até 1896-1897.

— Ainda relativamente a fontes, tive acesso pelo Professor Antônio Lopes Vieira ao acervo que colheu em Londres relativo à economia portuguesa da segunda metade do século XIX, o qual ele colocou no Gabinete de História Econô- mica e Social do Instituto Superior de Economia onde preten- de organizar um banco de dados. Será um bom exemplo no do- mínio da cooperação científica universitária.

Contei ainda com o apoio do Professor Jaime Reis da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Pa- cientemente leu o meu trabalho e comigo o discutiu. Sempre tive o seu estímulo.

Todas as ajudas me foram preciosas. Escusado será dizer que a responsabilidade de todos os erros que terei co- metido me pertence totalmente.

Estou grata ao director e ao pessoal do Arquivo His- tórico do Ministério das Finanças pelo atendimento simpáti- co que sempre me dispensaram durante tantos anos.

Dedico este trabalho aos meus Pais e à minha irmã pelo muito amor com que o seguiram.

PLANO

CAPÍTULO 1 - Apresentação

CAPÍTULO 2 - As Fontes

Secção A - Estudo dos fluxos financeiros

Secção B - Estudo da dívida pública

Secção C - Dados macro-económicos

CAPÍTULO 3 - As Receitas

CAPÍTULO 4 - As Despesas

CAPÍTULO 5 - Comparação Conta-Orçamento

CAPÍTULO 6 - Os Saldos das Contas Públicas

CAPÍTULO 7 - A Dívida Pública

Secção A - A dívida fundada antiga e consolidada interna

Secção B - A dívida funda antiga e consolidada externa

Secção C - A dívida fundada amortizável

Secção D - A dívida especial amortizável

Secção E - A dívida flutuante

Secção F - Avaliação do quantitativo da dívida pública total e efectiva

CAPÍTULO 8 - Conclusões

BIBLIOGRAFIA

CAPÍTULO 1
APRESENTAÇÃO

1. ORIGENS DO ESTUDO

O presente estudo é resultado de um projecto de investigação suscitado pelo curso de apôs-graduação História Quantitativa da Economia Portuguesa 1820-1920 orientado pelo prof. Vitorino Magalhães Godinho nos anos lectivos de 1975-1976 e 1976-1977 no Gabinete de História Económica e Social do Instituto Superior de Economia e na Área das Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa. O projecto visava o estudo das finanças públicas portuguesas entre meados do século XIX e meados do século XX e foi parcialmente cumprido através da publicação do estudo As finanças portuguesas entre as duas guerras mundiais por Nuno Valério. Praticamente tudo o que é dito na apresentação desse estudo se aplica ao que agora se publica, pelo que nos limitaremos a focar aqui algumas questões específicas.

2. O PERÍODO ESTUDADO

A escolha da Regeneração como marco inicial do período estudado justifica-se por quatro ordens de razões:

a) De carácter político - Corresponde ao início da estabilização da Monarquia Constitucional;

b) De carácter financeiro - Coincide com duas grandes reformas financeiras que pretendem criar as condições para uma nova política económica: a conversão da dívida pública e a criação da contribuição predial;

c) De carácter económico - É o início da fase A Kondratieff correspondente à segunda fase da primeira Revolução Industrial⁽¹⁾;

d) Relacionadas com as fontes - É o momento a partir do qual é possível reunir as fontes necessárias à recolha de séries numéricas contínuas e homogêneas. Com efeito, existem lacunas na publicação dos documentos oficiais financeiros até 1851, nomeadamente no período da Maria da Fonte e da Patuleia.

*

*

*

(1) Veja-se Schumpeter, 1939.

Quanto à escolha do deflagrar da primeira guerra mundial como marco final do período estudado, impunha-se a sua adopção, uma vez que o trabalho já publicado abrange o período posterior.

Deixam de apoiar esta opção as razões de carácter político (incluímos no nosso período a implantação da República) e as relacionadas com as fontes, pois existe publicação regular dos documentos financeiros do Estado, como explicaremos no capítulo das fontes. Mantêm-se, contudo, as de carácter financeiro e económico, pois nas vésperas da primeira guerra foi finalmente atingido o objectivo do equilíbrio das contas públicas e iniciou-se nessa altura uma fase B Kondratieff que perduraria até ao segundo após-guerra.

3. OBJECTIVOS: O PROBLEMA DOS EFEITOS ECONÔMICOS DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Encaminharemos no nosso trabalho o estudo dos efeitos econômicos das finanças públicas no sentido da discussão do modelo regenerador ou fontista de intervenção do Estado com vista ao desenvolvimento econômico do país. Esse modelo foi assim exposto pelo ministro a cujo nome ficou associado:

"(...) a organização da Fazenda Publica não consiste no equilibrio entre a receita e a despesa do estado. A organização da Fazenda são as estradas, são os caminhos de ferro, é o desenvolvimento do commercio e das industrias, é o melhoramento das Colonias, e são as reformas em tantos ramos da Administração Publica, que todos se ligam entre si, e devem concorrer para a prosperidade do Paiz".

(Fontes Pereira de Melo, apresentação às Cortes do Orçamento Geral do Estado para 1853-1854, Fevereiro de 1853).

"As finanças de um estado nem são o imposto para cobrir as despesas, nem são a economia cega e mesquinha, que reduz os encargos para poupar o contribuinte. (...) são a administração nos variadissimos ramos em que ella se divide. As nossas finanças hão de organizar-se, completando a rede dos nossos caminhos de ferro, e servindo as provincias até agora desherdadas d'este poderoso instrumento de civilização moderna; construindo as estradas que alimentam as arterias

principaes, e que levam a vida às pequenas povoações do interior do reino; reformando as nossas pautas, sem matar a industria, sem exagerar a protecção, e tendo em vista o interesse fiscal; descentralizando a administração, e creando a vida local, para que a iniciativa particular possa substituir em muitos casos, com grande vantagem publica, a acção dos poderes centraes; promovendo os interesses da agricultura com instituições de credito; desamortizando os bens das corporações de mão-morta, e lançando-os no mercado; libertando o commercio de todos os vexames que não são indispensaveis para a fiscalização, e adoptando muitas outras providências, que, mais ou menos directamente, influem na situação financeira do paiz."

(Fontes Pereira de Melo, apresentação às Cortes do Orçamento Geral do Estado para 1866-1867, Janeiro de 1866).

Para que isto fosse possível, era necessário:

a) Reduzir as despesas tradicionais, nomeadamente através da conversão da dívida pública.

b) Aumentar as receitas, nomeadamente através da criação da contribuição predial.

c) Aceitar um saldo negativo nas contas públicas durante o tempo necessário para dotar o país dos melhoramentos materiais que lhe eram indispensáveis. Este saldo deveria depois ser coberto pelas receitas acrescidas, proporcionadas pelo desenvolvimento económico:

"Estas medidas, senhores, estes projectos ou estes factos, são de immediato e incontestavel effeito nos rendimentos do estado; todos elles podem, em um futuro muito proximo attenuar consideravelmente as difficuldades com que lucta a fazenda nacional".

(Fontes Pereira de Melo, apresentação às Cortes do Orçamento Geral do Estado para 1866-1867, Janeiro de 1866).

Qual a evolução dos montantes das receitas e despesas? Qual o volume da formação de capital levada a cabo pelo Estado? Em que medida se repercutiu ele no desenvolvimento económico do país? Permitiu o reequilíbrio das contas públicas? E em que prazos?

- Eis os problemas a que tentaremos dar respostas.

CAPÍTULO 2 - AS FONTES

Secção A - Estudo dos fluxos financeiros

1. O Orçamento Geral do Estado
 - 1.1. Regimes de aprovação
 - 1.1.1. Disposições constitucionais
 - 1.1.2. Regimes de excepção
 - 1.1.3. Orçamento rectificado
 - 1.1.4. Procedimento adoptado em cada ano económico
 - 1.2. Consulta
 - 1.3. Execução
 - 1.3.1. Alterações do orçamento
 - 1.3.2. Períodos de execução
2. As contas do Estado
 - 2.1. Até 1882-1883: a Conta da Receita e Despesa do Tesouro Público
 - 2.2. Depois de 1883-1884: a Conta Geral da Administração Financeira do Estado
 - 2.3. De 1897-1898 até 1906-1907: as contas provisórias
 - 2.4. Consulta

Secção B - Estudo da dívida pública

1. As formas de administração da dívida pública
2. Os relatórios e contas da Junta do Crédito Público
3. A dívida pública nas contas do Estado
4. Os relatórios dos actos do Ministério da Fazenda - propostas de lei e documentos
5. A concatenação das fontes

Secção C - Dados macro-económicos

1. Índices de preços
2. Rendimento nacional

SECÇÃO A - ESTUDO DOS FLUXOS FINANCEIROS

1. O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

1.1. REGIMES DE APROVAÇÃO

1.1.1. Disposições Constitucionais

O Acto Adicional de 8 de Julho de 1852 à Carta Constitucional de 1826 alterou as normas constitucionais sobre a Fazenda Pública, dispondo, quanto à elaboração de documentos de síntese sobre as finanças públicas, o seguinte:

"Nos primeiros quinze dias depois de constituida a Camara dos Deputados, o Governo lhe apresentará o orçamento da receita e despesa do anno seguinte; e no primeiro mez, contado da mesma data, a conta da gerencia do anno findo, e a conta de exercicio annual ultimamente encerrado na fôrma da lei".⁽¹⁾

Era, pois, obrigação constitucional a elaboração pelo Governo e a aprovação pelas Cortes do Orçamento Geral do Estado — previsão das receitas e despesas do Estado no ano económico futuro — e da Conta Geral do Estado — retrospectiva das receitas e despesas do ano económico findo. Note-

(1) A abertura da Câmara dos Deputados deveria efectuar-se no dia 2 de Janeiro de cada ano.

-se ainda a distinção entre conta da gerência e conta de exercício a que oportunamente voltaremos.

As regras do Acto Adicional de 1852 foram ligeiramente alteradas em nova revisão constitucional pelo decreto de 25 de Setembro de 1895 (governo regenerador de Hintze Ribeiro e João Franco), passando o texto a ser o seguinte:

"Nos primeiros quinze dias depois de constituida a Camara dos Deputados o governo lhe apresentará o orçamento da receita e despesa do anno seguinte e as propostas fixando as forças de mar e terra e os contingentes de recrutamento da força publica; quando até ao fim do anno economico as Côrtes não hajam votado as respectivas leis, continuarão em execução no anno immediato as ultimas disposições leaes sobre estes assumptos até nova resolução do poder legislativo".

A lei de 3 de Abril de 1896, lei de indemnidade em relação aos actos ditatoriais, confirmou o texto anterior, acrescentando-lhe o seguinte:

"Se, porém, as Cortes não estiverem abertas, serão extraordinariamente convocadas e reunidas no praso de trez meses, a fim de deliberarem exclusivamente sobre os assumptos de que trata este artigo; se estiverem funcionando não serão encerradas sem haverem deliberado sobre o mesmo objecto, excepto sendo dissolvidas; no caso de dissolução serão convocadas e reunidas no praso já indicado em sessão extraordinaria para o mesmo exclusivo fim".

Como se vê, as alterações incidiram apenas sobre a forma de procedimento em caso de atraso na aprovação do orçamento.

A exigência constitucional de organização pelo Governo do Orçamento e da Conta Geral do Estado e de aprovação dos mesmos pelo Congresso foi mantida na Constituição de 1911 (artigo 26 nº 3 e artigo 54).

1.1.2. Regimes de Excepção

Nem sempre, porém, foram as disposições constitucionais integralmente respeitadas. Assim, para além da aprovação do Orçamento Geral do Estado por uma lei de receita e despesa, há a considerar os casos seguintes:

a) Aprovação ditatorial do Orçamento pelo Governo através de decreto⁽¹⁾.

b) Aprovação parlamentar de uma lei de meios, que autorizava o governo a cobrar receitas e a efectuar despesas nos termos da última lei de receita e despesa aprovada nos termos constitucionais e da legislação posterior aplicável, seguida de elaboração e aprovação pelo Governo do Orçamento através de decreto com base nessa lei de meios.

c) Aprovação parlamentar de uma lei de meios provisória. Essa lei de meios provisória podia ser feita para valer:

- por tempo indefinido, até à aprovação da lei de receita e despesa (lei de meios provisória propriamente dita);

(1) Quando se verificava um período de ditadura, isto é, de concentração dos poderes legislativo e executivo nas mãos do Governo, o parlamento aprovava em geral, aquando da sua reunião posterior, uma lei de indemnidade para os actos do governo.

- por tempo determinado, geralmente um mês (lei de duodécimo).

Neste caso, também era reposta em vigor a última lei de receita e despesa aprovada, mas não era publicado de creto orçamental⁽¹⁾. Em alguns anos estas disposições provisórias acabaram por se tornar definitivas, devido à não publicação da lei de receita e despesa.

1.1.3. Orçamento Rectificado

O regulamento da contabilidade pública de 1881 exigiu a apresentação pelo Ministro da Fazenda até 15 de Fevereiro de cada ano de um orçamento rectificado, fixando definitivamente as receitas e despesas para o ano económico e incluindo as rectificações de previsões de receitas, os créditos adicionais e as despesas criadas por leis especiais posteriores ao Orçamento Geral do Estado. Esta prática cessou por força do decreto de 30 de Junho de 1891, com base na lei da mesma data.

1.1.4. Procedimento Adoptado em cada Ano Económico

Eis a lista dos diplomas orçamentais publicados para os anos económicos em estudo:

(1) Como já vimos, o Acto Adicional de 3 de Abril de 1896 estabeleceu a prorrogação tácita das últimas disposições legais sobre receitas e despesas para o caso de não aprovação do orçamento. Desde então até à reunião da Assembleia Nacional Constituinte de 1911 nunca mais foram aprovadas leis de meios, limitando-se o Ministério das Finanças, em caso de atraso na aprovação do orçamento, a declarar, através de portaria, a vigência do último orçamento aprovado.

Ano	Procedimento	Diploma
1851-1852	decreto de meios provisório (repõe em vigor a lei de 23-07-1850) não houve orçamento definitivo	dec. de 21-06-1851
1852-1853	lei de meios provisória orçamento de ditadura	lei de 30-06-1852 dec. de 26-07-1852
1853-1854	lei de meios provisória lei de receita lei de despesa	lei de 28-06-1853 lei de 12-08-1853 lei de 18-08-1853
1854-1855	lei de meios provisória lei de receita e despesa	lei de 30-06-1854 lei de 05-08-1854
1855-1856	lei de meios provisória lei de receita e despesa	lei de 28-06-1855 lei de 17-07-1855
1856-1857	lei de meios provisória não houve orçamento definitivo	lei de 28-06-1856
1857-1858	lei de meios provisória lei de receita e despesa	lei de 27-06-1857 lei de 15-07-1857
1858-1859	lei de meios provisória não houve orçamento definitivo	lei de 26-06-1858
1859-1860	lei de meios provisória não houve orçamento definitivo	lei de 16-04-1859
1860-1861	lei de meios provisória lei de receita e despesa	lei de 28-06-1860 lei de 28-07-1860
1861-1862	duodécimo de Julho duodécimo de Agosto lei de meios provisória não houve orçamento definitivo	lei de 27-06-1861 lei de 27-07-1861 lei de 17-08-1861
1862-1863	lei de meios provisória não houve orçamento definitivo	lei de 30-06-1862
1863-1864	lei de meios provisória lei de receita e despesa	lei de 23-06-1863 lei de 13-07-1863
1864-1865	lei de receita e despesa	lei de 25-06-1864

Ano	Procedimento	Diploma
1865-1866	lei de meios provisória não houve orçamento definitivo	lei de 18-05-1865
1866-1867	lei de receita e despesa	lei de 19-06-1866
1867-1868	lei de receita e despesa	lei de 26-06-1867
1868-1869	lei de meios provisória não houve orçamento definitivo	lei de 29-06-1868
1869-1870	lei de meios provisória lei de meios definitiva decretos orçamentais	lei de 30-06-1869 lei de 23-08-1869 dec. de 23-08-1869 dec. de 09-09-1869
1870-1871	orçamento de ditadura	dec. de 07-06-1870
1871-1872	duodécimo de Julho duodécimos de Agosto e Setembro lei de meios provisória não houve orçamento definitivo	lei de 07-06-1871 lei de 29-07-1871 lei de 26-09-1871
1872-1873	lei de receita e despesa	lei de 14-05-1872
1873-1874	lei de receita e despesa	lei de 19-04-1873
1874-1875	lei de receita e despesa	lei de 22-04-1874
1875-1876	lei de receita e despesa	lei de 13-04-1875
1876-1877	lei de receita e despesa	lei de 25-04-1876
1877-1878	lei de receita e despesa	lei de 17-04-1877
1878-1879	lei de receita e despesa	lei de 08-05-1878
1879-1880	lei de meios definitiva decreto orçamental	lei de 19-06-1879 dec. de 19-06-1879
1880-1881	lei de receita e despesa	lei de 31-05-1880
1881-1882	orçamento de ditadura orçamento rectificado	dec. de 15-06-1881 lei de 25-06-1882
1882-1883	lei de receita e despesa orçamento rectificado	lei de 27-06-1882 lei de 08-06-1883

Ano	Procedimento	Diploma
1883-1884	lei de receita e despesa orçamento rectificado	lei de 21-06-1883 lei de 22-05-1884
1884-1885	lei de meios definitiva decreto orçamental orçamento rectificado	lei de 23-05-1884 dec. de 23-05-1884 lei de 17-06-1885
1885-1886	lei de meios definitiva decreto orçamental orçamento rectificado	lei de 25-06-1885 dec. de 25-06-1885 lei de 22-03-1886
1886-1887	lei de meios definitiva decreto orçamental orçamento rectificado	lei de 15-04-1886 dec. de 15-04-1886 lei de 23-06-1887
1887-1888	lei de meios definitiva decreto orçamental orçamento rectificado	lei de 30-06-1887 dec. de 30-06-1887 lei de 23-06-1888
1888-1889	lei de meios definitiva decreto orçamental orçamento rectificado	lei de 23-06-1888 dec. de 23-06-1888 lei de 22-06-1889
1889-1890	lei de receita e despesa orçamento rectificado	lei de 19-06-1889 lei de 30-06-1890
1890-1891	lei de receita e despesa orçamento rectificado	lei de 28-06-1890 lei de 30-06-1891
1891-1892	lei de receita e despesa	lei de 30-06-1891
1892-1893	orçamento de ditadura	dec. de 19-04-1892
1893-1894	lei de receita e despesa	lei de 30-06-1893
1894-1895	decreto de meios provisório orçamento de ditadura	dec. de 28-06-1894 dec. de 31-01-1895
1895-1896	orçamento de ditadura	dec. de 28-06-1895
1896-1897	lei de receita e despesa	lei de 13-05-1896
1897-1898	lei de receita e despesa	lei de 03-09-1897

Ano	Procedimento	Diploma
1898-1899	lei de receita e despesa	lei de 25-06-1898
1899-1900	lei de receita e despesa	lei de 26-07-1899
1900-1901	lei de receita e despesa	lei de 05-07-1900
1901-1902	lei de receita e despesa	lei de 12-06-1901
1902-1903	lei de receita e despesa	lei de 14-05-1902
1903-1904	lei de receita e despesa	lei de 27-06-1903
1904-1905	lei de receita e despesa	lei de 24-11-1904
1905-1906	não houve orçamento	
1906-1907	lei de receita e despesa	lei de 14-02-1907
1907-1908	orçamento de ditadura	dec. de 27-07-1907
1908-1909	lei de receita e despesa	lei de 09-09-1908
1909-1910	lei de receita e despesa	lei de 27-10-1909
1910-1911	orçamento de ditadura	dec. de 28-12-1910
1911-1912	duodécimos de Julho, Agosto e Setembro	lei de 30-06-1911
	duodécimos de Outubro, Novembro e Dezembro	lei de 12-09-1911
	lei de receita e despesa	lei de 30-12-1911
1912-1913	lei de receita e despesa	lei de 28-06-1912
1913-1914	lei de receita e despesa	lei de 30-06-1913

Verificamos que nos sessenta e três anos analisados se registaram as seguintes situações:

Orçamento	Lei de receita e despesa	Lei de Meios	Orçamento de ditadura	Total
a tempo	24	12	4	40
atrasado	14	3	4	21
não houve	0	2	0	2
total	38	17	8	63

Só em um pouco mais de $\frac{1}{3}$ dos casos se cumpriram sem atrasos as disposições constitucionais. É da mesma ordem de grandeza o número de anos em que não houve lei de receita e despesa e o número de anos em que houve atrasos. A simultaneidade da não existência da lei de receita e despesa e da ocorrência de atraso aconteceu ainda em mais de $\frac{1}{10}$ dos casos.

Deve, entretanto, notar-se que são distinguíveis períodos de maior e de menor regularidade no cumprimento das disposições legais. Assim:

1º - De 1851-1852 a 1871-1872 (vinte e um anos econômicos), só por três vezes foi aprovada a tempo a lei de receita e despesa e só seis vezes ela foi aprovada com atraso; em oito anos não houve orçamento definitivo, acabando por se viver com uma lei de meios provisória (em dois casos depois de alguns meses de duodécimos); em um ano vigorou uma lei de meios definitiva (aprovada com atraso); enfim, em três anos o orçamento foi aprovado por decreto pelo governo (num deles com atraso). Em resumo, tratou-se de um período de cumprimento irregular das disposições constitucionais sobre o orçamento.

2º - De 1872-1873 a 1883-1884 (doze anos econômicos), pelo contrário, a normalidade foi quase total: dez leis de receita e despesa e apenas uma lei de meios definitiva e um orçamento de ditadura, tudo sem atrasos.

3º - De 1884-1885 a 1893-1894 (dez anos econômicos), também não houve atrasos, mas durante cinco anos seguidos viveu-se com leis de meios definitivas, voltando-se depois à normalidade (quatro leis de receita e despesa a tempo), só interrompida por um orçamento de ditadura.

4º - De 1894-1895 a 1911-1912 (dezoito anos econômicos), a irregularidade voltou em força: só por cinco ve-

zes foi aprovada a tempo a lei de receita e despesa, embora tenha havido mais oito atrasadas, o que deixa lugar para quatro orçamentos de ditadura (três dos quais atrasados) e um ano sem orçamento.

59 - Em 1912-1913 e 1913-1914, a lei de receita e despesa foi aprovada a tempo. A guerra, porém, impediu que este período de normalidade continuasse.

1.2. CONSULTA

Os diplomas legais que acabámos de referir foram, naturalmente, publicados no Diário do Governo (ou Diário de Lisboa, como também se chamou o jornal oficial entre 1862 e 1868) e podem também ser encontrados nas Colecções de Legislação dos respectivos anos. Além disso, foi igualmente feita a publicação do direito orçamental em vigor em cada ano em volumes separados, sob o título Distribuição das despesas por ministérios, que podem ser consultados no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças para todos os anos do período em estudo, excepto 1870-1871, 1871-1872 e 1872-1873. Para estes anos apenas foram publicados volumes relativos a alguns ministérios, a saber:

- a) Para 1870-1871, Ministérios dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, da Fazenda e da Marinha e Ultramar.
- b) Para 1871-1872, Ministérios do Reino e dos Negócios Estrangeiros.
- c) Para 1872-1873, Ministério da Fazenda.

O plano dos volumes Distribuição das despesas por ministérios é o seguinte:

- lei de receita e despesa (ou lei de meios e decreto orçamental, ou decreto orçamental);

- distribuição das receitas ordinárias e extraordinárias por capítulos e artigos;

- distribuição das despesas ordinárias e extraordinárias por ministérios, capítulos e artigos.

Existem ainda no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças volumes intitulados Orçamento para o ano económico. Ao contrário do que o nome sugere, não se trata do orçamento aprovado, mas sim da proposta governamental inicial sobre a matéria.

1.3. EXECUÇÃO

1.3.1. Alterações do Orçamento

No orçamento, são previstas as despesas necessárias à prossecução dos objectivos da acção do Estado durante um ano económico. Erros de previsão ou modificação das circunstâncias podem, porém, invalidar tais previsões.

No que respeita às receitas, o não cumprimento do orçamento não envolvia qualquer desrespeito pelas normas jurídicas vigentes, pois as verbas registadas não tinham valor normativo, mas apenas administrativo. O que havia que respeitar era o direito fiscal e privado, que o orçamento mandava aplicar no ano económico em causa.

No que respeita às despesas, o não cumprimento do orçamento também não envolvia qualquer desrespeito pelas normas jurídicas vigentes no caso de se verificar por defeito, pois ninguém defendia que a inscrição de uma verba de despesa no orçamento implicasse a obrigatoriedade de a gastar, caso se verificasse ela não ser, afinal, necessária. Já se o desrespeito fosse por excesso surgiam problemas, porque as leis da contabilidade pública sempre inclui-

ram a regra do cabimento de verba, que proibia gastos superiores às verbas inscritas no orçamento. Caso elas fossem necessárias, era preciso alterar o orçamento aprovando a abertura de créditos adicionais.

Os regulamentos da contabilidade pública regularam a aprovação de créditos adicionais distinguindo entre:

a) Créditos suplementares, destinados a suprir in suficiências das dotações orçamentais, que tinham de ser aprovados pelas Cortes.

b) Créditos extraordinários, destinados a fazer face a calamidades ou visitas de Chefes de Estado estrangeiros, que podiam ser aprovados pelo Governo e sujeitos posteriormente a confirmação pelas Cortes.

A lei de 20 de Março de 1907 mudou a designação dos créditos suplementares para créditos especiais.

1.3.2. Períodos de Execução

Os anos económicos a que os orçamentos diziam respeito iniciavam-se em 1 de Julho de cada ano civil e terminavam em 30 de Junho do ano civil seguinte. Tais datas de início e fim, introduzidas pelo decreto nº 22 de 16 de Maio de 1832, foram mantidas por todas as leis de contabilidade pública que vigoraram durante o período em estudo.

O período de execução do orçamento não coincidiu, porém, nunca com o ano económico, e isto por dois motivos:

1º - Era possível praticar actos que criassem obrigações a ser satisfeitas pelas despesas autorizadas para um ano económico ou direitos a ser satisfeitos pelas receitas previstas para um ano económico, durante um período, denominado exercício, que excedia o ano económico. Assim:

- de acordo com a lei de 26 de Agosto de 1848, o exercício prolongava-se por dezoito meses depois de findo o ano económico para as despesas e por seis meses depois de findo o ano económico para as receitas;

- de acordo com os regulamentos da contabilidade pública de 1863 e 1870, o exercício prolongava-se por doze meses depois de findo o ano económico;

- de acordo com o regulamento da contabilidade pública de 1881, o exercício prolongava-se por seis meses depois de findo o ano económico;

- de acordo com a lei de 20 de Março de 1907, o exercício coincidia com o ano económico para as receitas e prolongava-se por um mês depois de findo o ano económico para as despesas.

2º - Era possível pagar despesas e cobrar receitas relativas a um dado ano económico depois do seu termo. O prazo de prescrição das obrigações e direitos financeiros do Estado coincidia em princípio com os de quaisquer dívidas, mas o Regulamento da Contabilidade Pública de 1863 reduziu esse prazo, para as despesas, a cinco anos contados da abertura do exercício a que pertencem, no caso dos credores residentes no Reino, e a seis anos no caso dos não residentes. Os Regulamentos da Contabilidade Pública de 1870 e 1881 passaram a considerar o prazo de cinco anos contados da data do termo do exercício a que pertencem, independentemente do local de residência dos credores. (Todos os regulamentos exceptuam o caso dos créditos cujos pagamentos não pudessem efectuar-se por demora no deferimento das pretensões dos interessados apresentadas em tempo perante a autoridade competente).

*

*

*

Devido à não coincidência entre o ano econômico e o período de execução do orçamento para esse ano econômico, é possível elaborar dois tipos de contas:

a) A conta das despesas pagas e receitas cobradas em cumprimento do orçamento de um ano econômico, denominada conta de exercício, até que a lei de 20 de Março de 1907 lhe mudou o nome para conta do ano econômico.

b) A conta das despesas pagas e receitas cobradas durante um ano econômico, denominada conta de gerência.

2. AS CONTAS DO ESTADO

2.1. ATÉ 1882-1883: A CONTA DA RECEITA E DESPESA DO TESOURO PÚBLICO

Até ao ano econômico de 1882-1883, a contabilidade pública consistiu na existência de contas de caixa dos vários cofres públicos, nomeadamente:

- Tesouro Público;
- Ministério da Fazenda
- Ministério do Reino;
- Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça;
- Ministério da Guerra;
- Ministério da Marinha;
- Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria.

O esquema básico de cada uma destas contas era, naturalmente, o seguinte:

Entradas	Conta do Cofre	Saídas
saldo no início do ano económico		
entrada de fundos		saídas de fundos
		saldo no fim do ano económico
total das entradas	=	total das saídas

Convém, entretanto, sublinhar a diferença entre a conta do Tesouro Público por um lado e as contas da Junta

do Crédito Público e dos Ministérios por outro, quanto ao conteúdo de cada uma das rubricas.

Vejamos em primeiro lugar a conta do Tesouro Público:

Entradas	Conta do Tesouro Público	Saídas
saldo no início do ano económico		
receitas por operações orçamentais		fundos enviados para os cofres da J.C.P. e dos Ministérios
reposições dos cofres da J.C.P. e dos Ministérios		
receitas por operações de tesouraria		despesas por operações de tesouraria
		saldo no fim do ano económico
total das entradas	=	total das saídas

Dois aspectos devem ser sublinhados:

a) A distinção fundamental entre:

- as operações levadas a cabo em cumprimento do Orçamento Geral do Estado ou de leis abrindo créditos adicionais — operações orçamentais;

- as outras operações — operações de tesouraria.

b) Os pagamentos de despesas por operações orçamentais não eram efectuados pelo cofre do Tesouro Público, mas sim pelos cofres da Junta do Crédito Público e dos ministérios. Em princípio, essas despesas são iguais à diferença entre os fundos enviados para esses cofres e as reposições por eles feitas; porém, o facto de os cofres poderem reter fundos não entregues num ano económico e o facto de poderem receber suprimentos (em ambos os casos com restrições, como é óbvio), torna essa igualdade imperfeita nos limites de ca

da ano económico.

Deste modo, é possível utilizar estas contas para apurar:

a) O montante e composição das receitas orçamentais.

b) O montante e composição dos fundos saídos para pagamento de despesas orçamentais, e mesmo, abatendo a estes as reposições, uma aproximação das próprias despesas orçamentais.

Passemos agora a considerar as contas da Junta do Crédito Público e dos ministérios:

Entradas	Saídas
saldo no início do ano económico	
fundos recebidos do Tesouro Público	despesas por operações orçamentais
	reposições para o Tesouro Público
	saldo no fim do ano económico
total das entradas	= total das saídas

Para além de dados já conhecidos das Contas do Tesouro Público, é possível obter nestas contas uma aproximação mais rigorosa do montante e composição das despesas públicas orçamentais. No entanto, a heterogeneidade de fonte em relação aos dados sobre as receitas públicas, por um lado, e a existência de lacunas nas séries consultadas de algumas destas contas, por outro, levaram a que as não tomássemos como fonte principal.

2.2. DEPOIS DE 1883-1884: A CONTA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

A partir de 1883-1884, e de acordo com o Regulamento da Contabilidade Pública de 31 de Agosto de 1881, passou a existir uma conta geral da administração financeira do Estado.

Numa primeira análise, esta conta apresenta-se como uma mera consolidação das contas anteriores:

Entradas	Conta Geral da Administração Financeira do Estado	Saídas
<hr/>		
saldo no início do ano económico		
receitas por operações orçamentais		despesas por operações orçamentais
receitas por operações de tesouraria		despesas por operações de tesouraria
		saldo no final do ano económico
<hr/>		
total das entradas	=	total das saídas

Tornou-se, no entanto, habitual, intercalar, entre as rubricas das operações orçamentais e as rubricas das operações de tesouraria, três contas de ordem, a saber:

a) Contas dos movimentos dos cofres da Junta do Crédito Público e dos ministérios.

b) Conta da liquidação das receitas por operações orçamentais.

c) Conta da liquidação das despesas por operações orçamentais.

Assim, a conta geral ficava com o seguinte aspecto:

Entradas	Conta Geral da Administração Financeira do Estado	Saídas
saldo no início do ano económico		
receitas por operações orçamentais		despesas por operações orçamentais
despesas por operações orçamentais		fundos entregues para pagamento de despesas por operações orçamentais
reposições abatidas aos pagamentos		
receitas liquidadas mas não cobradas até ao início do ano		
receitas liquidadas durante o ano		receitas cobradas durante o ano
		receitas liquidadas mas não cobradas até ao fim do ano
		despesas liquidadas mas não pagas até ao início do ano
despesas pagas durante o ano		despesas liquidadas durante o ano
despesas liquidadas mas não pagas até ao fim do ano		
receitas por operações de tesouraria		despesas por operações de tesouraria
		saldo no fim do ano económico
total das entradas	=	total das saídas

Dispõem, portanto, estas contas de todos os dados que nos são indispensáveis para o estudo das receitas e despesas públicas orçamentais.

2.3. DE 1897-1898 A 1906-1907: AS CONTAS PROVISÓRIAS

Porém, em relação aos dez anos económicos de 1897-1898 a 1906-1907 não foram publicadas as contas gerais da administração financeira do Estado. Para suprir esta lacuna tivemos que recorrer:

a) Aos Anuários Estatísticos.

b) Às contas provisórias mensais publicadas no Diário do Governo (ou seus apêndices).

Estas fontes contêm apenas informações sobre operações orçamentais e não são, em princípio, transcrição de elementos definitivos. Dois factos nos levam, no entanto, a pensar que a heterogeneidade das fontes não envolve significativa perda de qualidade da série:

a) O facto de as informações que faltam nos Anuários Estatísticos e contas provisórias serem as de menor importância para o apuramento da situação financeira do Estado.

b) O facto de, nos anos em que foram publicadas as contas definitivas, estas não apresentarem divergências de grande monta em relação às provisórias (da ordem de 0,001 dos valores definitivos, no máximo).

2.4. CONSULTA

A série completa das contas do Tesouro Público existe, para os anos de 1851-1852 a 1882-1883, no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.

As contas dos Ministérios e da Junta do Crédito Público encontram-se também, para os mesmos anos, no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, com as lacunas indicadas no mapa da página 34. Note-se que a publicação da conta

da Junta do Crédito Público prosseguiu depois de 1883-1884.

Com a organização ditada pelo Regulamento da Contabilidade Pública de 1881, foram publicadas as Contas Gerais da Administração Financeira do Estado de 1883-1884 até 1896-1897, interrompendo-se aqui a sua publicação, para só ser retomada em 1907-1908. A série encontra-se toda no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.

Os Anuários Estatísticos de 1900 e 1903 foram consultados no Instituto Nacional de Estatística.

As contas provisórias mensais foram consultadas nos seguintes Diários do Governo ou apêndices:

Ano Económico	Publicação
1903-1904	Diário do Governo de 17-03-1905
1904-1905	Apêndice ao Diário do Governo de 19-11-1906
1905-1906	Apêndice ao Diário do Governo de 19-11-1906
1906-1907	Apêndice ao Diário do Governo de 08-08-1908

Só indicamos a data da publicação da conta do mês de Junho, porque ela inclui sempre uma retrospectiva do conjunto do ano.

As lacunas existentes nas séries à consulta no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças são as assinaladas no quadro seguinte:

Ano	Ministério Fazenda	Ministério Reino	Ministério Justiça	Ministério Guerra	Ministério Marinha	Ministério Estrangeiros	Ministério O.P.C.I.	Junta Crédito Público
1851-1852	não há	não há			não há	não há		
1852-1853	não há	não há			não há	não há		
1853-1854	não há	não há			não há	não há		
1854-1855	não há	não há			não há	não há		
1855-1856	não há	não há			não há			
1856-1857					não há			
1857-1858					não há			
1858-1859					não há			
1859-1860	não há							
1860-1861					não há	não há	não há	não há
1861-1862								
1862-1863	não há				não há			
1863-1864				não há				não há
1864-1865								
1865-1866								
1866-1867								
1867-1868								
1868-1869				não há				
1869-1870								
1870-1871	não há							
1871-1872								
1872-1873	não há							não há
1873-1874								não há
1874-1875								
1875-1876								
1876-1877								
1877-1878								não há
1878-1879								
1879-1880								não há
1880-1881								não há
1881-1882								
1882-1883								

SECÇÃO B - ESTUDO DA DÍVIDA PÚBLICA

1. AS FORMAS DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA PORTUGUESA

Há que distinguir, a respeito das formas de administração da dívida pública em Portugal, durante o período em estudo, três situações:

a) A da dívida flutuante, da dívida não flutuante especial e do empréstimo amortizável externo 4% 1886, que foram sempre administrados directamente pelo ministério da Fazenda (depois Finanças).

b) A do empréstimo amortizável externo 4 ¹/₂% 1891-1896, que foi sempre administrado pela Companhia Portuguesa dos Tabacos.

c) A do resto da dívida não flutuante fundada, que foi administrada:

- até 1887, pela Junta do Crédito Público;
- de 1867 até 1893, pela Direcção-Geral da Dívida Pública;
- a partir de 1893, de novo pela Junta do Crédito Público.

Esta alternância merece algumas explicações adicionais.

A Junta do Crédito Público foi criada pela lei de 15-07-1837 (cumprindo, aliás, o que já fora estipulado pelo decreto de 16-05-1832), para substituir o organismo criado pelo alvará de 13-03-1797 para administrar os empréstimos

fundados internos então emitidos, organismo geralmente conhecido pela designação de Junta dos Juros e dos Reais Empréstimos, que lhe fora dada pelo decreto de 31-05-1825.

O decreto de 09-11-1841 alargou o âmbito da acção da Junta do Crédito Público à dívida fundada externa.

De acordo com a lei de 08-07-1843, a Junta do Crédito Público era composta por cinco vogais: um eleito pela Câmara dos Pares, outro eleito pela Câmara dos Deputados, outro nomeado pelo Governo e dois eleitos por detentores de títulos.

O decreto de 15-12-1887 tentou submeter a administração da dívida ao contróle do ministério da Fazenda, entregando-a a uma Direcção-Geral da Dívida Pública dele dependente. As dificuldades financeiras do Estado, que culminaram na bancarrota de 1892, impediram, no entanto, que este esquema fosse duradouro, devido à pressão dos credores, em particular dos credores externos. Assim:

- a lei de 20-05-1893 devolveu à Junta do Crédito Público as funções de administração da dívida⁽¹⁾;

- o decreto de 09-12-1898 consignou os direitos aduaneiros, excepto os dos cereais e dos tabacos, aos encargos da dívida externa;

- e a lei de 14-05-1902 confirmou essa consignação e garantiu que a Junta do Crédito Público não seria extinta enquanto existisse o empréstimo amortizável externo 3% 1902 (isto é, em princípio, até 01-07-2001).

Desta forma, as fontes utilizáveis para o estudo da dívida pública são três:

(1) Entre 1887 e 1893, a Junta foi um órgão meramente consultivo e fiscalizador.

- 1 - Relatórios e contas da Junta do Crédito Público;
- 2 - Contas do Estado;
- 3 - Relatórios dos actos da Fazenda, propostas de lei e documentos, apresentados pelo ministro da Fazenda (Finanças) às Cortes.

2. OS RELATÓRIOS E CONTAS DA JUNTA DO CRÉDITO PÚBLICO

Do conteúdo destes relatórios, é possível obter as seguintes informações:

- Montante da dívida antiga interna e externa, com possibilidade de distinção, nesta, entre total e efectiva.
- Montante da dívida consolidada interna e externa, com possibilidade de distinção, nesta, entre total e efectiva.
- Montante dos padrões de juro real.
- Montante da dívida diferida interna e externa.
- Renda vitalícia.

3. A DÍVIDA PÚBLICA NAS CONTAS DO ESTADO

Utilizámos as contas da receita e despesa do Tesouro Público apenas para obter as notas da dívida flutuante para o período de 1880 a 1883, pois não contêm qualquer outra informação respeitante à dívida pública.

Já as contas gerais da administração financeira do Estado, possuem informação abundante na parte que exclusivamente dedicam à dívida pública. Nelas é possível obter:

- Avaliações globais da dívida fundada.

- A descrição de todos os empréstimos da dívida pública fundada, tanto consolidada como amortizável, e os montantes em dívida, ano a ano, desde a sua criação.

- A descrição dos empréstimos da dívida pública especial em existência de 1883-1884 em diante junto do Banco de Portugal, da Caixa Geral de Depósitos e do Crédito Predial Português. Não se podem obter os já desaparecidos em 1883-1884, nem os posteriores a esse ano contraídos junto de outras entidades. Não é também possível o conhecimento dos montantes em dívida ano a ano.

- As notas da dívida flutuante.

4. OS RELATÓRIOS DOS ACTOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA — PRO - POSTAS DE LEI E DOCUMENTOS

A série encontra-se depositada no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (com alguns exemplares não disponíveis na Biblioteca Nacional). Dela retirámos:

- As notas da dívida flutuante anteriores a 1880.

- A descrição da dívida pública especial correspondente a todo o período em análise contraída junto de toda e qualquer entidade. A informação não é nunca, porém, fornecida em bloco, mas contrato a contrato, o que pode suscitar a dúvida da não universalidade do registo. Esta dificuldade atesta a existência de um mais elevado grau de secretismo a envolver a dívida não fundada.

- A indicação dos montantes em dívida em certas datas apenas, e só para alguns empréstimos.

A série dos relatórios é assim composta:

- Documentos apresentados às sessões legislativas de 1853, 1854, 1855, e 1856.

- Relatórios e respectivos documentos apresentados às sessões legislativas posteriores, sendo os relatórios da tados de:

09-12-1857	23-01-1869	06-03-1880	15-07-1899
07-11-1858	04-05-1869	25-02-1881	07-03-1904
15-02-1860	31-12-1869	30-06-1882	27-08-1910
07-01-1861	31-12-1870	08-05-1883	00-12-1913
13-01-1862	12-01-1872	14-05-1884	00-12-1914
31-12-1862	24-01-1873	06-08-1887	
05-01-1864	19-01-1874	30-06-1888	
23-01-1865	19-01-1875	18-06-1889	
02-03-1866	28-01-1876	30-06-1892	
08-02-1867	31-01-1877	19-05-1893	
31-12-1867	07-03-1878	30-06-1895	
27-04-1868	18-03-1879	06-05-1896	

5. A CONCATENAÇÃO DAS FONTES

A diversidade de fontes disponíveis permite realizar a comparação das informações colhidas em cada uma delas.

Verifica-se que:

1 - Não há divergências entre elas, mas antes repetições, no que respeita à descrição qualitativa dos empréstimos que compõem a dívida pública fundada.

2 - Existe complementaridade de informações, no que respeita à descrição dos empréstimos da dívida pública especial: os empréstimos contraídos junto da Caixa Geral de Depósitos e do Crédito Predial Português constam tanto das contas do Estado como dos relatórios dos actos do ministério -

rio da Fazenda, e os empréstimos contraídos junto do Banco de Portugal e de outras entidades (nacionais ou estrangeiras) constam sobretudo dos relatórios dos actos do ministério da Fazenda.

3 - Para a descrição dos montantes em dívida dos empréstimos da dívida fundada, existem divergências entre as três séries de fontes: Contas Gerais da Administração Financeira do Estado, Relatórios dos actos do ministério da Fazenda e Relatórios e contas da J.C.P.. As divergências são, contudo, inferiores a 1%, desprezíveis se adoptarmos como unidade monetária o milhar de contos de réis.

Os mapas com avaliações globais da dívida que constam das CGAFE para os anos de 1885 a 1897 e dos relatórios dos actos da Fazenda para os anos de 1908 a 1914, afastam-se, no que respeita à dívida total, um pouco mais, pelo que apresentamos o paralelo entre os dois grupos de fontes para estes anos.

4 - Para a descrição dos montantes em dívida dos empréstimos da dívida não fundada, há apenas complementaridade de fontes para o caso da dívida especial amortizável (entre as CGAFE e os relatórios dos actos do ministério da Fazenda) e fonte única para os montantes da dívida flutuante — as notas da dívida flutuante cuja transcrição fizemos a partir de:

a) Relatórios dos actos do ministério da Fazenda, de 1851 a 1880, com lacunas em 1868, 1869 e 1873;

b) CGAFE de 1880 a 1914 com o hiato de 1897 a 1902;

c) Folha oficial, para os restantes anos, com excepção de 1869 e 1873, por não publicação da referida nota;

5 - Como as notas da dívida flutuante apresentam ao longo do período uma exposição muito variada, decidimos registar nos quadros do capítulo 7 apenas o montante total classificado em interna ou externa, sempre que as notas o permitem.

Com efeito, na generalidade dos anos fazem esta distinção, mas anos há em que a substituem pela separação entre dívida sujeita a penhor e dívida não sujeita a penhor, indicando, para o efeito, qual o montante da dívida fundada que serve de penhor. Em alguns anos a especificação prossegue e é também muito variável, pois pode distinguir a dívida flutuante:

- pelas taxas de juro a que foi contraída;
- pelas entidades junto das quais foi contraída;
- pelos subtipos em que se concretizou: bilhetes do Tesouro (dívida flutuante representada por títulos), suprimentos em contas-correntes (junto de entidades bancárias nacionais ou estrangeiras).

Anos existem para os quais a indicação do montante da dívida flutuante respeita apenas ao total.

SECÇÃO C - DADOS MACRO-ECONÓMICOS

1. ÍNDICES DE PREÇOS

Não se encontra disponível nenhum índice de preços para um cabaz significativo de bens que abranja a totalidade do período em estudo. Com efeito, os únicos índices disponíveis tocando em anos do período 1850-1914 são os seguintes:

Tipo de Índice	Autor e Publicação	Período Abrangido
Preços por grosso 38 mercadorias índice simples	Albino Vieira da Rocha "Situação económica de Portugal - a alta dos preços"	1895-1910
Preços a retalho 25 géneros	Armando Gonçalves Pereira Revista do ISC - Lisboa, 1925, n. ^{os} IX e X	1900-1916, prolongando-se com dados mensais até 1923
Preços por grosso	Carlos Soares Branco "Aspectos da questão monetária portuguesa" Boletim do Banco de Portugal 1933-1934.	1890-1931

O índice utilizado neste estudo é o de Carlos Soares Branco, por ser o mais recente e por abranger um maior número de anos.

2. RENDIMENTO NACIONAL

Não dispomos também de dados oficiais sobre a evolução do rendimento nacional para os anos do período em estudo. Socorremo-nos, por isso, de estimativas do produto nacional, feitas por autores da época, por Paul Bairoch no seu livro "Commerce extérieur et développement économique", e por mim em "A unidade monetária portuguesa face à libra 1891-1931", dissertação de mestrado publicada com o nº 22 da série dos "Working Papers" da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa⁽¹⁾.

(1) Uma versão mais desenvolvida constitui o nº 7 dos 'Cadernos da Revista de História Económica e Social' sob o título "Câmbios e política cambial na economia portuguesa 1891-1931".

QUADRO 1

ÍNDICE DE PREÇOS, ESTIMATIVAS DO RENDIMENTO NACIONAL, POPULAÇÃO E RENDIMENTO
POR HABITANTE A PREÇOS DE 1914

Unidade - Índice de preços: em percentagem;

Estimativa do Rendimento Nacional: em milhares de contos;

População: em milhares de habitantes;

Rendimento por habitante: em escudos.

Fonte - Índice de preços: Branco, 1933-1934.

Rendimento Nacional: Mata, 1984.

População: Cálculo nosso por interpolação exponencial a partir dos Recenseamentos Gerais da População

ANO	ÍNDICE DE PREÇOS	RENDIMENTO NACIONAL	RENDIMENTO NACIONAL A PREÇOS 1914	POPULAÇÃO	RENDIMENTO REAL POR HABITANTE
1891	71	280	394	5 086	77
1892	71	295	415	5 122	82
1893	64	302	472	5 159	92
1894	63	300	476	5 196	92
1895	71	322	454	5 233	87
1896	70	332	474	5 271	90
1897	73	340	466	5 308	88
1898	78	369	473	5 346	88
1899	84	373	444	5 384	82
1900	88	390	443	5 423	82
1901	82	386	471	5 470	87
1902	81	390	481	5 517	88
1903	81	404	499	5 564	90
1904	84	407	485	5 612	87
1905	78	405	519	5 661	92
1906	83	415	500	5 710	88
1907	87	433	498	5 759	86
1908	88	436	495	5 808	85
1909	88	436	495	5 859	84
1910	85	449	528	5 909	89
1911	92	464	504	5 960	85
1912	96	476	496	5 969	83
1913	96	478	498	5 976	83
1914	100	474	474	5 984	79

CAPÍTULO 3 - AS RECEITAS

1. Critérios de classificação das receitas
 - 1.1. Critério administrativo
 - 1º - Contas
 - 2º - Capítulos
 - 3º - Artigos
 - 1.2. Critério financeiro
 - 1.3. Critério económico
2. Evolução do montante das receitas
 - 2.1. Receitas efectivas
 - 2.2. Receitas correntes e de capital
3. Composição administrativa das receitas
4. Exame do sistema fiscal
 - 4.1. Composição quantitativa
 - 4.2. Regime jurídico
 - A - Impostos directos
 - B - Contribuição predial
 - C - Contribuição industrial
 - D - Imposto de estradas e imposto de viação
 - E - Imposto de rendimento
 - F - Imposto de selo
 - G - Contribuição de registo
 - H - Direitos aduaneiros
 - I - Impostos indirectos
 - J - Receitas dos tabacos

1. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS

No exame do quantitativo e composição das receitas, adoptámos os seguintes critérios de classificação:

- a) Administrativo
- b) Financeiro
- c) Económico

1.1. CRITÉRIO ADMINISTRATIVO

O critério administrativo corresponde à arrumação das receitas efectuada nas próprias fontes, a qual se processava a três níveis:

1º - Contas

Assim se designaram, a partir do Regulamento da Contabilidade Pública de 1881, as duas rubricas fundamentais seguintes:

- a) Receitas ordinárias
- b) Receitas extraordinárias

Foi apenas o mesmo regulamento de 1881 que definiu:

- Receitas ordinárias como as receitas que, por sua natureza, são permanentes.
- Receitas extraordinárias, como receitas que têm carácter transitório.

Até então, muito embora os regulamentos exigissem esta classificação, nunca tinha parecido necessário este tipo de definição.

2º - Capítulos

Assim se designaram, a partir do Regulamento da Contabilidade Pública de 1881, as grandes divisões das receitas ordinárias. Essas divisões variaram ao longo do tempo da forma seguinte:

a) De 1852-1853 até 1872-1873

- Impostos directos
- Impostos indirectos
- Bens próprios nacionais e rendimentos diversos
- Rendimentos extintos (só até 1856-1857)
- Imposto para amortização das notas do Banco de Lisboa (só até 1861-1862)
- Imposto pela lei de 14-08-1858 (só entre 1858-1859 e 1861-1862)
- Reposições (a partir de 1861-1862)

b) De 1872-1873 até 1880-1881

- Impostos directos
- Selo e registo
- Impostos indirectos
- Bens próprios nacionais e rendimentos diversos
- Juros de títulos de dívida fundada na posse da Fazenda (só até 1876-1877)
- Reposições
- Compensações de despesa (só desde 1877-1878)

c) De 1881-1882 até 1910-1911

- Impostos directos
- Selo e registo



- Impostos indirectos
- Imposto adicional de 6%
- Imposto complementar (a partir de 1890-1891)
- Bens próprios nacionais e rendimentos diversos
- Reposições (só até 1888-1889)
- Compensações de despesa

d) De 1911-1912 até 1913-1914

- Contribuições e impostos directos
- Selo e registo
- Impostos indirectos
- Imposto para barras, portos artificiais e farolagem
- Exclusivos — rendas fixas e participação de lucros
- Bens próprios nacionais e rendimentos diversos
- Juros e dividendos de capitais, acções e obrigações de bancos e companhias
- Reembolsos e reposições
- Serviços com rendimentos próprios
- Explorações por conta do Estado

(Note-se que, muito embora as receitas extraordinárias não estivessem divididas por capítulos, se distinguia sempre nelas as provenientes do recurso ao crédito das não provenientes do recurso ao crédito).

32 - Artigos

Assim se designaram, a partir do Regulamento da Contabilidade Pública de 1881, as rubricas ao nível das quais era feita a previsão orçamental. Essas rubricas foram sempre em número da ordem das dezenas ou mesmo centenas, como se vê pelo quadro seguinte:

QUADRO 1
NÚMERO DE ARTIGOS POR CAPÍTULOS DAS RECEITAS

Fontes:- Contas da receita e despesa do Tesouro Público, de 1851-1852 a 1882-1883; Contas Gerais da Administração Financeira do Estado de 1883-1884 a 1896-1897 e de 1907-1908 a 1913-1914; Anuários Estatísticos de 1900 e 1903, de 1897-1898 a 1902-1903; Contas provisórias de gerência, publicadas na folha oficial, de 1903-1904 a 1906-1907.

ANO	IMPOSTOS DIRECTOS	Selo	IMPOSTOS INDIRECTOS	IMPS P.R.	RENDIMENTOS EXTINCTOS	IMPOSTO AMORTIZ. NOTAS	IMPOSTO LEI 14-00-1050	REPON.	JUROS TÍTULOS FAZENDA	COMPENSAÇÕES DESPESAS	ADICIONAL 6%	IMPOSTO COMP.	RECEITA EXTRAORDI- NÁRIA	TOTAL
1851-1852	16	-	16	37	11	-	-	-	-	-	-	-	3	83
1852-1853	19	-	19	42	11	1	-	-	-	-	-	-	3	95
1853-1854	19	-	16	44	11	1	-	-	-	-	-	-	5	96
1854-1855	21	-	19	49	7	1	-	-	-	-	-	-	3	100
1855-1856	20	-	19	51	9	1	-	-	-	-	-	-	6	106
1856-1857	22	-	12	53	17	1	-	-	-	-	-	-	5	110
1857-1858	20	-	17	45	-	2	-	-	-	-	-	-	6	90
1858-1859	21	-	17	45	-	1	1	-	-	-	-	-	4	89
1859-1860	21	-	17	50	-	1	1	-	-	-	-	-	1	91
1860-1861	26	-	17	48	-	1	1	-	-	-	-	-	2	95
1861-1862	29	-	20	47	-	1	1	5	-	-	-	-	2	96
1862-1863	30	-	19	44	-	-	-	6	-	-	-	-	-	99
1863-1864	26	-	19	47	-	-	-	6	-	-	-	-	2	100
1864-1865	29	-	20	61	-	-	-	8	-	-	-	-	-	126
1865-1866	29	-	29	51	-	-	-	6	-	-	-	-	-	115
1866-1867	32	-	29	54	-	-	-	6	-	-	-	-	-	121
1867-1868	33	-	30	53	-	-	-	6	-	-	-	-	-	122
1868-1869	36	-	29	55	-	-	-	6	-	-	-	-	-	126
1869-1870	36	-	29	55	-	-	-	4	-	-	-	-	-	124
1870-1871	35	-	29	47	-	-	-	8	-	-	-	-	-	119
1871-1872	36	-	27	51	-	-	-	7	-	-	-	-	-	121
1872-1873	34	6	29	51	-	-	-	6	1	-	-	-	1	127
1873-1874	35	6	28	51	-	-	-	5	1	-	-	-	2	128
1874-1875	34	6	30	50	-	-	-	5	1	-	-	-	5	126
1875-1876	35	6	29	46	-	-	-	7	1	-	-	-	4	120
1876-1877	35	6	31	44	-	-	-	7	1	-	-	-	4	120
1877-1878	34	6	31	41	-	-	-	6	-	3	-	-	3	134
1878-1879	32	6	28	45	-	-	-	7	-	4	-	-	3	125
1879-1880	35	6	28	52	-	-	-	6	-	4	-	-	3	134
1880-1881	36	6	29	50	-	-	-	6	-	2	-	-	27	131
1881-1882	34	6	30	46	-	-	-	0	-	2	2	-	4	132
1882-1883	33	6	32	49	-	-	-	0	-	3	2	-	5	138
1883-1884	36	6	32	50	-	-	-	7	-	4	1	-	6	142
1884-1885	35	6	32	51	-	-	-	7	-	6	1	-	6	144
1885-1886	37	8	34	54	-	-	-	1	-	5	1	-	5	145
1886-1887	34	9	33	50	-	-	-	1	-	7	1	-	5	148
1887-1888	34	9	36	57	-	-	-	1	-	6	1	-	3	147
1888-1889	34	9	36	63	-	-	-	1	-	9	1	-	10	163
1889-1890	33	13	38	63	-	-	-	-	-	9	2	-	13	171
1890-1891	34	10	39	72	-	-	-	-	-	12	1	1	8	177
1891-1892	36	13	35	62	-	-	-	-	-	12	2	2	6	168
1892-1893	37	11	38	66	-	-	-	-	-	13	1	1	5	172
1893-1894	38	11	40	73	-	-	-	-	-	11	1	1	3	178
1894-1895	38	11	39	66	-	-	-	-	-	10	1	1	1	167
1895-1896	38	11	35	71	-	-	-	-	-	10	1	1	22	169
1896-1897	38	12	36	65	-	-	-	-	-	10	1	1	4	167
1897-1898	37	12	37	71	-	-	-	-	-	10	1	1	7	176
1898-1899	35	12	38	70	-	-	-	-	-	11	1	1	4	172
1899-1900	34	12	38	59	-	-	-	-	-	11	1	1	4	160
1900-1901	34	12	38	64	-	-	-	-	-	10	1	1	5	165
1901-1902	36	12	38	63	-	-	-	-	-	12	1	1	4	167
1902-1903	32	12	38	54	-	-	-	-	-	17	2	2	3	160
1903-1904	27	4	34	41	-	-	-	-	-	18	2	2	4	132
1904-1905	25	4	34	46	-	-	-	-	-	23	2	2	5	141
1905-1906	26	4	34	48	-	-	-	-	-	24	2	2	4	144
1906-1907	27	4	34	48	-	-	-	-	-	30	2	2	4	151
1907-1908	28	4	34	53	-	-	-	-	-	46	2	2	5	172
1908-1909	28	4	34	53	-	-	-	-	-	52	1	1	18	191
1909-1910	28	4	34	54	-	-	-	-	-	57	1	1	20	199
1910-1911	37	17	37	79	-	-	-	-	-	57	2	2	10	241
1911-1912	43	14	24	51	-	-	-	14	-	-	-	-	8	(cont.)
1912-1913	46	15	24	47	-	-	-	17	-	-	-	-	8	(cont.)
1913-1914	50	19	25	47	-	-	-	20	-	-	-	-	11	(cont.)

(Continuação)

ANO	IMP. BARRAS	EXCLUS.	JUROS DIVID.	SERV. REND. PRÓPRIOS	EXPLORAÇÕES CONTA ESTADO	TOTAL
1911-1912	7	7	9	24	20	221
1912-1913	7	6	12	29	74	285
1913-1914	7	7	14	35	66	301

1.2. CRITÉRIO FINANCEIRO

Do ponto de vista financeiro, importa distinguir entre as receitas por operações orçamentais:

- a) As receitas efectivas
- b) As receitas não efectivas

Determinámos, por razões de comodidade, as primeiras por diferença e incluimos nas segundas:

a) As receitas provenientes do recurso ao crédito, isto é, o produto dos empréstimos, por não se tratar, em boa verdade, de receitas definitivas, já que estão sujeitas a reembolso.

b) Os juros da dívida pública na posse da Fazenda, por se tratar de uma mera compensação contabilística de despesas pagas ao próprio Estado.

1.3. CRITÉRIO ECONÓMICO

Do ponto de vista económico, importa distinguir entre as receitas efectivas:

- a) As receitas correntes
- b) As receitas de capital

Determinámos, por razões de comodidade, as primeiras por diferença e incluimos nas segundas:

a) A venda de bens nacionais e a remissão de foros, por se tratar da alienação de elementos do património do Estado.

b) Os reembolsos ou restituições de verbas adiantadas pelo Estado, por se tratar da devolução de uma despesa de capital.

c) Os impostos sobre a transmissão da propriedade, por se tratar de um imposto calculado sobre o valor da fortuna ou dos bens transmitidos e não sobre o seu rendimento.

2. EVOLUÇÃO DO MONTANTE DAS RECEITAS

2.1. RECEITAS EFECTIVAS

O quadro 2 apresenta o cálculo do montante das receitas efectivas em cada ano económico. A seu respeito devemos notar:

a) A tendência ascendente do quantitativo dos juros da dívida fictícia, idêntica à do total da mesma dívida.

b) O registo como receitas de empréstimos apenas das provenientes da colocação da dívida amortizável e do levantamento da dívida especial (com raras excepções), resultando daí uma certa irregularidade da série dos empréstimos, cujos valores mais elevados correspondem aos momentos em que foram emitidos ou contratados os empréstimos mais importantes.

Quanto ao quantitativo das receitas efectivas, ele apresenta em termos nominais uma nítida tendência ascendente. Já no que respeita à evolução da série em termos reais, é difícil avaliá-la por não haver índices de preços de confiança. Deve ter sido, porém, ascendente também, por não se haver registado crescimento acentuado nos preços. Só podemos comprovar esta afirmação com o quadro 3 para os anos de 1890-1914, período para o qual se dispõe do índice de preços de Branco, 1933-1934, como se disse no ponto 1 da secção C do capítulo 2, utilizado em cada ano económico como a média dos índices dos dois anos civis que parcialmente abran

ge. Nesse vintênio as receitas efectivas reais terão passado, a preços de 1914, dos 53 para os 70 milhares de contos, isto é, terão crescido à taxa média anual acumulada de 1.2%.

Estes montantes representam muito ou pouco na economia portuguesa da época?

O único indicador disponível são as estimativas do produto nacional apresentadas no ponto 2 da secção C do capítulo 2. Para o mesmo vintênio de 1890 a 1914, o quociente receitas efectivas / produto mostra que elas representam 13 a 15% do produto nacional, na época.

2.2. RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL

O quadro 4 mostra como as receitas efectivas se repartiam entre receitas correntes e receitas de capital e quais os quantitativos das rubricas utilizadas para o cálculo destas.

Pode dizer-se, em síntese, que:

1º - Os impostos sobre a transmissão da propriedade constituíram a quase totalidade das receitas de capital do Estado em todos os anos do período.

2º - As receitas correntes constituíram sempre mais de $\frac{9}{10}$ das receitas efectivas.

QUADRO 2
CÁLCULO DAS RECEITAS EFECTIVAS

Fonte:- As mesmas que no Quadro 1.

Unidades:- contos de réis; taxa de variação em percentagem

ANO	RECEITAS TOTAIS	JUROS DÍVIDA FICTÍCIA	EMPRÉSTIMOS	RECEITAS EFECTIVAS	TAXA DE VARIAÇÃO
1851-1852	10 611	26	0	10 585	-
1852-1853	10 853	104	0	10 749	+ 1,5
1853-1854	10 453	99	0	10 354	- 3,7
1854-1855	10 892	26	0	10 866	+ 4,9
1855-1856	11 619	137	650	10 832	- 0,3
1856-1857	13 669	144	376	13 149	+ 21,4
1857-1858	12 502	92	79	12 331	- 6,2
1858-1859	12 530	343	0	12 187	- 1,2
1859-1860	12 297	416	0	11 881	- 2,5
1860-1861	13 002	432	0	12 570	+ 5,8
1861-1862	13 710	374	0	13 336	+ 6,1
1862-1863	14 618	680	0	13 938	+ 4,5
1863-1864	15 671	884	0	14 787	+ 6,1
1864-1865	17 766	734	0	17 032	+ 15,2
1865-1866	15 470	644	0	14 826	- 13,0
1866-1867	14 965	668	0	14 297	- 3,6
1867-1868	16 543	870	0	15 673	+ 9,6
1868-1869	16 513	749	0	15 764	+ 0,6
1869-1870	18 026	1 630	0	16 396	+ 4,0
1870-1871	18 110	1 428	0	16 682	+ 1,7
1871-1872	19 291	1 480	0	17 811	+ 6,8
1872-1873	22 306	1 734	685	19 887	+ 11,7
1873-1874	26 284	1 789	1 668	22 827	+ 14,8
1874-1875	26 543	432	2 802	23 309	+ 2,1
1875-1876	26 680	554	2 927	25 199	+ 8,1
1876-1877	29 652	216	3 798	25 638	+ 1,7
1877-1878	28 963	242	3 488	25 233	- 1,6
1878-1879	29 033	64	1 703	27 266	+ 8,1
1879-1880	29 100	532	5 329	23 239	- 14,8
1880-1881	25 910	439	58	25 413	+ 9,4
1881-1882	30 438	395	1 626	28 417	+ 11,8
1882-1883	30 976	1 237	2 537	27 202	- 4,3
1883-1884	33 848	1 039	4 180	28 629	+ 5,2
1884-1885	37 837	1 070	6 434	30 333	+ 6,0
1885-1886	33 426	767	1 808	30 851	+ 1,7
1886-1887	34 768	1 319	+ 0	33 449	+ 8,4
1887-1888	39 225	1 357	1 109	36 759	+ 9,9
1888-1889	46 757	1 011	8 063	37 683	+ 2,5
1889-1890	43 647	1 516	3 149	38 982	+ 3,4
1890-1891	39 865	1 549	0	38 316	- 1,7
1891-1892	38 643	1 070	0	37 573	- 1,9
1892-1893	41 876	1 372	136	40 368	+ 7,4
1893-1894	46 105	2 003	0	44 102	+ 9,2
1894-1895	46 476	2 577	0	43 899	- 0,5
1895-1896	53 222	2 607	+ 0	50 615	+ 15,3
1896-1897	50 488	2 664	711	47 113	- 6,9
1897-1898	52 367	2 494	3 993	46 880	- 0,5
1898-1899	52 133	2 766	2 056	47 311	+ 3,1
1899-1900	54 345	3 972	1 640	48 733	+ 3,0
1900-1901	55 854	4 032	0	51 822	+ 6,3
1901-1902	53 090	3 850	0	49 240	- 5,0
1902-1903	57 853	4 206	2 705	50 942	+ 3,5
1903-1904	61 918	4 458	4 253	53 207	+ 4,4
1904-1905	64 507	4 580	2 622	57 305	+ 7,7
1905-1906	62 571	4 097	1 245	57 229	- 0,1
1906-1907	62 651	4 152	2 476	56 023	- 2,1
1907-1908	71 068	4 307	992	65 769	+ 17,4
1908-1909	73 353	4 419	3 672	65 262	- 0,8
1909-1910	73 963	4 633	954	68 376	+ 4,8
1910-1911	69 940	4 740	571	64 629	- 5,5
1911-1912	65 611	4 675	67	60 869	- 5,8
1912-1913	84 516	5 086	43	79 387	+ 30,4
1913-1914	77 007	5 279	2 855	68 873	- 13,2

NOTA:- Das receitas totais foram excluídas as receitas nominais por jogo de contas.

QUADRO 3

CÁLCULO DAS RECEITAS EFECTIVAS REAIS ENTRE 1891 e 1914 A
PREÇOS DE 1914

CÁLCULO DO QUOCIENTE RECEITAS EFECTIVAS / PRODUTO NACIONAL

Unidade - Receitas em contos e Produto em milhares de contos.
Índice de preços em percentagem.

Fontes - Receitas efectivas: Quadro 2.

Índice de preços: Branco, 1933-1934.

Produto: Mata, 1984.

ANO	RECEITAS EFECTIVAS NOMINAIS	ÍNDICE DE PREÇOS	RECEITAS EFECTIVAS REAIS A PREÇOS DE 1914	PRODUTO NACIONAL	QUOCIENTE RECEITAS/ /PRODUTO
1891-1892	37 573	71	52 920	288	13
1892-1893	40 368	68	59 365	299	14
1893-1894	44 102	64	68 909	301	15
1894-1895	43 899	67	65 521	311	14
1895-1896	50 615	71	71 289	327	15
1896-1897	47 113	72	65 435	336	14
1897-1898	46 880	76	61 684	355	13
1898-1899	47 311	81	58 409	371	13
1899-1900	48 733	86	56 666	382	13
1900-1901	51 822	85	60 967	388	13
1901-1902	49 240	82	60 049	388	13
1902-1903	50 942	81	62 891	397	13
1903-1904	53 207	83	64 105	406	13
1904-1905	57 305	81	70 747	406	14
1905-1906	57 229	81	70 653	410	14
1906-1907	56 023	85	65 909	424	13
1907-1908	65 769	88	74 738	435	15
1908-1909	65 262	88	74 161	436	15
1909-1910	68 376	87	78 593	443	15
1910-1911	64 629	89	72 617	457	14
1911-1912	60 869	94	64 757	470	13
1912-1913	79 387	96	82 695	477	17
1913-1914	68 873	98	70 279	476	15

QUADRO 4

COMPOSIÇÃO ECONÔMICA DAS RECEITAS EFECTIVAS

Fontes:- As mesmas que no Quadro 1.

Unidade:- Valores em contos de réis; pesos em percentagem.

ANO	RECEITAS EFECTIVAS	RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL	VENDE DE BENS NACIONAIS E REMISSÃO DE FOROS	REEMBOLSOS E RESTITUI ÇÕES	IMPOSTOS SOBRE A TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE
	VALOR	VALOR	PESO	VALOR	PESO	
1851-1852	10 585	10 192	96	393	4	102
1852-1853	10 749	10 194	95	555	5	266
1853-1854	10 354	9 658	93	696	7	396
1854-1855	10 866	9 958	92	908	8	564
1855-1856	10 832	10 092	93	740	7	338
1856-1857	13 149	12 446	95	703	5	281
1857-1858	12 331	11 503	93	828	7	430
1858-1859	12 187	11 617	95	570	5	153
1859-1860	11 881	11 322	95	559	5	144
1860-1861	12 570	11 989	95	581	5	122
1861-1862	13 336	12 668	95	668	5	86
1862-1863	13 938	13 214	95	724	5	41
1863-1864	14 787	14 003	95	784	5	46
1864-1865	17 032	16 147	95	885	5	112
1865-1866	14 826	13 862	93	964	7	66
1866-1867	14 297	13 375	94	922	6	31
1867-1868	15 673	14 894	95	779	5	33
1868-1869	15 764	14 997	95	767	5	34
1869-1870	16 396	15 587	95	809	5	21
1870-1871	16 682	15 823	95	859	5	48
1871-1872	17 811	16 853	95	958	5	39
1872-1873	19 887	18 871	95	1 016	5	82
1873-1874	22 827	21 739	95	1 088	5	56
1874-1875	23 309	22 128	95	1 181	5	55
1875-1876	25 199	23 945	95	1 254	5	33
1876-1877	25 638	24 354	95	1 284	5	40
1877-1878	25 233	23 975	95	1 258	5	40
1878-1879	27 266	26 019	95	1 247	5	32
1879-1880	23 239	21 850	94	1 389	6	72
1880-1881	25 413	23 573	93	1 840	7	64
1881-1882	28 417	26 263	92	2 154	8	40
1882-1883	27 202	25 284	93	1 918	7	39
1883-1884	28 629	26 743	93	1 886	7	27
1884-1885	30 333	28 513	94	1 820	6	48
1885-1886	30 851	29 108	94	1 743	6	19
1886-1887	33 449	31 615	95	1 834	5	28
1887-1888	36 759	34 378	94	2 381	6	16
1888-1889	37 683	35 411	94	2 272	6	33
1889-1890	38 982	36 693	94	2 289	6	52
1890-1891	38 316	36 139	94	2 177	6	25
1891-1892	37 573	35 544	95	2 029	5	36
1892-1893	40 368	38 299	95	2 069	5	22
1893-1894	44 102	42 457	96	1 945	4	30
1894-1895	43 899	41 622	95	2 277	5	52
1895-1896	50 615	47 839	95	2 776	5	38
1896-1897	47 113	44 218	94	2 895	6	38
1897-1898	46 880	43 864	94	3 016	6	40
1898-1899	47 311	44 360	94	2 951	6	15
1899-1900	48 733	45 554	93	3 179	7	25
1900-1901	51 822	48 522	94	3 300	6	6
1901-1902	49 240	45 815	93	3 425	7	18
1902-1903	50 942	47 963	94	2 979	6	16
1903-1904	53 207	49 896	94	3 311	6	87
1904-1905	57 305	53 982	94	3 323	6	11
1905-1906	57 229	54 106	95	3 123	5	56
1906-1907	56 023	52 751	94	3 272	6	52
1907-1908	65 769	62 496	95	3 273	5	14
1908-1909	65 262	61 944	95	3 318	5	27
1909-1910	68 376	65 068	95	3 308	5	20
1910-1911	64 629	61 191	95	3 438	5	2
1911-1912	60 869	56 881	93	3 988	7	6
1912-1913	79 387	74 542	94	4 845	6	4
1913-1914	68 873	63 674	92	5 199	8	3

3. COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DAS RECEITAS

Observando o quadro 5, que transcreve a decomposição das receitas públicas por capítulos, podemos verificar que são traços caracterizadores da estrutura das receitas do Estado, no período em análise, os seguintes:

1º - A principal fonte de receitas para o Estado são os impostos indirectos que asseguram cerca de 50% do seu total até aos anos 90, 45% na viragem do século e 35% nas vésperas da guerra.

2º - Seguem-se os impostos directos, pelos quais o Estado arrecada cerca de $\frac{1}{4}$ do montante total dos seus rendimentos, na generalidade dos anos, mas menos de $\frac{1}{5}$ no período de 1882-1883 a 1890-1891.

3º - As receitas provenientes dos bens próprios nacionais ficam-se pelos 12%, em média, sendo inferiores a $\frac{1}{10}$ de 1877-1878 em diante.

Nas vésperas da guerra têm significado as rubricas de 'Exclusivos, rendas fixas e participação de lucros', 'juros e dividendos de capitais, acções e obrigações de bancos e companhias' e 'Explorações por conta do Estado (cujas cifras vinham sendo incluídas até 1911-1912, nas rubricas 'Bens próprios nacionais e rendimentos diversos' e 'Compensações de despesas').

A preponderância dos impostos indirectos e o fraco peso dos impostos directos associa-se à maior facilidade de cobrança devida a uma relativa anestesia fiscal e a menores exigências no que respeita à montagem e manutenção de uma máquina administrativa e burocrática de suporte ao aparelho fiscal.

Por esta característica se prescreve uma estrutura administrativa arcaica e de pequena plasticidade. Tentare - mos desenvolver estes aspectos no ponto 4.

*

O pequeno peso dos rendimentos patrimoniais (8 a 12% das receitas totais) permite-nos afirmar não estarmos, mesmo no início do período em análise, em presença de um estado-proprietário recebedor de rendas, foros e compensações afins. Pelo contrário, o Estado português da segunda metade do século XIX é, essencialmente, um estado fiscal, como se pode ver também pelo quadro 6 que regista as proporções das receitas fiscais nas receitas efectivas: elas são sempre cerca de 90% das receitas totais até à viragem do século e nunca inferiores a 65% até à primeira guerra.

É inegável, contudo, o maior crescimento das receitas efectivas totais do que o das receitas provenientes dos impostos: 3.07% é a taxa de crescimento acumulada daquelas, durante os 62 anos que analisámos, e 2.69% a das receitas fiscais. A explicação deste facto estará na exploração, pelo Estado, de actividades económicas — tanto assim que, na classificação administrativa posterior a 1911-1912 elas viriam a ser reunidas no capítulo então criado 'Explorações por conta do Estado'. Note-se, contudo, que esta nova classificação administrativa das receitas criou também a rubrica 'Exclusivos, rendas fixas e participação de lucros' na qual passou a incluir as receitas provenientes dos tabacos,

tradicionalmente classificadas nos impostos indirectos, fazendo assim diminuir artificialmente o contingente das receitas fiscais.

Não podemos, porém, admitir a reclassificação administrativa das receitas como explicação única para a quebra do peso das receitas provenientes dos impostos no total das receitas efectivas do Estado, por duas razões:

1ª - O quadro 6 mostra que o fenómeno vinha ocorrendo pelo menos desde 1903-1904.

2ª - A receita dos tabacos seria insuficiente para repor a participação das receitas fiscais nas receitas efectivas.

QUADRO 5
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DAS RECEITAS

Fonte: Contas da receita e despesa do Tesouro Público, de 1851-1852 a 1882-1883; Contas Gerais da Administração Financeira do Estado de 1883-1884 a 1896-1897 e de 1907-1908 a 1913-1914; Anuários estatísticos de 1900 e 1903, de 1897-1898 a 1902-1903; Contas provisórias de gerência, publicadas na folha oficial, de 1903-1904 a 1906-1907.

Unidades: Valores em contos de réis e estruturas em percentagem.

ANO	RECEITAS TOTAIS	RECEITAS ORDINÁRIAS	IMPOSTOS DIRECTOS	SELO REG.	IMPOSTOS INDIREC.	OUTROS IMPOSTOS	BENS P.N.	REPOS.	COMP. DESP.	RECEITAS EXTRAORD.									
1851-1852	10 611	10 599	100	2 946	28	-	-	6 789	64	-	-	863	8	-	-	-	-	12	+ 0
1852-1853	10 653	10 820	100	2 887	27	-	-	6 457	60	586	5	889	8	-	-	-	-	33	+ 0
1853-1854	10 453	10 419	100	2 850	27	-	-	5 709	55	582	6	1 279	12	-	-	-	-	33	+ 0
1854-1855	10 892	10 889	100	2 744	25	-	-	6 291	58	593	5	1 262	12	-	-	-	-	3	+ 0
1855-1856	11 619	10 913	94	2 953	25	-	-	6 150	53	597	5	1 214	11	-	-	-	-	706	6
1856-1857	13 669	13 212	97	3 076	23	-	-	6 286	46	649	5	1 262	9	1 930	14	-	-	457	3
1857-1858	12 502	12 332	99	3 220	26	-	-	6 806	54	812	7	1 410	11	74	1	-	-	180	1
1858-1859	12 530	12 417	99	3 433	27	-	-	6 320	51	1 032	8	1 610	13	13	+ 0	-	-	113	1
1859-1860	12 297	12 279	100	3 276	26	-	-	6 252	51	1 046	9	1 699	14	5	+ 0	-	-	10	+ 0
1860-1861	13 002	12 957	100	3 508	27	-	-	7 428	57	498	4	1 519	12	4	+ 0	-	-	45	+ 0
1861-1862	13 710	13 710	100	3 871	28	-	-	8 253	60	47	+ 0	1 538	11	1	+ 0	-	-	+ 0	+ 0
1862-1863	14 618	14 618	100	4 221	29	-	-	8 542	58	-	-	1 801	12	54	+ 0	-	-	-	-
1863-1864	15 671	15 630	100	4 830	31	-	-	8 694	55	-	-	2 105	13	9	+ 0	-	-	33	+ 0
1864-1865	17 766	17 766	100	4 930	28	-	-	10 926	61	-	-	1 874	11	36	+ 0	-	-	-	-
1865-1866	15 470	15 470	100	4 927	32	-	-	8 068	57	-	-	1 666	11	9	+ 0	-	-	-	-
1866-1867	14 965	14 965	100	4 867	32	-	-	8 309	56	-	-	1 725	12	66	+ 0	-	-	-	-
1867-1868	16 543	16 543	100	5 038	35	-	-	8 647	52	-	-	2 050	12	33	+ 0	-	-	-	-
1868-1869	16 513	16 513	100	6 078	37	-	-	8 591	52	-	-	1 806	11	39	+ 0	-	-	-	-
1869-1870	18 026	18 026	100	6 518	36	-	-	8 628	48	-	-	2 836	16	44	+ 0	-	-	-	-
1870-1871	18 110	18 110	100	6 832	38	-	-	8 572	47	-	-	2 663	15	43	+ 0	-	-	-	-
1871-1872	19 291	19 291	100	6 897	36	-	-	9 443	49	-	-	2 928	15	24	+ 0	-	-	-	-
1872-1873	22 306	21 648	97	5 254	23	1 623	7	10 655	48	-	-	2 176	10	206	1	1 734	8	685	3
1873-1874	26 284	24 616	94	6 068	23	1 946	7	11 706	45	-	-	2 095	8	1 012	4	1 709	7	1 555	6
1874-1875	26 541	23 740	89	6 292	24	2 110	8	12 639	47	-	-	2 573	8	194	1	432	2	2 803	11
1875-1876	28 680	25 753	90	6 130	21	2 231	8	13 865	48	-	-	2 218	8	755	3	554	2	2 927	10
1876-1877	29 652	25 854	87	6 190	21	2 194	7	13 223	45	-	-	3 716	13	316	1	216	1	3 798	13
1877-1878	28 963	25 475	88	6 151	21	2 173	8	13 919	48	-	-	1 760	6	222	1	1 251	4	3 488	12
1878-1879	29 033	27 323	94	6 077	21	2 250	8	16 677	57	-	-	1 832	6	74	+ 0	413	1	1 710	6
1879-1880	29 100	23 771	82	6 188	21	2 377	8	12 118	42	-	-	2 215	8	73	+ 0	800	3	5 329	18
1880-1881	25 910	25 852	100	6 077	23	3 029	12	13 712	53	-	-	2 338	9	153	1	543	2	58	+ 0
1881-1882	30 438	28 012	95	6 348	21	3 400	11	15 858	52	80	+ 0	2 401	8	265	1	461	2	1 627	5
1882-1883	30 976	28 041	91	5 628	18	3 129	10	14 389	46	046	3	2 562	8	88	+ 0	1 399	5	2 935	9
1883-1884	33 848	29 615	87	6 221	18	3 125	9	15 462	46	939	3	2 707	8	-	-	1 160	3	4 233	13
1884-1885	37 837	31 270	83	6 257	17	3 022	8	16 598	44	976	3	3 127	8	-	-	1 251	3	6 606	17
1885-1886	33 426	31 568	94	6 219	18	3 155	9	17 337	52	972	3	3 990	9	-	-	894	3	1 858	6
1886-1887	34 768	34 541	99	6 366	18	3 465	10	19 173	55	1 017	3	3 081	9	-	-	1 440	4	227	1
1887-1888	39 226	38 104	97	6 606	17	4 128	11	21 766	55	501	1	3 146	8	-	-	1 878	5	1 121	3
1888-1889	46 757	37 812	81	6 901	15	3 958	8	21 532	46	508	1	3 238	7	-	-	1 676	4	8 944	19
1889-1890	43 647	39 234	90	6 671	15	3 894	9	22 508	52	500	1	3 394	8	-	-	2 268	5	4 413	10
1890-1891	39 865	39 708	100	6 893	17	3 966	10	21 535	54	1 706	4	3 510	9	-	-	2 178	5	77	+ 0
1891-1892	38 643	38 479	100	6 082	21	3 696	10	20 269	52	1 640	4	3 226	8	-	-	1 566	4	164	+ 0
1892-1893	41 876	41 740	100	10 250	24	3 808	9	21 206	51	1 231	3	3 387	8	-	-	1 859	4	136	+ 0
1893-1894	46 105	46 104	100	11 153	24	4 115	9	23 635	51	1 184	3	3 460	8	-	-	2 457	5	1	+ 0
1894-1895	46 476	46 476	100	10 928	24	4 529	10	22 963	49	1 139	3	3 899	8	-	-	3 017	6	+ 0	+ 0
1895-1896	53 222	52 113	98	12 176	23	4 907	9	26 157	49	1 131	2	4 727	9	-	-	3 015	6	1 109	2
1896-1897	50 488	49 778	98	11 562	23	5 193	10	23 681	47	1 086	2	5 182	10	-	-	3 074	6	711	2
1897-1898	53 367	49 201	92	11 996	22	5 324	10	22 308	42	1 151	2	5 318	10	-	-	3 104	6	4 167	8
1898-1899	52 133	50 061	96	11 776	23	5 522	11	23 568	45	1 080	2	4 916	9	-	-	3 199	6	2 072	4
1899-1900	54 345	52 701	97	12 495	23	5 801	11	25 202	46	1 108	2	3 657	7	-	-	4 438	8	1 644	3
1900-1901	55 854	54 619	98	13 079	24	6 262	11	25 274	45	1 107	2	4 435	8	-	-	4 461	8	1 234	2
1901-1902	53 090	52 202	98	13 594	25	5 957	11	23 235	44	1 090	2	4 042	7	-	-	4 364	8	808	2
1902-1903	57 853	54 403	94	13 989	24	5 111	9	25 257	44	1 032	2	4 143	7	-	-	4 870	8	3 450	6
1903-1904	61 918	56 888	92	13 409	22	6 349	10	26 374	43	1 059	2	4 244	7	-	-	5 136	8	5 029	8
1904-1905	64 507	59 467	92	13 385	21	6 241	10	27 740	43	1 064	2	4 878	7	-	-	5 993	9	5 039	8
1905-1906	62 571	60 176	96	13 488	22	6 529	10	28 357	45	1 059	2	4 310	7	-	-	5 989	10	2 395	4
1906-1907	62 651	59 369	95	13 389	22	6 735	11	26 913	43	1 060	2	4 594	7	-	-	6 446	10	3 282	5
1907-1908	71 068	70 247	99	13 229	19	6 779	10	29 440	41	1 007	1	4 948	7	-	-	14 845	21	822	1
1908-1909	73 353	68 504	93	14 341	20	6 854	9	28 947	39	1 037	1	4 294	6	-	-	13 031	18	4 849	7
1909-1910	73 963	70 250	95	14 214	19	6 913	9	29 142	40	1 018	1	4 149	6	-	-	14 415	20	3 713	5
1910-1911	69 940	68 830	98	14 047	20	7 093	10	28 507	41	994	1	5 399	8	-	-	12 790	18	1 111	2
1911-1912	65 611	65 508	100	16 000	24	7 431	11	21 731	33	45	+ 0	576	1	417	1	-	-	102	+ 0
1912-1913	84 516	83 713	99	18 329	22	8 073	10	25 691	30	48	+ 0	733	1	649	1	-	-	803	1
1913-1914	77 007	74 124	96	12 783	17	8 952	11	26 367	34	45	+ 0	554	1	603	1	-	-	2 882	4

(Continuação):

ANO	EXCLUSIVOS RENDAS FIXAS, LUCROS		JUROS E DIV. ACÇÕES, OBRIG. BANCOS, C ^a		SERVIÇO c/ REND. PRÓPRIOS		EXPLORAÇÕES CONTA ESTADO	
1911-1912	8 311	13	5 413	8	717	1	5 135	8
1912-1913	7 826	9	5 440	6	1 188	1	15 736	19
1913-1914	8 455	11	5 590	7	1 572	2	9 203	12

QUADRO 6

PROPORÇÃO DAS RECEITAS FISCAIS NAS RECEITAS EFECTIVAS

Fonte: Os quadros 2 e 3.

Unidade: Valores em contos de réis

ANO	RECEITAS FISCAIS	RECEITAS EFECTIVAS	<u>RECEITAS FISCAIS</u> <u>RECEITAS EFECTIVAS</u>
1851-1852	9 300	10 585	0.88
1852-1853	9 526	10 749	0.89
1853-1854	9 787	10 354	0.85
1854-1855	9 210	10 866	0.85
1855-1856	9 262	10 832	0.86
1856-1857	9 471	13 149	0.72
1857-1858	9 890	12 331	0.80
1858-1859	9 993	12 187	0.82
1859-1860	10 575	11 881	0.89
1860-1861	10 983	12 570	0.87
1861-1862	12 171	13 336	0.91
1862-1863	12 762	13 938	0.92
1863-1864	13 525	14 787	0.91
1864-1865	15 856	17 032	0.93
1865-1866	13 795	14 826	0.93
1866-1867	13 175	14 297	0.92
1867-1868	14 485	15 673	0.92
1868-1869	14 669	15 764	0.93
1869-1870	15 080	16 396	0.92
1870-1871	15 313	16 682	0.92
1871-1872	16 258	17 811	0.91
1872-1873	17 434	19 887	0.88
1873-1874	19 615	22 827	0.86
1874-1875	20 937	23 309	0.90
1875-1876	22 118	25 199	0.88
1876-1877	21 523	25 638	0.84
1877-1878	22 155	25 233	0.88
1878-1879	24 928	27 266	0.91
1879-1880	20 606	23 239	0.89
1880-1881	22 741	25 413	0.89
1881-1882	25 685	28 417	0.90
1882-1883	23 145	27 202	0.85
1883-1884	25 747	28 629	0.90
1884-1885	26 852	30 333	0.89
1885-1886	27 684	30 851	0.90
1886-1887	30 020	33 449	0.90
1887-1888	33 081	36 759	0.90
1888-1889	32 899	37 683	0.87
1889-1890	33 573	38 982	0.86
1890-1891	34 100	38 316	0.89
1891-1892	33 687	37 573	0.90
1892-1893	36 494	40 368	0.90
1893-1894	40 127	44 102	0.91
1894-1895	39 559	43 899	0.90
1895-1896	44 371	50 615	0.88
1896-1897	41 522	47 113	0.88
1897-1898	40 778	46 880	0.87
1898-1899	41 946	47 311	0.89
1899-1900	44 606	48 733	0.92
1900-1901	45 722	51 822	0.88
1901-1902	43 876	49 240	0.89
1902-1903	45 389	50 942	0.89
1903-1904	47 191	53 207	0.89
1904-1905	48 431	57 305	0.85
1905-1906	49 433	57 229	0.86
1906-1907	48 096	56 023	0.86
1907-1908	50 454	65 769	0.77
1908-1909	51 179	65 262	0.78
1909-1910	51 286	68 376	0.75
1910-1911	50 609	64 629	0.78
1911-1912	45 207	60 869	0.79
1912-1913	52 141	79 387	0.66
1913-1914	48 147	68 873	0.70

4. EXAME DO SISTEMA FISCAL

4.1. COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA

O exame do registo dos quantitativos cobrados por cada um dos impostos ao longo dos anos que nos ocupam — que não incluímos aqui pela sua extensão — revela que, se o número de artigos é muito elevado — varia entre quarenta e setenta — o cerne do sistema fiscal é constituído por uma dezena de rubricas apenas, não desempenhando a quase totalidade dos impostos papel de relevo no que respeita ao valor das colectas cobradas por seu intermédio. A sua existência denota, contudo, a permanência e sobreposição de velhos impostos que, não sendo extintos, continuam a cobrar-se deixando uma imagem de não unificação no sistema fiscal.

Com efeito, registámos no quadro 7 todos os impostos que renderam ao Estado nalgum ano mais de 3% do total das receitas fiscais por ele cobradas, e verificámos que contávamos apenas dez rubricas. Essas rubricas são:

1. A décima.
2. A contribuição predial.
3. A contribuição industrial.
4. Os impostos de estradas e de viação.
5. O imposto de rendimento.
6. O imposto de selo.
7. A contribuição de registo (e a sisa e o imposto de transmissão de propriedade que a precederam).

8. Os direitos de consumo de Lisboa.

9. Os direitos de importação (dos quais não é possível distinguir até 1864-1865 os direitos de exportação⁽¹⁾, que eram, entretanto, muito reduzidos).

10. Os rendimentos dos tabacos.

Estas dez rubricas, cujo regime jurídico exporemos em seguida, além de serem as únicas que chegam a ultrapassar em algum ano 3% do total das receitas fiscais, somam sempre mais de $\frac{4}{5}$ desse total, o que mostra uma concentração excepcional dos quantitativos. Delas se destacam por ultrapassarem $\frac{1}{10}$ do total:

a) Os direitos de importação, que representam entre 29 e 42% do total;

b) Os rendimentos dos tabacos, que representam 4 a 25% do total;

c) A contribuição predial, que representa 6 a 15% do total;

d) O imposto de rendimento, que representa 5 a 13% do total.

Esta composição do sistema fiscal português é comentada em Fuschini, 1899, págs. 163-164, onde pode ler-se:

"O nosso systema tributario não obedece a qualquer principio geral, nem se regula por criterios scientificos".

"Preferir o emprestimo ao imposto, eis a primeira regra. (...) Como os impostos indirectos, pela sua natureza e incidencia, excitam menos a opinião publica, deviam ser preferidos aos directos, eis a segunda regra (...). Finalmente, constitue a terceira regra o lançamento de addicionaes".

(1) É certo que é possível fazê-lo para anos civis usando as estatísticas do comércio externo, mas não para anos económicos usando as contas públicas.

Para além de o maior peso da tributação indirecta se poder com efeito associar ao problema da maior anestesia fiscal, parece-nos que a redutibilidade do sistema fiscal a um tão pequeno conjunto de rubricas, a par de um vasto número de pequenos impostos sem qualquer significado na composição quantitativa das cobranças, permite colher a ideia de estarmos perante um estado pouco enraizado no território onde exerce a sua soberania e que por isso recorre sobretudo aos direitos de importação cobrados pelas alfândegas, à compensação do monopólio do tabaco, aos direitos de consumo pagos por Lisboa, aproveitando a concentração demográfica, por um lado, e a implantação do aparelho administrativo e burocrático na capital, por outro, e à tributação indirecta pela maior facilidade de cobrança. Parece escapar-lhe, na realidade, a possibilidade do exercício do fisco, com idêntica incidência, na totalidade do território nacional continental.

4.2. REGIME JURÍDICO

A - Impostos directos

No início do período em estudo, cerca de $\frac{2}{3}$ do capítulo dos impostos directos eram preenchidos por um único artigo: a décima. Como as restantes rubricas importantes do capítulo correspondiam a impostos cuja classificação como directos é muito discutível — papel selado, sisas, subsídio literário —, podemos dizer que a décima constituía o essencial dos impostos directos portugueses da época.

A décima fora criada em 1641 para financiar as despesas militares da guerra da Restauração e permanecera depois de finda esta. Com o advento do regime liberal sofreu uma reforma, que se limitou a distinguir múltiplas modalidades de cobrança: décima de foros, décima industrial, décima

de juros, etc..

Durante os dez primeiros anos do período em estudo operou-se uma decomposição deste imposto, dando origem ao conjunto de impostos directos que está na base de todos os regimes que se seguiram até hoje. Assim:

a) Em 1852 (lei de 31-12-1852) foi separada a contribuição predial, que perdurou até hoje.

b) Em 1860 (lei de 30-07-1860) o que restava da décima foi decomposto em:

- contribuição industrial, que também perdurou até hoje;

- contribuição de juros, que em 1922 deu lugar ao actual imposto sobre aplicação de capitais;

- contribuição pessoal, que em 1871 pela lei de 11-03-1871 foi, por sua vez, decomposta em: contribuição de rendas de casa (a qual viria a ser abolida em 1911) e contribuição sumptuária (a qual viria a ser abolida em 1922).

Discutiremos em seguida com um pouco mais de porme-
nor os regimes das contribuições predial e industrial, dado que constam do conjunto de artigos mais importantes incluídos no quadro 7.

QUADRO 7
ESTRUTURA INTERNA DO SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS

Fontes: - Contas da receita e despesa do Tesouro Público, de 1851-1852 a 1882-1883; Contas da administração financeira do Estado, de 1883-1884 a 1896-1897 e de 1907-1908 a 1913-1914;

Anuários estatísticos de 1900 e 1903 para os anos de 1897-1898 a 1902-1903; Contas provisórias de receita e despesa do Tesouro Público de 1903-1904 a 1906-1907, publicadas no Diário do Governo.

Unidade: Valores em contos de réis e estrutura em percentagem.

Ano	Receitas Fiscais	Décima	Contribuição Pro - dial	Contribuição Industrial	Imposto Estradas	Imposto Viação	Imposto de Rendimento	Imposto de Solo	Sisa + Impos- to de transm.	Registo Proprio - dadu	Direitos Consumo Lisboa	Direitos Importação	Receita do Tabacos (1)	Parcela a ex- plicar pelos impostos não citados	Nº impostos além dos ci- tados		
	Valor	Valor	%	Valor	%	Valor	Valor	%	Valor	%	Valor	Valor	%	Valor	%		
1851-1852	9 735	1 712	18	-	-	-	179	-	2	-	273	3	286	-	3		
1852-1853	9 930	1 721	17	-	-	-	193	-	2	-	209	3	207	-	3		
1853-1854	9 141	1 684	18	103	1	-	194	-	2	-	277	3	299	-	3		
1854-1855	9 628	394	4	813	8	-	107	-	2	-	300	3	336	-	3		
1855-1856	9 700	212	2	1 099	11	-	216	-	2	-	312	3	391	-	4		
1856-1857	10 011	203	2	1 138	11	-	223	-	2	-	351	4	421	-	4		
1857-1858	10 838	114	1	1 335	12	-	248	-	2	-	309	3	390	-	4		
1858-1859	10 793	131	1	1 447	13	-	277	-	3	-	337	3	416	-	4		
1859-1860	10 574	83	1	1 353	13	-	250	-	2	-	341	3	414	-	4		
1860-1861	11 434	63	1	1 386	12	-	264	48	3	-	357	3	274	185	4		
1861-1862	12 171	30	+ 0	1 481	12	277	2	30	346	3	-	446	4	36	545	5	
1862-1863	12 763	24	+ 0	1 526	12	316	2	13	556	4	-	396	3	37	644	5	
1863-1864	13 524	53	+ 0	1 822	13	309	3	12	666	5	-	401	3	32	702	5	
1864-1865	15 856	20	+ 0	1 854	12	398	3	6	687	4	-	448	3	40	729	5	
1865-1866	13 795	25	+ 0	1 890	14	406	3	8	705	5	-	346	3	24	873	7	
1866-1867	13 176	20	+ 0	1 756	13	346	3	5	679	5	-	344	3	24	866	7	
1867-1868	14 485	16	+ 0	1 921	13	460	3	3	1 242	9	-	342	2	17	724	5	
1868-1869	14 669	35	+ 0	2 045	14	445	3	8	1 370	9	-	197	1	14	716	5	
1869-1870	15 146	12	+ 0	2 164	14	506	4	2	1 344	9	-	240	2	6	780	5	
1870-1871	15 404	11	+ 0	2 282	15	588	4	2	1 401	9	-	252	2	7	803	5	
1871-1872	16 340	6	+ 0	2 207	14	615	4	1	1 425	9	-	216	1	10	908	6	
1872-1873	17 532	5	+ 0	2 278	13	467	3	1	1 486	8	-	1 012	6	10	923	5	
1873-1874	19 720	4	+ 0	2 254	11	871	4	1	1 762	9	-	952	5	10	1 021	5	
1874-1875	21 041	2	+ 0	2 291	11	935	4	1	1 811	9	-	690	3	7	1 117	5	
1875-1876	22 226	4	+ 0	2 308	10	842	4	1	1 808	8	-	982	4	8	1 211	5	
1876-1877	21 607	2	+ 0	2 286	11	856	4	-	1 817	8	-	952	4	4	1 238	6	
1877-1878	22 243	2	+ 0	2 344	11	840	4	-	1 704	8	-	957	4	8	1 208	5	
1878-1879	25 004	1	+ 0	2 224	9	811	3	-	1 777	7	-	1 036	4	3	1 210	5	
1879-1880	20 683	1	+ 0	2 342	11	794	4	-	1 770	9	-	1 061	5	11	1 305	6	
1880-1881	22 818	1	+ 0	3 046	13	1 060	5	-	190	1	-	1 253	5	7	1 769	8	
1881-1882	25 606	1	+ 0	3 182	12	1 094	4	-	68	+ 0	276	1	1 307	5	5	2 109	8
1882-1883	23 992	1	+ 0	2 454	10	1 127	5	-	51	+ 0	398	2	1 259	5	2	1 877	8
1883-1884	25 747	-	-	3 051	12	1 108	4	-	31	+ 0	401	2	1 266	5	2	1 857	7
1884-1885	26 853	-	-	3 128	12	1 120	4	-	19	+ 0	393	1	1 250	5	15	1 757	7
1885-1886	27 683	-	-	3 035	11	1 120	4	-	18	+ 0	379	1	1 431	9	2	1 722	6
1886-1887	30 021	-	-	3 071	10	1 156	4	-	-	-	420	1	1 659	6	1	1 805	6
1887-1888	33 081	-	-	3 055	9	1 184	4	-	-	-	420	1	1 772	5	1	2 355	7
1888-1889	32 899	-	-	3 127	10	1 129	3	-	-	-	428	1	1 724	5	1	2 233	7
1889-1890	33 573	-	-	3 061	9	996	3	-	-	-	456	1	1 720	5	3	2 171	6
1890-1891	34 100	-	-	3 052	9	1 125	3	-	-	-	446	1	1 627	5	8	2 138	6
1891-1892	33 687	-	-	3 139	9	1 170	3	-	-	-	1 527	5	1 707	5	+ 0	1 988	6
1892-1893	36 495	-	-	2 885	8	1 023	3	-	-	-	3 987	11	1 766	5	+ 0	2 042	6
1893-1894	40 087	-	-	3 105	8	1 097	3	-	-	-	4 584	11	2 207	6	1	1 908	5
1894-1895	39 559	-	-	3 037	8	1 059	3	-	-	-	4 505	11	2 444	6	1	2 084	5
1895-1896	44 371	-	-	3 076	7	1 879	4	-	-	-	4 657	10	2 439	5	1	2 467	6
1896-1897	41 522	-	-	3 050	7	1 514	4	-	-	-	4 719	11	2 612	6	1	2 580	6
1897-1898	40 778	-	-	3 234	8	1 846	5	-	-	-	4 766	12	2 628	6	1	2 695	7
1898-1899	41 946	-	-	3 121	7	1 731	4	-	-	-	4 817	11	2 728	7	1	2 793	7
1899-1900	44 606	-	-	3 122	7	1 748	4	-	-	-	5 420	12	2 917	7	2	2 882	6
1900-1901	45 722	-	-	3 154	7	1 845	4	-	-	-	5 499	12	3 237	7	-	3 024	7
1901-1902	43 876	-	-	3 253	7	1 777	4	-	-	-	5 377	12	2 550	6	-	3 406	8
1902-1903	45 389	-	-	2 966	7	1 687	4	-	-	-	5 561	12	2 150	5	-	2 960	7
1903-1904	47 191	-	-	3 111	7	1 767	4	-	-	-	5 921	13	3 125	7	-	3 225	7
1904-1905	48 431	-	-	3 055	6	1 847	4	-	-	-	6 009	12	2 928	6	-	3 312	7
1905-1906	49 433	-	-	2 987	6	1 812	4	-	-	-	5 838	12	3 462	7	-	3 067	6
1906-1907	48 096	-	-	2 974	6	1 899	4	-	-	-	5 909	12	3 516	7	-	3 219	7
1907-1908	50 454	-	-	3 047	6	1 916	4	-	-	-	5 592	11	3 520	7	-	3 259	6
1908-1909	51 179	-	-	3 229	6	1 967	4	-	-	-	6 630	13	3 563	7	-	3 291	6
1909-1910	51 286	-	-	3 314	6	2 101	4	-	-	-	6 023	12	4 729	9	-	2 184	4
1910-1911	50 641	-	-	3 294	7	2 037	4	-	-	-	5 929	12	3 659	7	-	3 434	7
1911-1912	45 207	-	-	4 498	10	2 630	6	-	-	-	5 715	13	3 449	8	-	3 982	9
1912-1913	52 141	-	-	5 367	10	2 902	6	-	-	-	6 184	12	3 640	7	-	4 433	9
1913-1914	48 147	-	-	6 382	13	2 926	6	-	-	-	896	2	3 756	8	-	5 196	11

NOTA: Não calculámos estas percentagens, porque a classificação administrativa das receitas posterior a 1911-1912 não inclui as receitas provenientes dos tabacos nas receitas fiscais.

(1) - Incluímos nesta série:

- de 1851-1852 a 1863-1864 as receitas do contrato do tabaco e sabão;
- em 1864-1865, 1 537 contos provenientes do contrato do tabaco e 2 356 contos de direitos de importação e imposto de fabrico do tabaco;
- de 1865-1866 a 1887-1888, direitos de importação e imposto do fabrico do tabaco;
- de 1888-1889 a 1890-1891, direitos de importação do tabaco e receitas gerais da mesma proveniência;
- de 1891-1892 em diante, o mesmo artigo da receita.

B - Contribuição predial

Podemos distinguir, na evolução deste imposto, quatro períodos distintos:

1. O Primeiro Período: 1852-1880

A contribuição predial foi criada no Continente por decreto de 31-12-1852 e nas ilhas pela lei de 11-09-1861, após tentativa de criação pela lei de 19-04-1845, anulada pelo decreto de 22-05-1846, como contribuição directa de repartição cuja importância global se fixava anualmente por lei. Substituia a décima de prédios, a décima de foros, a décima industrial pela cultura ou exploração dos prédios, o quinto dos bens da Coroa, o novo imposto das cidades de Lisboa e Porto, os adicionais de 5% sobre estas contribuições criados pela lei de 12-12-1844, e o selo de conhecimento para as suas cobranças.

Tributava-se, com este imposto, o rendimento de prédios rústicos ou urbanos, (sem abatimento dos encargos que os pudessem onerar) os quais, para o efeito, eram arrolados e descritos numa matriz predial.

Estavam isentos deste imposto os templos públicos, os cemitérios, os prédios do Estado, os paços do concelho que fossem propriedade municipal, os edifícios das Misericórdias e hospitais, os conventos, os baldios e logradouros comuns, os prédios isentos de décima e os paúis abertos ou terrenos tirados às marés durante um período de dez anos.

Sobre a contribuição predial recaía um adicional de 2% para falhas, anulações e sinistros e outro de 15% para as estradas, e a lei de 14-08-1858 criou ainda um adicional de 3% no concelho de Lisboa e de 2% nos restantes, para melhoramentos na cidade de Lisboa, logo extinto pela lei de 30-07-1860.

Por sua vez a lei de 24-08-1869 aumentou extraordinariamente a contribuição predial em 20% da ordinária no Continente e em 10% nas Ilhas (não se aplicando naquele ano aos prédios novos no arroteamento ou edificação).

Os regulamentos da contribuição predial deste período foram o de 09-11-1853 e o de 07-08-1860.

2. O Segundo Período: 1880-1899

Neste período o imposto foi reorganizado extinguindo-se, pela lei de 17-05-1880, o adicional de 2% para falhas e anulações e sinistros, a parte do imposto de viação que recaía sobre a contribuição predial (lei de 30-06-1860) com taxa de 20%, e a contribuição extraordinária da lei de 24-08-1869, integrando-se todos estes adicionais na verba principal da contribuição.

Por outro lado, foi ordenada a elaboração de novas matrizes (lei de 17-05-1880, também), com base em inspecção directa dos prédios, e em declarações dos contribuintes, e a sua actualização e revisão anuais.

O código que vigorou durante este período foi o de 25-08-1881.

Cedo, porém, se voltaram a estabelecer adicionais:

a) A lei de 27-04-1882 criou um primeiro, com taxa de 6% sobre todas as receitas fiscais.

b) A lei de 23-06-1888 criou um segundo, extensivo às contribuições industrial, de rendas de casa e sumptuária com taxa não superior a 11.76%.

O decreto de 31-12-1892 viria a incluir, uma vez mais, esses adicionais na verba principal.

3. O Terceiro Período: 1899-1911

De 1899 a 1911 a contribuição predial urbana foi um imposto de quota (lei de 29-07-1899) e a contribuição predial rústica permaneceu com a feição de imposto de repartição.

Os códigos vigentes neste período foram o de 10-08-1903, para a contribuição predial urbana e o de 25-08-1881 para a contribuição predial rústica, passando a adoptar-se um mínimo de isenção: 100\$000 de imposto a pagar por concelho.

4. O Período Posterior a 1911

A República, pelo decreto de 04-05-1911 estendeu o sistema de quota à contribuição predial rústica, e adoptou o seguinte sistema de taxas:

Rendimento colectável	Taxa
De 5\$000 a 10\$000	T-5
De 10\$000 a 20\$000	T-3
De 20\$000 a 100\$000	T-1
De 100\$000 a 300\$000	T
De 300\$000 a 500\$000	T + 1
De 500\$000 a 1 000\$000	T + 2
De 1 000\$000 a 2 000\$000	T + 3
De 2 000\$000 a 5 000\$000	T + 4
Mais de 5 000\$000	T + 5

onde T significa taxa média, que era habitualmente de 10% para a urbana e 7% para a rústica.

Este sistema de taxas viria a ser alterado pela lei de 15-02-1913 que elevou o nível de isenção para 10\$000 e criou mais escalões:

De 5 000\$000 a 10 000\$000	T + 5
De 10 000\$000 a 20 000\$000	T + 6
De 20 000\$000 a 50 000\$000	T + 7

A lei de 09-05-1912 ordenou uma revisão das matrizes usando-se, para o ano de 1913, as matrizes existentes, mas considerando-se como rendimento colectável o produto do imposto liquidado em 1910 por $\frac{100}{7}$, no caso da contribuição predial rústica, e como matéria colectável para a contribuição predial urbana a constante das matrizes multiplicada por 1.3 (salvo em Lisboa, onde não houve aumento).

O código que consagrou o novo regime do imposto foi o do decreto de 05-06-1913.

C - Contribuição Industrial

A lei de 30-06-1860 aboliu a décima industrial e a contribuição de maneo de fábricas e respectivos adicionais e selos de conhecimento e substituiu-os pela contribuição industrial, que incidia sobre quem exercesse indústria, profissão, arte ou ofício, com excepção dos diplomatas e agentes consulares estrangeiros, dos empregados do Estado e empresas por ele subsidiadas, dos ministros do culto, dos pescadores e dos cultivadores de prédios rústicos (nos dois últimos casos, o objectivo era não duplicar o imposto do pescado e a contribuição predial), das caixas económicas e montepios e dos jornaleiros.

A contribuição compunha-se:

a) De taxas fixas, calculadas de acordo com os lucros certos ou presumidos e não sujeitas a repartição, para certos contribuintes. Tratava-se, em geral, de fábricas, cujos lucros eram presumidos a partir de indicadores fornecidos pela capacidade produtiva (instrumentos ou quantidade de mão-de-obra) empregue. (Tabela A).

b) De taxas variáveis, calculadas de acordo com a ordem das terras (que eram repartidas por seis grupos) e sujeitas a repartição, para outros contribuintes. Tratava-se, em geral, de comerciantes e artesãos, que eram divididos por classes, cada uma englobando várias actividades, que podiam formar grêmios para repartir entre si o montante global que lhes era atribuido. Os estabelecimentos fabris pagavam apenas $\frac{1}{3}$ da taxa nos dois primeiros anos de laboração e $\frac{2}{3}$ nos dois seguintes. (Tabela B).

Esta contribuição foi estendida às Ilhas Adjacentes pela lei de 11-09-1861 e as suas tabelas corrigidas pela lei de 22-08-1861. A lei de 7-7-1862 regulamentou os recursos, a de 11-3-1871 reduziu o número de classes a cinco,

a de 9-5-1872 reviu as isenções, assim como a de 14-5-1872 que também reviu as tabelas. Todas estas alterações foram compiladas num novo regulamento da contribuição decretado a 28-8-1872.

Novas alterações foram introduzidas pela lei de 10-04-1875 (que reduziu os montantes da contribuição industrial nos Açores e na Madeira a 60% do que eram no Continente), e de 31-03-1879 (que repôs o imposto sobre licença para venda de tabacos, retirando esta profissão das tabelas). O adicional de 6% a todas as receitas fiscais da lei de 27-04-1882 e o de 11.76% extensivo às contribuições de rendas de casa e sumptuária da lei de 23-06-1888 viriam a ser integrados no corpo da contribuição pelo decreto de 31-12-1892, enquanto a revisão das tabelas se fez pelas leis de 31-03-1880, de 15-07-1887 e de 09-05-1888. Todas estas alterações foram reunidas no regulamento decretado em 27-12-1888 que consentiu com base na lei de 09-05-1888 isenções a certas classes e a indivíduos com rendimentos médios diários inferiores a limiares que variavam com a ordem das terras onde exerciam a profissão. A revisão destes limiares foi feita pela lei de 21-07-1893 que também reviu as tabelas, e pelo decreto de 28-06-1894 que passou a considerar oito ordens de terras. Finalmente a lei de 31-03-1896 alterou a classificação das profissões.

No conjunto, podemos, entretanto, dizer que o esquema geral da contribuição se manteve idêntico ao longo de todo o período em estudo.

*

A classificação das terras por ordens baseava-se na sua população e na sua categoria administrativa, de acordo com regras que evoluíram da forma seguinte (os valores correspondem a números mínimos de habitantes):

ORDEM	LEI 30-06-1860	LEI 21-07-1893	DECRETO DE 28-06-1894
1ª	100 000	parte de Lisboa e Porto	parte de Lisboa
2ª	50 000	resto de Lisboa, Vila Nova Gaia e povoações com 30 mil habitantes	parte do Porto e resto de Lisboa
3ª	4 000	resto do Porto, sedes de distrito e povoações com 8 000 habitantes	resto do Porto e povoações com 11 000 habitantes (12 500 pela lei 31-03-1896)
4ª	2 000	2 000	8 000
5ª	500	500	4 000
6ª	povoações que não fossem cidades ou vilas ou não tivessem 500 habitantes	o mesmo que na lei 30-06-1860	2 000
7ª	—	—	500
8ª	—	—	como a antiga 6ª ordem

As taxas subiram ao longo do período em estudo. É impossível examiná-las em pormenor, devido ao número elevado de profissões abrangido, que orçava pelas duas centenas, mas cremos que serão elucidativos os seguintes valores de base da tabela B (unidade: milhares de réis).

Lei de 30-07-1860

Classes	Ordem da terra					
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
1ª	80	60	50	40	30	20
2ª	45	35	26	20	16	12
3ª	30	24	18	13	10.5	8
4ª	20	16	12	9	7	5
5ª	13	10	8	6	4.5	3
6ª	8	6	4.5	3.5	2.5	1.5
7ª	4	3	2	1.5	1	0.6
8ª	1.2	1	0.8	0.6	0.4	0.3

Lei de 24-08-1869

Agravou as taxas estabelecidas na lei de 30-07-1860 em 50%.

Lei de 11-03-1871

Classes	Ordem da terra					
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
1ª	140	120	80	60	45	30
2ª	70	60	40	30	22.5	15
3ª	45	30	20	15	11.25	7.5
4ª	20	15	10	7.5	5.6	3.75
5ª	10	7.5	5	3.75	2.8	1.9

Lei de 28-08-1872

Classes	Ordem da terra					
	1a	2a	3a	4a	5a	6a
1a	200	160	100	80	60	40
2a	80	65	40	30	25	18
3a	60	50	35	25	20	15
4a	40	35	25	18	15	10
5a	26	22	16	12	10	5.5
6a	16	13	9	7	5.5	3
7a	8	6.5	4	3	2.3	1.3
8a	1.6	1.5	1	0.75	0.55	0.4

Lei de 09-05-1888

Classes	Ordem da terra					
	1a	2a	3a	4a	5a	6a
1a	300	240	150	120	90	60
2a	120	97	60	45	37	26
3a	90	75	52	37	30	22
4a	60	52	37	26	22	15
5a	37	31	22	16.5	14	7
6a	22	18	13	10	7	4
7a	11	9	5	4	3	1.5
8a	1.8	1.5	1.2	0.9	0.6	0.4

Lei de 21-07-1893

Ordem da terra

Classes	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
1ª	600	480	300	240	180	120
2ª	200	160	110	80	55	40
3ª	120	100	70	50	36	28
4ª	90	70	50	35	29	20
5ª	55	45	30	22	18	9.5
6ª	28	23	17	13	9	5
7ª	13	11	6	5	3.6	1.8
8ª	3	2	1.6	1.1	0.8	0.5

Decreto 28-06-1894

Classes	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
1ª	900	750	500	400	350	250	220	200
2ª	450	360	240	200	180	130	100	80
3ª	200	160	110	90	80	45	42	40
4ª	120	100	70	64	50	33	30	28
5ª	80	65	45	43	32	23	21	20
6ª	55	45	30	28	22	12	10.5	9.5
7ª	40	34	24	20	18	10	8.5	7.2
8ª	28	23	17	15	13	7	6	5
9ª	13	11	6	5.5	5	2.5	1.9	1.8
10ª	3	2	1.6	1.4	1.1	0.8	0.6	0.5

D - Imposto de Estradas e Imposto de Viação

O imposto de estradas, depois chamado imposto de viação, era, na realidade, um adicional aos impostos directos, consignado às obras públicas de construção de vias de comunicação.

Foi criado pela lei de 22-07-1850, com o nome de imposto de estradas, constituído por um adicional de 15% sobre a décima predial, a décima de juros, a décima industrial e o imposto de criados e cavalgaduras, consignado à construção das estradas de 1ª classe (as que ligavam as capitais de distrito) e de 2ª classe (as que ligavam outras cidades) — definições da própria lei.

A lei de 30-06-1860 mudou o nome do imposto para imposto de viação, reviu e alargou as taxas dos adicionais, que passaram a ser 20% sobre a contribuição predial, a contribuição industrial, a contribuição pessoal e a contribuição de registo, 30% sobre a décima de juros, 10% sobre os direitos de mercê, matrículas e cartas e 5% sobre o imposto do pescado, e alargou a consignaçoão à construção de todas as vias de comunicação, nomeadamente caminhos-de-ferro e estradas.

A lei de 31-03-1880 extinguiu o imposto de viação, por incorporação dos adicionais nas verbas principais dos respectivos impostos, cessando assim a consignaçoão de receitas, sem que o seu montante fosse reduzido.

E - Imposto de Rendimento

O imposto de rendimento foi criado pela lei de 18-06-1880 e regulado pelo decreto de 12-11-1880. Pretendia ser um imposto global sobre o rendimento segundo o modelo do "*income-tax*" inglês. Fora já proposto dez anos antes por Anselmo José Braamcamp, como imposto de repartição, mas foi Henrique Barros Gomes, ministro da Fazenda de um governo presidido pelo proponente de dez anos atrás, quem o fez aprovar como imposto de quota. Trata-se, como se vê, de um projecto defendido por políticos do partido progressista.

Constituíam a matéria colectável todos os rendimentos desfrutados ou produzidos no Continente e Ilhas Adjacentes, distribuídos por cinco classes com os seguintes conteúdos, isenções e taxas:

CLASSE	CONTEÚDO	ISENÇÕES	TAXAS
A	rendimento de aplicação de capitais em títulos	rendimentos recebidos por estabelecimentos de caridade, instrução, etc.	3%
B	rendimentos do exercício de empregos	rendimentos inferiores a 150\$000	2%
C	rendimentos da propriedade imobiliária	rendimentos de prédios inscritos na matriz por menos de 500\$000	2%
D	rendimentos do comércio e indústria	rendimentos inferiores a 150\$000.	2%
E	outras proveniências	rendimentos inferiores a 150\$000	3%

Não durou muito tempo este imposto. Regressado ao poder o Partido Regenerador, logo a lei de 27-04-1882 aboliu as classes C, D e E, reduzindo o imposto às classes A

(aplicação de capitais em títulos) e B (basicamente vencimentos de funcionários públicos), sobre os quais não recaía qualquer outro imposto.

A lei de 26-02-1892 elevou a taxa do imposto sobre juros da dívida pública interna para 30%.

Só a lei nº 1 368 de 21-09-1922 viria a retomar o projecto de um imposto global sobre o rendimento, aliás em moldes diferentes. Foi a mesma lei que aboliu a classe B do imposto em estudo e integrou a classe A no novo imposto designado imposto sobre aplicação de capitais.

F - Imposto do Selo

O imposto do selo incidia, de acordo com uma extensa tabela que não examinaremos em pormenor, sobre variados documentos, que eram considerados insanavelmente nulos, do ponto de vista jurídico, caso não estivessem selados.

Podia ser pago de três formas:

- a) Selo de verba, registado em livros nas repartições.
- b) Inutilização de estampilhas fiscais, produzidas pela Casa da Moeda.
- c) Utilização de papel selado a tinta de óleo pela Casa da Moeda.

A lei de 22-06-1880 introduziu ainda a possibilidade de avença.

As tabelas que vigoravam no início do nosso período eram as resultantes:

- do regulamento de 18-01-1837;
- das alterações a ele introduzidas pelas leis de 10-07-1843 e de 23-04-1845.

Durante o período que analisamos no nosso trabalho, as tabelas publicadas relativamente a este imposto, foram, basicamente, as seguintes:

TABELAS	AUTORIZADAS POR
decreto com força de lei de 10-12-1861	lei de 26-04-1861 lei de 17-08-1861
decreto de 04-09-1867	lei de 01-07-1867
decreto de 02-12-1869	lei de 30-08-1869
decreto de 18-09-1873	lei de 02-04-1873
decreto de 14-11-1878	lei de 07-05-1878
decreto de 26-01-1885	
lei de 21-07-1893	a mesma lei
decreto de 23-12-1899	lei de 29-07-1899
lei de 13-05-1901	a mesma lei
decreto de 09-08-1902	lei de 24-05-1902

Foram as tabelas de 1902 que se mantiveram em vigor até final do período em estudo, embora se deva assinalar:

a) Que o decreto de 26-05-1911 alterou as regras relativas às estampilhas fiscais.

b) E que o decreto nº 162 de 14-10-1913 alargou, com base na lei de 29-06-1913, o imposto de selo às especialidades farmacêuticas.

G - A Contribuição de Registo

A contribuição de registo foi criada pela lei de 30-07-1860, por fusão:

a) Das sisas, imposto sobre as trocas, que o decreto de 19-04-1832 restringira às transmissões onerosas de imóveis e cuja taxa fora fixada em 10% pela lei de 21-10-1841.

b) Do imposto de transmissão de propriedade, criado pela lei de 21-02-1838, sobre as transmissões gratuitas com as seguintes taxas:

- transmissões para descendentes, ascendentes e cônjuges: isentas;

- transmissões para parentes colaterais em 2º grau: 2%;

- transmissões para primos e co-irmãos: 3%;

- transmissões para parentes colaterais em 3º e 4º graus: 4%

- outras transmissões: 6%.

Os anos que decorreram entre 1860 e 1911 conheceram sucessivas revisões das taxas, sempre no sentido crescente, e a extensão do imposto às heranças para ascendentes e cônjuges, de acordo com o seguinte quadro:

TRANSMISSÕES	30-06-1860	30-06-1870	31-03-1887	01-07-1895
Onerosas	6%	6%	8.4%	10%
Gratuitas para:				
Descendentes	0%	0%	0%	0%
Ascendentes	0%	2%	2.8%	5%
Cônjuges	0%	2%	2.8%	7.5%
Parentes col. 2º grau	3%	3%	4.2%	10%
Parentes col. 3º e 4º grau	6%	6%	8.4%	15%
Outras pessoas	10%	10%	14.0%	15%

A lei de 27-04-1882 criou um adicional de 6%, que durou até 01-07-1895.

O decreto de 01-07-1895 isentou ainda as transmissões a favor de ascendentes, descendentes ou cônjuges, inferiores a 100\$00 e a lei de 29-07-1899 isentou todas as transmissões inferiores a 50\$00.

O decreto de 24-05-1911 introduziu três inovações fundamentais:

a) Redução da taxa sobre as transmissões onerosas para 8%.

b) Alargamento do imposto às heranças a favor de descendentes, com taxa de 2%.

c) Introdução de progressividade nas taxas sobre transmissões gratuitas, de acordo com o seguinte quadro:

	de 50\$000 a 200\$000	de 200\$000 a 500\$000	de 500\$000 a 1 000\$000	de 1 000\$000 a 5 000\$000	de 5 000\$000 a 15 000\$000	de 15 000\$000 a 30 000\$000	de 30 000\$000 a 50 000\$000	mais de 50 000\$000
a favor de descendentes	2	2	2	2	2	2	2	2
a favor de ascendentes	5	5.25	5.5	5.75	6	6.25	6.5	6.75
entre cônjuges	7.5	7.75	8	8.25	8.5	8.75	9	9.25
entre irmãos	10	10.25	10.5	10.75	11	11.25	11.5	11.75
entre parentes colate- rais do 3º grau	15.5	15.75	16	16.25	16.5	16.75	17	17.25
entre outras pessoas	16	16.25	16.5	16.75	17	17.25	17.5	17.75

NOTA:- Valores em percentagem.

H - Direitos Aduaneiros

Segundo Pereira, 1971, Bairoch, 1976 e Marques, 1977 sucederam-se no período em estudo três pautas aduaneiras:

a) A de 1837, considerada como visando objectivos de protecção da indústria nacional.

b) A de 1852, considerada como francamente mais livre-cambista do que a anterior.

c) A de 1892, considerada como bastante mais proteccionista do que a anterior.

Só um estudo aprofundado sobre o comércio externo poderá testar tais asserções.

Uma primeira aproximação ao problema dos direitos alfandegários foi tentada no quadro 8 que regista os valores das exportações e importações e os respectivos direitos, assim como as correspondentes taxas médias de incidência dadas pelas razões

<u>direitos de importação</u>	e	<u>direitos de exportação</u>
importações		exportações

Obtêm-se, da análise destes dados as seguintes conclusões:

Os direitos de importação são sempre mais de $\frac{1}{5}$ das importações, o que parece à primeira vista infirmar a ideia do livre-cambismo da pauta de 1852. Aliás, a cobrança dos direitos de importação e a proporção que ela representa do valor das importações parecem não acusar a influência de alterações pautais. Com efeito, os direitos de importação representaram menos de 30% do valor das importações até 1873, geralmente mais de 30% desse valor entre 1873 e 1896, e voltaram a quedar-se por taxas de incidência inferiores a 30% de 1896 em diante. Parece assim existir um

maior peso dos direitos de importação sobre o volume das importações durante o período de contracção longa de preços, característico da fase B Kondratieff. Terá sido a tendên - cia geral dos preços que explica a maior proporção das co - branças sobre o valor das mercadorias importadas, por se tratar em geral de direitos específicos e não de direitos *ad valorem*.

Os direitos de exportação oneraram sempre a expor - tação nacional em cerca de 1% do seu valor total e só repre - sentaram 2% e mesmo 3% entre 1883 e 1888. Vinham, contudo, a crescer desde 1873 (note-se, porém, que no início da déca da de cinquenta rondavam 1% por excesso) e estacionaram de 1896 em diante no limiar de 8-9%.

COMÉRCIO EXTERNO E DIREITOS ADUANEIROS

Fonte: Comércio externo e direitos — estatísticas do comércio externo^(*).

Saldo, cobertura e coeficientes - cálculo nosso.

Unidade: Comércio externo, saldo e direitos - contos.

Cobertura e coeficientes - percentagens.

ANO	EXPORTAÇÕES (contos)	IMPORTAÇÕES (contos)	SALDO COMERCIAL (contos)	COBERTURA %	DIREITOS DE EXPORTAÇÃO (contos)	COEFICIENTE %	DIREITOS DE IMPORTAÇÃO (contos)	COEFICIENTE %
1851	8 014	12 020	- 4 006	67	361	5	3 532	29
...								
1855	12 140	16 080	- 3 940	75	147	1	3 602	22
1856	15 252	19 265	- 4 013	79	148	1	3 897	20
...								
1861	13 657	24 717	- 11 060	55	139	1	5 087	21
...								
1865	16 222	24 417	- 8 195	66	182	1	7 548	31
1866	17 091	24 559	- 7 468	70	140	1	6 645	27
1867	15 692	26 007	- 10 315	60	73	+ 0	6 737	26
1868	16 023	24 090	- 8 067	67	76	+ 0	6 755	28
1869	17 342	22 281	- 4 939	78	70	+ 0	6 386	29
1870	19 997	24 247	- 4 250	82	76	+ 0	6 595	27
1871	21 297	23 543	- 2 246	90	89	+ 0	6 465	27
1872	23 200	27 329	- 4 129	85	132	1	7 595	28
1873	23 545	30 115	- 6 570	78	164	1	8 337	28
1874	22 888	26 829	- 3 941	85	(a)	(a)	8 419	31
1875	24 265	33 526	- 9 261	72	168	1	9 706	29
1876	20 992	30 012	- 9 020	70	159	1	9 370	31
1877	23 076	31 198	- 8 122	74	168	1	10 201	33
1878	18 203	28 623	- 10 420	64	152	1	9 862	34
1879	17 874	32 802	- 14 928	54	152	1	11 806	36
1880	24 658	32 331	- 7 673	76	203	1	9 046	28
1881	20 654	33 426	- 12 772	62	182	1	10 157	30
1882	22 556	33 625	- 11 069	67	230	1	10 954	33
1883	22 791	31 187	- 8 396	73	457	2	11 931	38
1884	22 648	32 554	- 9 906	70	442	2	12 929	40
1885	22 647	32 732	- 10 085	69	573	3	13 593	42
1886	26 108	37 252	- 11 144	70	596	2	14 613	39
1887	21 239	37 156	- 15 917	57	475	2	16 214	44
1888	23 443	38 082	- 14 639	62	444	2	14 168	37
1889	23 344	41 813	- 18 469	56	328	1	13 917	33
1890	21 539	44 305	- 22 766	49	231	1	14 770	33
1891	21 379	39 509	- 18 130	54	300	1	13 301	34
1892	24 631	30 829	- 6 198	80	355	1	10 458	34
1893	23 408	38 307	- 14 899	61	314	1	13 883	36
1894	23 924	35 667	- 11 743	67	302	1	13 535	38
1895	26 961	39 841	- 12 880	68	336	1	16 059	40
1896	26 139	39 531	- 13 392	66	355	1	15 324	39
1897	27 311	40 425	- 13 114	68	377	1	12 910	32
1898	31 124	48 606	- 17 482	64	434	1	11 802	24
1899	28 804	50 640	- 21 836	57	394	1	14 788	29
1900	30 931	59 724	- 28 793	52	402	1	15 514	26
1901	28 282	57 823	- 29 541	49	305	1	14 690	25
1902	28 435	55 597	- 27 620	51	221	1	13 753	25
1903	30 603	58 806	- 28 203	52	244	1	15 718	27
1904	30 712	62 043	- 31 331	50	239	1	16 702	27
1905	28 969	60 678	- 31 709	48	238	1	17 363	29
1906	30 593	60 391	- 29 798	51	261	1	17 326	29
1907	30 410	61 453	- 31 043	49	263	1	16 115	26
1908	28 377	67 248	- 38 871	42	232	1	17 228	26
1909	30 880	64 758	- 33 878	48	265	1	15 812	24
1910	35 724	69 507	- 33 783	51	306	1	16 278	23
1911	34 065	68 127	- 34 062	50	279	1	15 535	23
1912	34 317	74 616	- 40 299	46	284	1	16 715	22
1913	35 287	88 978	- 53 691	40	298	1	19 662	22
1914	27 146	69 331	- 42 185	39	261	1	17 008	25

* Anos de 1851, 1855, 1856, 1861 e 1865 a 1877 - Mapas gerais do comércio de Portugal com as suas possessões e nações estrangeiras.

Anos de 1878 a 1896 - Comércio do Continente do Reino e Ilhas com os países estrangeiros e as províncias ultramarinas.

Anos de 1897 a 1914 - Comércio e Navegação.

(a) Não foi possível obter valores para estas rubricas, porque não foi publicado o volume dos Mapas gerais respeitantes a este ano, sendo os demais valores colhidos em retrospectivas dos volumes de anos posteriores.

I - Impostos Indirectos

Além do imposto do selo e dos direitos aduaneiros, existiam os seguintes impostos indirectos:

a) Real de água, incidindo sobre as carnes, as bebidas alcoólicas e o vinagre.

b) Direitos de consumo, incidindo sobre os óleos, as frutas, o arroz, os lacticínios, os ovos, o carvão e os cereais.

c) Direitos cobrados nas barreiras das cidades de Lisboa.

d) Direitos de carga cobrados sobre os navios que efectuassem cargas e descargas nos portos do Continente e Ilhas Adjacentes (0\$250 por tonelada, 0\$300 por passageiro desembarcado e 1\$000 por passageiro embarcado) — lei de 16-09-1890.

e) Direitos de fabricação sobre o açúcar, a cerveja, os óleos e as margarinas e as velas.

f) Direitos sanitários sobre as carnes.

Destes direitos os mais importantes eram o real de água e os direitos cobrados nas barreiras da cidade de Lisboa. Estes últimos eram regulados pelos mesmos diplomas que os direitos aduaneiros — curiosa permanência do antigo regime — e só foram abolidos, tal como os citados acima, excepto os da alínea d) pela lei nº 1 368 de 21-09-922.

J - Receitas dos Tabacos

1. Regimes de Exploração

Durante o período em estudo, sucederam-se os seguintes regimes de exploração do negócio dos tabacos:

a) Até 1865, a exploração por arrematação da exclusividade da produção em regime de monopólio.

b) Em 1865 até 1888, liberdade de produção, nos termos das leis de 13-05-1864 e de 02-12-1864.

c) De 1888 até 1891, administração directa da produção pelo Estado, nos termos da lei de 22-05-1888.

d) A partir de 1891, de novo o regime de monopólio, nos termos da lei de 19-05-1890.

2. O Primeiro Período do Monopólio

Vigoraram durante ele os seguintes contratos:

DATA DO CONTRATO	COMPANHIA	DURAÇÃO	RENDA ANUAL PAGA AO ESTADO
01-05-1846, prolongamento de um contrato iniciado em 1844	do Tabaco, do Sabão e da Pólvora	1846 a 1858	1 521 contos
12-01-1858	Do Contrato do Tabaco	1858 a 1861	1 461 contos (dos quais 1 341 para o Tesouro e 120 contos para JCP)
14-12-1860	Do Contrato do Tabaco	1861 a 1864	1 521 contos
15-06-1864	Da Fábrica de Tabaco de Xabre - gas	2º semestre de 1864	1 410,5 contos

3. O Regime de Liberdade

Segundo Santos, 1974, laboraram neste período 33 Fábricas no Continente e 13 nas Ilhas. Porém, segundo o mesmo autor, até finais de 1886 a Companhia Nacional de Tabacos de Xabregas absorveu tão elevado número de fábricas — e as não abrangidas eram tão pouco viáveis, economicamente — que o regime de liberdade acabou por conduzir, na prática, ao sistema de monopólio.

Para o Estado, os rendimentos provenientes dos tabacos, neste regime de exploração, eram constituídos por:

- direitos aduaneiros sobre a importação de tabaco manipulado (o seu agravamento pelo decreto de 27-01-1887 significou maior protecção da indústria nacional);

- direitos aduaneiros sobre a importação de matérias-primas (agravados pelo decreto de 27-04-1871);

- quota de 20% sobre o valor da produção, a partir do decreto de 31-03-1879.

Para obviar à excessiva concentração da indústria e assegurar montante fixo aos réditos do Estado, a lei de 18-08-1887 tentou constituir o Grémio da Indústria dos Tabacos que, no seu conjunto, pagaria 4 250 contos anuais ao Estado, mas esta iniciativa gorou-se.

4. A Administração Directa da Produção pelo Estado

A iniciativa da administração directa da produção pelo Estado coube a Mariano Cirilo de Carvalho, ministro da Fazenda num governo progressista de Luciano de Castro. Para o efeito foi criada a Administração Geral dos Tabacos cuja direcção foi confiada a Oliveira Martins.

A indemnização pela expropriação das fábricas do regime anterior fez-se pela emissão de 8 000 obrigações de 90\$000 do empréstimo de 4 ¹/₂%, autorizado pela lei de 22-05-1888.

A experiência viria a ser breve, com a justificação de que o novo regime rendia menos ao Estado do que o sistema de arrematação ao monopólio — tese do partido Regenerador: uma vez mais a valorização da prontidão de cobranças. A razão estará, todavia, nos investimentos que a Administração Geral dos Tabacos terá feito em paióis de fermentação com aquisição abundante de matérias-primas.

5. O Segundo Período de Monopólio

O contrato de 26-02-1891 aprovado pelo decreto de 14-04-1891 concedeu o monopólio do negócio dos tabacos a uma companhia designada Companhia dos Tabacos de Portugal, por um período de 35 anos (de 01-05-1891 até 30 de Abril de 1926), com possibilidade de rescisão ao fim de 16 anos (em 30-04-1907). As condições do contrato eram as seguintes:

1º - Os concessionários pagavam ao Tesouro uma renda fixa anual de:

Anos	Renda (em contos)
1891-1892 e 1892-1893	4 250
1893-1894 e 1894-1895	4 350
1895-1896 e 1896-1897	4 400
1897-1898 a 1902-1903	4 450
1903-1904 a 1925-1926	4 500

(Note-se que os anos referidos começam em 1 de Maio e terminam em 30 de Abril e que o pagamento era efectuado em prestações mensais e em moeda corrente).

2º - O Estado participava nos lucros da seguinte forma:

a) Recebendo a diferença entre 5 150 contos e a renda fixa anual.

b) Recebendo 60% do que restasse, depois de deduzido o pagamento referido na alínea a), 5% para o pessoal operário, 1% para o pessoal não operário e 10% para o fundo de reserva.

3º - A Companhia adiantava ao Estado 45 000 contos-ouro (empréstimo 4 1/2% 1891, autorizado pela lei de 23-03-1891), recebendo em troca a obrigação geral que podia decompor em 500 000 obrigações de 90\$000 ouro cada, e administrava o empréstimo, em particular pagando os juros e a amortização (2 577 contos-ouro anuais, que deduzia da renda fixa a pagar).

*

*

*

Usou o Estado do direito de rescisão do contrato ao fim de 16 anos, firmando em 02-06-1906 novo contrato com a Companhia dos Tabacos de Portugal, aprovado pelo decreto de 11-07-1907.

De acordo com este contrato, a renda anual passou a ser de 6 520 contos entre 01-05-1907 e 30-04-1926 e a participação dos lucros ficou escalonada da forma seguinte:

Anos	Participação (em contos)
1907-1908 a 1909-1910	50
1910-1911 a 1913-1914	150
1914-1915 a 1916-1917	300
1917-1918 a 1919-1920	400
1920-1921 a 1925-1926	450

Deve notar-se que o processo de negociação conducente a este contrato foi muito complexo como pode ver-se em Santos, 1974.

Este contrato viria a ser alterado durante a primeira guerra mundial.

CAPÍTULO 4 - AS DESPESAS

1. Critérios de Classificação das Despesas
 - 1.1. Critério administrativo
 - 1.2. Critério financeiro
 - 1.3. Critério funcional
 - 1.4. Critério económico
2. Evolução do Montante das Despesas Efectivas
3. Composição Administrativa das Despesas
 - 3.1. Despesas ordinárias e extraordinárias
 - 3.2. Distribuição das despesas por ministérios
4. Composição Funcional das Despesas
 - 4.1. Processo de trabalho
 - 4.2. Evolução de estrutura
5. Composição Económica das Despesas
 - 5.1. Processo de trabalho
 - 5.2. Evolução da estrutura



1. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS

1.1. CRITÉRIO ADMINISTRATIVO

O critério administrativo corresponde à arrumação das despesas efectuada nas próprias fontes, a qual se chegou a processar a cinco níveis:

1º - Contas

Assim se designaram, a partir do Regulamento da Contabilidade Pública de 1881, as duas rubricas fundamentais seguintes:

- a) Despesas ordinárias.
- b) Despesas extraordinárias.

Foi apenas o mesmo regulamento de 1881 que definiu:

- Despesas ordinárias como as despesas que, por sua natureza, são permanentes.

- Despesas extraordinárias, como despesas que têm carácter transitório.

Até então, muito embora os regulamentos exigissem esta classificação, nunca tinha parecido necessário este tipo de definição.

2º - Ministérios e serviços equivalentes.

Estas rubricas eram as seguintes:

a) Junta do Crédito Público (JCP) / Direcção Geral da Dívida Pública (DGDP) — Sobre a história destes organismos veja-se o que foi dito no ponto 1 da secção B do capítulo 2.

b) Caixa Geral de Depósitos e Económica Portuguesa - A Caixa Geral de Depósitos foi criada pela lei de 10 de Abril de 1876, com o objectivo de centralizar os depósitos ordenados por entidades oficiais, tais como os provenientes de espólios, cauções e obrigações, para além da recepção de depósitos voluntários; a Caixa Económica Portuguesa foi criada pelo decreto de 26 de Abril de 1880 tendo por objectivo a recepção de depósitos dos serviços públicos, para além da recepção de depósitos voluntários; a sua fusão operou-se pela lei de 1 de Julho de 1885, que organizou um quadro de funcionários comum, passando o novo organismo a desempenhar funções de crédito e de instituição de previdência do funcionalismo público.

c) Diferenças de câmbios — Incluem encargos resultantes da cotação abaixo do par da moeda portuguesa.

d) Encargos gerais — Esta rubrica incluía os gastos com a corte, o parlamento, os encargos da dívida pública a cargo do Tesouro (e não da JCP ou DGDP) e pensões e reformas.

e) Amortização das notas do Banco de Lisboa — O decreto de 19 de Novembro de 1846 estabeleceu o curso forçado das notas do Banco de Lisboa, limitou a sua circulação a 5 mil contos e ordenou ao Banco de Portugal a amortização de 18 contos por mês. O decreto de 10 de Março de 1847 mandou acelerar o ritmo da amortização para 50 contos por mês, com vista a travar a desvalorização das notas. O decreto de 5 de Junho de 1847 atribuiu, finalmente, ao Estado, o encargo da amortização dos 32 contos adicionais, ante o protesto do Banco de Portugal contra a despesa acrescida. Daí resul

tou o aparecimento desta rubrica.

f) - Ministério da Fazenda — Criado pelo decreto de 15 de Dezembro de 1788. Denominado Ministério das Finanças pelo decreto de 8 de Outubro de 1910.

g) - Ministério do Reino — Criado pelo decreto de 28 de Julho de 1736. Denominado Ministério do Interior pelo decreto de 8 de Outubro de 1910.

h) - Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça — Criado pela lei de 23 de Agosto de 1821. Denominado Ministério da Justiça pelo decreto de 8 de Outubro de 1910.

i) - Ministério da Guerra — Desdobrado pelo decreto de 23 de Setembro de 1823 da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, criada pelo decreto de 28 de Julho de 1736.

j) - Ministério da Marinha e Ultramar — Criado pelo decreto de 28 de Julho de 1736. Dividido em Ministério da Marinha e Ministério do Ultramar pelo decreto de 23 de Agosto de 1911.

l) - Ministério dos Negócios Estrangeiros — Como o da Guerra.

m) - Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria — Criado pelo decreto de 30 de Agosto de 1852. Denominado Ministério do Fomento pelo decreto de 8 de Outubro de 1910.

n) - Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes — Criado pelo decreto de 22 de Junho de 1870; extinto pela lei de 27 de Dezembro de 1870. Criado de novo pelo decreto de 5 de Abril de 1890; extinto pelo decreto de 3 de Março de 1892. Criado uma vez mais como Ministério da Instrução Pública pela lei nº 12 de 7 de Julho de 1913.

Note-se que a organização por ministérios da administração central do Estado, caracterizada pelo agrupamento dos serviços segundo um critério de natureza funcional em departamentos, dirigidos por pessoas de nomeação régia e funções de natureza política, cujo conjunto tende a formar o órgão principal do Estado, foi herdada pela monarquia constitucional da monarquia absoluta. A designação de ministério, só no século XIX substituiu a de secretaria de estado, correspondendo este facto a uma alteração profunda da concepção do papel político dos membros do governo — de homens de confiança do rei, por ele escolhidos e participantes dos seus segredos (secretários) passaram a ser encarados como servidores da Nação, por ela escolhidos, através dos seus representantes reunidos em Cortes (ministros).

A alteração e complexificação das funções do Estado exigem as modificações do número de departamento e correlativas alterações de designação e âmbito de acção enumeradas.

Como consequência dos dos níveis de classificação já citados, as despesas apareciam decompostas da seguinte forma:

Despesas	Ordinárias	Junta do Crédito Público /Direcção Geral da Dívida Pública Caixa Geral de Depósitos e Económica Portu - guesa Diferenças de Câmbios Encargos Gerais Amortização das notas do Banco de Lisboa	da Fazenda do Reino Eclesiásticos e Justiça da Guerra da Marinha e Ultramar Estrangeiros das Obras Públicas, Comércio e Indústria da Instrução Pública e Belas- -Artes
	Extraordinárias	Serviço pró- prio dos Mi- nistérios dos Negócios	da Fazenda do Reino Eclesiásticos e Justiça da Guerra da Marinha e Ultramar Estrangeiros das Obras Públicas, Comércio e Indústria da Instrução Pública e Belas- -Artes

*

Desagregando a classificação que até aqui examinamos, as contas do Tesouro Público, dos Ministérios e da Administração Financeira do Estado, consideravam ainda:

3º - Capítulos — Correspondem, em geral, a organismos do tipo Secretaria de Estado e Direcção-Geral.

4º - Artigos — Correspondem, em geral, a rubricas de despesa das Direcções-Gerais, ou a organismos pertencentes àquelas. Ex: construção de quartéis, ampliação do hospitalA; despesas com a comissão x.

5º - Secções — Correspondem, em geral, a uma sub-classificação do tipo: pagamento de salários; aquisição de material; pagamento de férias; ajudas de custo.

1.2. CRITÉRIO FINANCEIRO

Do ponto de vista financeiro, importaria distinguir entre as despesas por operações orçamentais:

- a) As despesas efectivas;
- b) As despesas não efectivas.

Deveríamos determinar, por analogia com o que foi feito para as receitas, as primeiras por diferença, e incluir nas segundas:

- a) As despesas com amortizações da dívida pública, por se tratar da devolução de receitas que se consideraram não efectivas.
- b) Os juros da dívida pública na posse da Fazenda, por se tratar de uma mera compensação contabilística de receitas recebidas pelo próprio Estado.

Isto não é, porém, possível porque, na maior parte dos anos, as amortizações da dívida pública e os juros por ela pagos são apresentados na rubrica 'encargos com a dívida pública', sem decomposição. Limitámo-nos, por isso, a abater a segunda rubrica.

Outro problema é o suscitado pelo prejuízo resultante da venda de títulos abaixo do par. Esta parcela é desconhecida até 1858-1859, e é conhecida a partir desse ano estando já descontada nos números apresentados nas contas.

1.3. CRITÉRIO FUNCIONAL

Como alternativa à apreciação das despesas públicas arrumadas segundo critérios puramente administrativos, tentámos igualmente uma aproximação de tipo funcional, com base em dez rubricas.

a) - Dívida Pública

Esta rubrica inclui: - as despesas da Junta do Crédito Público e da Direcção-Geral da Dívida Pública;

- quaisquer outros encargos da dívida pública independentemente da sua classificação administrativa (incluindo a amortização das notas do Banco de Lisboa).

Note-se que, por conseguinte, engloba juros, amortizações e encargos administrativos da dívida.

b) - Administração

Esta rubrica inclui: - as despesas com os órgãos de soberania e maior parte das pensões (administrativamente encargos gerais);

- as despesas com a obtenção e gasto de recursos financeiros por parte do Estado e respectivo contrôle (administrativamente Ministério das Finanças);
- as despesas com as ramificações locais da administração cen - tral, o contencioso administra - tivo e a segurança pública (ad - ministrativamente Ministério do Reino).

c) - Justiça

Esta rubrica inclui as despesas com os aparelhos judi - cial, prisional e de protecção a menores (administrativamente Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justi - ça).

d) - Eclesiásticas, ou religiosas

Esta rubrica inclui as despesas com dioceses e conven - tos (administrativamente Ministério dos Negócios Ecle - siásticos e Justiça).

e) - Defesa

Esta rubrica inclui: - as despesas do Ministério da Guerra;
- as despesas da Direcção-Geral da Marinha;

f) - Relações Externas

Esta rubrica inclui as despesas do Ministério dos Negô cios Estrangeiros.

g) - Economia

Incluimos nesta rubrica: - as despesas da Caixa Geral de Depósitos;

- as despesas do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, não incluídas nas rubricas h) e i).

h) - Instrução

Incluimos nesta rubrica:

- as despesas do Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes;
- as despesas dos serviços de instrução dos ministérios do Reino e das Obras Públicas, Comércio e Indústria;
- as despesas com construções escolares do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, sempre que foi possível identificá-las.

i) - Higiene e Assistência

Incluimos nesta rubrica:

- as despesas com os serviços dessa natureza do Ministério do Reino;
- as despesas com construções hospitalares do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, sempre que foi possível identificá-las.

j) - Ultramar

Incluimos nesta rubrica as despesas da Direcção-Geral do Ultramar (incluindo os subsídios à marinha mercante para carreiras para as províncias ultramarinas).

1.4. CRITÉRIO ECONÓMICO

Tentámos obter ainda uma outra perspectiva sobre a composição das despesas, esboçando uma classificação económica nas seguintes rubricas:

a) - Despesas correntes

- a.1. Consumo - Deveria incluir as despesas correntes em bens, serviços e factores, mas foi construída por diferença, devendo estar sobre-avaliada.
- a.2. Juros - Inclui as rubricas assim designadas na conta.
- a.3. Pensões - Engloba todos os fluxos sem contrapartida real, para famílias ou entidades privadas sem fim lucrativo. Ex.: pagamento de pensões a aposentados e jubilados, subsídios a conventos.
- a.4. Subsídios - Inclui todos os fluxos sem contrapartida real, para entidades privadas com fim lucrativo. Ex.: subsídios às Companhias Nacional de Navegação e Colonial de Navegação, para estabelecimento de carreiras normais para África.

b) - Despesas de capital

- b.1. Investimento - Inclui todos os gastos em construções e obras novas. Quando a classificação administrativa por artigos se apresentou ambígua, em particular no ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, adoptámos o critério seguinte:

considerar como consumo as rubricas classificadas como despesa ordinária, e como investimento as classificadas como extraordinária. Da justeza deste critério nos ocuparemos em 5.2.

b.2. Amortizações - Inclui as amortizações da dívida pública; sempre que a designação incluía juros e amortizações, sem discriminação entre ambas, incluimo-las nos juros, como as rubricas designadas por 'encargos com a dívida amortizável' que deve incluir amortizações, mas que não são passíveis de apuramento.

b.3. Outras Despesas de Capital - Incluem a compra de imóveis e outros activos (por exemplo as expropriações de terrenos para a realização de obras públicas), assim como as garantias de juro, concedidas sobretudo a companhias de caminhos de ferro.

2. EVOLUÇÃO DO MONTANTE DAS DESPESAS EFECTIVAS

O quadro 1 apresenta o cálculo do montante das despesas efectivas em cada ano económico, permitindo afirmar que:

1. A tendência das despesas efectivas em termos nominais vai no sentido do crescimento: no conjunto do período as despesas são praticamente multiplicadas por sete;

2. O seu andamento é pouco regular, expressando-se em taxas de variação ora positivas ora negativas, ora de pequeno, ora de elevado valor absoluto.

A evolução do quantitativo das despesas efectivas em termos reais não é passível de apuramento pela lacuna já assinalada relativamente a índices de preços para a totalidade do período em estudo. Para os anos de 1890-1891 a 1913-1914 o seu cálculo é apresentado no quadro 2, utilizando-se o índice de preços Branco, 1933-1934. À semelhança do que se fez para as receitas, usou-se para deflacionar cada ano económico a média dos índices dos dois anos civis em que aquele decorre. O cálculo mostra um andamento das despesas públicas efectivas reais a preços de 1914 pouco regular e de tendência ascensional muito hesitante, com intervalo de variação cujos limites foram os 61 e os 83 milhares de contos.

Estes montantes representam muito ou pouco na economia portuguesa da época?

Mais uma vez nos socorremos das estimativas do produto nacional e, à semelhança do que fizemos para as receitas, calculámos o quociente despesas efectivas/produto, para o período de 1891 a 1914. Verifica-se que o peso das despesas públicas no produto nacional foi em média de 15% e oscilou entre os 13 e os 19%.

EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DAS DESPESAS EFECTIVAS

Fontes: Contas do Tesouro Público e Contas da Administração Financeira do Estado.

Unidade: Contos de réis

ANO	TOTAL DAS DESPESAS	JUROS TÍTULOS POSSE DA FAZENDA	DESPESAS CORRIGIDAS	TAXA VARIAÇÃO
1851-1852	11 228	26	11 202	
1852-1853	13 121	104	13 017	16.2
1853-1854	11 063	99	10 964	- 15.8
1854-1855	13 738	26	13 712	25.1
1855-1856	13 355	137	13 218	- 3.6
1856-1857	14 668	144	14 524	9.9
1857-1858	17 897	92	17 805	22.6
1858-1859	17 936	343	17 593	- 1.2
1859-1860	16 148	416	15 732	- 10.6
1860-1861	16 100	432	15 668	- 0.4
1861-1862	20 940	374	20 566	31.3
1862-1863	22 329	680	21 649	5.3
1863-1864	21 754	884	20 870	- 3.6
1864-1865	21 476	734	20 742	- 0.6
1865-1866	21 284	644	20 640	- 0.5
1866-1867	22 837	668	22 169	7.4
1867-1868	29 580	870	28 710	29.5
1868-1869	21 278	749	20 529	- 28.5
1869-1870	33 090	1 630	31 460	53.2
1870-1871	22 045	1 428	20 617	- 34.1
1871-1872	25 465	1 480	23 985	16.3
1872-1873	25 072	1 734	23 338	- 2.7
1873-1874	28 550	1 789	26 761	14.7
1874-1875	29 096	432	28 664	7.1
1875-1876	31 491	554	33 356	16.4
1876-1877	36 761	216	36 545	9.6
1877-1878	33 963	242	33 721	- 7.7
1878-1879	34 290	64	34 226	1.5
1879-1880	31 903	532	31 371	- 8.3
1880-1881	34 029	439	33 590	7.1
1881-1882	36 152	395	35 757	6.5
1882-1883	34 546	1 237	33 309	- 6.8
1883-1884	35 066	1 039	34 027	+ 2.2
1884-1885	39 800	1 070	38 730	13.8
1885-1886	41 046	767	40 279	4.0
1886-1887	41 885	1 319	40 566	0.7
1887-1888	45 004	1 357	43 647	7.6
1888-1889	50 692	1 011	49 681	13.8
1889-1890	54 360	1 516	52 844	6.4
1890-1891	51 372	1 549	49 823	- 5.7
1891-1892	54 947	1 070	53 877	8.1
1892-1893	48 013	1 372	46 641	- 13.4
1893-1894	46 462	2 003	44 459	- 4.7
1894-1895	48 639	2 577	46 062	3.6
1895-1896	54 589	2 607	51 982	12.9
1896-1897	58 261	2 664	55 597	7.0
1897-1898	57 819	2 494	55 325	- 0.5
1898-1899	55 522	2 766	52 756	- 4.6
1899-1900	62 077	3 972	58 105	10.1
1900-1901	56 259	4 032	52 227	- 10.1
1901-1902	57 565	3 850	55 715	2.8
1902-1903	59 527	4 206	55 321	3.0
1903-1904	62 291	4 458	57 833	4.5
1904-1905	61 967	4 580	57 387	- 0.8
1905-1906	63 606	4 097	59 509	3.7
1906-1907	63 513	4 152	59 361	- 0.2
1907-1908	77 121	4 307	72 814	22.7
1908-1909	75 075	4 419	70 656	- 3.0
1909-1910	76 875	4 633	72 242	2.2
1910-1911	70 234	4 740	65 494	- 9.3
1911-1912	71 505	4 675	66 830	2.0
1912-1913	83 916	5 086	78 830	18.0
1913-1914	70 347	5 279	65 068	- 17.5

QUADRO 2

CÁLCULO DAS DESPESAS EFECTIVAS REAIS ENTRE 1891 E 1914 A
PREÇOS DE 1914
CÁLCULO DO QUOCIENTE DAS DESPESAS EFECTIVAS REAIS/PRODUTO
NACIONAL

Unidade - Despesas em contos e produto em milhares de contos.
Índice de preços em percentagem.

Fontes - Despesas efectivas: Quadro 1
Índice de preços: Branco, 1933-1934
Produto: Mata, 1984.

ANO	DESPESAS EFECTIVAS	ÍNDICE DE PREÇOS	DESPESAS EFECTIVAS REAIS A PREÇOS 1914	PRODUTO NACIONAL	QUOCIENTE DESPESAS/ /PRODUTO
1891-1892	53 877	71	75 883	288	19
1892-1893	46 641	68	68 590	299	16
1893-1894	44 459	64	69 467	301	15
1894-1895	46 062	67	68 749	311	15
1895-1896	51 982	71	73 214	327	16
1896-1897	55 597	72	77 218	336	17
1897-1898	55 325	76	72 796	355	16
1898-1899	52 756	81	65 131	371	14
1899-1900	58 105	86	67 564	382	15
1900-1901	52 227	85	61 444	388	13
1901-1902	53 715	82	65 506	388	14
1902-1903	55 321	81	68 298	397	14
1903-1904	57 833	83	69 678	406	14
1904-1905	57 387	81	70 848	406	14
1905-1906	59 509	81	73 468	410	15
1906-1907	59 361	85	69 836	424	14
1907-1908	72 814	88	82 743	435	17
1908-1909	70 656	88	80 291	436	16
1909-1910	72 242	87	83 037	443	16
1910-1911	65 494	89	73 589	457	14
1911-1912	66 830	94	71 096	470	14
1912-1913	78 830	96	82 115	477	17
1913-1914	65 068	98	66 396	476	14

3. COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DAS DESPESAS

Os quadros 3 e 4 apresentam a transcrição dos valores das várias rúbricas das despesas registradas nas Contas do Tesouro Público e da administração financeira do Estado e a estrutura correspondente calculada por nós.

3.1. DESPESAS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS

As despesas ordinárias representam sempre a esmagadora maioria das despesas públicas nos anos considerados. Entretanto, é possível distinguir, quanto ao peso das despesas extraordinárias, quatro períodos:

- de 1851-1852 até 1863-1864, as despesas extraordinárias ficaram quase sempre abaixo de 5% do total;

- de 1864-1865 até 1872-1873, as despesas extraordinárias oscilaram entre 5% e $\frac{1}{3}$ do total;

- de 1873-1874 até 1891-1892, as despesas extraordinárias situaram-se quase sempre entre 10 e 20% do total;

- de 1892-1893 até 1913-1914, os limites anteriores baixaram para 5 e 12%.

Tudo isto se comprova no resumo da página 119.

QUADRO 3
DESPESA ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Fontes: Contas do Tesouro e Contas da administração financeira do Estado.

Unidade: Valor em contos de réis; estrutura em percentagem.

ANO	ORDINÁRIAS		EXTRAORDINÁRIAS		TOTAL
	VALOR	ESTRUTURA	VALOR	ESTRUTURA	
1851-1852	11 228	100	0	0	11 228
1852-1853	12 986	99	135	1	13 121
1853-1854	10 455	95	608	5	11 063
1854-1855	13 258	97	480	3	13 738
1855-1856	11 985	90	1 370	10	13 355
1856-1857	14 617	100	51	+ 0	14 668
1857-1858	17 659	99	238	1	17 897
1858-1859	17 598	98	338	2	17 936
1859-1860	15 966	99	182	1	16 148
1860-1861	15 800	98	300	2	16 100
1861-1862	20 448	98	492	2	20 940
1862-1863	22 064	99	265	1	22 329
1863-1864	21 402	98	352	2	21 754
1864-1865	19 664	92	1 812	8	21 476
1865-1866	19 014	89	2 270	11	21 284
1866-1867	20 694	91	2 143	9	22 837
1867-1868	21 118	71	8 462	29	29 580
1868-1869	19 743	93	1 535	7	21 278
1869-1870	22 976	69	10 114	31	33 090
1870-1871	20 637	94	1 408	6	22 045
1871-1872	23 732	93	1 733	7	25 465
1872-1873	22 920	91	2 152	9	25 072
1873-1874	24 764	87	3 786	13	28 550
1874-1875	23 721	82	5 375	18	29 096
1875-1876	24 931	79	6 560	21	31 491
1876-1877	29 703	81	7 058	19	36 761
1877-1878	28 786	85	5 177	15	33 963
1878-1879	30 902	90	3 388	10	34 290
1879-1880	30 221	95	1 682	5	31 903
1880-1881	29 877	88	4 152	12	34 029
1881-1882	32 032	89	4 120	11	36 152
1882-1883	31 164	90	3 382	10	34 546
1883-1884	30 891	88	4 175	12	35 066
1884-1885	33 961	85	5 839	15	39 800
1885-1886	33 634	82	7 412	18	41 046
1886-1887	35 703	85	6 183	15	41 885
1887-1888	38 790	86	6 213	14	45 004
1888-1889	39 165	77	11 256	23	50 692
1889-1890	42 781	79	11 579	21	54 360
1890-1891	42 761	83	8 612	17	51 372
1891-1892	45 657	83	9 280	17	54 947
1892-1893	43 286	90	4 728	10	48 013
1893-1894	43 595	94	2 866	6	46 462
1894-1895	45 694	94	2 945	6	48 639
1895-1896	48 727	89	5 827	11	54 589
1896-1897	51 888	89	6 373	11	58 261
1897-1898	52 324	90	5 496	10	57 819
1898-1899	51 539	93	3 983	7	55 522
1899-1900	56 518	91	5 559	9	62 077
1900-1901	52 842	94	3 417	6	56 259
1901-1902	54 357	94	3 207	6	57 564
1902-1903	54 806	92	4 721	8	59 527
1903-1904	57 667	93	4 624	7	62 291
1904-1905	58 647	95	3 320	5	61 967
1905-1906	58 898	93	4 707	7	63 606
1906-1907	59 058	93	4 455	7	63 513
1907-1908	72 385	94	4 736	6	77 121
1908-1909	70 138	93	4 937	7	75 075
1909-1910	71 482	93	5 394	7	76 875
1910-1911	67 972	97	2 262	3	70 234
1911-1912	67 183	94	4 322	6	71 505
1912-1913	79 463	95	4 453	5	83 916
1913-1914	66 420	94	3 927	6	70 347

PESO DAS DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS	1851-1852 a 1863-1864	1864-1865 a 1872-1873	1873-1874 a 1891-1892	1892-1893 a 1913-1914	TOTAL
de 0 a 5%	11	0	0	1	12
de 5 a 10%	1	6	0	17	24
de 10 a 15%	1	1	7	4	13
de 15 a 20%	0	0	9	0	9
mais de 20%	0	2	3	0	5
TOTAL	13	9	19	22	63

3.2. DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR MINISTÉRIOS

Desprezando agora a distinção entre despesas ordinárias e extraordinárias, e considerando apenas a distribuição por ministérios e outras rubricas ao mesmo nível, podemos fazer os comentários seguintes, com base no quadro 4:

1º - Existem três rubricas que constituem grandes capítulos da despesa, por conterem cada uma delas mais de 10% do total. São elas:

- a) - A Junta do Crédito Público / Direcção-Geral da Dívida Pública, com uma média de 35% de peso no total e um intervalo de variação de 13 a 42%;
- b) - O Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, representando 17% do total das despesas, e com um andamento irregular;
- c) - O Ministério da Guerra, responsável por cerca de 15% do total dos gastos públicos e com andamento flutuante mas tendencialmente decrescente.

2º - O Ministério da Fazenda, quando engloba os en cargos gerais, é também um ministério de forte peso no conjunto das despesas (representa cerca de 20% do total). Quando é possível distinguir entre ambas, os encargos gerais re apresentam cerca de 15% do total, com uma evolução crescente no tempo.

3º - Seguem-se rubricas de dimensão média, isto é, cujo peso no total medeia entre 5 e 15%. São elas:

- a) - O Ministério do Reino, representando 12 a 5% do total e tendencialmente decrescente;
- b) - A Direcção-Geral da Marinha (entre 6 e 10%)

4º) - Constituem rubricas de menor monta (isto é, com pesos inferiores a 5%):

- a) - A Direcção-Geral do Ultramar, embora, na vira gem do século, com os problemas relativos ã presença portuguesa na África Oriental, tenha ascendido a 6 - 8%;
- b) - O Ministério da Justiça (2 a 5% do total);
- c) - O Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes;
- d) - O Ministério dos Estrangeiros (1%);
- e) - A amortização das notas do Banco de Lisboa;
- f) - As diferenças de câmbios;
- g) - As Caixas Geral de Depósitos e Económica Portuguesa.

Podemos também distinguir, usando o quadro 4, a de marcação de quatro períodos distintos, cujas balizas temporais coincidem grosseiramente com as grandes fases Kondratieff no período:

1º - O pequeno período inicial constituído pelos anos de 1851-1852 a 1853-1854. Nestes anos, que constituirão, provavelmente, a transição para a estrutura do período seguinte:

- a) - O Ministério da Guerra desce de $\frac{1}{3}$ para cerca de $\frac{1}{4}$ das despesas totais;
 - b) - O Ministério da Fazenda incluindo os encargos gerais decresce também para cerca de $\frac{1}{4}$;
 - c) - A Junta do Crédito Público ascende a $\frac{1}{5}$ do total;
 - d) - O Ministério do Reino decresce para $\frac{1}{10}$;
 - e) - O Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria cresce para $\frac{1}{10}$.
- 2º - O intervalo de 1854-1855 até 1873-1874:
- a) - A Junta do Crédito Público cresce de $\frac{1}{5}$ para $\frac{2}{5}$ do total;
 - b) - O Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria apresenta um andamento muito irregular (ocupando por vezes a 1ª posição, outras vezes a 3ª ou até a 4ª), oscilando entre $\frac{1}{10}$ e $\frac{1}{3}$;
 - c) - Os Ministérios da Fazenda (incluindo os encargos gerais) e o da Guerra variam entre $\frac{1}{8}$ e $\frac{1}{5}$ do total, apresentando este surtos esporádicos de pequeno crescimento (1859-1861 e 1873-1875);
 - d) - Registam relativa estabilidade percentual os gastos do Ministério da Marinha e Ultramar(só a parte final aponta para um relativo declínio);
 - e) - Registam decréscimo lento e gradual as participações das despesas totais dos ministérios do Reino e dos Eclesiásticos e Justiça de 12 para 9, 8, 7 e 6% e de 4 para 3 e 2%, respectivamente;
 - f) - Crescem descontinuamente as despesas do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria.

3º - O intervalo de 1873-1874 a 1888-1889, que parece caracterizar-se por um quadro geral de estabilidade. Com efeito:

- a) - Os encargos da dívida pública orçam praticamente $\frac{2}{5}$ do total das despesas;
- b) - O Ministério da Fazenda é responsável por mais de $\frac{1}{5}$ delas;
- c) - Os Ministérios do Reino, dos Eclesiásticos e Justiça e dos Estrangeiros, fixam-se nos 5-6%, em 2% e em 1%, respectivamente;
- d) - O Ministério da Guerra representa $\frac{1}{8}$ dos gastos;
- e) - A Direcção-Geral da Marinha orça os 5-6% e a do Ultramar os 3-7% (com tendência ascensional);
- f) - O Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria não atinge $\frac{1}{5}$ do total (média de 18%).

4º - O intervalo 1889-1890 até à Primeira Guerra:

- a) - As despesas da Junta do Crédito Público mantêm proporções idênticas às do período anterior, mas a razão reside no facto de não conterem a totalidade dos gastos com a dívida pública (tal só acontece a partir de 1911-1912); com efeito, a dívida a cargo do Tesouro incluída nos encargos gerais faz montar a proporção desta rubrica no total a 15%, em média;
- b) - Crescem as despesas da Caixa Geral de Depósitos;
- c) - As despesas do Ministério do Reino fixam-se pelos 5% até à viragem do século, mas ascendem depois (efeito sobretudo da República, pois incluem-se aqui os gastos com educação)

- a 8-9% (Ministério do Interior);
- d) - Os Ministérios da Guerra e da Marinha vêm diminuir, no período, o peso das suas despesas;
 - e) - Os pequenos ministérios da Justiça e do Es - trangeiro mantêm a constância habitual;
 - f) - Os gastos do Ministério das Obras Públicas / / Fomento, com proporção oscilatória, como é habitual, decrescem para a média de 14%;
 - g) - As despesas da Direcção-Geral do Ultramar crescem significativamente (sobretudo na viragem do século) registando uma média de 5%.

Este quadro geral da evolução das despesas administrativas parece-nos sintomático relativamente à conjuntura económica — é usual a associação de períodos de expansão da actividade económica a fases de crescimento das despesas públicas e, inversamente, das épocas de contracção económica geral à estagnação ou contracção das despesas públicas.

DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

Fontes: Contas do Tesouro Público e contas da administração financeira do Estado.

Unidade: Valores em contos e estruturas em percentagens.

ANO	DÍVIDA PÚBLICA (JCP)		AMORTIZAÇÕES NOTAS BANCO		FUNDO DE AMORTIÇÃO		ENCARGOS GERAIS		DIFERENÇA CÂMBIOS		CAIXA GERAL		DEPÓSITOS	
	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.
1851-1852	1 437	13	114	1	223	2	2 180	19	-	-	-	-	-	-
1852-1853	2 629	20	216	2	36 + 0	1	2 259	10	-	-	-	-	-	-
1853-1854	2 413	22	108	1	-	-	90	1	-	-	-	-	-	-
1854-1855	2 899	21	108	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1855-1856	2 731	20	108	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1856-1857	3 002	21	108	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1857-1858	3 498	19	108	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1858-1859	3 514	20	108	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1859-1860	4 099	25	52	+ 0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1860-1861	4 031	25	2	+ 0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1861-1862	4 305	21	2	+ 0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1862-1863	5 292	24	1	+ 0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1863-1864	5 733	26	1	+ 0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1864-1865	5 924	27	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1865-1866	5 854	28	1	+ 0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1866-1867	6 206	27	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1867-1868	6 927	23	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1868-1869	6 774	32	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1869-1870	10 277	31	1	+ 0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1870-1871	8 377	38	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1871-1872	11 046	43	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1872-1873	10 173	41	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1873-1874	12 013	42	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1874-1875	10 355	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1875-1876	10 040	32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1876-1877	10 300	28	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1877-1878	10 913	32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1878-1879	10 789	31	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1879-1880	11 898	37	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1880-1881	12 095	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1881-1882	13 455	37	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1882-1883	12 743	37	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1883-1884	12 370	35	-	-	-	-	4 068	11	-	-	-	-	-	-
1884-1885	15 280	38	-	-	-	-	3 792	9	-	-	35	-	+ 0	-
1885-1886	14 128	34	-	-	-	-	3 825	9	-	-	39	-	+ 0	-
1886-1887	14 976	36	-	-	-	-	4 443	11	-	-	43	-	+ 0	-
1887-1888	17 487	39	-	-	-	-	3 620	8	-	-	45	-	+ 0	-
1888-1889	17 208	34	-	-	-	-	3 781	8	-	-	49	-	+ 0	-
1889-1890	18 305	34	-	-	-	-	4 125	8	-	-	55	-	+ 0	-
1890-1891	18 584	36	-	-	-	-	3 759	7	-	-	65	-	+ 0	-
1891-1892	19 316	35	-	-	-	-	4 263	8	2 200	4	48	-	+ 0	-
1892-1893	16 139	34	-	-	-	-	5 007	10	2 591	5	41	-	+ 0	-
1893-1894	16 248	35	-	-	-	-	7 099	15	158	+ 0	43	-	+ 0	-
1894-1895	16 603	34	-	-	-	-	7 720	16	272	1	45	-	+ 0	-
1895-1896	17 077	31	-	-	-	-	8 050	15	277	1	47	-	+ 0	-
1896-1897	18 170	31	-	-	-	-	8 855	15	402	1	61	-	+ 0	-
1897-1898	17 847	31	-	-	-	-	8 987	16	587	1	54	-	+ 0	-
1898-1899	18 014	33	-	-	-	-	10 337	19	306	1	43	-	+ 0	-
1899-1900	20 024	32	-	-	-	-	9 540	15	924	2	54	-	+ 0	-
1900-1901	20 360	36	-	-	-	-	9 795	17	497	1	55	-	+ 0	-
1901-1902	19 976	35	-	-	-	-	10 120	17	4	+ 0	51	-	+ 0	-
1902-1903	20 751	35	-	-	-	-	9 822	16	201	+ 0	55	-	+ 0	-
1903-1904	22 335	36	-	-	-	-	9 962	16	400	1	59	-	+ 0	-
1904-1905	22 579	36	-	-	-	-	10 226	17	260	+ 0	59	-	+ 0	-
1905-1906	21 541	34	-	-	-	-	10 656	17	220	+ 0	64	-	+ 0	-
1906-1907	21 766	34	-	-	-	-	9 843	16	232	+ 0	59	-	+ 0	-
1907-1908	21 882	29	-	-	-	-	10 919	14	200	+ 0	712	-	1	-
1908-1909	23 317	31	-	-	-	-	11 608	15	198	+ 0	765	-	1	-
1909-1910	23 498	31	-	-	-	-	11 605	15	39	+ 0	2 734	-	4	-
1910-1911	23 288	33	-	-	-	-	9 737	14	45	+ 0	773	-	1	-
1911-1912	34 418 ⁽¹⁾	45	-	-	-	-	2 154	3	-	-	632	-	1	-
1912-1913	32 758	39	-	-	-	-	1 993	2	-	-	684	-	1	-
1913-1914	26 889	38	-	-	-	-	2 248	3	-	-	723	-	1	-

(1) A partir deste ano a coluna inclui a totalidade dos encargos da dívida pública, pois desaparecem os 'encargos da dívida a cargo do Tesouro' que têm vindo a pesar na coluna dos 'encargos gerais'.

QUADRO 4 (Cont.)

ANO	MIN. FAZENDA		MIN. DO REINO		MIN. JUSTIÇA		MIN. GUERRA		DIRECÇÃO-G. MARINHA		MIN. ESTRANGEIROS	
	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.
1851-1852	778	7	1 386	12	422	4	3 252	29	1 060	10	376	3
1852-1853	1 918	15	1 422	11	601	5	3 305	25	1 068	8	196	1
1853-1854	1 770	16	992	9	362	3	2 613	24	865	8	115	1
1854-1855	2 222	16	1 014	7	395	3	2 714	20	811	6	118	1
1855-1856	2 124	16	1 052	8	377	3	2 720	20	831	7	154	1
1856-1857	2 068	14	1 057	7	391	3	2 949	20	932	6	130	1
1857-1858	4 733	26	1 175	7	411	2	2 784	16	1 208	7	126	1
1858-1859	5 296	30	1 126	6	412	2	2 741	15	1 521	8	129	1
1859-1860	2 967	18	1 204	8	436	3	2 895	18	1 218	8	179	1
1860-1861	3 082	19	1 280	8	478	3	3 046	19	1 223	8	179	1
1861-1862	3 817	18	1 335	7	473	2	2 903	14	1 116	5	276	1
1862-1863	3 264	15	1 411	6	502	2	3 029	13	1 472	7	213	1
1863-1864	3 899	18	1 438	7	531	3	3 132	14	1 781	8	224	1
1864-1865	3 880	18	1 508	7	569	3	3 273	15	2 110	10	212	1
1865-1866	4 250	20	1 593	7	595	3	3 378	16	1 902	9	231	1
1866-1867	4 926	22	1 635	7	608	3	4 314	19	1 902	8	241	1
1867-1868	10 810	37	1 805	6	637	2	3 996	14	1 866	6	266	1
1868-1869	3 925	18	1 709	8	590	3	3 616	17	1 809	9	215	1
1869-1870	3 975	12	1 646	5	570	2	3 462	10	1 853	6	278	1
1870-1871	3 911	18	1 295	6	524	2	3 378	15	1 447	7	254	1
1871-1872	3 904	15	1 675	7	524	2	3 443	14	1 636	6	265	1
1872-1873	4 028	16	1 695	7	512	2	3 804	15	1 303	5	255	1
1873-1874	3 266	12	1 788	6	508	2	4 599	16	1 135	4	252	1
1874-1875	3 497	12	1 877	6	525	2	4 822	17	2 114	7	272	1
1875-1876	4 258	14	1 978	6	532	2	5 285	17	2 020	6	279	1
1876-1877	8 340	23	2 065	6	600	2	4 360	12	3 286	9	291	1
1877-1878	5 093	15	2 042	6	602	2	4 716	14	2 183	6	304	1
1878-1879	5 379	16	2 164	6	610	2	5 077	15	2 821	8	238	1
1879-1880	5 263	17	2 125	7	617	2	4 632	15	2 546	8	261	1
1880-1881	6 092	18	2 163	6	611	2	4 565	13	2 484	7	277	1
1881-1882	6 431	18	2 000	5	604	2	4 662	13	2 168	6	292	1
1882-1883	6 280	18	2 043	6	619	2	4 441	13	2 087	6	303	1
1883-1884	2 487	7	1 999	6	614	2	4 940	14	2 007	6	325	1
1884-1885	2 451	6	2 201	5	618	2	5 509	14	2 231	6	337	1
1885-1886	2 840	7	2 321	6	643	2	6 959	17	2 188	5	372	1
1886-1887	3 205	8	1 917	4	656	2	5 861	14	1 831	4	350	1
1887-1888	3 630	8	2 040	5	659	1	5 566	12	2 230	5	379	1
1888-1889	9 215	18	2 093	4	673	1	5 175	10	2 212	4	431	1
1889-1890	5 807	11	2 073	4	708	1	5 888	11	2 407	4	468	1
1890-1891	4 275	8	1 469	3	917	2	6 161	12	2 136	4	486	1
1891-1892	3 817	7	1 799	3	970	2	5 662	10	2 583	5	606	1
1892-1893	3 273	7	2 395	5	1 010	2	5 948	12	2 633	5	505	1
1893-1894	3 115	7	2 496	5	1 000	2	5 533	12	2 750	6	432	1
1894-1895	3 088	6	2 354	5	996	2	5 513	11	2 657	5	464	1
1895-1896	3 198	6	2 495	5	1 018	2	5 841	11	3 116	6	414	1
1896-1897	3 800	7	2 704	5	1 009	2	7 130	12	3 865	7	449	1
1897-1898	3 557	6	2 572	5	1 035	2	7 086	12	6 608	11	448	1
1898-1899	3 515	6	2 445	4	1 017	2	6 584	12	5 645	10	387	1
1899-1900	3 566	6	2 696	4	1 180	2	7 373	12	6 890	11	450	1
1900-1901	3 538	6	2 463	5	1 091	2	6 773	12	3 563	6	401	1
1901-1902	3 936	7	2 756	5	1 143	2	7 340	13	3 838	7	415	1
1902-1903	5 423	9	3 104	5	1 140	2	7 513	13	3 791	6	397	1
1903-1904	4 429	7	3 081	5	1 130	2	8 416	13	3 404	5	416	1
1904-1905	4 112	7	3 197	5	1 254	2	9 384	15	3 585	6	439	1
1905-1906	4 399	7	3 249	5	1 236	2	8 556	13	3 564	6	465	1
1906-1907	4 421	7	3 482	6	1 254	2	9 483	15	3 400	5	484	1
1907-1908	4 451	6	5 785	7	1 451	2	10 104	13	4 816	6	478	1
1908-1909	4 166	6	5 618	7	1 294	2	9 121	12	3 678	5	449	1
1909-1910	5 470	7	5 886	8	1 329	2	8 976	12	3 783	5	516	1
1910-1911	4 059	6	5 996	8	1 252	2	9 456	13	3 450	5	427	1
1911-1912	5 127	7	6 175	9	1 031	2	11 683	16	3 848	5	539	1
1912-1913	4 886	6	7 520	9	1 184	1	10 929	13	4 176	5	536	1
1913-1914	4 739	7	3 606	5	1 127	2	10 517	15	3 456	5	513	1

QUADRO 4 (Cont.)

ANO	MIN. OBRAS PÚBLICAS		MIN. INSTRUÇÃO		DIRECÇÃO G. ULTRAMAR		DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS		TOTAL
	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	
1851-1852	-	-	-	-	-	-	-	-	11 228
1852-1853	335	2	-	-	-	-	135	1	13 121
1853-1854	1 127	10	-	-	-	-	608	5	11 063
1854-1855	2 976	22	-	-	-	-	480	3	13 738
1855-1856	1 885	14	-	-	-	-	1 370	10	13 355
1856-1857	3 980	27	-	-	-	-	51	+ 0	14 668
1857-1858	3 618	20	-	-	-	-	238	1	17 897
1858-1859	3 089	17	-	-	-	-	-	-	17 936
1859-1860	3 100	19	-	-	-	-	-	-	16 148
1860-1861	2 788	17	-	-	-	-	-	-	16 100
1861-1862	6 715	32	-	-	-	-	-	-	20 940
1862-1863	7 146	32	-	-	-	-	-	-	22 329
1863-1864	5 016	23	-	-	-	-	-	-	21 754
1864-1865	4 036	19	-	-	-	-	-	-	21 476
1865-1866	3 484	16	-	-	-	-	-	-	21 284
1866-1867	3 001	13	-	-	-	-	-	-	22 837
1867-1868	3 272	11	-	-	-	-	-	-	29 580
1868-1869	2 640	12	-	-	-	-	-	-	21 278
1869-1870	11 030	33	-	-	-	-	-	-	33 090
1870-1871	2 483	11	376	2	-	-	-	-	22 045
1871-1872	2 973	12	-	-	-	-	-	-	25 465
1872-1873	3 303	13	-	-	-	-	-	-	25 072
1873-1874	4 900	17	-	-	-	-	-	-	28 550
1874-1875	5 634	19	-	-	-	-	-	-	29 096
1875-1876	7 077	22	-	-	-	-	-	-	31 491
1876-1877	7 519	20	-	-	-	-	-	-	36 761
1877-1878	8 111	24	-	-	-	-	-	-	33 963
1878-1879	7 139	21	-	-	-	-	-	-	34 290
1879-1880	4 538	14	-	-	-	-	-	-	31 903
1880-1881	5 742	17	-	-	-	-	-	-	34 029
1881-1882	6 539	18	-	-	-	-	-	-	36 152
1882-1883	6 037	17	-	-	-	-	-	-	34 546
1883-1884	5 681	16	-	-	574	2	-	-	35 066
1884-1885	6 632	17	-	-	713	2	-	-	39 800
1885-1886	6 607	16	-	-	1 125	3	-	-	41 046
1886-1887	7 276	17	-	-	1 328	3	-	-	41 885
1887-1888	7 928	18	-	-	1 418	3	-	-	45 004
1888-1889	8 481	17	-	-	1 376	3	-	-	50 692
1889-1890	10 529	19	186	+ 0	3 807	7	-	-	54 360
1890-1891	9 511	19	1 050	2	2 960	6	-	-	51 372
1891-1892	8 412	15	670	1	4 603	8	-	-	54 947
1892-1893	6 464	13	-	-	2 006	4	-	-	48 013
1893-1894	6 212	13	-	-	1 375	3	-	-	46 462
1894-1895	7 513	15	-	-	1 414	3	-	-	48 639
1895-1896	9 163	17	-	-	3 892	7	-	-	54 589
1896-1897	9 552	16	-	-	2 265	4	-	-	58 261
1897-1898	9 039	16	-	-	Consta da D.G. Marinha		-	-	57 819
1898-1899	7 227	13	-	-	Idem	-	-	-	55 522
1899-1900	9 310	15	-	-	Idem	-	-	-	62 077
1900-1901	5 639	10	-	-	2 085	4	-	-	56 259
1901-1902	5 872	10	-	-	2 115	3	-	-	57 565
1902-1903	5 462	9	-	-	1 869	3	-	-	59 528
1903-1904	7 210	12	-	-	1 452	2	-	-	62 291
1904-1905	5 321	9	-	-	1 551	2	-	-	61 967
1905-1906	5 755	9	-	-	3 900	6	-	-	63 606
1906-1907	5 857	9	-	-	3 234	5	-	-	63 513
1907-1908	12 978	17	-	-	3 348	4	-	-	77 121
1908-1909	10 298	14	-	-	4 563	6	-	-	75 075
1909-1910	9 315	12	-	-	3 727	5	-	-	76 876
1910-1911	9 855	14	-	-	1 896	3	-	-	70 234
1911-1912	5 537	8	-	-	2 360	3	-	-	71 505
1912-1913	16 227	19	-	-	3 022	4	-	-	83 916
1913-1914	11 579	16	2 890	4	2 060	3	-	-	70 347

4. COMPOSIÇÃO FUNCIONAL DAS DESPESAS

4.1. PROCESSO DE TRABALHO

A elaboração dos quadros 5 e 6 passou por duas fases:

a) Quadros intermédios anuais, como o exemplificado nas páginas seguintes para o ano de 1883-1884, obtidos directamente das fontes e que vertem a classificação administrativa na nossa classificação funcional.

b) Quadros finais, em que cada linha resulta da consolidação do quadro intermédio que lhe corresponde.

Note-se que as séries apresentadas não são contínuas, como também não são homogêneas:

a) Não provêm integralmente da mesma fonte. Com efeito, houve que recorrer:

- de 1851-1852 até 1882-1883 às Contas dos ministérios e da Junta do Crédito Público, porque só elas contêm a desagregação das despesas por capítulos e artigos necessária para a sua reclassificação. A série constitui o quadro 5.

- de 1883-1884 até 1896-1897 e de 1907-1908 até 1913-1914, às Contas Gerais da Administração Financeira do Estado. A série constitui o quadro 6.

b) Contêm lacunas. Com efeito até 1882-1883 apenas foi possível construir totais anuais para os anos para os quais existem contas de todos os ministérios e da Junta do Crédito Público; a inexistência de algum dos oito volumes implica a impossibilidade de obter o quadro intermédio e por isso de reclassificar as despesas daquele ano. E de 1897-1898 a 1907-1908 não é possível reclassificar as despesas pois as ordinárias só são apresentadas por capítulos e as extraordinárias só são apresentadas por ministérios.

Quadro intermédio para a classificação funcional em 1883-1884, obtido por desagregação da classificação administrativa, com base na análise dos capítulos e artigos.

(Unidades: contos de réis)

Encargos gerais	4 068
encargos da dívida pública ...	2 706
administração	1 362
Ministério das Finanças - despesa ordinária	2 279
administração	2 279
Ministério das Finanças - despesa extraordinária	208
dívida pública	19
administração	189
Ministério do Reino - despesa ordinária	1 983
administração	980
instrução	690
saúde e assistência	313
Ministério do Reino - despesa extraordinária	16
instrução	9
saúde	7

Ministério da Justiça - despesa ordinária	614
despesas eclesiásticas	127
justiça	487
Ministério da Guerra - despesa ordinária	4 658
defesa	4 658
Ministério da Guerra - despesa extraordinária ...	282
defesa	282
Direcção-Geral da Marinha - despesa ordinária ...	1 717
defesa	1 717
Direcção-Geral da Marinha - despesa extraordinária	290
defesa	290
Direcção-Geral do Ultramar - despesa ordinária ..	90
Ultramar	90
Direcção-Geral do Ultramar - despesa extraordinária	484
Ultramar	484
Ministério dos Negócios Estrangeiros - despesa ordi	
nária	325
relações externas	325
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	
- despesa ordinária	2 787
economia	2 624
instrução	163
Ministério das Obras Públicas - despesa extraordiná	
ria	2 894
economia	2 894
Junta do Crédito Público	12 370
dívida pública	12 370
Total	35 066

Quadro final para a classificação funcional em 1883-1884, obtido por agregação do quadro intermédio

Encargos da dívida pública	15 095	43%
Despesas com administração	4 810	14%
Justiça	487	1%
Despesas eclesiásticas	125	+ 0%
Despesas c/relações externas	325	1%
Defesa	6 947	20%
Ultramar	574	2%
Economia	5 518	16%
Instrução	862	2%
Saúde	320	1%
TOTAL	35 066	100%

Este conjunto de valores constitui a linha dos quadros correspondente à gerência de 1883-1884. Idêntico procedimento se adoptou para cada uma das restantes linhas. Não incluimos aqui os quadros para os restantes anos para não sobrecarregar o texto.

4.2. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA

A imagem geral que ressalta dos quadros, relativamente à distribuição das despesas do Estado pelas funções enumeradas, é a seguinte:

a) Os encargos com a dívida pública (na classificação administrativa apenas os prescrutamos pelos encargos com a Junta do Crédito Público que são inferiores, pois acrescen

tâmos-lhe os encargos da dívida inseridos frequentemente nos encargos gerais e, por vezes, no serviço próprio do Ministério da Fazenda) representam entre 30 e 55% das despesas do Estado. Flutuam no tempo, mas é inegável o seu papel de sorvedoras de recursos, dada a preponderância clara que assumem no total das despesas públicas, manifestando mais uma vez dificuldades financeiras pela asfixia do Tesouro.

b) São funções específicas do Estado, a avaliar pelos maiores volumes de gastos que representam:

1ª - A defesa — absorve em média 20% dos gastos totais. Avolumam-se em 1874-1876 (esforço de armamento), em 1883-1886 e na viragem do século (problemas nas colónias).

2ª - A economia. Apesar de o volume de gastos que lhe é dedicado se apresentar muito flutuante ao longo do tempo, a função económica absorve a segunda maior parcela das despesas totais: um pouco menos de 20%. Este traço parece-nos ser o principal a registar, como revelador de uma relativa modernização da concepção respeitante às funções julgadas normais para o Estado.

3ª - A administração. Orça também por um pouco menos de 20%.

c) - As restantes funções, avaliáveis pelos gastos que absorvem, apresentam-se como secundárias:

1ª - As despesas com o Ultramar ainda representam 2-3% dos gastos totais e na viragem do século ascendem a 7 - 8%.

2ª - As despesas com a instrução rondam os 3%, as da administração da justiça 2%, as da saúde e das relações externas 1% (e as eclesiásticas são insignificantes). Trata-se, portanto, de funções não estabelecidas, mas, na generalidade dos casos, em fase de nascimento, no processo de alargamento das áreas de influência do Estado, ou então de funções tradicionais mas residuais.

QUADRO 5

ESTRUTURA DAS DESPESAS ATÉ 1882-1883 SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

Fontes: Contas dos Ministérios e contas da Junta do Crédito Público.

Unidade: contos de reis; estrutura em percentagem.

ANO	DÍVIDA PÚBLICA		ADMINISTRAÇÃO		JUSTIÇA		ECLESIÁSTICAS		RELAÇÕES EXTERNAS		DEFESA		ULTRAMAR		ECONOMIA		INSTRUÇÃO		SAÚDE		TOTAL
	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	
1861-1862	6 124	29	3 127	15	307	1	167	1	276	1	3 718	17	139	1	6 606	31	710	3	158	1	21 332
1864-1865	7 410	34	3 697	17	365	2	203	1	212	1	4 578	21	708	3	3 659	17	841	4	269	1	21 942
1865-1866	7 823	35	3 937	18	385	2	210	1	227	1	4 678	21	512	2	3 198	14	875	4	321	2	22 166
1866-1867	8 548	37	3 876	17	404	2	208	1	240	1	5 244	23	372	2	2 697	12	874	4	249	1	22 712
1867-1868	13 568	48	4 039	14	428	2	209	1	266	1	5 384	19	419	1	2 985	10	964	3	206	1	28 531
1869-1870	12 379	37	3 603	11	397	1	172	1	212	1	4 517	13	630	2	10 855	32	774	2	192	1	33 731
1871-1872	15 652	54	3 503	12	379	1	144	+ 0	265	1	4 926	17	478	2	2 811	9	777	3	204	1	29 140
1874-1875	13 928	43	4 086	13	597	2	142	+ 0	271	1	7 085	22	109	+ 0	5 223	16	816	2	334	1	32 591
1875-1876	15 893	43	4 390	12	673	2	146	+ 0	279	1	7 586	21	72	+ 0	6 419	18	884	2	400	1	36 641
1876-1877	16 455	41	7 514	19	666	2	147	+ 0	290	1	6 505	16	624	1	6 902	17	900	2	387	1	40 390
1878-1879	18 693	46	4 470	11	618	2	143	+ 0	310	1	7 131	18	970	2	6 950	17	994	2	293	1	40 572
1881-1882	20 819	51	4 775	12	468	1	135	+ 0	289	1	6 419	16	343	1	6 391	16	812	2	297	1	40 748
1882-1883	22 578	54	4 735	11	490	1	129	+ 0	301	1	6 162	15	685	1	5 828	14	842	2	313	1	42 003

QUADRO 6

ESTRUTURA DAS DESPESAS DE 1883-1884 À PRIMEIRA GUERRA SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

Fonte: Contas da administração financeira do Estado.

Unidade: Contos de réis; estrutura em percentagem.

ANO	DÍVIDA PÚBLICA		ADMINISTRAÇÃO		JUSTIÇA		ECLESIÁSTICAS		RELAÇÕES EXTERNAS		DEFESA		ULTRAMAR		ECONOMIA		INSTRUÇÃO		SAÚDE		TOTAL
	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	
1883-1884	15 095	43	4 810	14	487	1	127	+ 0	325	1	6 947	20	574	2	5 518	16	862	2	320	1	35 066
1884-1885	17 753	45	4 677	12	489	1	129	+ 0	377	1	7 740	19	713	2	6 349	16	1 051	3	561	1	39 800
1885-1886	16 588	40	5 150	13	513	1	130	+ 0	372	1	9 147	22	1 125	3	6 226	15	993	3	804	2	41 046
1886-1887	17 741	42	5 660	14	521	1	135	+ 0	350	1	7 692	18	1 328	3	6 965	17	1 132	3	362	1	41 885
1887-1888	19 528	43	5 974	13	519	1	140	+ 0	379	1	7 796	17	1 418	3	7 770	17	1 081	3	399	1	45 004
1888-1889	19 234	38	11 723	23	537	1	136	+ 0	431	1	7 387	15	1 376	3	8 200	16	1 274	2	394	1	50 692
1889-1890	20 513	38	8 196	15	596	1	138	+ 0	468	1	8 295	15	3 887	7	10 312	19	1 644	3	389	1	54 360
1890-1891	20 358	40	7 213	14	803	2	134	+ 0	486	1	8 297	16	2 960	6	8 983	17	1 505	3	634	1	51 372
1891-1892	21 632	39	9 212	17	851	2	140	+ 0	606	1	8 245	15	4 603	8	7 711	14	1 503	3	446	1	54 947
1892-1893	19 016	40	9 868	21	885	2	134	+ 0	502	1	8 581	18	2 006	4	5 388	11	995	2	637	1	48 013
1893-1894	21 247	46	6 436	14	865	2	135	+ 0	432	1	8 283	18	1 375	3	6 045	13	1 030	2	613	1	46 462
1894-1895	21 934	45	6 913	14	864	2	132	+ 0	464	1	8 170	17	1 414	3	7 184	15	1 074	2	491	1	48 639
1895-1896	22 905	42	6 730	12	885	2	133	+ 0	414	1	8 957	16	3 892	7	8 259	15	1 865	4	548	1	54 589
1896-1897	24 824	43	7 513	13	878	1	131	+ 0	449	1	10 995	19	2 265	4	9 372	16	1 318	2	516	1	58 261
.....																					
1907-1908	30 415	39	8 877	12	1 286	2	165	+ 0	478	1	14 932	19	3 348	4	13 364	17	3 404	4	852	1	77 121
1908-1909	32 383	43	8 860	12	1 133	1	161	+ 0	449	1	12 799	17	4 563	6	10 994	15	2 926	4	807	1	75 075
1909-1910	32 489	42	10 370	13	1 171	2	158	+ 0	516	1	12 759	17	3 727	5	11 793	15	3 100	4	793	1	76 376
1910-1911	30 892	44	8 198	12	1 099	1	153	+ 0	427	1	12 906	18	1 896	3	10 378	15	3 268	5	1 017	1	70 234
1911-1912	32 418	45	10 967	15	1 020	1	11	+ 0	539	1	15 530	22	2 360	3	6 134	9	1 438	2	1 086	2	71 505
1912-1913	32 756	39	9 088	11	1 176	1	8	+ 0	536	1	15 105	18	3 022	3	16 489	20	4 204	5	1 531	2	83 916
1913-1914	25 778	37	9 484	13	1 056	1	30	+ 0	508	1	13 973	20	2 066	3	13 423	19	2 793	4	1 236	2	70 347

5. COMPOSIÇÃO ECONÔMICA DAS DESPESAS

5.1. PROCESSO DE TRABALHO

Os quadros 7 e 8 foram construídos segundo um esquema semelhante ao dos quadros 6 e 7, isto é, baseados em quadros intermédios, um para cada ano, obtidos das fontes primárias, como explicámos já em 4.1.

Inserimos aqui, a título exemplificativo, o quadro que baseou a estrutura apontada para 1883-1884 (a unidade é também contos de réis).

Quadro intermédio para a classificação económica em 1883-1884, obtido por desagregação da classificação administrativa, com base na análise dos capítulos e artigos.

Encargos gerais	4 068
Consumo	716
Transferências	646
Juros e amortizações	2 706
Ministério das Finanças - despesa ordinária	2 279
Consumo	2 279

Ministério das Finanças - despesas extraordinária	208
Juros	2
Amortizações	17
Outras despesas de capital	189
Ministério do Reino - despesa ordinária	1 983
Consumo	1 983
Ministério do Reino - despesa extraordinária	16
Consumo	7
Investimento	9
Ministério da Justiça - despesa ordinária	614
Consumo	612
Pensões	2
Ministério da Guerra - despesa ordinária	4 658
Consumo	4 013
Pensões	645
Ministério da Guerra - despesa extraordinária ...	282
Consumo	282
Direcção-Geral da Marinha - despesa ordinária ...	1 717
Consumo	1 717
Direcção-Geral da Marinha - despesa extraordinária	290
Consumo	290
Direcção-Geral do Ultramar - despesa ordinária ...	90
Subsídios	90
Direcção-Geral do Ultramar - despesa extraordinária	484
Subsídios	36
Consumo	448

Ministério dos Negócios Estrangeiros - despesa ordinária	325
Consumo	325
Ministério das Obras Públicas - despesa ordinária	2 787
Consumo	2 787
Ministério das Obras Públicas - despesa extraordinária	2 894
Investimento	2 894
Junta do Crédito Público	12 370
Consumo	48
Juros	12 319
Amortizações	3
Total	35 066

A consolidação dos valores regista:

Consumo	15 507	44%
Juros	15 027	43%
Subsídios	126	40%
Pensões	1 293	4%
Total desp. correntes	31 790	91%
Investimento	2 093	8%
Amortizações	20	+ 0%
Outras desp. capital	189	1%
Total desp. capital	3 112	9%
Total das despesas	35 066	100%

como pode ler-se no quadro 8.

Cabem igualmente aqui as observações sobre heterogeneidade das fontes e lacunas da série, feitas em 4.1..

5.2. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA

1º - Os quadros manifestam o afastamento entre as despesas correntes e as despesas de capital:

a) - As despesas de capital representam 10%⁽¹⁾, em média, do total, atingindo quase 30% em 1867-1868 — são as amortizações maciças ordenadas pelas cartas-de-lei de 10 de Junho de 1867 e 26 de Junho de 1867, e é a compra do caminho-de-ferro do Sul e Sudeste pelo Estado em 1869-1870. É bem significativa esta percentagem como proporção média dos fluxos de acumulação.

b) - E os valores que apresentamos como amortizações estão ainda subestimados, pois que não é possível distinguí-las na cifra global dos encargos com a dívida amortizável (embora esta seja modesta).

c) - É interessante assinalar a quebra notória das despesas de capital, e bem assim do investimento, nos últimos anos da Monarquia.

2º - Nas despesas correntes o consumo, rubrica resíduo, apresenta a proporção média de 50% do total; os juros 38% e as pensões 2%⁽²⁾.

(1) - A hipótese de trabalho adoptada para classificar gastos públicos como investimento, expressa em 1.4., parece-nos *a posteriori* adequada, tendo em conta os resultados dos quadros 7 e 8: a coluna do investimento calculada com base nos critérios expostos é da ordem dos 8-9% no quadro 8 e bem superior no quadro 7. Não nos parecem prováveis maiores volumes de investimento público numa economia como a portuguesa da segunda metade do século XIX.

(2) - Assinale-se, a propósito das pensões, a iniciativa de formação do Montepio Oficial pela lei de 2 de Julho de 1867 para diminuir os encargos com as classes inactivas, por proposta de Fontes Pereira de Melo às Cortes, no relatório especializado sobre o estado da Fazenda em que apresenta a sua reforma fiscal:

"O governo não deve substituir a previdencia social. O futuro da

familia deve preocupar mais que ninguém o seu chefe, e se elle não quíz privar-se durante a vida de uma pequena parte dos seus proventos, para assegurar o alimento da sua viúva ou de seus filhos, a sociedade não tem obrigação de supportar as consequencias d'este desleixo. (...) A sociedade não substitui o chefe de familia, porém anima-o para o sacrificio que tem de fazer e auxilia-o nos seus esforços em attenção á exiguidade dos recursos que elle dispõe."

QUADRO 7

ESTRUTURA DAS DESPESAS ATÉ 1882-1883 SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA

Fontes: Contas dos Ministérios e contas da Junta de Crédito Público.

Unidade: contos de réis; estrutura em percentagem.

ANO	CONSUMO		JUROS		SUBSÍDIOS		PENSÕES		TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		INVESTIMENTO		AMORTIZAÇÕES		OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		TOTAL DESPESAS DE CAPITAL		TOTAL DAS DESPESAS
	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	
1861-1862	14 481	68	6 124	29	201	1	492	2	21 298	100	30	+ 0	4	+ 0	0	0	34	+ 0	21 332
1864-1865	12 810	58	6 904	31	0	0	559	3	20 273	92	1 649	8	3	+ 0	17	+ 0	1 669	8	21 942
1865-1866	12 323	56	7 156	32	0	0	619	3	20 098	91	2 065	9	3	+ 0	0	0	2 068	9	22 166
1866-1867	13 243	58	7 981	35	0	0	67	+ 0	21 291	94	1 350	6	2	+ 0	69	+ 0	1 421	6	22 712
1867-1868	13 013	46	6 940	24	0	0	658	2	20 611	72	1 648	6	6 252	22 ⁽¹⁾	20	+ 0	7 920	28	28 531
1869-1870	13 664	41	10 535	31	0	0	3	+ 0	24 202	72	1 200	3	4	+ 0	8 325 ⁽²⁾	25	9 529	28	33 731
1871-1872	14 768	51	11 808	41	56	+ 0	1 196	4	27 828	95	1 309	4	3	+ 0	0	0	1 312	5	29 140
1874-1875	13 531	42	13 928	43	0	0	637	2	28 096	86	4 492	14	3	+ 0	0	0	4 495	14	32 591
1875-1876	18 629	51	11 792	32	0	0	633	2	31 054	85	5 587	15	3	+ 0	0	0	5 590	15	36 641
1876-1877	21 208	53	12 156	30	0	0	632	2	33 996	84	6 394	16	3	+ 0	0	0	6 397	16	40 390
1878-1879	23 063	57	13 221	33	0	0	659	2	36 943	91	3 583	9	3	+ 0	43	+ 0	3 629	9	40 572
1881-1882	20 704	51	14 851	36	49	+ 0	681	2	36 285	89	4 182	10	233	1	48	+ 0	4 463	11	40 748
1882-1883	21 567	51	16 094	38	12	+ 0	675	2	38 348	91	3 618	9	37	+ 0	0	0	3 655	9	42 003

(1) - Veja-se a nota 1 do quadro 5.

(2) - Trata-se da rubrica do Ministério das Obras Públicas — despesa extraordinária chamada "acordo celebrado com os interessados no caminho-de-ferro do Sul e Sueste em virtude da carta-lei de 27-8-1869" no valor de 8325 contos, que diz "realizado o empréstimo a que se refere a carta-lei de 16-7-1869 fica o governo autorizado a pagar aos interessados do caminho de ferro do Sul e Sueste precedendo acordo legal e definitivo que ponha termo a todas as reclamações, ou soma nominal não superior a 1 850 000 f esterlinas em bonds 3% com juro a partir de 1-7-1869, ou a soma fixada pelo artº 4º daquela lei, dando de arrendamento aos interessados constituídos em nova companhia a exploração das linhas do Sul e Sueste com obrigação de concluir os prolongamentos Évora-Estremoz, Beja-Casevel e Beja-Guadiana.

QUADRO 8

ESTRUTURA DAS DESPESAS DE 1883-1884 À PRIMEIRA GUERRA, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA

Fonte: Contas da administração financeira do Estado.

Unidade: Contos de réis; estrutura em percentagem.

ANO	CONSUMO		JUROS		SUBSÍDIOS		PENSÕES		TOTAL DAS DES - PESAS CORRENTES		INVESTIMENTO		AMORTIZAÇÕES		OUTRAS DESPE- SAS DE CAPITAL		TOTAL DESPESAS DE CAPITAL		TOTAL DAS DESPESAS
	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	VALOR	ESTR.	
1883-1884	15 507	44	15 027	43	126	+ 0	1 293	4	31 790	91	2 903	8	20	+ 0	189	1	3 112	9	35 066
1884-1885	18 649	47	16 805	42	0	0	612	2	36 066	91	3 719	9	13	+ 0	0	0	3 733	9	39 800
1885-1886	20 675	50	16 143	39	0	0	760	2	37 578	92	3 414	8	3	+ 0	53	+ 0	3 470	8	41 046
1886-1887	19 279	46	17 390	42	87	+ 0	1 094	3	37 850	90	3 903	9	8	+ 0	125	+ 0	4 035	10	41 885
1887-1888	20 845	46	19 493	43	0	0	966	2	41 308	92	3 644	8	4	+ 0	52	+ 0	3 700	8	45 004
1888-1889	20 973	41	19 227	38	45	+ 0	1 154	2	41 399	82	3 988	8	4	+ 0	5 301	10	9 293	18	50 692
1889-1890	24 107	44	20 510	38	142	+ 0	1 308	2	46 067	84	6 344	12	+ 0	+ 0	1 947	4	8 292	16	54 360
1890-1891	23 994	47	20 355	40	0	0	1 342	3	45 691	89	5 101	10	0	0	581	1	5 682	11	51 372
1891-1892	32 406	59	15 961	29	0	0	1 285	2	49 652	90	4 777	9	0	0	520	1	5 296	10	54 947
1892-1893	25 064	52	19 010	40	387	1	1 519	3	45 980	96	1 174	2	0	0	858	2	2 032	4	48 013
1893-1894	20 601	44	21 240	46	92	+ 0	1 806	4	43 739	94	2 081	4	0	0	641	1	2 723	6	46 462
1894-1895	21 993	45	18 654	38	45	+ 0	1 915	4	42 547	87	1 878	4	3 234	7	980	2	6 092	13	48 639
1895-1896	26 717	49	21 434	39	35	+ 0	1 731	3	50 007	92	3 103	6	0	0	1 568	3	4 671	9	54 589
1896-1897	26 358	45	24 739	43	40	+ 0	1 689	3	52 262	91	4 628	8	0	0	807	1	5 435	9	58 261
...																			
1907-1908	42 514	55	30 415	39	67	+ 0	2 082	3	75 078	97	1 998	3	0	+ 0	45	+ 0	2 043	3	77 121
1908-1909	37 741	50	32 275	43	60	+ 0	2 610	3	72 686	97	2 132	3	0	+ 0	257	+ 0	2 389	3	75 075
1909-1910	42 975	56	32 388	42	5	+ 0	375	+ 0	75 743	99	1 135	1	0	0	0	0	1 135	1	76 876
1910-1911	36 322	52	30 840	44	0	0	1 531	2	68 693	98	1 366	2	0	+ 0	175	+ 0	1 541	2	70 234
1911-1912	34 222	48	32 418	45	49	+ 0	2 468	3	69 157	97	1 307	2	0	+ 0	39	+ 0	1 346	3	71 505
1912-1913	51 517	62	25 489	30	0	0	1 218	1	77 728	93	2 715	3	2 974	4	2	+ 0	5 691	7	83 916
1913-1914	58 488	55	23 968	34	0	0	2 221	3	64 675	92	2 606	4	3 027	4	37	+ 0	5 670	8	70 347

CAPÍTULO 5 - COMPARAÇÃO CONTA-ORÇAMENTO

1. Introdução e fontes

1.1. Objectivos

1.2. O apuramento dos dados

2. Análise dos quocientes conta-orçamento

1. INTRODUÇÃO E FONTES

1.1. OBJECTIVOS

É nosso objectivo neste ponto do trabalho estabelecer o confronto entre os dois documentos de síntese fundamentais da actividade do Estado no período que tomámos para análise — o orçamento e a conta — por duas ordens de razões:

1ª - Pelos problemas jurídicos que resultam do cumprimento de um documento previsional de cobrança de receitas e de aplicação em despesas;

2ª - Pela frequência com que o tema surge nas discussões em matéria de finanças na época em estudo.

Tal confronto está patenteado no registo dos quocientes conta-orçamento que constam:

- do quadro 3, para os agregados totais das receitas (ordinárias e extraordinárias), despesas (ordinárias e extraordinárias) e saldo;

- do quadro 4, para os capítulos que compõem as receitas;

- do quadro 5, para os Ministérios e rubricas equivalentes que compõem as despesas;

A obtenção destes quocientes merece uma explicação adicional.

1.2. O APURAMENTO DOS DADOS

1 - Os denominadores dos quocientes conta-orçamento são os valores do orçamento propriamente dito, quer se trate de aprovação parlamentar, de aprovação ditatorial, ou de autorização de cobrança de receitas e realização de despesas através de lei de meios, como explicámos no ponto 1 da secção A do capítulo 2.

2 - Os numeradores dos quocientes são os valores da conta de exercício, por serem os que correspondem aos fluxos efectuados em cumprimento do orçamento de um dado ano económico. (As contas de gerência referem-se aos fluxos efectuados durante um ano económico, independentemente do orçamento a cujo cumprimento se referem).

A publicação das contas de exercício foi feita, para o período de 1856-1857 a 1880-1881 só para as receitas ⁽¹⁾, e de 1881-1882 em diante tanto para as receitas como para as despesas. Colhemo-las nas seguintes fontes:

a) - Contas do Estado (Contas de receita e despesa do Tesouro Público e Contas Gerais da Administração Financeira do Estado) para todos os anos não citados nas alíneas seguintes.

b) - No Relatório do Ministro da Fazenda às Cortes, propostas-de-lei e documentos apresentado pelo ministro da Fazenda Afonso Espregueira em 03-10-1908 para os anos de 1896-1897 a 1902-1903 (por haver a lacuna de publicação das contas entre 1896-1897 e 1906-1907).

(1) Para os anos de 1877-1878 a 1880-1881 inclusivé, foi publicada uma conta de exercício para as despesas incluindo todos os fundos saídos para o pagamento de despesas e, portanto, não só de despesas públicas orçamentais mas também reposições abatidas aos pagamentos.

c) - No Diário do Governo, para os anos de 1903-1904 a 1905-1906, com o estatuto de contas provisórias de exercício, pelo mesmo hiato de publicação das contas, e por não constar já do relatório citado.

Para colmatar a não publicação das contas de exercício até 1855-1856 e das contas de exercício no que respeita às despesas de 1856-1857 a 1880-1881, fizemos a sua reconstituição a partir das contas de gerência.

A reconstituição é teoricamente muito simples, conquanto muito trabalhosa.

Para todas as gerências posteriores a 1854-1855 existem mapas que distribuem o montante de cada receita e o montante de cada despesa pelos exercícios em aberto. Basta somar, para cada rubrica de cada exercício, os valores que vão sucessivamente aparecendo nas gerências. Exemplificamos o procedimento com o apuramento da rubrica "Despesa ordinária pelo ministério da Guerra" através do quadro 1. A última coluna do quadro resulta do somatório em linha das despesas ordinárias realizadas em várias gerências em cumprimento de um dado orçamento, e possui então as despesas ordinárias a registar nos sucessivos anos, ocorridas por conta deste ministério.

Cada rubrica exigiu a elaboração de um quadro semelhante.

Contamos com uma ligeira subestimação dos montantes apurados em relação à realidade pelo facto de a desagregação da gerência por exercícios contar, por vezes, cifras que são atribuídas a "exercícios findos" sem mais explicitação, as quais não considerámos por impossibilidade de desagregação. O seu montante é, contudo, ínfimo.

Feito este exercício, ficámos da posse de todos os dados necessários para realizar a comparação conta-orçamento, pois possuímos, para cada ano, um quadro onde constam:

QUADRO 1

APURAMENTO DA RUBRICA "DESPESA ORDINÁRIA PELO MINISTÉRIO DA GUERRA"

As linhas referem-se a exercícios e as colunas referem-se a gerências.

	1852-1853	1853-1854	1854-1855	1855-1856	1856-1857	1857-1858	1858-1859	1859-1860	1860-1861	1861-1862	Total (exerc.)
Época antiga	+ 0	-	-	-	-	3	-	-	-	-	3
Época pretérita	204	37	38	1	+ 0	+ 0	17	23	+ 0	+ 0	320
1850-1851	425	10	6	+ 0	-	-	-	-	-	-	441
1851-1852	441	3	1	1	-	-	-	-	-	-	446
1852-1853	2 235	273	1	+ 0	-	-	-	-	-	-	2 509
1853-1854	-	2 290	293	1	+ 0	-	-	-	-	-	2 584
1854-1855	-	-	2 373	237	+ 0	-	-	-	-	-	2 610
1855-1856	-	-	-	2 479	51	+ 0	-	-	-	-	2 530
1856-1857	-	-	-	-	2 898	257	2	-	-	-	3 157
1857-1858	-	-	-	-	-	2 523	261	2	-	-	2 786
1858-1859	-	-	-	-	-	-	2 450	275	9	-	2 734
1859-1860	-	-	-	-	-	-	-	2 591	472	11	3 074
TOTAL (Ger.)	3 305	2 613	2 714	2 720	2 949	2 784	2 730	2 890	(a)	(a)	

	1860-1861	1861-1862	1862-1863	1863-1864	1864-1865	1865-1866	1866-1867	1867-1868	1868-1869	1869-1870	Total (exerc.)
Anos Findos	-	-	-	-	11	+ 0	+ 0	111	8	4	134
1860-1861	2 564	283	+ 0	-	-	-	-	-	-	-	2 847
1861-1862	-	2 605	226	-	-	-	-	-	-	-	2 831
1862-1863	-	-	2 798	264	-	-	-	-	-	-	3 062
1863-1864	-	-	-	2 861	261	-	-	-	-	-	3 122
1864-1865	-	-	-	-	2 873	296	-	-	-	-	3 169
1865-1866	-	-	-	-	-	2 997	334	-	-	-	3 331
1866-1867	-	-	-	-	-	-	3 310	215	-	-	3 525
1867-1868	-	-	-	-	-	-	-	3 411	309	-	3 720
1868-1869	-	-	-	-	-	-	-	-	3 262	325	3 587
TOTAL (Ger.)	3 045	2 899	3 024	3 125	3 145	3 293	3 644	3 736	3 579	(a)	

QUADRO 1 (Cont.)

Por Exercício	1869-1870	1870-1871	1871-1872	1872-1873	1873-1874	1874-1875	1875-1876	1876-1877	1877-1878	1878-1879	Total (exerc.)
Gerência											
1869-1870	3 127	286	-	-	-	-	-	-	-	-	3 413
1870-1871	-	3 091	296	-	-	-	-	-	-	-	3 387
1871-1872	-	-	3 147	265	-	-	-	-	-	-	3 412
1872-1873	-	-	-	3 538	613	-	-	-	-	-	4 151
1873-1874	-	-	-	-	3 987	184	-	-	-	-	4 171
1874-1875	-	-	-	-	-	4 638	200	-	-	-	4 838
1875-1876	-	-	-	-	-	-	5 086	120	-	-	5 206
1876-1877	-	-	-	-	-	-	-	4 240	141	-	4 381
1877-1838	-	-	-	-	-	-	-	-	4 575	218	4 793
TOTAL (Ger.)	3 455	3 378	3 443	3 804	4 599	4 822	5 285	4 360	4 716	(a)	

Por Exercício	1878-1879	1879-1880	1880-1881	1881-1882	Total
Gerência					
1878-1879	4 859	145	-	-	5 004
1879-1880	-	4 487	147	-	4 634
1880-1881	-	-	4 418	170	4 588
1881-1882	-	-	-	4 492	(b)
TOTAL (Ger.)	5 077	4 632	4 565	4 662	

(a) Esta coluna continua na coluna com o mesmo título na tabela seguinte.

(b) Não se incluiu este total, nem se prosseguiu o quadro por haver publicação das contas de exercício para os anos seguintes.

- as cifras autorizadas, capítulo a capítulo, tanto para as receitas como para as despesas⁽¹⁾ ;

- as cifras cobradas e dispendidas em cumprimento de tal orçamento, também ao nível dos capítulos.

Não apresentamos tal conjunto de quadros, pela extensão desnecessária que traziam ao trabalho, e inserimos apenas um, a título exemplificativo — o de 1873-1874. É o quadro 2.

Os quadros 3, 4 e 5 mais não são do que uma súmula dos 61 quadros do tipo do quadro 2, desprezando os valores absolutos e tomando apenas os quocientes. A interpretação destes é bem simples:

- às previsões correctas correspondem quocientes de 100 (em percentagem) ;

- às previsões erradas por excesso, quocientes inferiores a 100, e às por defeito quocientes superiores a 100;

- às previsões de valor nulo, o quociente de ∞ se de facto não ocorrerem, e o de 100 se se concretizaram.

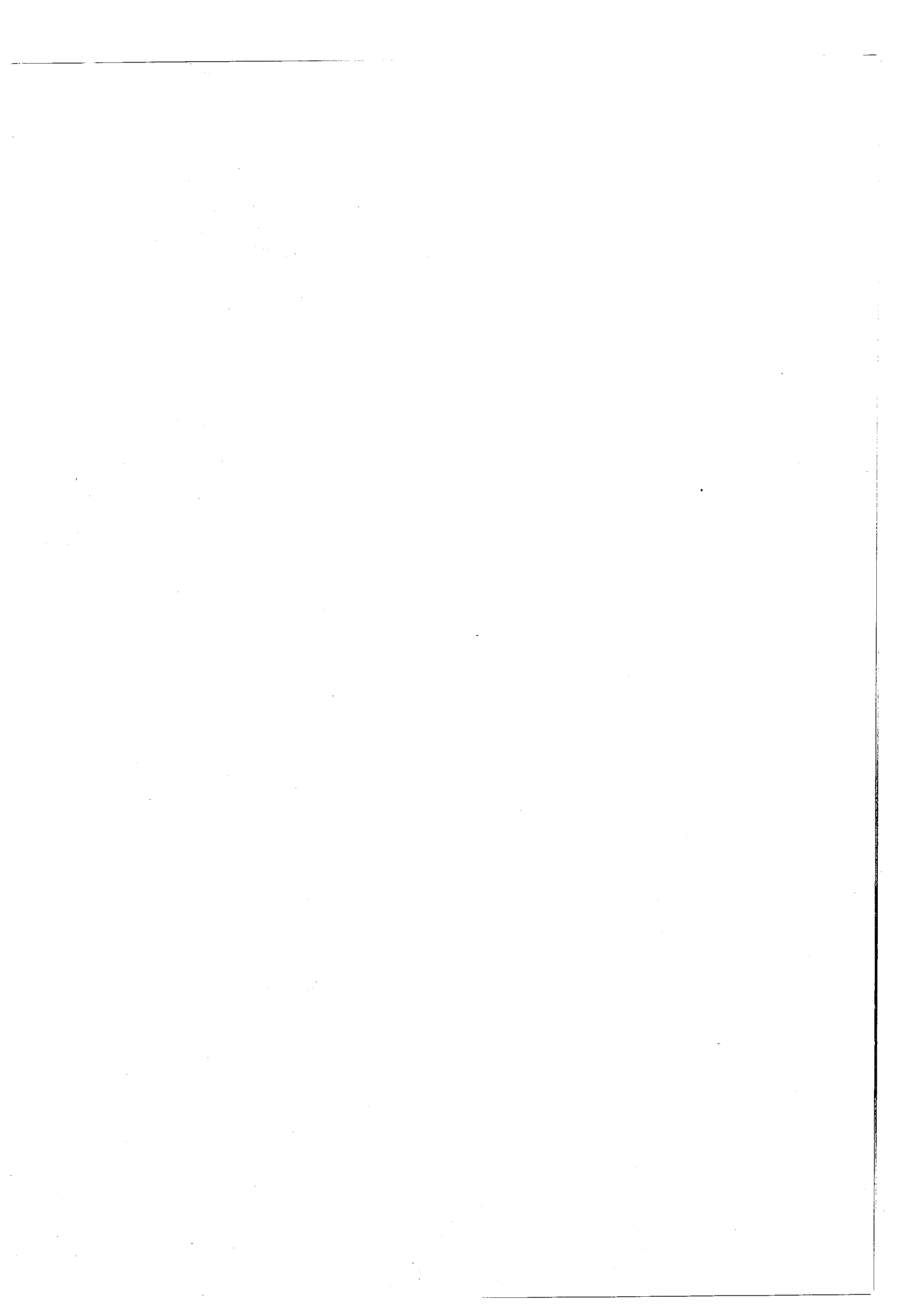
(1) - E ainda, a título de curiosidade, registámos também os valores respectivos das propostas governamentais de orçamento.

QUADRO 2

PROPOSTA GOVERNAMENTAL DE ORÇAMENTO, ORÇAMENTO E CONTA DE EXERCÍCIO

Exercício de 1873-1874

RUBRICA	PROPOSTA DO GOVERNO	ORÇAMENTO LEI 19-4-73	CONTA CONSTRUÍDA	CONTA PUBLICADA	QUOCIENTE
Receitas	22 351	23 174	23 929	24 035	104
Receitas Ordinárias	22 351	23 174	22 261	22 367	97
Impostos Directos	5 667	5 667	5 412	5 517	97
Selo e Registo	1 988	1 988	1 769	1 760	89
Impostos Indirectos	19 881	11 201	11 693	11 694	104
Bens Próprios Nacionais e					
Rendimentos Diversos	2 235	2 200	2 098	2 452	118
Juros da Dívida Fictícia	1 580	1 580	944	944	60
Reposições	0	0	354	0	100
Deduções de Despesa	0	528	0	0	0
Receita Extraordinária	0	0	1 668	1 668	∞
(da qual empréstimos)	0	0			∞
Despesas	23 934	23 817	26 974		∞
Despesas Ordinárias	22 609	22 582	23 528		113
Junta do Crédito Público	10 571	10 571	11 335		104
Encargos Gerais	2 214	2 194			107
Serviço Próprio dos Ministérios					
Seguintes:			3 299		91
- Ministério da Fazenda	1 456	1 451			
- Ministério do Reino	1 844	1 852	1 796		97
- Ministério da Justiça	524	523	501		96
- Ministério da Guerra	3 406	3 406	4 171		123
- Ministério Marinha e Ultramar	1 095	1 085	1 014		94
- Ministério Negócios Estrangeiros	248	248	178		72
- Ministério Obras Públicas	1 250	1 252	1 234		99
Amortização das notas do Banco de					
Lisboa	0	0	+ 0		∞
Despesa extraordinária	1 325	1 325	3 446		260
Ministério da Justiça	0	0	1		∞
Ministério da Marinha e Ultramar	90	90	90		100
Ministério das obras Públicas	1 235	1 235	3 821		309
SALDO	- 1 583	- 643	- 3 045		444





2. ANÁLISE DOS QUOCIENTES CONTA-ORÇAMENTO

Podemos distinguir, grosseiramente, dois períodos na sucessão dos quocientes:

1º - De 1852-1853 a finais do século (o ano de 1896-1897 parece ser a baliza).

2º - De 1896-1897 até à guerra.

2.1. O PERÍODO DE 1852-1853 A 1896-1897

Os quocientes conta-orçamento para as receitas variam entre 85 e 147 e para as despesas entre 92 e 223.

As situações mais frequentes caracterizam-se pela subestimação das receitas (quocientes, portanto, superiores à unidade), as quais marcam sobretudo as décadas de setenta e oitenta separadas por escassos anos de previsão aproximada. Situações de sobre-estimação, isto é, de quociente inferior à unidade, apenas ocorrem nos primeiros e últimos anos da década de cinquenta, e ligadas a idêntico fenómeno na previsão das receitas fiscais.

A subestimação apontada resulta em alguns casos de idêntico fenómeno nas principais componentes da receita — impostos directos, impostos indirectos e bens próprios nacionais e rendimentos diversos — e, sobretudo, da concretiza-

ção de receitas extraordinárias não previstas (nem no orçamento nem na proposta governamental), na sua maior parte em préstimos. Para os anos oitenta esta explicação é mesmo a única.

Analisando cada uma das componentes das receitas ordinárias, verificamos que as rubricas que registam maior frequência de erros de previsão, são:

a) Os bens próprios nacionais e rendimentos diversos, os adicionais e as compensações de despesa, por erros ora de excesso ora de defeito.

b) O imposto de selo e registo, apenas numa primeira fase, e por sobre-avaliação (até 1880).

Quanto às receitas extraordinárias a inadequação da previsão é a mais flagrante, pois é sistemática a sua concretização sem que estivesse prevista — vejam-se os anos posteriores a 1870, com excepção dos de 1879 a 1882.

Se atendermos à observação de que os períodos de sobre-estimação se seguem a períodos de déficit avolumado no exercício, podemos ver o facto como uma tentativa de esconder dificuldades crescentes do Tesouro através de orçamentos optimistas.

É preciso, contudo, não esquecer que as fases mais típicas na ocorrência desta situação — a dos últimos anos de cinquenta e a do período de 1865-1869 — correspondem a anos muito especiais, como pode ver-se pelos relatórios dos ministros da Fazenda às Cortes, ao apresentarem as propostas governamentais de orçamento e ao darem conta dos actos do ministério:

a) O final da década de 50, além de registar o surto de febre amarela e o amortecimento das transacções com a consequente quebra de rendimento das duas grandes alfândegas (Grande de Lisboa e Municipal de Lisboa), contou com a

crise comercial dos Estados Unidos da América e as suas repercussões nos mercados financeiros europeus e ainda com a guerra da Áustria contra a França e o Piemonte que dificultaram o recurso a créditos externos.

b) Os anos de 1865 a 1869 foram marcados pela conjuntura de sobreprodução e crise nos mercados financeiros, e ainda pela retenção de economias e remessas dos emigrantes no Brasil, causada pela guerra do Paraguai.

De qualquer forma, a elaboração de orçamentos optimistas só redonda num afastamento do déficite da conta em relação ao déficite previsto, fornecendo aos adversários políticos matéria de acusação.

Por sua vez o segundo traço caracterizador deste período é o da subavaliação dos gastos: os montantes de despesa realizada ultrapassam geralmente as previsões orçamentais, e esta regra é tanto válida para as despesas ordinárias como para as extraordinárias. Em relação a estas os quocientes conta-orçamento chegam a registar valores de 450 e 700 os quais são ocasionados sobretudo por elevados quocientes:

- no ministério da Fazenda, entre 1888 e 1891— que se prendem com a crise financeira;

- nos ministérios da Guerra e da Marinha e Ultramar nos anos setenta e noventa — respectivamente coincidentes com a vitória Prussiana e a preocupação do armamento, e com os problemas do final do século nas colónias;

- no ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, na década de setenta e na segunda metade da de oitenta — principais momentos da construção dos caminhos-de-ferro (do Minho e da Beira Alta, no primeiro caso, do Alentejo e do Douro, no segundo).

Relativamente às componentes da despesa ordinária, são os ministérios que envolvem menor volume de gastos os que, com frequência, registam coeficientes inferiores à unidade: ministérios do Reino, dos Eclesiásticos e Justiça, e dos Estrangeiros. O ministério da Fazenda, cujo coeficiente está calculado conjuntamente com os encargos gerais até 1885-1886, ronda sempre a unidade, mas os restantes — Guerra, Marinha e Ultramar, e Obras Públicas (e sobretudo este) — apresentam geralmente subestimação das verbas previstas.

Neste período, os saldos registados pelos orçamentos são sistematicamente negativos, com excepção de quatro anos (1881-1882, 1893-1894, 1894-1895 e 1895-1896) representando em média 10% das receitas, mas chegando a atingir 34% delas — em 1867-1868.

Em toda a série são apenas cinco os anos em que a conta registou superavit (1852-1853, 1853-1854, 1883-1884, 1887-1888 e 1891-1892) estando previstos sempre déficits nos orçamentos e operando-se a alteração de sinal do saldo pelo recurso ao crédito. Nos restantes anos o déficit concretizado é o triplo, o quíntuplo ou até o sétuplo do previsto.

2.2. O PERÍODO DE 1896-1897 À GUERRA

De 1896-1897 em diante, a previsão torna-se mais vezes realidade.

Para a receita total, a moda dos coeficientes conta-orçamento é a unidade. E nos anos em que se verifica afastamento dela é sempre por ocorrência de sobreavaliação, sem que os empréstimos se revistam do significado que lhes apontávamos para o período anterior. Com efeito, a receita extraordinária passou a registar quocientes geralmente inferiores à unidade (apenas 1904-1905 se apresenta com o valor

de 660).

As previsões dos gastos passaram também a não ser ultrapassadas: os quocientes conta-orçamento para a despesa total rondam sistematicamente a unidade, chegando mesmo, a partir de 1907-1908, a ser sistematicamente inferiores a ela.

Este traço é extensível aos quocientes tanto da despesa ordinária como aos das suas componentes. Os da despesa extraordinária começam por manter a subavaliação que lhe era peculiar, mas atenuada — rondam a média de 260 — e a partir de 1907-1908 começam mesmo a manifestar sobreavaliação.

Em consequência, os saldos manifestam tendência para o sinal positivo no fim do período. A adequação das previsões de despesas ordinárias não foi suficiente para os produzir desde logo, mas, à medida que ela se estende às despesas extraordinárias, os saldos dos exercícios começaram a registar valores positivos.

*

*

*

Em conclusão, a ponta final do período em análise aponta para o equilíbrio financeiro do exercício. E na gerência?

- Reservamos o próximo capítulo ao tema.

QUADRO 3

QUOCIENTES CONTA-ORÇAMENTO (PERCENTAGEM)

ANO	RECEITAS TOTAIS	RECEITAS ORDINÁRIAS	RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	DESPESAS TOTAIS	DESPESAS ORDINÁRIAS	DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS	SALDO TOTAL
1852-1853	88	88	∞	(a)	(a)	0	(a)
1853-1854	84	83	∞	(a)	(a)	21	(a)
1854-1855	100	105	1	103	103	34	197
1855-1856	99	96	145	112	-	1 117	126
1856-1857	100	97	0	93	94	68	106
1857-1858	145	149	65	130	130	211	682
1858-1859	93	98	0	142	141	298	801
1859-1860	92	97	0	152	152	115	961
1860-1861	96	96	635	142	141	243	568
1861-1862	107	107	100	180	178	414	736
1862-1863	120	120	100	223	222	393	- 1 909
1863-1864	97	97	100	126	124	587	440
1864-1865	85	101	0	106	112	69	∞
1865-1866	89	89	100	101	108	68	- 662
1866-1867	92	92	100	109	107	130	161
1867-1868	93	93	100	128	101	406	233
1868-1869	95	95	100	99	102	70	111
1869-1870	104	104	100	129	140	578	196
1870-1871	98	98	100	104	104	96	108
1871-1872	91	91	100	110	114	133	375
1872-1873	111	108	∞	112	106	215	165
1873-1874	104	97	∞	113	104	260	474
1874-1875	147	135	∞	122	103	466	188
1875-1876	120	107	∞	129	112	412	377
1876-1877	120	104	∞	137	114	483	568
1877-1878	116	101	∞	128	109	∞	450
1878-1879	128	109	∞	121	111	∞	83
1879-1880	89	94	50	100	101	86	155
1880-1881	90	98	2	101	101	104	186
1881-1882	102	102	101	131	136	99	- 205
1882-1883	108	99	213	100	99	111	0
1883-1884	117	99	∞	102	101	112	0
1884-1885	127	100	∞	108	106	120	0
1885-1886	130	99	∞	109	102	153	0
1886-1887	121	108	228	115	106	187	0
1887-1888	123	112	∞	100	92	241	0
1888-1889	141	101	∞	131	103	715	0
1889-1890	130	97	∞	120	105	293	0
1890-1891	133	100	∞	120	101	438	0
1891-1892	122	88	∞	112	102	303	0
1892-1893	103	91	∞	92	91	105	0
1893-1894	98	98	∞	117	114	181	0
1894-1895	107	102	∞	126	121	294	0
1895-1896	114	111	∞	117	109	318	0
1896-1897	100	100	100	122	113	287	- 14 526
1897-1898	89	93	6	102	100	132	- 10 337
1898-1899	96	98	36	107	102	540	- 195
1899-1900	102	104	47	111	106	217	332
1900-1901	106	106	72	105	101	201	103
1901-1902	100	100	101	106	103	192	258
1902-1903	102	102	108	101	102	301	454
1903-1904	110	106	212	108	105	187	- 6
1904-1905	110	103	659	106	102	285	- 1 454
1905-1906	108	105	314	108	102	381	53
1906-1907	96	96	74	97	94	193	136
1907-1908	101	99	225	99	94	240	59
1908-1909	104	98	285	96	96	91	- 157
1909-1910	107	105	203	94	97	92	- 33
1910-1911	101	103	44	93	95	37	- 9
1911-1912	94	99	0	96	82	84	150
1912-1913	106	107	80	94	95	69	144
1913-1914	99	103	47	98	100	74	118

(a) A impossibilidade de calcular estes coeficientes resulta da impossibilidade de reconstituir a despesa de exercício da Junta do Crédito Público.

QUADRO 4

QUOCIENTES CONTA-ORÇAMENTO PARA OS CAPÍTULOS DA RECEITA

ANO	IMPOSTOS DIRECTOS	IMPOSTOS INDIRECTOS	BENS PRÓ PRIOS NA CIONAIS	DEDUÇÕES DESPESA	IMPOSTO AMORTIZ. NOTAS	JUROS DÍVIDA	RENDIMENTOS APLICAÇÃO ESPECIAL	SELO E REGISTO	IMPOSTOS ADICIONAL E COMPLEMENTAR
1852-1853	127	94	120	0	100	-	0	-	-
1853-1854	79	93	272	0	99	-	0	-	-
1854-1855	100	97	513	0	101	0	0	-	-
1855-1856	99	101	248	0	103	-	0	-	-
1856-1857	96	106	217	0	0	-	118	-	-
1857-1858	95	226	94	0	35	-	0	-	-
1858-1859	99	115	129	0	80	-	-	-	-
1859-1860	100	114	138	0	64	-	-	-	-
1860-1861	95	126	79	0	0	-	-	-	-
1861-1862	103	112	95	-	100	-	-	-	-
1862-1863	140	115	102	-	-	-	-	-	-
1863-1864	89	108	90	0	-	-	-	-	-
1864-1865	89	89	201	0	-	-	-	-	-
1865-1866	89	71	171	100	-	-	-	-	-
1866-1867	93	92	92	-	-	-	-	-	-
1867-1868	94	97	82	0	-	-	-	-	-
1868-1869	95	96	88	0	-	-	-	-	-
1869-1870	108	97	117	-	-	-	-	-	-
1870-1871	114	97	196	0	-	100	-	0	-
1871-1872	95	98	95	0	-	67	-	93	-
1872-1873	100	111	145	0	-	77	-	103	-
1873-1874	97	104	112	0	-	60	-	89	-
1874-1875	223	113	98	0	-	103	-	84	-
1875-1876	103	117	103	-	-	93	-	77	-
1876-1877	101	105	140	100	-	52	-	79	-
1877-1878	107	102	93	127	-	-	-	81	-
1878-1879	109	124	81	49	-	-	-	83	-
1879-1880	109	90	98	73	-	-	-	90	-
1880-1881	109	96	88	48	-	-	-	112	-
1881-1882	103	104	99	51	-	-	-	106	-
1882-1883	93	96	91	116	-	-	-	100	-
1883-1884	100	98	102	104	-	-	-	100	100
1884-1885	100	101	104	116	-	-	-	122	90
1885-1886	100	104	84	88	-	-	-	96	-
1886-1887	103	114	87	130	-	-	-	106	94
1887-1888	106	120	89	99	-	-	-	125	51
1888-1889	103	99	98	131	-	-	-	103	99
1889-1890	100	97	94	90	-	-	-	99	86
1890-1891	96	97	89	99	-	-	-	103	334
1891-1892	117	81	81	78	-	-	-	94	76
1892-1893	104	91	88	79	-	-	-	90	62
1893-1894	105	101	92	71	-	-	-	99	78
1894-1895	113	99	112	93	-	-	-	110	60
1895-1896	114	113	123	100	-	-	-	117	54
1896-1897	99	94	118	114	-	-	-	98	154
1897-1898	94	89	109	87	-	-	-	102	103
1898-1899	98	95	108	93	-	-	-	103	101
1899-1900	105	104	82	124	-	-	-	112	100
1900-1901	107	104	117	101	-	-	-	120	100
1901-1902	106	93	104	99	-	-	-	98	97
1902-1903	107	100	132	106	-	-	-	82	96
1903-1904	96	105	120	115	-	-	-	116	100
1904-1905	98	102	109	113	-	-	-	98	103
1905-1906	100	105	115	109	-	-	-	102	99
1906-1907	99	99	100	79	-	-	-	107	102
1907-1908	101	99	88	98	-	-	-	101	97
1908-1909	103	97	98	94	-	-	-	103	92
1909-1910	104	100	110	116	-	-	-	99	103
1910-1911	109	99	123	99	-	-	-	103	69

ANO	IMPOSTOS DIRECTOS	IMPOSTOS INDIRECTOS	BENS PRÓ PRIOS NA CIONAIS	SERVIÇOS C/RENDI- MENTOS	IMPOSTO BARRAS	EXPLORAÇÕES ESTADO	JUROS DÍVIDA	SELO E REGISTO	REEMBOLSOS REPOSIÇÕES	EXCLUSIVOS
1911-1912	94	100	159	83	121	110	98	96	137	98
1912-1913	106	115	88	71	120	119	103	96	112	95
1913-1914	101	111	110	103	98	102	99	96	106	101

QUADRO 5

QUOCIENTES CONTA-ORÇAMENTO PARA OS CAPÍTULOS DA DESPESA ORDINÁRIA (EM PERCENTAGEM)

ANO	ENCARGOS DÍVIDA	DIFERENÇA DE CÂMBIOS	ENCARGOS GERAIS E MINISTER. FAZENDA	MINISTÉRIO REINO	MINISTÉRIO JUSTIÇA	MINISTÉRIO GUERRA	MINISTÉRIO MARINHA E ULTRAMAR	MINISTÉRIO ESTRANGEI- ROS	MINISTÉRIO OBRAS PÚ - BLICAS	MINISTÉRIO INSTRUÇÃO	AMORTIZAÇÃO NOTAS
1852-1853	-	-	46	74	80	92	104	56	-	-	100
1853-1854	-	-	75	86	82	91	99	73	107	-	563
1854-1855	96	-	90	87	85	92	89	71	185	-	100
1855-1856	96	-	87	92	87	89	107	102	173	-	100
1856-1857	99	-	94	93	90	111	114	89	205	-	100
1857-1858	105	-	166	98	92	94	139	82	208	-	100
1858-1859	114	-	174	189	89	92	177	91	169	-	100
1859-1860	122	-	264	97	95	103	136	121	174	-	48
1860-1861	105	-	234	94	97	96	108	109	257	-	∞
1861-1862	106	-	279	96	97	78	120	100	684	-	∞
1862-1863	118	-	480	99	99	98	147	134	640	-	∞
1863-1864	103	-	100	95	103	101	155	102	355	-	100
1864-1865	102	-	107	97	106	101	106	113	214	-	∞
1865-1866	100	-	116	100	106	102	101	111	146	-	∞
1866-1867	107	-	111	100	99	100	116	114	118	-	∞
1867-1868	100	-	100	98	99	100	99	107	110	-	∞
1868-1869	120	-	88	95	81	97	94	90	98	-	∞
1869-1870	105	-	103	89	19	93	97	80	20	-	∞
1870-1871	102	-	131	168	76	92	108	89	105	100	∞
1871-1872	106	-	111	90	90	100	107	79	128	-	∞
1872-1873	104	-	115	92	89	122	96	76	101	-	∞
1873-1874	107	-	91	97	96	123	94	72	99	-	100
1874-1875	100	-	83	100	99	142	98	86	100	-	∞
1875-1876	99	-	79	102	107	152	101	80	108	-	∞
1876-1877	74	-	208	102	113	124	144	89	126	-	∞
1877-1878	99	-	113	98	108	130	100	76	126	-	100
1878-1879	101	-	112	102	102	121	103	83	142	-	100
1879-1880	110	-	105	97	103	103	103	67	78	-	∞
1880-1881	106	-	91	100	96	106	109	73	98	-	100
1881-1882	226	-	108	85	97	108	119	110	112	-	100
1882-1883	98	-	98	94	97	100	100	103	103	-	100
1883-1884	99	-	102	99	98	100	108	110	105	-	-
1884-1885	110	-	101	94	96	104	119	108	100	-	-

QUADRO 5 (Cont.)

(QUOCIENTES CONTA-ORÇAMENTO PARA OS CAPÍTULOS DA DESPESAS ORDINÁRIA)

ANO	ENCARGOS DÍVIDA	DIFERENÇA DE CÂMBIOS	CAIXA GERAL DEPÓS.	ENCARGOS GERAIS	MINISTÉRIO FAZ./FIN.	MINISTÉRIO REINO	MINISTÉRIO JUSTIÇA	MINISTÉRIO GUERRA	MINISTÉRIO MARINHA E ULTRAMAR/CO- LÔNIAS	MINISTÉRIO ESTRANGEIROS	MINISTÉRIO OBRAS PÚBLICAS/FOM.	MINISTÉRIO INSTRUÇÃO
1885-1886	100	-	-	110	113	94	91	103	104	104	100	-
1886-1887	103	-	113	121	50	84	92	101	100	97	123	-
1887-1888	112	-	115	66	120	97	91	93	94	108	100	-
1888-1889	100	-	106	105	116	99	97	103	103	100	107	-
1889-1890	102	-	87	107	106	91	103	103	104	120	114	8
1890-1891	103	-	94	87	104	100	100	108	107	130	108	93
1891-1892	103	-	81	92	93	180	95	97	102	92	92	0
1892-1893	79	173	66	86	95	95	95	101	95	96	104	100
1893-1894	85	100	67	1 739	98	97	98	105	149	96	102	-
1894-1895	90	76	82	1 892	98	103	97	108	146	99	118	-
1895-1896	107	99	87	106	97	109	99	111	132	99	115	-
1896-1897	?	?	?	90	142	104	101	115	107	99	154	-
1897-1898	?	?	?	82	153	98	98	106	99	97	100	-
1898-1899	?	794	?	84	163	100	100	110	98	99	99	-
1899-1900	?	658	?	82	149	103	115	107	106	106	114	-
1900-1901	?	633	?	86	149	100	102	110	96	100	101	-
1901-1902	?	646	?	91	134	107	106	113	99	99	99	-
1902-1903	?	7	?	93	132	106	112	109	99	100	101	-
1903-1904	105	100	89	105	100	102	102	114	106	103	101	-
1904-1905	102	100	98	109	96	100	105	104	96	100	99	-
1905-1906	100	69	94	104	100	102	106	108	103	104	103	-
1906-1907	?	319	?	93	93	74	93	103	98	97	97	-
1907-1908	100	250	99	92	91	94	93	102	93	91	94	-
1908-1909	100	99	99	88	92	95	94	99	93	92	88	8
1909-1910	100	42	99	88	93	95	94	100	94	92	91	8
1910-1911	101	0	97	84	88	96	87	99	90	91	92	8
1911-1912	100	0	96	83	90	88	86	99	95 97	87	95	8
1912-1913	97	-	99	78	93	87	90	98	76 100	84	94	8
1913-1914	103	-	99	97	95	100	90	107	90 95	95	100	79

QUADRO 5. (Cont.)

(QUOCIENTES CONTA-ORÇAMENTO PARA OS CAPÍTULOS DA DESPESA EXTRAORDINÁRIA)

ANO	MINISTÉRIO FAZENDA	MINISTÉRIO REINO	MINISTÉRIO JUSTIÇA	MINISTÉRIO GUERRA	MINISTÉRIO MARINHA E ULTRAMAR	MINISTÉRIO ESTRANGEIROS	MINISTÉRIO O.P.C.I.	MINISTÉRIO INSTRUÇÃO
1852-1853								
1853-1854								
1854-1855	A previsão orçamental não vem desagregada e não é possível obter estas rubricas da conta de exercício							
1855-1856								
1856-1857								
1857-1858	Não é possível obter estas rubricas da conta de exercício							
1858-1859	475	0	67	∞	100	-	-	-
1859-1860	95	0	50	∞	21	-	∞	-
1860-1861	251	-	33	133	260	-	-	-
1861-1862	588	6	100	100	211	∞	∞	-
1862-1863	Não vem desagregada a previsão orçamental							
1863-1864	311	150	∞	233	137	-	∞	-
1864-1865	32	∞	167	807	155	-	51	-
1865-1866	Não vem desagregada a previsão orçamental							
1866-1867	-	∞	167	∞	113	∞	73	-
1867-1868	∞	∞	200	∞	96	∞	96	-
1868-1869	-	∞	133	∞	104	∞	64	-
1869-1870	-	∞	∞	∞	277	∞	527	-
1870-1871	∞	-	∞	-	116	-	93	∞
1871-1872	88	-	150	-	378	-	113	-
1872-1873	-	-	50	-	106	-	247	-
1873-1874	-	-	∞	-	100	-	309	-
1874-1875	-	-	50	-	207	-	351	-
1875-1876	-	-	100	-	100	-	422	-
1876-1877	-	-	100	-	2 214	-	380	-
1877-1878	∞	-	∞	-	∞	-	∞	-
1878-1879	∞	-	∞	-	∞	-	∞	-
1879-1880	0	-	-	0	0	-	0	-
1880-1881	∞	-	-	-	∞	-	981	-
1881-1882	∞	100	-	100	∞	-	95	-
1882-1883	∞	1 600	-	∞	∞	-	81	-
1883-1884	∞	100	-	129	134	-	100	-
1884-1885	∞	294	-	497	591	-	85	-

QUADRO 5 (CONT.)
(QUOCIENTES CONTA-ORÇAMENTO PARA OS CAPÍTULOS DA DESPESA EXTRAORDINÁRIA)

	MINISTÉRIO FAZENDA / FINANÇAS	MINISTÉRIO REINO / INTERIOR	MINISTÉRIO JUSTIÇA	MINISTÉRIO GUERRA	MINISTÉRIO MARINHA E ULTRA MAR / COLÓNIAS	MINISTÉRIO ESTRANGEIROS	MINISTÉRIO O.P.C.I. / FOMENTO	MINISTÉRIO INSTRUÇÃO
1885-1886	169	578	∞	509	377	-	95	-
1886-1887	∞	∞	-	660	225	∞	150	-
1887-1888	∞	∞	-	163	143	∞	351	-
1888-1889	12 285	-	-	160	57	-	1 252	-
1889-1890	1 271	∞	100	350	140	∞	844	∞
1890-1891	471	∞	-	305	289	∞	837	∞
1891-1892	65	-	-	160	172	-	634	100
1892-1893	103	271	-	100	95	98	95	100
1893-1894	∞	∞	∞	150	∞	100	127	-
1894-1895	∞	∞	-	155	∞	186	183	-
1895-1896	115	∞	100	191	1 935	100	153	-
1896-1897	1 675	∞	-	677	262	113	173	-
1897-1898	40	383	-	309	156	91	114	-
1898-1899	105	∞	-	645	5 741	100	271	-
1899-1900	64	11 450	∞	809	195	123	186	-
1900-1901	365	290	-	365	300	100	96	-
1901-1902	1 190	164	-	311	205	100	133	-
1902-1903	1 147	∞	-	485	87	100	236	-
1903-1904	1 761	441	-	1 049	109	140	107	-
1904-1905	541	98	-	1 460	150	100	98	-
1905-1906	521	87	-	98	447	130	100	-
1906-1907	∞	100	-	158	238	100	35	-
1907-1908	∞	585	-	257	213	113	248	-
1908-1909	-	95	-	94	90	94	52	-
1909-1910	∞	92	100	93	6	2 327	17	-
1910-1911	-	74	0	98	32	22	28	∞
1911-1912	79	64	100	43	67 100	88	55	∞
1912-1913	8	29	0	81	67 100	73	48	0
1913-1914	110	100	-	112	368 100	178	45	519

CAPÍTULO 6 - OS SALDOS DAS CONTAS PÚBLICAS

1. Tipos de Saldos nas Contas Públicas
 - 1.1. Classificação Administrativa
 - 1.2. Classificação Financeira
 - 1.3. Classificação Econômica
2. Apresentação das Séries
3. Comentários Gerais
4. Análise na Especialidade

1. TIPOS DE SALDOS NAS CONTAS PÚBLICAS

A escrituração das contas públicas segundo o método das partidas dobradas implica a igualdade formal e necessária das receitas e despesas de acordo com a fórmula:

encaixe inicial + entrada de fundos = saídas de fundos + encaixe final

Quando se fala em saldo das contas públicas não se pensa, no entanto, é claro, nesta igualdade formal e necessária, mas nas relações entre certos tipos de entradas de fundos (ou receitas) e de saídas de fundos (ou despesas). Como se podem classificar estes fluxos?

1.1. CLASSIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

a) Distingue as operações orçamentais das operações de tesouraria, pelo carácter definitivo daquelas e não definitivo destas.

b) Distingue ainda as operações ordinárias das extraordinárias, pelo carácter permanente daquelas e transitório destas.

Note-se que os âmbitos adoptados para estas noções flutuaram até ao Regulamento da Contabilidade Pública em 1881, tornando-se estáveis a partir de então.

À classificação administrativa se associam, por isso, o saldo total com a respectiva cobertura total e o saldo ordinário com a respectiva cobertura ordinária:

$$\text{Saldo total} = \text{Receitas por operações orçamentais} - \text{Despesas por operações orçamentais}$$

$$\text{Cobertura total} = \frac{\text{Receitas por operações orçamentais}}{\text{Despesas por operações orçamentais}}$$

$$\text{Saldo ordinário} = \text{Receitas ordinárias} - \text{Despesas ordinárias}$$

$$\text{Cobertura ordinária} = \frac{\text{Receitas ordinárias}}{\text{Despesas ordinárias}}$$

1.2. CLASSIFICAÇÃO FINANCEIRA

Nas operações orçamentais estão incluídas as utilizações dos empréstimos como receitas e as suas amortizações como despesas. Torna-se, por isso, necessária uma classificação de carácter financeiro que distingue receitas efectivas de empréstimos, dado o carácter reembolsável destes.

A esta distinção se prende a construção do saldo efectivo e respectiva cobertura:

$$\text{Saldo efectivo} = \text{Receitas efectivas} - \text{Despesas efectivas}$$

$$\text{cobertura efectiva} = \frac{\text{Receitas efectivas}}{\text{Despesas efectivas}}$$

Notemos que, para o cálculo das receitas e despesas efectivas, se descontaram às receitas e despesas totais os juros dos títulos de dívida pública na posse da Fazenda visto que se trata de meras compensações contabilísticas de fluxos realmente não efectuados, procedimento que não altera o saldo efectivo mas altera a cobertura efectiva.

1.3. CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Distingue entre operações correntes e operações de capital, sendo as primeiras os fluxos de produção e consumo e as segundas os fluxos de acumulação.

A distinção prende-se a construção do saldo corrente e respectiva cobertura:

$$\text{Saldo corrente} = \text{Receitas correntes} - \text{Despesas correntes}$$

$$\text{Cobertura corrente} = \frac{\text{Receitas correntes}}{\text{Despesas correntes}}$$

2. APRESENTAÇÃO DAS SÉRIES

Apresentamos todas as séries dos saldos (totais, ordinários, efectivos e correntes) nos quadros 1, 2, 3 e 4 (respectivamente).

SALDO E COBERTURA TOTAIS

Fontes: Receitas totais - Quadro 2 do capítulo 3; Despesas totais - Quadro 1 do capítulo 4.
Saldo e cobertura totais, cálculo nosso.

Unidades: Receitas, despesas e saldos em contos; cobertura em unidades.

ANO	RECEITAS TOTAIS	DESPESAS TOTAIS	SALDO TOTAL	COBERTURA TOTAL
1851-1852	10 611	11 228	- 617	0.945
1852-1853	10 853	13 121	- 2 268	0.827
1853-1854	10 453	11 063	- 610	0.945
1854-1855	10 892	13 738	- 2 846	0.793
1855-1856	11 619	13 355	- 1 736	0.870
1856-1857	13 669	14 668	- 999	0.932
1857-1858	12 502	17 897	- 5 395	0.699
1858-1859	12 530	17 936	- 5 406	0.699
1859-1860	12 297	16 148	- 3 851	0.762
1860-1861	13 002	16 100	- 3 098	0.808
1861-1862	13 710	20 940	- 7 230	0.655
1862-1863	14 618	22 329	- 7 711	0.655
1863-1864	15 671	21 754	- 6 083	0.720
1864-1865	17 766	21 476	- 3 710	0.827
1865-1866	15 470	21 284	- 5 814	0.727
1866-1867	14 965	22 837	- 7 872	0.655
1867-1868	16 543	29 580	-13 037	0.559
1868-1869	16 513	21 278	- 4 765	0.776
1869-1870	18 026	33 090	-15 064	0.545
1870-1871	18 110	22 045	- 3 935	0.822
1871-1872	19 291	25 465	- 6 174	0.758
1872-1873	22 306	25 072	- 2 766	0.890
1873-1874	26 284	28 550	- 2 266	0.921
1874-1875	26 543	29 098	- 2 553	0.912
1875-1876	28 680	31 491	- 2 811	0.911
1876-1877	29 652	36 761	- 7 109	0.807
1877-1878	28 963	33 963	- 5 000	0.853
1878-1879	29 033	34 290	- 5 257	0.847
1879-1880	29 100	31 903	- 2 803	0.912
1880-1881	25 910	34 029	- 8 119	0.761
1881-1882	30 438	36 152	- 5 714	0.842
1882-1883	30 976	34 546	- 3 570	0.897
1883-1884	33 848	35 066	- 1 218	0.965
1884-1885	37 837	39 800	- 1 963	0.951
1885-1886	33 426	41 046	- 7 620	0.814
1886-1887	34 768	41 885	- 7 117	0.830
1887-1888	39 225	45 004	- 5 779	0.872
1888-1889	46 757	50 692	- 3 935	0.922
1889-1890	43 647	54 360	-10 713	0.803
1890-1891	39 865	51 372	-11 507	0.776
1891-1892	38 643	54 947	-16 304	0.703
1892-1893	41 876	48 013	- 6 137	0.872
1893-1894	46 105	46 462	- 357	0.992
1894-1895	46 476	48 639	- 2 163	0.956
1895-1896	53 222	54 589	- 1 367	0.975
1896-1897	50 488	58 261	- 7 773	0.867
1897-1898	53 367	57 819	- 4 452	0.923
1898-1899	52 133	55 522	- 3 389	0.939
1899-1900	54 345	62 077	- 7 732	0.875
1900-1901	55 854	56 259	- 405	0.993
1901-1902	53 090	57 564	- 2 474	0.922
1902-1903	57 853	59 527	- 1 674	0.972
1903-1904	61 918	62 291	- 373	0.994
1904-1905	64 507	61 967	+ 2 540	1.041
1905-1906	62 571	63 606	- 1 034	0.984
1906-1907	62 651	63 513	- 862	0.986
1907-1908	71 068	77 121	- 6 053	0.922
1908-1909	73 353	75 075	- 1 722	0.977
1909-1910	73 963	76 875	- 2 912	0.962
1910-1911	69 941	70 234	- 293	0.996
1911-1912	65 611	71 505	- 5 894	0.918
1912-1913	84 516	83 916	+ 600	1.007
1913-1914	77 007	70 347	+ 6 660	1.095

SALDO E COBERTURA ORDINÁRIOS

Fontes: Receitas ordinárias — quadro 5 do capítulo 3; despesas ordinárias — quadro 3 do capítulo 4; saldo e cobertura ordinários — cálculo nosso.

Unidade: Receitas, despesas e saldo em contos; cobertura em unidades.

ANO	RECEITAS ORDINÁRIAS	DESPESAS ORDINÁRIAS	SALDO ORDINÁRIO	COBERTURA ORDINÁRIA
1851-1852	10 599	11 228	- 629	0.944
1852-1853	10 820	12 986	- 2 166	0.833
1853-1854	10 419	10 455	- 36	0.997
1854-1855	10 889	13 258	- 2 369	0.821
1855-1856	10 913	11 985	- 1 072	0.911
1856-1857	13 212	14 617	- 1 405	0.904
1857-1858	12 332	17 659	- 5 327	0.698
1858-1859	12 417	17 598	- 5 181	0.706
1859-1860	12 279	15 966	- 3 687	0.769
1860-1861	12 957	15 800	- 2 843	0.820
1861-1862	13 710	20 448	- 6 738	0.670
1862-1863	14 618	22 064	- 7 446	0.662
1863-1864	15 638	21 402	- 5 764	0.731
1864-1865	17 766	19 664	- 1 898	0.903
1865-1866	15 470	19 014	- 3 544	0.814
1866-1867	14 965	20 694	- 5 729	0.723
1867-1868	16 513	21 118	- 4 575	0.783
1868-1869	16 513	19 743	- 3 230	0.836
1869-1870	18 026	22 976	- 4 950	0.785
1870-1871	18 110	20 637	- 2 527	0.878
1871-1872	19 291	23 732	- 4 441	0.813
1872-1873	21 648	22 920	- 1 272	0.945
1873-1874	24 616	24 764	- 148	0.994
1874-1875	23 740	23 721	+ 19	1.001
1875-1876	25 753	24 931	+ 822	1.033
1876-1877	25 854	29 703	- 3 849	0.870
1877-1878	25 475	28 786	- 3 311	0.885
1878-1879	27 323	30 902	- 3 579	0.884
1879-1880	23 771	30 221	- 6 450	0.787
1880-1881	25 852	29 877	- 4 025	0.865
1881-1882	28 812	32 032	- 3 220	0.899
1882-1883	28 041	31 164	- 3 123	0.900
1883-1884	29 615	30 891	- 1 276	0.959
1884-1885	31 270	33 961	- 2 691	0.921
1885-1886	31 568	33 634	- 2 066	0.939
1886-1887	34 541	35 703	- 1 162	0.967
1887-1888	38 104	38 790	- 686	0.982
1888-1889	37 812	39 165	- 1 353	0.965
1889-1890	39 234	42 781	- 3 547	0.917
1890-1891	39 788	42 761	- 2 973	0.930
1891-1892	38 479	45 657	- 7 178	0.843
1892-1893	41 740	43 286	- 1 556	0.964
1893-1894	46 104	43 595	+ 2 509	1.058
1894-1895	46 476	45 694	+ 782	1.017
1895-1896	52 113	48 727	+ 3 386	1.069
1896-1897	49 778	51 888	- 2 110	0.959
1897-1898	49 200	52 324	- 3 124	0.940
1898-1899	50 061	51 539	- 1 478	0.971
1899-1900	52 701	56 717	- 4 016	0.929
1900-1901	54 619	52 842	+ 1 777	0.967
1901-1902	52 282	54 422	- 2 140	1.041
1902-1903	54 403	54 857	- 454	1.008
1903-1904	56 889	57 667	- 778	0.987
1904-1905	59 467	58 647	+ 820	1.014
1905-1906	60 176	58 898	+ 1 278	1.022
1906-1907	59 369	59 058	+ 311	1.005
1907-1908	70 247	72 386	- 2 139	0.970
1908-1909	68 504	70 138	- 1 634	0.977
1909-1910	70 250	71 482	- 1 232	0.983
1910-1911	68 830	67 972	+ 858	1.013
1911-1912	65 508	67 183	- 1 675	0.975
1912-1913	83 713	79 463	+ 4 250	1.053
1913-1914	74 124	66 420	+ 7 704	1.116

SALDO E COBERTURA EFECTIVOS

Fontes: Receitas efectivas — Quadro 2 do capítulo 3; Despesas efectivas — Quadro 1 do capítulo 4. Saldo e cobertura efectivos — cálculo nosso.

Unidades: Receitas, despesas e saldo em contos; cobertura em unidades.

ANO	RECEITAS EFECTIVAS	DESPESAS EFECTIVAS	SALDO EFECTIVO	COBERTURA EFECTIVA
1851-1852	10 585	11 202	- 617	0.945
1852-1853	10 749	13 017	- 2 268	0.826
1853-1854	10 354	10 964	- 610	0.944
1854-1855	10 866	13 712	- 2 846	0.792
1855-1856	10 832	13 218	- 2 386	0.819
1856-1857	13 149	14 524	- 1 375	0.905
1857-1858	12 331	17 805	- 5 474	0.693
1858-1859	12 187	17 593	- 5 406	0.693
1859-1860	11 881	15 732	- 3 851	0.755
1860-1861	12 570	15 668	- 3 098	0.802
1861-1862	13 336	20 566	- 7 230	0.648
1862-1863	13 938	21 649	- 7 711	0.644
1863-1864	14 787	20 870	- 6 083	0.709
1864-1865	17 032	20 742	- 3 710	0.821
1865-1866	14 826	20 640	- 5 814	0.718
1866-1867	14 297	22 169	- 7 872	0.645
1867-1868	15 673	28 710	- 13 037	0.546
1868-1869	15 764	20 529	- 4 765	0.768
1869-1870	16 396	31 460	- 15 064	0.521
1870-1871	16 682	20 617	- 3 935	0.809
1871-1872	17 811	23 985	- 6 174	0.743
1872-1873	19 887	23 338	- 3 451	0.852
1873-1874	22 827	26 761	- 3 934	0.853
1874-1875	23 309	28 664	- 5 355	0.813
1875-1876	25 199	33 356	- 8 157	0.755
1876-1877	25 638	36 545	- 10 907	0.702
1877-1878	25 233	33 721	- 8 488	0.748
1878-1879	27 266	34 226	- 6 960	0.797
1879-1880	23 239	31 371	- 8 132	0.741
1880-1881	25 413	33 590	- 8 177	0.757
1881-1882	28 417	35 757	- 7 340	0.795
1882-1883	27 202	33 309	- 6 107	0.817
1883-1884	28 629	34 027	- 5 398	0.884
1884-1885	30 333	38 730	- 8 397	0.783
1885-1886	30 851	40 279	- 9 428	0.766
1886-1887	33 449	40 566	- 7 117	0.825
1887-1888	36 759	43 647	- 6 888	0.842
1888-1889	37 683	49 681	- 11 998	0.758
1889-1890	38 982	52 844	- 13 862	0.738
1890-1891	38 316	49 823	- 11 507	0.769
1891-1892	37 573	53 877	- 16 304	0.697
1892-1893	40 368	46 641	- 6 273	0.866
1893-1894	44 102	44 459	- 357	0.992
1894-1895	43 899	46 062	- 2 163	0.953
1895-1896	50 615	51 982	- 1 367	0.974
1896-1897	47 113	55 597	- 8 484	0.847
1897-1898	46 880	55 325	- 8 445	0.847
1898-1899	47 311	52 756	- 5 445	0.897
1899-1900	48 733	58 105	- 9 372	0.839
1900-1901	51 822	52 227	- 405	0.992
1901-1902	49 240	53 715	- 4 475	0.917
1902-1903	50 942	55 321	- 4 379	0.921
1903-1904	53 207	57 833	- 4 626	0.920
1904-1905	57 305	57 387	- 82	0.999
1905-1906	57 229	59 509	- 2 280	0.962
1906-1907	56 023	59 361	- 3 338	0.944
1907-1908	65 769	72 814	- 7 045	0.903
1908-1909	65 262	70 656	- 5 394	0.924
1909-1910	68 376	72 242	- 3 866	0.946
1910-1911	64 629	65 494	- 865	0.987
1911-1912	60 869	66 830	- 5 961	0.911
1912-1913	79 387	78 830	+ 557	1.007
1913-1914	68 873	65 068	+ 3 805	1.067

SALDO E COBERTURA CORRENTES

Fontes: Receitas correntes — Quadro 4 do capítulo 3; Despesas correntes — Quadros 7 e 8 do capítulo 4; saldo e cobertura correntes — cálculo nosso.

Unidades: Receitas, despesas e saldos correntes, em contos; cobertura em unidades.

ANO	RECEITAS CORRENTES	DESPESAS CORRENTES	SALDO CORRENTE	COBERTURA CORRENTE
1861-1862	12 668	21 298	- 8 630	0.595
1864-1865	16 147	20 273	- 4 126	0.796
1865-1866	13 862	20 098	- 6 236	0.690
1866-1867	13 375	21 291	- 7 916	0.628
1867-1868	14 894	20 611	- 5 717	0.723
1869-1870	15 587	24 202	- 8 615	0.644
1871-1872	16 853	27 828	- 10 975	0.606
1874-1875	22 128	28 096	- 5 988	0.788
1875-1876	23 945	31 054	- 7 109	0.771
1876-1877	24 354	33 996	- 9 642	0.716
1878-1879	26 019	36 943	- 10 924	0.704
1881-1882	26 263	36 285	- 10 022	0.724
1882-1883	25 284	38 348	- 13 064	0.659
1883-1884	26 743	31 790	- 5 047	0.841
1884-1885	28 513	36 066	- 7 553	0.791
1885-1886	29 108	37 578	- 8 470	0.775
1886-1887	31 615	37 850	- 6 235	0.835
1887-1888	34 378	41 308	- 6 930	0.832
1888-1889	35 411	41 399	- 5 988	0.855
1889-1890	36 693	46 067	- 9 374	0.797
1890-1891	36 139	45 691	- 9 552	0.791
1891-1892	35 544	49 652	- 14 108	0.716
1892-1893	38 299	45 980	- 7 681	0.833
1893-1894	42 457	43 739	- 1 282	0.971
1894-1895	41 622	42 547	- 925	0.978
1895-1896	47 839	50 007	- 2 168	0.957
1896-1897	44 219	52 262	- 8 043	0.846
1907-1908	62 496	75 078	- 12 582	0.832
1908-1909	61 944	72 686	- 10 742	0.852
1909-1910	65 068	75 743	- 10 675	0.859
1910-1911	61 191	68 693	- 7 502	0.891
1911-1912	56 881	69 157	- 12 276	0.822
1912-1913	74 542	77 728	- 3 186	0.959
1913-1914	63 674	64 675	- 1 001	0.985

3. COMENTÁRIOS GERAIS

A apresentação dos quantitativos assumidos pelos vários saldos ou do traçado das suas coberturas respectivas, permite concluir que:

1º - O traço mais flagrante a assinalar para a caracterização de todo o período em análise, é a ocorrência generalizada de saldos negativos, ou, o que é equivalente, de coberturas inferiores à unidade.

2º - Os diferentes tipos de saldos que calculámos manifestam uma variação semelhante ao longo do tempo, isto é, o traçado das coberturas seria grosseiramente paralelo.

3º - O saldo ordinário é o de menor valor relativo, seguindo-se o saldo total, o saldo efectivo e o saldo corrente. Isto significa que:

a) As despesas extraordinárias se realizam sempre à custa do agravamento do déficit, ou, o que é equivalente que as receitas extraordinárias asseguram pior as despesas extraordinárias do que as receitas asseguram as despesas totais.

b) Descontado o recurso ao crédito, mais ampliado se torna o desfasamento entre receitas e despesas. A contracção do maior volume de empréstimos corresponde aos momentos de maior distanciação entre as coberturas total e efectiva.

c) Utilizaram-se receitas de capital na realização de gastos correntes, nos anos para os quais a cobertura corrente foi calculada.

Os períodos mais típicos destas três situações, foram:

de a) : 1854-1855 e 1857-1858; com muita clareza 1867-1868 e 1869-1870; depois, os anos de 1872 a 1877; 1880-1881; os anos de 1885 a 1893; 1896-1897 e 1901-1902.

de b) : os anos de 1873 a 1891.

de c) : os anos finais da Monarquia.

4º - Parece possível identificar três traços distintos nos registos das coberturas (e, portanto, dos saldos) :

1º - De 1851-1852 a 1869-1870: Decrescem sucessivamente de valores próximos da unidade para o mínimo de 1869-1870 (0.55 para a cobertura efectiva) .

2º - De 1870-1871 a 1890-1891 as coberturas, apesar das oscilações, parecem fixar-se num patamar que orça os 70-90%.

3º - De 1891-1892 até à Guerra diminuem as amplitudes de variação dos vários déficits (e coberturas) e caminha-se para o equilíbrio, o qual vem a ser conseguido nas vésperas da primeira Guerra.

4. ANÁLISE NA ESPECIALIDADE

A periodização que acabámos de esboçar pode ser relacionada com as sucessivas fases de aplicação do modelo regenerator descrito na apresentação. Ilustraremos esta relação no ponto 4.1.

É possível ligar algumas flutuações dos saldos com acontecimentos de natureza política. Ensaaiaremos esta ligação no ponto 4.2.

4.1. APLICAÇÃO DO MODELO REGENERADOR E SALDOS

4.1.1. Dos Anos Cinquenta aos Anos Setenta

"Em um paiz tão pequeno como o nosso, e estando a capital collocada n'uma posição quasi media a respeito de todo o reino, é certo que temos em Lisboa mais promptas noticias de Londres, de París, ou de Bruxellas, do que podemos ter de Chaves ou Bragança. (...) Este grande corpo não tem arterias nem vêas por onde se faça a circulação, que sómente pôde conservar a existencia; e as difficuldades de transito que são barreiras não interrompidas entre os habitantes d'um mesmo povo, clamam incessantemente por um remedio prompto e efficaz, que nos aproxime do viver das nações cultas, abbreviando as distancias, para communição dos ho - mens, e permutação dos productos."

(Fontes Pereira de Melo — relatório que precede o decreto de 30-08-1852).

"(...) se attendermos às forças productivas da Nação, aos augmentos de receita que se verificam de anno para anno, ao empenho dos poderes publicos n'esta ultima quadra da vida constitucional em melhorar as condições economicas, e ao muito que resta a fazer (...) chegaremos ao convencimento de que não é muito difficil equilibrar as finanças sem vexar o contribuinte nem gravar consideravelmente as gerações futuras".

(Fontes Pereira de Melo — relatório da proposta de orçamento para 1866-1867 apresentada em 15-01-1866).

Pode dizer-se que nestas citações nada se acrescenta ao que foi dito na apresentação.

Não era diferente, porém, o discurso da opposição (históricos):

"O augmento / das despesas extraordinárias / provém de se terem elevado as verbas destinadas á construção das estradas ordinarias e outras obras publicas, a que é necessario dar todo o desenvolvimento, a fim de que os melhoramentos já realizados na viação do paiz possam produzir todos os beneficos resultados que d'elles ha a esperar nas nossas relações economicas e commerciaes, e ao mesmo tempo no nosso estado financeiro. São despesas productivas estas que não poderíamos hesitar em fazer, a menos que não quizesse - mos correr o risco, não só de não acompanhar a civilização nos seus rapidos progressos, como tambem de frustrar os sacrificios feitos, tornando quasi inuteis as sommas gastas com a viação accelerada".

(Joaquim Tomás Lobo d'Ávila — relatório que acompanha a proposta de orçamento para 1865-1866, apresentada em 10-01-1865).

"(...) nos proximos annos conseguiremos orçamentos superavitarios, dado o augmento de receita que advém da melhoria da circulação e do augmento do commercio".

(Joaquim Tomás Lobo d'Ávila — relatório da proposta de orçamento para 1863-1864 apresentada em 02-01-1863).

Construíram-se, na verdade, caminhos-de-ferro e outros melhoramentos. Entraram, por exemplo, em exploração linhas de Lisboa para

- a fronteira de Espanha em 1863;
- Vila Nova de Gaia em 1864;
- Évora em 1864.

Os saldos negativos das contas públicas, porém, não diminuíram — aumentaram. É certo que factores estranhos, como a guerra do Paraguai (1865-1870) muito terão pesado no

facto. De qualquer forma, as esperanças não se concretizaram.

4.1.2. Dos Anos Setenta à Crise dos Anos Noventa

Isso não abalou o entusiasmo regenerador, mas refreou os ímpetos da oposição (progressistas, fusão de históricos e reformistas):

"Não devemos deixar de progredir nas obras públicas, mas devemos fazê-lo com mais moderação e sobretudo olhando mais ao seu custo (...) e não estejamos a aumentar o deficit (...). Diz-se que ele resulta da conquista da liberdade e da dotação do país de infra-estruturas, elementos da sua progressiva civilização (...). A Itália fez a sua unificação política, a França sofreu terríveis consequências da desastrosa guerra com a Prússia, e as suas dívidas não são tão avultadas como as de Portugal (...). A Itália construiu duas vias férreas paralelas comunicantes entre os Apeninos, de difícil construção, e hoje tem o seu orçamento equilibrado. Nós temos paz há trinta anos e um deficit enorme!".

(Henrique de Barros Gomes em Gomes, 1880, p. 111).

É certo que se continuou o esforço de construção de melhoramentos. Exemplifiquemos uma vez mais com os caminhos-de-ferro. Entraram em exploração as ligações:

- ao Porto em 1877;
- ao Minho em 1883;
- à Beira Alta em 1882 e à Espanha em 1884;
- à Figueira da Foz em 1889.

Também é certo, contudo, que os saldos negativos foram menores. Mas não desapareceram. E novas perturbações no Brasil (1888-1891) e na praça de Londres (crise de 1891) provocaram a suspensão da convertibilidade das notas (1891) e a bancarrota parcial (1892). O modelo regenerador esgotava-se.

4.1.3. Dos Anos Noventa à Guerra

Agora a desilusão com o modelo regenerador é geral. Ouçamos Augusto de Fuschini, que foi ministro da Fazenda num governo regenerador (Fuschini, 1899, págs. 195 e seguintes):

"Na cabeça do rol das panacéas economicas apparecem as medidas de fomento / cuja applicação / sobre ser difficil é, também, incerta nos resultados. Assim, as grandes peças parlamentares, de character, em regra, absolutamente theorico, apresentadas pelos governos de paizes de mediana illustração civica, como por exemplo a Hespanha e Portugal, constituem processos de illudir a opinião para fins politicos, ou de mascarar operações, pelo menos, equivocas".

"Nos paizes bens administrados, portanto n'aquelles em que é elevada a média intellectual e scientifica dos cidadãos, na França, na Inglaterra, na Alemanha ninguem viu, ainda, estas vistosas propostas, que d'antemão podem ser condemnadas pelo seu empyrismo, occuparem a attenção dos homens publicos e dos parlamentares".

E para frisar o seu desapontamento em relação ao modelo fontista acentua:

"Os homens da regeneração não tiveram bastante gênio e patriotismo para empreenderem esta grande obra nacional".

"O mais habil e superior de todos, aquelle que pela mocidade mais aberto devia ter o peito a ambições de verdadeira gloria, aquelle que pela habilidade manteve durante mais de trinta annos indiscutivel supremacia no espirito publico, Fontes Pereira de Mello, enfim, não comprehendeu a sua elevada missão. É, pois, elle, perante a historia e perante o povo portuguez, o maior responsavel pelos actuaes desastres".

O abandono dos ideais fontistas, por um lado, e a própria pressão imposta pela crise de 1891, por outro, explicam, numa primeira análise, a progressiva diminuição dos déficits públicos. O equilíbrio total efectivo só seriam atingidos nas gerências de 1912-1913 e 1913-1914, mas os níveis de cobertura total estavam já muito próximos da unidade desde a gerência de 1901-1902. E o equilíbrio ordinário foi mesmo frequentemente obtido: as gerências de 1893-1894 a 1895-1896, a de 1901-1902, as de 1904-1905 a 1906-1907, e a de 1910-1911 para além das de 1912-1913 e 1913-1914, registaram saldos ordinários positivos.

Em resumo, só as gerências de 1896-1897 a 1899-1900 registaram níveis de cobertura mais modestos e, mesmo assim, da ordem dos 85% a efectiva, 90% a total, e 95% a ordinária.

4.2. CONJUNTURA POLÍTICA E SALDOS

Parece existir alguma relação entre os maiores saldos negativos e a sucessão de curto prazo dos acontecimentos de natureza política, com um desfasamento temporal ge -

ralmente inferior a um ano. Sem excluir, obviamente, a acção de outros factores na conjuntura política, e afastando qualquer discussão da história política do período, eis uma síntese dos resultados obtidos.

4.2.1. Dos Anos Cinquenta aos Anos Setenta

Existe correspondência biunívoca entre os mínimos de cobertura efectiva desde a Regeneração e as mudanças de partido de governo, excepto na primeira metade dos anos sessenta.

ANO	COBERTURA EFECTIVA	ACONTECIMENTO
1854-1855	79%	Queda do governo regenerador (Junho de 1856) - históricos no poder.
1857-1858 e 1858-1859	69%	Queda do governo histórico (Março de 1859) - regeneradores no poder. Queda do governo regenerador (Julho de 1860) - históricos no poder.
1861-1862 e 1862-1863	65%	Queda do governo histórico (Setembro de 1865) - Fusão.
1866-1867 e 1867-1868	65% 55%	Queda da fusão (Janeiro de 1868) - Reformistas no poder.
1869-1870	52%	Saldanhada (Julho a Setembro de 1870)

4.2.2. Dos Anos Setenta à Crise dos Anos Noventa

Ultrapassada a perturbação política da Saldanhada, passa a haver correspondência biunívoca entre as coberturas efectivas abaixo de 80% e as mudanças de partido de governo. Tal correspondência torna-se difusa entre 1877 e 1881 e de 1888 em diante, anos em que houve coberturas efectivas sempre abaixo de 80%.

Note-se a maior sensibilidade ao déficite implícita no menor peso relativo que basta eles assumirem para serem penalizados, o que está de acordo com as conclusões de 4.1.

ANO	COBERTURA EFECTIVA	ACONTECIMENTO
1875-1876	75%	Queda do governo regenerador no
1876-1877	70%	poder desde Setembro de 1871 (Março de 1877) - Progressistas no poder até Janeiro de 1878.
1877-1878	75%	Regeneradores no poder de Janeiro
1878-1879	80%	de 1878 até Junho de 1879.
1879-1880	74%	Queda do governo progressista
1880-1881	74%	(Março de 1881) - Regeneradores no poder.
1884-1885	78%	Queda do governo regenerador
1885-1886	77%	(Fevereiro de 1886) - Progressistas no poder
1888-1889	76%	Quedas do governo progressista
1889-1890	74%	(Janeiro de 1890) e do regenerador
1890-1891	77%	que lhe sucede (Outubro de
1891-1892	70%	1890) - governos extra-partidários.

4.2.3. Dos Anos Noventa à Guerra

Parece interromper-se agora qualquer ligação entre um déficit que se reduz e uma situação política que (paradoxalmente?) se torna cada vez mais instável.

APÊNDICE

Lista dos Presidentes do Ministério e dos Ministros da Fazenda (a partir de 8 de Outubro de 1910 Ministros das Finanças) entre 1 de Julho de 1851 e 30 de Junho de 1914.

PRESIDENTE DO MINISTÉRIO	DATA	MINISTRO DA FAZENDA
Saldanha (duque) ⁽¹⁾	22-05-1851	Marino Miguel Franzini
	05-08-1851	Francisco Silva Ferrão
	21-08-1851	Fontes Pereira de Melo
Loulé (marquês)	06-06-1856	José Jorge Loureiro
	23-01-1857	Júlio Silva Sanches
	14-03-1857	António José de Ávila
Terceira (duque)	16-03-1859	José Casal Ribeiro
Joaquim António de Aguiar	01-05-1860	
Loulé (duque)	04-07-1860	António José de Ávila
	21-02-1862	Joaquim Lobo de Ávila
	05-03-1865	Matias Carvalho e Vasconcelos
Sá da Bandeira (marquês)	17-04-1865	Ávila (conde) ⁽²⁾
Joaquim António de Aguiar	04-09-1865	Fontes Pereira de Melo
Ávila (conde)	04-01-1868	José Dias Ferreira
Sá da Bandeira (marquês)	22-07-1868	Carlos Bento da Silva
	17-12-1868	Sebastião Calheiros e Meneses
	27-12-1868	Samodães (conde)
	02-08-1869	Augusto Saraiva de Carvalho
Loulé (duque)	11-08-1869	Anselmo José Braancamp
Saldanha (duque)	19-05-1870	Saldanha (duque)
	26-05-1870	José Dias Ferreira
	04-07-1870	Magalhães (conde)
Sá da Bandeira (marquês)	29-08-1870	Ávila (marquês)
	12-09-1870	Carlos Bento da Silva
Ávila (marquês)	29-10-1870	
Fontes Pereira de Melo	13-09-1871	Fontes Pereira de Melo

PRESIDENTE DO MINISTÉRIO	DATA	MINISTRO DA FAZENDA
Fontes Pereira de Melo	11-10-1872	António de Serpa Pimentel
Ávila (duque)	05-03-1877	Carlos Bento da Silva
	10-09-1877	José Melo Gouveia
Fontes Pereira de Melo	29-01-1878	António de Serpa Pimentel
Anselmo José Braancamp	01-06-1879	Henrique de Barros Gomes
António Rodrigues Sampaio	25-03-1881	Lopo Sampaio e Melo
Fontes Pereira de Melo	14-11-1881	Fontes Pereira de Melo
	24-10-1883	Ernesto Hintze Ribeiro
José Luciano de Castro	20-02-1886	Mariano Cirilo de Carvalho
	23-02-1889	Henrique de Barros Gomes
	09-11-1889	Augusto José da Cunha
António de Serpa Pimentel	14-01-1890	João Franco
João Crisóstomo de Sousa	13-10-1890	José de Melo Gouveia
	24-11-1890	Augusto José da Cunha
	21-05-1891	Mariano Cirilo de Carvalho
José Dias Ferreira	17-01-1892	Joaquim Oliveira Martins
	27-05-1892	José Dias Ferreira
Ernesto Hintze Ribeiro	22-02-1893	Augusto Maria Fuschini
	20-12-1893	Ernesto Hintze Ribeiro
José Luciano de Castro	07-02-1897	Frederico Ressano Garcia
	18-08-1898	Manuel Afonso Espregueira
Ernesto Hintze Ribeiro	25-06-1900	Anselmo de Andrade
	30-11-1900	Fernando Matoso dos Santos
	28-02-1903	António Teixeira de Sousa
	26-03-1904	Rodrigues Afonso Pequito
José Luciano de Castro	20-10-1904	Manuel Afonso Espregueira
	27-12-1905	Penha Garcia (conde)
Ernesto Hintze Ribeiro	20-03-1906	António Teixeira de Sousa
João Franco	19-05-1906	Ernesto Deiesel Schroter
	02-05-1907	Francisco Martins de Carvalho
Francisco Ferreira do Amaral	04-02-1908	Manuel Afonso Espregueira
Artur Campos Henriques	25-12-1908	
Sebastião Teles	11-04-1909	João Soares Branco
Wenceslau Lima	14-05-1909	Francisco Paula Azevedo

PRESIDENTE DO MINISTÉRIO	DATA	MINISTRO DA FAZENDA
Francisco Veiga Beirão	22-12-1909	João Soares Branco
António Teixeira de Sousa	26-06-1910	Anselmo de Andrade
Joaquim Teófilo Braga	05-10-1910	(3)
	13-10-1910	José Relvas
João Chagas	03-09-1911	Duarte Leite
Augusto Vasconcelos	12-11-1911	Sidónio Pais
Duarte Leite	16-06-1912	António Vicente Ferreira
Afonso Costa	09-01-1913	Afonso Costa
Bernardino Machado ⁽⁴⁾	09-02-1914	Tomás Cabreira
	23-06-1914	Santos Lucas ⁽⁴⁾

(1) - Era Presidente do Ministério desde 01-05-1851.

(2) - António José de Ávila.

(3) - Basílio Teles, que não tomou posse.

(4) - Foram substituídos em 12-12-1914.

CAPÍTULO 7 - A DÍVIDA PÚBLICA

Secção A - A dívida fundada antiga e consolidada interna

1. Situação inicial e evolução até Dezembro de 1852
2. A conversão de 1852
3. O empréstimo consolidado interno 3% 1852: ampliações e reduções

Secção B - A dívida fundada antiga e consolidada externa

1. Situação inicial e evolução até Dezembro de 1852
2. A conversão de 1852
3. O empréstimo consolidado externo 3% 1852: ampliações e reduções
4. Extinção do empréstimo consolidado externo 3% 1852

Secção C - A dívida fundada amortizável

1. Os empréstimos fundados amortizáveis 1873-1890
2. Os empréstimos fundados amortizáveis internos 1890-1914
3. Os empréstimos fundados amortizáveis externos 1890-1914

Secção D - A dívida especial amortizável

1. Os empréstimos especiais amortizáveis no Banco de Portugal
2. Os empréstimos especiais amortizáveis no Banco Comercial do Porto
3. Os empréstimos especiais amortizáveis no Banco Mercantil Portuense

4. Os empréstimos especiais amortizáveis no Banco Nacional Ultramarino
5. Os empréstimos especiais amortizáveis no Banco União
6. Os empréstimos especiais amortizáveis na Caixa Geral de Depósitos
7. Os empréstimos especiais amortizáveis na Companhia do Crédito Predial Português
8. Os empréstimos especiais amortizáveis na Companhia de Utilidade Pública
9. Os empréstimos amortizáveis na casa Comptoir d'Escompte
10. Os empréstimos especiais amortizáveis junto de outras entidades

Secção E - A dívida flutuante

Secção F - Avaliação do quantitativo da dívida pública total e efectiva

1. Apresentação dos dados
2. Conclusões

SECÇÃO A - A DÍVIDA FUNDADA ANTIGA E CONSOLIDADA INTERNA

1. SITUAÇÃO INICIAL E EVOLUÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 1852

No início do período em estudo, a dívida interna fundada do Estado português era formada por:

- a) 379:700\$000 de títulos com juro de 6%.
- b) 21.841:918\$100 de títulos com juro de 5%.
- c) 11.794:417\$733 de títulos com juro de 4%.
- d) 453:150\$000 de títulos com juro de 3%.
- 3) 280\$000 de títulos com juro de 2%.

O decreto de 3 de Dezembro de 1851 mandou capitalizar:

- a) Os juros dos anos económicos de 1850-1851 e 1851-1852.
- b) Os juros do empréstimo de 4 000 contos junto do Banco de Portugal do primeiro semestre de 1852⁽¹⁾.
- c) Os vencimentos das classes activas e não acti - vas dos servidores do Estado posteriores a 1848 em dívida em 31 de Julho de 1851.

(1) Trata-se do primeiro empréstimo citado no ponto 1 da Secção D.

d) A dívida proveniente de fornecimentos ao exêrcito em 1846 e 1847.

2. A CONVERSÃO DE 1852

O decreto de 18 de Dezembro de 1852 mandou converter toda a dívida fundada interna então existente no empréstimo consolidado interno 3% 1852, que criou.

As regras da conversão eram as seguintes:

a) Títulos dos antigos empréstimos

$$\text{Capital novo} = \text{capital antigo} \times \frac{\text{antiga taxa de juro}}{\text{nova taxa de juro}} \times 0.6$$

b) Títulos de capitalização de juros — ao par.

c) Indemnização pela dedução de 25% nos juros efectuada entre 1848 e 1852 — títulos de dívida diferida, com data de 1 de Janeiro de 1863, ao par.

Como resultado destas regras foram emitidos:

a) Com data de 1 de Janeiro de 1853: 37.038:969\$149.

b) Com data de 1 de Janeiro de 1863 1.723:261\$239.

3. O EMPRÉSTIMO CONSOLIDADO INTERNO 3% 1852: AMPLIAÇÕES E REDUÇÕES

Entre 1854 e 1914, foram feitas mais sessenta emissões do empréstimo consolidado interno 3% 1852, totalizando 570.562:057\$292. Eis a lista dessas emissões:

Nº	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE	FINALIDADE
1	Dec. 15-03-1854	5.276:992\$609	Pagamento ao Banco de Portugal das dívidas garantidas pelo Fundo Especial de Amortização.
2	Várias leis	73.642:542\$720	Conversão do empréstimo consolidado externo 3% 1852.
3	Lei 15-04-1854	1.602:000\$000	Substituição de títulos da dotação do caminho-de-ferro do Norte.
4	Lei 28-06-1854	4.878:550\$850	Conversão dos títulos do Fundo Especial de Amortização.
5	Lei 28-06-1854	500:000\$000	Garantia do empréstimo para estradas do dec. 02-11-1853.
6	Lei 05-08-1854	50:000\$000	Liquidação do empréstimo para construção do teatro S. Carlos.
7	Lei 30-04-1855	1.280:000\$000	Subsídio à construção dos caminhos-de-ferro do Barreiro a Vendas Novas e Setúbal.
8	Lei 08-05-1855	500:000\$000	Caução de empréstimo para estradas no Banco de Portugal.
9	Várias leis	124:093\$780	Conversão de padrões de juro reais.
10	Dec. 07-05-1857	54:550\$000	Garantia do contrato com a Companhia dos Canais da Azambuja.

Nº	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE	FINALIDADE
11	Lei 04-06-1857	2.412:450\$000	Pagamento das acções da Companhia Central Peninsular dos <u>Ca</u> minhos-de-Ferro de Portugal.
12	Lei 23-06-1857	500:000\$000	caução de empréstimo para es - tradas no Banco de Portugal.
13	Lei 30-06-1857	2.000:000\$000	Caução de empréstimo para na- vios de guerra no Banco de <u>Por</u> tugal.
14	Lei 05-03-1958	2.093:000\$000	Obras públicas e caução de em- préstimo para estradas no Ban- co de Portugal.
15	Lei 28-08-1858	7:750\$000	Pagamento de empréstimo da <u>con</u> fraria do Santíssimo Sacramen- to da freguesia de S. Nicolau do Porto.
16	Lei 03-02-1859	300:000\$000	Enxoval e dote da infanta D. Maria Ana.
17	Lei 23-05-1859	1.500:000\$000	Caução de adiantamento do Ban- co de Portugal.
18	Lei 04-06-1859	500:000\$000	Caução de empréstimo para arma- mento no Banco de Portugal.
19	Lei 07-06-1859	1.750:000\$000	Caução de empréstimo para es - tradas.
20	Lei 27-03-1860	1.000:000\$000	Caução de empréstimos para es- tradas.
21	Lei 09-08-1860	2.500:000\$000	Caução de empréstimos para obras públicas.

Nº	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE	FINALIDADE
22	Lei 10-08-1860	3.500:000\$000	Caução de empréstimos para es - tradas.
23	Lei 30-03-1861	500:000\$000	Obras públicas.
24	Lei 10-09-1861	1.900:000\$000	Compra dos caminhos-de-ferro do Barreiro a Vendas Novas e Setú- bal.
25	Lei 10-09-1861	1.385:000\$000	Caução de empréstimo para o por- to de Ponta Delgada.
26	Lei 10-09-1861	3.000:000\$000	Obras públicas.
27	Lei 11-09-1861	1.000:000\$000	Obras de fortificação.
28	Lei 25-06-1864	5.000:000\$000	Despesas extraordinárias e 'dé- ficit' orçamental de 1864-1865.
29	Lei 18-05-1865	2.000:000\$000	Despesas extraordinárias e 'dé- ficit' orçamental de 1865-1866.
30	Lei 16-06-1866	27.020:500\$000	Despesas extraordinárias e 'dé- ficit' orçamental de 1866-1867 e completar de cauções.
31	Lei 26-06-1867	1.599:450\$000	Amortização de empréstimo no Banco de Portugal.
32	Lei 01-07-1867	375:000\$000	Caução de empréstimo para paga- mento às classes inactivas.
33	Lei 01-07-1867	8.570:450\$000	Despesas extraordinárias e défi- cit orçamental de 1867-1868.
34	Lei 29-06-1868	18.600:000\$000	Garantia de empréstimos contraí- dos.

Nº	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE	FINALIDADE
35	Lei 03-09-1868	9.500:000\$000	Aplicação às despesas do ano económico de 1868-1869.
36	Lei 28-05-1869	10.000:000\$000	Garantia de empréstimos contraídos.
37	Lei 28-08-1869	8.000:000\$000	Garantia de empréstimos <u>contra</u> ídos.
38	Lei 22-03-1872	9.700:000\$000	Caução de empréstimos para <u>pag</u> amento às classes inactivas.
39	Lei 11-04-1874	3:500\$000	Troca do empréstimo consolidado externo 3% 1852.
40	Lei 16-05-1878	8:888\$880	Troca do empréstimo consolidado externo 3% 1852.
41	Lei 19-06-1879	6.250:000\$000	Cauções ao Comptoir d'Escompte e complemento de cauções dos <u>em</u> préstimos para pagamento às <u>clas</u> ses inactivas.
42	Lei 13-01-1883	8:888\$880	Troca do empréstimo consolidado externo 3% 1852.
43	Lei 22-03-1886	13.462:000\$000	Caução de suprimentos.
44	Lei 28-06-1890	6.350:000\$000	Caução de somas para pagamento de despesas extraordinárias.
45	Lei 30-06-1891 Dec. 19-04-1892	57.000:000\$000	Pagamento de despesas <u>extraordi</u> nárias de 1891-1892 e 1892-1893.
46	Dec. 13-06-1892	7.002:675\$000	Conversão do empréstimo <u>consoli</u> gado externo 3% 1852.

Nº	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE	FINALIDADE
47	Lei 20-05-1893	16.745:355\$000	Conversão do empréstimo <u>consolidado</u> externo 3% 1852.
48	Lei 13-05-1896	43.000:000\$000	Completar cauções no Banco de Portugal.
49	Lei 18-09-1897	13.486:000\$000	Caução de um empréstimo para <u>pagamento</u> das classes inactivas.
50	Lei 26-07-1899	51.388:000\$000	Caução de letras do Tesouro e completar de cauções no Banco de Portugal.
51	Despacho Ministerial 09-09-1899	700\$000	Substituição de capital indevidamente amortizado.
52	Lei 05-07-1900	12.500:000\$000	Caução de letras do Tesouro.
53	Lei 12-06-1901	6.000:000\$000	Caução de letras do Tesouro.
54	Lei 14-05-1902	14.950:000\$000	Caução de letras do Tesouro.
55	Lei 27-06-1903	4.100:000\$000	Construção e reparação de <u>estradas</u> nos termos da lei 14-05-1902.
56	Lei 27-06-1903	12.848:000\$000	Caução de letras do Tesouro.
57	Lei 24-11-1904	14.506:000\$000	Despesas extraordinárias de 1904-1905.
58	Lei 09-09-1908	52.090:000\$000	Caução de letras do Tesouro.
59	Lei 26-09-1909	8.829:719\$550	Pagamento do débito do Tesouro à Caixa Geral de Depósitos pelas obrigações 4 ¹ / ₂ %.
60	Lei 27-09-1909	15.910:000\$000	Caução de quantias a levantar para o déficit de 1909-1910.

Nos mesmos anos, houve reduções do mesmo empréstimo no montante de 44.190:210\$800, pelos seguintes motivos:

MONTANTE	MOTIVO
9.108:559\$800	Amortizações diversas.
4.603:500\$000	Troca pelo empréstimo consolidado 3% 1852.
3.600:000\$000	Troca pelo empréstimo amortizável interno 4 1/2% 1889-1890 (leis de 08-02-1889 e 09-05-1889).
1,510:650\$000	Troca por pensões vitalícias (lei de 30-06-1887).
1\$000	Cedência do credor (Ordem Terceira de S. Francisco).
25.367:500\$000	Amortização (dec. 20-06-1903).

A lei de 26 de Fevereiro de 1892 lançou um imposto de rendimento de 30% sobre os juros deste empréstimo, reduzindo-os, na prática, a 2.1%.

SECÇÃO B - A DÍVIDA FUNDADA ANTIGA E CONSOLIDADA EXTERNA

1. SITUAÇÃO INICIAL E EVOLUÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 1852

No início do período em estudo, a dívida externa fundada do Estado português era formada por:

- a) 3 497 750 libras do empréstimo 5% 1841.
- b) 6 110 000 libras do empréstimo 4% 1845.
- c) 5 150 libras de empréstimos anteriores a 1840, sendo 2 650 libras com juro de 3% e 2 500 libras com juro de 5%.
- d) 60 028 libras de outras promissórias anteriores a 1840 ('debentures').
- e) 157 300 libras do empréstimo 3% 1848 de capitalização de juros em dívida.

Convém lembrar que existia ainda um empréstimo de 40 milhões de francos com juro de 5% contraído em 1832 pelo governo de D. Miguel e repudiado pelo governo de D. Maria II depois da guerra civil. Se bem que o Estado português nunca tenha reassumido a responsabilidade por este empréstimo, pagou em 1891 uma indemnização aos portadores, a título particular, para que cessassem os seus esforços para bloquear novas emissões no mercado francês.

O facto mais importante a assinalar até Dezembro de 1852 é a criação de um novo empréstimo de capitalização de juros em dívida pelo decreto de 3 de Dezembro de 1851. Eram abrangidos os juros dos anos económicos de 1850-1851 e 1851-1852 com dedução de 25% e a taxa de juro a pagar era de 4% com dedução de 25% (isto é, 3%).

2. A CONVERSÃO DE 1852

O decreto de 18 de Dezembro de 1852 mandou converter toda a dívida fundada externa então existente no empréstimo consolidado externo 3% 1852, que criou. As regras da conversão eram as seguintes:

a) Empréstimos 5% 1841, 4% 1845 e de capitalização de juros 3% 1848 e 4% 1851 — ao par.

b) Empréstimos anteriores a 1840 — como se tivessem sido convertidos no empréstimo 5% 1841 de acordo com as regras do decreto de 2 de Novembro de 1840.

Além disso, previu-se a emissão de mais títulos:

a) Com juro desde 1 de Janeiro de 1853 (tal como os referidos acima), para indemnizar os portadores de títulos 5% 1841 pelos juros perdidos entre 1845 e 1848.

b) Com juro desde 1 de Janeiro de 1863 (dívida diferida), para indemnizar os portadores de títulos 5% 1841 e 4% 1845 pelos juros não pagos entre 1848 e 1852.

*

*

*

Protestos dos credores impediram que as coisas ficassem por aqui. Em acordo de 13 de Dezembro de 1855, ratificado por lei de 26 de Julho de 1856, foi combinado emitir mais títulos:

a) Com juro desde 1 de Janeiro de 1856, no montante das outras promissórias.

b) Com juro desde 1 de Janeiro de 1863, no montante de 6% do capital do empréstimo 5% 1841 e de 3% do capital do empréstimo 4% 1845.

*

*

*

Como resultado destas regras foram emitidos títulos no valor de:

a) 10 520 701-10-00 libras. com juro desde 1 de Janeiro de 1853.

b) 59 398-10-00 libras, com juro desde 1 de Janeiro de 1856.

c) 449 550-00-00 libras, com juro desde 1 de Janeiro de 1863.

*

*

*

O acordo de 13 de Dezembro de 1855 continha ainda duas outras cláusulas:

a) Elevação do juro do empréstimo consolidação externo 3% 1852 para 4% se se verificasse uma das duas condições seguintes:

- lucros na exploração de caminhos-de-ferro construídos por conta do Estado com um empréstimo de 1 000 000 de libras então em negociação;

- saldos positivos nas contas públicas.

Esta cláusula foi ratificada pela lei de 26 de Julho de 1856, mas nunca pôde ter aplicação.

b) Preferência ao representante dos credores (Richard Thornton) como agente de empréstimos futuros.

Esta cláusula não foi ratificada.

3. O EMPRÉSTIMO CONSOLIDADO EXTERNO 3% 1852: AMPLIAÇÕES E REDUÇÕES

Entre 1856 e 1892, foram feitas mais onze emissões do empréstimo consolidado externo 3% 1852, no montante total de 58 353 300 libras. Eis a lista dessas emissões:

Nº	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE EM LIBRAS	FINALIDADE
1	Lei 15-07-1856	833 300	Obras públicas.
2	Lei 04-06-1857	2 143 000	Pagamento das quantias devidas por recisão dos contratos com a Companhia Central Peninsular dos Caminhos-de-Ferro de Portugal e com os empreiteiros da linha do Leste.
3	Dec. 22-06-1859	2 000 000	Estradas
4	Lei 05-05-1860	8 000 000	Pagamento do subsídio para a construção das linhas do Leste e do Norte.
5	Lei 03-07-1863	2 500 000	Compra dos caminhos-de-ferro do Sul e Sueste.
6	Lei 01-07-1867	4 750 000	Consolidação da dívida flutuante externa.



Nº	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE EM LIBRAS	FINALIDADE
7	Lei 16-07-1869	12 000 000	Consolidação da dívida flutuante e indemnização à Companhia dos Caminhos-de-Ferro do Sul e Sueste.
8	Lei 07-04-1877	6 500 000	Consolidação da dívida flutuante externa e pagamento resultante do contrato de 22-06-1872.
9	Lei 21-06-1880	8 700 000	Consolidação da dívida flutuante e subvenção à Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses da Beira Alta.
10	Lei 21-06-1883 Lei 14-05-1884	10 260 000	Consolidação da dívida flutuante e despesas extraordinárias de 1883-1884 e 1884-1885.
11	Lei 17-07-1891	667 000	Compra de metal para amoedar.

*

*

*

Entre 1853 e 1902, foram efectuadas reduções deste empréstimo no montante de 27 718 830 libras, assim discriminadas:

- anulação de caucões	356 000
- amortização	1 160 050
- conversão no empréstimo consolidado interno				
3% 1852	21 656 740
- conversão no empréstimo amortizável 5% 1887				4 467 240
- troca de títulos	78 800

4. EXTINÇÃO DO EMPRÉSTIMO CONSOLIDADO EXTERNO 3% 1852

O decreto de 13 de Junho de 1892 reduziu os juros do empréstimo consolidado externo 3% 1852 a 1%. Esta situação manteve-se até que a lei de 14 de Maio de 1902 mandou converter as 41 724 120 libras que ainda restavam das 69 442 950 libras emitidas no empréstimo amortizável externo 3% 1902.

SECÇÃO C - A DÍVIDA FUNDADA AMORTIZÁVEL

1. OS EMPRÉSTIMOS FUNDADOS AMORTIZÁVEIS 1873-1890.

Só em 1873 tornou o Estado português a recorrer a empréstimos amortizáveis. Até 1890, foram emitidos dez, como consta do quadro seguinte:

EMPRÉSTIMO AMORTIZÁVEL	MONTANTE	AUTORIZAÇÃO	FINALIDADE	RESGASTE
6% 1873-1875	15 000 939\$000	Lei 27-07-1867	Caminho-de-ferro do Minho e Douro.	Por sorteio e com o empréstimo amortizável 5% 1881.
6% 1875	1 767 420\$000	Lei 15-04-1875	Aquisição de navios de guerra.	Por sorteio e com o empréstimo amortizável 5% 1881.
5% 1876	1 378 800\$000	Lei 12-04-1876	Melhoramentos no Ultramar.	Por sorteio e com o empréstimo amortizável 4 1/2% 1888-1889.
5% 1879	6 759 000\$000	Lei 19-06-1879 Lei 23-06-1879 Lei 25-06-1879 Lei 03-07-1879	Melhoramentos no Reino e no Ultramar.	Por sorteio e com o empréstimo amortizável 4 1/2% 1888-1889.
5% 1881	2 744 730\$000	Lei 15-04-1874	Continuação do Caminho-de-ferro do Douro.	Por sorteio e com o empréstimo amortizável 4 1/2% 1888-1889.
	2 220 480\$000	Lei 23-03-1879	Conclusão do Caminho-de-ferro da Beira-Alta.	
	18 385 920\$000	Lei 23-06-1880	Resgate do empréstimo amortizável interno 6% 1873-1875 (dec. 20-12-1881).	
5% 1886	12 920 220\$000	Lei 19-05-1880 Lei 23-06-1880 Lei 20-03-1883 Lei 29-03-1883 Lei 26-06-1883 Lei 11-03-1884 Lei 19-05-1884	Conclusão do Caminho-de-ferro do Douro. Alumiamiento e balizagem das costas do Reino. Conclusão do caminho-de-ferro do Alentejo e Algarve. Construção do porto de Leixões. Obras de irrigação na Madeira. Compra de armamento. Construção da ponte sobre o Douro.	Por sorteio e com o empréstimo amortizável 4 1/2% 1888-1889.
5% 1887	9 489 960\$000	Lei 30-06-1887	Conversão do empréstimo consolidado externo 3% 1852.	Por sorteio e com o empréstimo amortizável 4 1/2% 1888-1889.
4 1/2% 1888-1889	35 100 000\$000	Lei 22-05-1888 Lei 23-06-1888	Expropriação das fábricas de tabacos, despesas extraordinárias 1888-1889, resgate do empréstimo amortizável interno 5% 1881.	A parte interna por sorteio e conversão no empréstimo amortizável interno 6 1/2% 1930; a parte externa conforme explicado a seguir no texto.
	9 900 000\$000	Lei 30-06-1887	Conversão do empréstimo consolidado externo 3% 1852.	
	37 800 000\$000	Lei 21-07-1887	Portos artificiais de Ponta Delgada e Horta, despesas extraordinárias 1888-1889, resgate dos empréstimos amortizáveis internos 5% 1876, 1879, 1886 e 1887.	
	898 830\$000	Lei 23-06-1888	Conversão do empréstimo consolidado externo 3% 1852.	
	4 837 500\$000	Lei 19-06-1889	Despesas extraordinárias 1889-1890, obras públicas no Ultramar.	
4% 1888	3 511 350\$000	Lei 21-07-1887	Estradas	A parte interna por sorteio e conversão no empréstimo amortizável interno 6 1/2% 1930. A parte externa conforme explicado a seguir no texto.
	11 367 000\$000	Lei 23-06-1887 Lei 21-07-1887 Lei 24-05-1888 Lei 19-06-1889	Estradas Caminhos-de-ferro Penitenciárias Fábricas de moagem e panificação e portos.	

A depreciação da moeda portuguesa ocorrida a partir de 1891 e as reduções diferenciadas de juros efectuadas a partir de 1892 tornaram decisiva a distinção entre as partes interna e externa da dívida amortizável fundada, que até então os documentos oficiais se não preocupavam em separar.

O capital inicial dos empréstimos 4 $\frac{1}{2}$ % 1888-1889, 4% 1888 e 4% 1890 tinha sido emitido em parte no mercado interno, em parte no mercado externo. A parte emitida no mercado interno viu os seus juros reduzidos em 30% a título de imposto de rendimento pela lei de 26-02-1892; a parte emitida no mercado externo viu os seus juros reduzidos para $\frac{1}{3}$ do que eram e a amortização suspensa pelo decreto de 13-06-1892, confirmado pela lei de 25-05-1893 — permitiu-se, entretanto, a sua conversão em dívida interna (o que tinha para o portador a vantagem de aumentar o juro e reiniciar a amortização e para o Estado a vantagem de fazer os pagamentos em moeda portuguesa).

Em resumo:

EMPRÉSTIMO	EMIÇÃO	MERCADO INTERNO	MERCADO EXTERNO	FORA PAGA	DÍVIDA EXTERNA CONVERTIDA INTERNA	RESTOU DA EM DÍVIDA EX TERNA	EMIÇÃO TOTAL DE DÍVIDA INTER NA
4 1/2% 1888- -1889	88 536 330\$000	10 857 600\$000	£ 17 261 940	£ 2 124 949	£ 2 466 860	£ 12 670 131	21 958 470\$000
4% 1888	3 511 350\$000	3 511 350\$000	£ 0	-	-	-	3 511 350\$000
4% 1890	11 367 000\$000	0	£ 2 526 000	£ 74 188	£ 651 200	£ 1 800 612	2 930 400\$000

2. OS EMPRÉSTIMOS FUNDADOS AMORTIZÁVEIS INTERNOS 1890-1914

Aos empréstimos amortizáveis internos 4 $\frac{1}{2}$ % 1888-1889, 4% 1888 e 4% 1890 (cujos juros estavam reduzidos, respectivamente, a 3.15%, 2.80% e 2.80%, pela lei de 26-02-1892) vieram juntar-se, até 1914, mais quatro empréstimos amortizáveis internos:

EMPRÉSTIMO	MONTANTE	AUTORIZAÇÃO	FINALIDADE	RESGATE
4 $\frac{1}{2}$ % 1903-1905	3 385 710\$000	Lei 14-07-1899 Lei 01-07-1903	Caminhos-de-ferro	Por sorteio e conversão no empréstimo amortizável interno 6% 1932-1935
3% 1905	2 700 000\$000	Lei 07-09-1899 Dec. com força lei 15-07-1903	Porto de Lourenço Marques Caminho-de-ferro Suazilândia	Por sorteio e conversão no empréstimo amortizável interno 6 $\frac{1}{2}$ % 1930
5% 1909	4 604 240\$000	Lei 14-07-1899 Lei 09-08-1908	Caminhos-de-ferro	Por sorteio e conversão no empréstimo amortizável interno 6% 1932-1935
4 $\frac{1}{2}$ % 1912	2 957 670\$000	Lei 27-10-1899 Lei 11-07-1912	Caminho-de-ferro do Vale do Sado	Por sorteio e reembolso antecipado em 31-12-1943

3. OS EMPRÉSTIMOS FUNDADOS AMORTIZÁVEIS EXTERNOS 1890-1914

Aos empréstimos amortizáveis externos 4 ¹/₂% 1888-1889 e 4% 1890 (cuja amortização estava suspensa e cujos juros estavam reduzidos, respectivamente, a 1.50% e 1.3(3)%, pelo decreto de 13-06-1892) vieram juntar-se, até 1902, mais dois empréstimos amortizáveis externos:

a) Empréstimo 4 ¹/₂% 1891-1896 — autorizado pela lei de 23-03-1891, no montante de 45 mil contos-ouro, para redução da dívida flutuante e cobertura das despesas em geral, e ampliado pela lei de 21-05-1896, no montante de 9 mil contos-ouro (dos quais só foram emitidos 3 600), para a marinha de guerra.

b) Empréstimo de 4% 1886 — autorizado pela lei de 22-03-1886, no montante de 11 149 200\$000, para o Município de Lisboa, e assumido pelo Estado nos termos do Código Administrativo aprovado pelo decreto de 02-03-1895 e pela lei de 04-05-1896.

*

*

*

A lei de 14-05-1902 aprovou um convênio com os credores externos, que pôs fim ao conflito aberto pelo decreto de 13-06-1892, nunca aceite pelos portadores dos títulos. Nos seus termos, o decreto de 09-08-1902 mandou emitir o empréstimo amortizável externo 3% 1902, em obrigações amortizáveis em 99 anos, para conversão obrigatória:

- do empréstimo consolidado externo 3% 1852, com redução do capital a metade;

- do empréstimo amortizável externo 4% 1890, com redução do capital a $\frac{2}{3}$ e prêmio de 50% no reembolso;

- do empréstimo amortizável externo 4 $\frac{1}{2}$ % 1888-1889, com divisão do capital em $\frac{3}{4}$ com juro e $\frac{1}{4}$ sem juro.

A evolução da situação dos credores e do Estado pode ser vista pelo quadro seguinte (valores em milhares de libras) :

Empréstimo	Consolidado 3% 1852, de pois 1ª série 3% 1902	Amortizável 4% 1890, depois 2ª série 3% 1902	Amortizável 4 $\frac{1}{2}$ % 1888- -1889, de - pois 3ª série 3% 1902
Capital (em 13-06-1892)	41 727	2 425	15 137
Encargos anuais	1 252	197	807
Encargos (dec. 13-06-1892)	417	33	227
Capital (conversão de 1902)	20 864	1 200	12 670
Encargos anuais	661	38	301

Ao todo, o montante do empréstimo amortizável externo 3% 1902 foi de £ 34 734 124, sendo:

- 1ª série - £ 20 863 585;
- 2ª série - £ 1 200 408;
- 3ª série com juro - £ 9 502 598 sh 5;
- 3ª série sem juro - £ 3 167 532 sh 15.

*

*

*

Os empréstimos 4% 1886, 4 ¹/₂% 1891-1896, 4% e 3% 1902 constituíam a dívida amortizável externa do Estado português no final do período em estudo.

SECÇÃO D - A DÍVIDA ESPECIAL AMORTIZÁVEL

1. OS EMPRÉSTIMOS ESPECIAIS AMORTIZÁVEIS NO BANCO DE POR -
TUGAL

Foi detectada a existência dos seguintes vinte e oito empréstimos especiais amortizáveis no Banco de Portu - gal:

Nº	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE	FINALIDADE	CONDIÇÕES	OBSERVAÇÕES
1	Dec. 30-06-1845	4.000:000\$00	Despesas em geral	Taxa de juro 5% Prazo de amortização 23 anos	. Consignados os rendimen- tos dos tabacos; . Juro reduzido a 3% pelo dec. 18-12-1852; . 799:726\$608 em dívida à data da conclusão da amortização pagos com 1.599:455\$216 do emprés- timo consolidado inter- no 3% 1852.
2	Lei 08-05-1855	500:000\$000	Estradas	Taxa de juro 5% Comissão 1% Amortização em 10 prestações iguais	. Consignado o imposto de estradas de Aveiro, Fa- ro, Coimbra, Lisboa e Santarém. . Caução de 500 contos do empréstimo consolidado interno 3% 1852. . 137:699\$313 em dívida à data da conclusão da amortização passaram a dívida flutuante.
3	Lei 23-06-1857	600:000\$000	Estradas	Taxa de juro 6 ¹ / ₂ % Comissão 1 ¹ / ₂ % Prazo de amortização 20 anos	. Consignado o imposto de estradas. . Caução de 1 500 contos do empréstimo consolida- do interno 3% 1852.
4	Lei 30-06-1857	800:000\$000	Navios de guerra	Taxa de juro 6 ¹ / ₂ % Prazo de amortização 10 anos	Caução de 2 000 contos do empréstimo consolida- do interno 3% 1852.

Nº	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE	FINALIDADE	CONDIÇÕES	OBSERVAÇÕES
5	Lei 01-07-1857	100:000\$000	Escola Politécnica de Lisboa	Taxa de juro 5% Comissão 1% Prazo de amortização até 1876	. Caução de 100 contos do empréstimo consolidado interno 3% 1852 . Hipotecados os bens administrados pela Escola Politécnica.
6	Lei 04-06-1859	228:000\$000	Armamento ligeiro	Taxa de juro 7%	Caução de 500 contos do empréstimo consolidado interno 3% 1852.
7	Lei 30-03-1861	200:000\$000	Estradas	Taxa de juro 7%	Caução de 500 contos do empréstimo consolidado interno 3% 1852.
8	Lei 11-07-1863	90:000\$000	Escola Politécnica de Lisboa	Taxa de juro 5% Comissão 1% Prazo de amortização: 1896	. Caução no montante do empréstimo em títulos do empréstimo consolidado interno 3% 1852. . Hipotecados os bens administrados pela Escola Politécnica.
9	Lei 01-07-1867	Quantia não pré-determinada até 300 contos anuais	Pagamento das classes inactivas	. Taxa de juro 7% (dos quais 4% eram pagos e 3% capitalizados) . Amortização a realizar quando os encargos com as classes inactivas fossem inferiores a 300 contos pelo excesso dos 300 contos que o governo continuaria a pagar.	. Caução por títulos do empréstimo consolidado 3% 1852 cotados 5% abaixo do preço de mercado. . Quantia em dívida em 27-06-1877 parcialmente paga, parcialmente integrada no empréstimo nº 15 abaixo discriminado.

Nº	Autorização	MONTANTE	FINALIDADE	CONDIÇÕES	OBSERVAÇÕES
10	Lei 22-03-1872	311:644\$048 escalonados (*) por 14 anos	Pagamento das classes inactivas	Condições idênticas às do empréstimo anterior	. Caução idêntica à do em- préstimo anterior. . Quantia em dívida em 27- -06-1877 parcialmente pa- ga, parcialmente integra- da no empréstimo nº 15 abaixo discriminado.
11	Lei 19-03-1873	70:000\$000	Escola Politécnica de Lisboa	Condições idênticas às do empréstimo nº 8.	Como no empréstimo nº 8.
12	Lei 24-04-1873	250:000\$000	Construção de peniten- ciárias	Taxa de juro 6 1/4% Prazo de amortização: 1902	
13	Lei 13-04-1874	70:000\$000	Hospital de D. Estefã- nia	Taxa de juro 6 1/4% Prazo de amortização: 1902	
14	Lei 11-04-1876	46:000\$000	Escola Politécnica de Lisboa	Condições idênticas às do empréstimo nº 8.	Como no empréstimo nº 8.
15	Lei 16-03-1877	Quantia não pré-de- terminada corres- pondente a parte das quantias em dí- vida pelos emprés- timos n.ºs 9 e 10 acima.	Pagamento das classes inactivas	Taxa de juro 6% Comissão 1/2%	Possibilidade de emissão de títulos representati- vos dos seus créditos. Quantia em dívida em 30- -06-1867 paga por encon- tro no empréstimo nº 20 abaixo.
16	Lei 05-04-1877	40:000\$000	Escola Politécnica de Lisboa	Condições idênticas às do empréstimo nº 8.	Como no empréstimo nº 8.

Nº	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE	FINALIDADE	CONDIÇÕES	OBSERVAÇÕES
17	Lei 16-05-1878	36:000\$000	Escola Politécnica de Lisboa	Condições idênticas às do empréstimo nº 8.	Como no empréstimo nº 8.
18	Lei 10-06-1880	15:000\$000	Escola Politécnica de Lisboa	Taxa de juro 5% Prazo de amortização: 1898	Como no empréstimo nº 8.
19	Lei 10-06-1881	10:000\$000	Escola Politécnica de Lisboa	Condições idênticas às do empréstimo anterior.	Como no empréstimo nº 8.
20	Lei 29-07-1887	Quantia não pré-determinada incluindo 2.577:933\$580 em <u>dí</u> vida do empréstimo nº 15 acima.	Pagamento das classes inactivas	<p>Taxa de juro variável entre 5 e 11.5% com a cotação da dívida externa portuguesa em Londres.</p> <p>. Amortização de 1% da <u>dí</u>vida, por ano; entrega adicional de 800 contos anuais pelo Estado para amortização.</p>	Suspensão da operação em 01-07-1892 estando em <u>dí</u> vida 7.016:574\$125, <u>quan</u> tia para a qual se fixou um prazo de amortização de 35 anos.

Nº	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE	FINALIDADE	CONDIÇÕES	OBSERVAÇÕES
21	Dec. 03-12-1891	7.000:000\$000	Consolidação do excesso de débitos em conta-corrente	Taxa de juro 6% Prazo de amortização: 18 anos	<ul style="list-style-type: none"> . Caução de 2.000:000 de libras do empréstimo amortizável externo 4 1/2% 1891, mudada em 09-02-1895 para 9.000:000\$000 do empréstimo consolidado interno 3% 1852. . A amortização contra-tual não foi cumprida. . Autorização ao Banco em 09-02-1895 para vender anualmente 150:000\$000 de títulos da caução e abater o seu produto ao montante do empréstimo. . Extinção do empréstimo em 23-04-1918 por conversão noutra autorização nesta data.
22	Lei 30-06-1893	8.000:000\$000	Consolidação de débitos por bilhetes do Tesouro descontados	Taxa de juro 3% Prazo de amortização: 10 anos	<ul style="list-style-type: none"> . Caução de 28 220 contos de títulos da dívida pública que o contrato de 09-02-1895 mandou que fossem do empréstimo consolidado interno 3% 1852. . A amortização contra-tual não foi cumprida. . Extinção do empréstimo em 23-04-1918 por conversão noutra autorização nesta data.

Nº	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE	FINALIDADE	CONDIÇÕES	OBSERVAÇÕES
23	Lei 28-05-1896	25:000\$000	Escola Politécnica de Lisboa	Taxa de juro 6%	Como no empréstimo nº 8.
24	Lei 18-09-1897	4.500:000\$000	Pagamento das classes inactivas	Taxa de juro 6% Amortização em 31 prestações semestrais entre 1901 e 1916	Caução de 13 486 contos do empréstimo consolidado interno 3% 1852.
25	Lei 26-07-1899	19:000\$000	Escola Politécnica de Lisboa	Taxa de juro 5 1/2%	Como no empréstimo nº 8.
26	Lei 12-06-1901	80:000\$000	Aquisição do Palácio das Janelas Verdes para Museu de Belas-Artes	Taxa de juro 5 1/2% Prazo de amortização: 27 anos	
27	Lei 11-12-1902	150:000\$000	Construção do posto marítimo de desinfecção	Taxa de juro 5 1/2% Prazo de amortização: 25 anos	
28	Lei 11-03-1907	250:000\$000	Porto de Lisboa	Taxa de juro 5%	

(*) Este empréstimo foi contraído junto de oito bancos, que deveriam fornecer ao longo de catorze anos as quantias seguintes:

ANO	BANCO DE PORTUGAL	BANCO LUSITANO	BANCO NACIONAL ULTRAMARINO	BANCO COMERCIAL BANCO UNIÃO BANCO ALIANÇA	BANCO MERCANTIL COMPANHIA UTILIDA DE PÚBLICA	TOTAL
				Cada	CADA	
1	48:000\$000	125:000\$000	66:000\$000	63:000\$000	30:000\$000	488:000\$000
2	43:200\$000	112:500\$000	59:400\$000	56:700\$000	27:000\$000	439:200\$000
3	38:640\$000	100:625\$000	53:130\$000	50:715\$000	24:150\$000	392:840\$000
4	34:308\$000	89:343\$750	47:173\$500	45:029\$250	21:442\$500	348:798\$000
5	30:192\$600	78:626\$563	41:514\$825	39:627\$788	18:870\$345	306:958\$100
6	26:282\$970	68:445\$234	36:139\$084	34:496\$398	16:426\$856	267:210\$195
7	22:568\$822	58:772\$974	31:032\$130	29:621\$579	14:105\$514	229:449\$690
8	19:040\$381	49:584\$326	26:180\$524	24:990\$500	11:900\$238	193:577\$207
9	15:688\$362	40:855\$109	21:571\$498	20:590\$975	9:805\$226	159:498\$347
10	12:503\$944	32:562\$354	17:192\$923	16:411\$427	7:814\$965	127:123\$431
11	9:478\$747	26:684\$237	13:033\$277	12:440\$855	5:924\$217	96:367\$261
12	6:604\$810	17:200\$026	9:081\$614	8:668\$813	4:128\$006	67:148\$902
13	3:874\$570	10:090\$026	5:327\$534	5:085\$373	2:421\$606	39:391\$462
14	1:280\$842	3:335\$526	1:761\$158	1:681\$105	800\$526	13:021\$894
TOTAL	311:664\$048	811:625\$125	428:538\$066	409:059\$063	194:790\$030	3.168:584\$488

Porém, com a crise de 1876, os pagamentos foram interrompidos e a lei de 16-03-1877 autorizou a rescisão dos contratos. Geraram-se três situações:

a) A do Banco de Portugal, o qual reformulou o contrato conforme indicado no quadro, sendo reembolsado da maior parte da dívida.

b) A dos Bancos Lusitano e Nacional Ultramarino, que rescindiram os contratos e foram totalmente reembolsa - dos dos montantes em dívida.

c) A dos Bancos do Porto, que mantiveram os contratos e só em 10-05-1894 firmaram um novo acordo pelo qual receberam os montantes em dívida no valor de 2.496:762\$476 (fa^zendo-se entretanto o encontro das somas adiantadas pelo Te^souro ao consórcio bancário envolvido na construção do camiⁿho-de-ferro para Salamanca a que esses bancos pertenciam) .

2. OS EMPRÉSTIMOS ESPECIAIS AMORTIZÁVEIS NO BANCO COMERCIAL DO PORTO

Foi detectada a existência dos seguintes quatro empréstimos especiais amortizáveis no Banco Comercial do Porto:

Nº	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE	FINALIDADE	CONDIÇÕES	OBSERVAÇÕES
1	Lei 20-06-1857	240:000\$000	Alfândega do Porto	Taxa de juro 6% Amortização anual: o remanescente de 24 contos após pagamento do juro.	(a)
2	Lei 23-05-1859	300:000\$000	Alfândega do Porto	Taxa de juro 6 ¹ / ₂ % Amortização anual: o remanescente de 42 contos após pagamento dos juros deste empréstimo e do anterior.	Caução de 500 contos do empréstimo consolidado interno 3% 1852. (a)
3	Lei 03-07-1862	200:000\$000	Alfândega do Porto	Taxa de juro 6 ¹ / ₂ %	Caução de 500 contos do empréstimo consolidado interno 3% 1852. (a)
4	Lei 22-03-1872	ver referência a esta lei no ponto relativo ao Banco de Portugal.			

(a) O empréstimo extinguiu-se por amortização até Julho de 1866 e por compensação do saldo em dívida à data, resultante dos vários empréstimos contraídos, o qual montava a 142:500\$000, através da entrega, autorizada pela lei de 10-06-1867, de inscrições do empréstimo consolidado interno 3% 1852 no valor nominal de 331:369\$500, parte das quais se encontrava depositada no Banco como caução.

3. OS EMPRÉSTIMOS ESPECIAIS AMORTIZÁVEIS NO BANCO MERCANTIL
PORTUENSE

Foi detectada a existência dos seguintes três empréstimos especiais amortizáveis no Banco Mercantil Portuense:

Nº	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE	FINALIDADE	CONDIÇÕES	OBSERVAÇÕES
1	Lei 29-07-1856	100:000\$000	Obras no país vinhateiro	Taxa de juro 6 ¹ / ₂ % Amortização anual por parcelas não inferiores a 10 contos	Consignados aos encargos do empréstimo os rendimentos do imposto de \$500 por pipa de vinho, jeropiga e aguardente entradas no Porto ou em Vila Nova de Gaia (a)
2	Lei 21-07-1857	150:000\$000	Melhoramentos na barra do Douro	Taxa de juro 6 ¹ / ₂ % Amortização anual de 10%	Consignados aos encargos do empréstimo os rendimentos do imposto estabelecido pela lei 15-02-1790 para obras na barra do Douro. (a)
3	Lei 22-03-1872	ver referência a esta lei no ponto relativo ao Banco de Portugal.			

(a) - A extinção deste empréstimo fez-se por amortização até Julho de 1866 e por compensação de todos os saldos em dívida ao Banco naquela data, que montavam a 41:286\$230, através da entrega, autorizada pela lei de 10-06-1867, de inscrições 3% no valor de 96:006\$230, cuja emissão esta lei também autorizou.

4. OS EMPRÉSTIMOS ESPECIAIS AMORTIZÁVEIS NO BANCO NACIONAL
ULTRAMARINO

Foi detectada a existência dos seguintes três empréstimos especiais amortizáveis no Banco Nacional Ultramarino:

Nº	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE	FINALIDADE	CONDIÇÕES	OBSERVAÇÕES
1	Lei 13-05-1864	70.000\$000	Fome em Cabo Verde	Taxa de juro 5%	<ul style="list-style-type: none"> . Caução de 140 contos do empréstimo consolidado interno 3% 1852. . Consignação do rendimento das alfândegas de Cabo Verde ao pagamento de metade do capital do empréstimo. . Extinção por amortização e liquidação total em Setembro de 1876 em virtude da ajuda ao banco no contexto da crise.
2	Lei 22-03-1872	ver a referência a esta lei no ponto relativo ao Banco de Portugal.			
3	Lei 22-07-1885	820:710\$000	Despesas das Juntas de Fazenda do Ultramar	Taxa de juro 6%	<ul style="list-style-type: none"> . Representado através da emissão pelo Banco de 9 119 obrigações de 6% com valor nominal de 90\$000 e amortização semestral ao par cujos encargos deviam caber às Juntas de Fazenda do Ultramar, mas que acabaram por recair sobre o Tesouro com o valor anual de 59:309\$400.

5. OS EMPRÉSTIMOS ESPECIAIS AMORTIZÁVEIS NO BANCO UNIÃO DO
PORTO

Foi detectada a existência dos seguintes quatro em
préstimos especiais amortizáveis no Banco União do Porto:

Nº	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE	FINALIDADE	CONDIÇÕES	OBSERVAÇÕES
1	Lei 09-08-1860	600:000\$000	Construção do porto artificial de Ponta Delgada	Taxa de juro 7% Prazo de amortização: 20 anos	. O Banco cedeu 100 contos do empréstimo ao Banco Comercial do Porto e 100 contos ao Banco Mercantil Portuense. . Caução de 1 500 contos do empréstimo consolidado interno 3% 1852. . Consignação aos encargos do empréstimo dos rendimentos do porto artificial, com excepção da parcela necessária à sua conservação, e de 10% dos direitos cobrados nas alfândegas do distrito oriental dos Açores. (a)
2	Lei 27-06-1866	350:000\$000	Construção do porto artificial de Ponta Delgada	Condições idênticas às do empréstimo anterior.	As mesmas consignações do empréstimo anterior. (a)
3	Lei 01-07-1867	280:000\$000	Construção do porto artificial de Ponta Delgada	Condições idênticas às do empréstimo anterior.	As mesmas consignações do empréstimo anterior.
4	Lei 22-03-1872	ver a referência a esta lei no ponto relativo ao Banco de Portugal.			

(a) - O empréstimo extinguiu-se por amortização até Julho de 1866 e por liquidação de todos os saldos em dívida junto do Banco naquela data que montavam a 515:123\$840, através da entrega, autorizada pela lei de 10-06-1867, de inscrições 3% no valor nominal de 1.197:955\$340 do empréstimo consolidado interno 3% 1852.

6. OS EMPRÉSTIMOS AMORTIZÁVEIS NA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

São vinte e quatro os empréstimos que as fontes permitem apurar como tendo sido contraídos junto da Caixa Geral de Depósitos:

MONTANTE	CONTRATO	FINALIDADE	TAXA DE JURO E OUTRAS CONDIÇÕES
237 743\$380	14-12-1892	Hospital das Caldas	Taxa de juro: 5%.
15 000\$000		Aquisição de um terreno na Luz para o Real Colégio Militar	Taxa de juro: 6%. Amortizável em 10 anos em anuidades de 2 000\$000
245 000\$000 (autorizado até 400 000\$000)	18-12-1902	Construção de 200 escolas primárias	Taxa de juro: 5%. Anuidades de 15 900\$000 e amortização em 30 anos
300 000\$000	07-08-1903	Construções hospitalares: Hospital do Rego e Hospital de Santa Marta	Taxa de juro de 5%. Amortização em 30 anos a partir de Agosto de 1904 com anuidades de 19 500\$000
63 691\$780	30-06-1904	Asilo Municipal de Lisboa	Taxa de juro: 5%
155 000\$000	29-07-1904	Construção de escolas primárias	Taxa de juro: 5% Levantável só depois de esgotado o do contrato 18-12-1902 e no prazo de 2 anos. Amortizável em 30 anuidades de 10 contos
300 000\$000	30-12-1904	Construções hospitalares (adaptação do convento de Santa Marta e da Escola Médico-Cirúrgica a Maternidade)	Taxa de juro: 5% Amortização em 30 anos Recebimento: 30 000\$000 já haviam sido recebidos e o resto foi-o em 12 prestações
200 000\$000	16-08-1907	Liceu da 1ª zona escolar de Lisboa	Taxa de juro: 5%
400 000\$000	26-12-1907	Liceu da 3ª zona escolar de Lisboa	Taxa de juro: 5%
400 000\$000	26-08-1908	Obras p/abastecimento de água ao Funchal	taxa de juro: 5%

MONTANTE	CONTRATO	FINALIDADE	TAXA DE JURO E OUTRAS CONDIÇÕES
1 600 000\$000	12-11-1908	Caminhos-de-ferro	
100 000\$000	24-12-1908	Obras no governo ci- vil e liceu de Via- na do Castelo	
45 920\$000	16-01-1909	Instituto Oftalmoló- gico de Lisboa	Taxa de juro: 5 ¹ / ₂ %
113 175\$300	13-02-1909	Construções escola- res	Taxa de juro: 5%
115 000\$000	05-05-1909	Mobiliário da esco- la Médico-Cirúrgica de Lisboa	Taxa de juro: 5 ¹ / ₂ %
6 000\$000	24-05-1909	Obras no edifício do Governo Civil de Aveiro	Taxa de juro: 5 ¹ / ₂ %
3 089 576\$700	26-09-1909	Regularização de dé- bitos	Taxa de juro: 4%
11 260\$000	07-04-1910	Liceu de Aveiro	Taxa de juro: 5 ¹ / ₂ %
80 000\$000	23-04-1912	Coudelaria Nacional	Taxa de juro: 5%
185 000\$000	18-11-1912	Alfândega de Lisboa	Taxa de juro: 5%
29 327\$770	30-06-1913	Fábrica de Faiança das Caldas	Taxa de juro: 5%
1 500 000\$000	30-06-1913	Manicómios em Lis- boa e Porto e Mater- nidade em Lisboa	
100 000\$000	22-04-1914	Misericórdia do Por- to	Taxa de juro: 5%
1 500 000\$000	26-06-1914	Construções hospi- tales	Taxa de juro: 5%

NOTA:- Estes empréstimos foram convertidos num novo emprésti-
mo contratado em 06-08-1928 de acordo com o decreto
15 806 de 30-07-1928.

7. OS EMPRÉSTIMOS ESPECIAIS AMORTIZÁVEIS NA COMPANHIA DO CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

Os empréstimos contraídos junto desta Companhia provêm de duas linhas fundamentais:

1ª - Pela contracção através do Tesouro;

2ª - Pela contracção pelas Juntas Gerais dos distritos, tendo sido assumidos pelo Estado nos termos do decreto de 6 de Agosto de 1892.

Foram sessenta os empréstimos contraídos através do Tesouro, destinados às Juntas Distritais, como consta do quadro seguinte.

DATA	MONTANTE	FIM	JURO	PRAZO (nº anos)
15-03-1876	22 500\$000	Junta Distrital de Faro	6%	60
18-09-1876	25 000\$000	Junta Distrital de Faro	6%	60
24-03-1877	25 000\$000	Junta Distrital de Faro	6%	60
29-03-1878	25 000\$000	Junta Distrital de Faro	6%	60
03-10-1878	105 282\$000	Junta Distrital de Coimbra	6%	60
27-11-1878	9 990\$000	Junta Distrital da Guarda	6%	44
12-09-1879	24 930\$000	Junta Distrital da Guarda	6%	44
15-03-1880	9 990\$000	Junta D. de Santarém	6%	60
15-05-1880	24 930\$000	Junta Distrital da Guarda	6%	44
27-08-1880	9 990\$000	Junta D. de Santarém	6%	60
30-08-1880	31 950\$000	Junta Distrital de Coimbra	6%	60
10-11-1880	9 990\$000	Junta D. de Santarém	6%	60
07-03-1881	29 970\$000	Junta Distrital de Viseu	5%	60
07-04-1881	9 990\$000	Junta D. de Santarém	6%	60
27-07-1881	9 990\$000	Junta D. de Santarém	5%	60

DATA	MONTANTE	FIM	JURO	PRAZO (nº anos)
03-10-1881	24 930\$000	Junta Distrital da Guarda	5%	60
13-01-1882	22 050\$000	Junta Distrital de Santarém	5%	60
14-06-1882	59 900\$000	Junta Distrital de Évora	5%	60
27-07-1882	39 960\$000	Junta Distrital de Bragança	4.5%	30
22-08-1882	73 800\$000	Junta Distrital de Coimbra	5%	60
22-08-1882	58 500\$000	Junta Distrital de Coimbra	5%	60
14-12-1882	59 900\$000	Junta Distrital de Beja	5%	60
09-01-1883	19 980\$000	Junta Distrital de Viseu	5%	60
26-01-1883	11 970\$000	Junta Distrital de Santarém	5%	60
26-01-1883	199 980\$000	Junta Distrital de Santarém	5%	60
27-03-1883	24 930\$000	Junta Distrital da Guarda	5%	60
25-06-1883	25 200\$000	Junta Distrital de Coimbra	5%	60
13-07-1883	39 960\$000	Junta Distrital de Viseu	5%	60
06-10-1883	27 000\$000	Junta Distrital de Coimbra	5%	60
28-01-1884	34 200\$000	Junta Distrital de Coimbra	5%	60
26-04-1884	22 500\$000	Junta Distrital de Évora	5%	60
16-06-1884	45 000\$000	Junta Distrital de Coimbra	5%	60
30-06-1884	74 970\$000	Junta Distrital da Guarda	5%	60
15-07-1884	59 940\$000	Junta Distrital de Viseu	5%	60
25-07-1884	19 800\$000	Junta D. de Castelo Branco	5%	30
12-09-1884	5 940\$000	Junta Distrital de Portalegre	5%	60
10-10-1884	14 940\$000	Junta Distrital de Portalegre	5%	60
29-10-1884	49 950\$000	Junta Distrital de Vila Real	5%	60
24-11-1884	11 970\$000	Junta Distrital de Portalegre	5%	60
17-01-1885	4 950\$000	Junta Distrital de Portalegre	5%	60
23-03-1885	18 000\$000	Junta Distrital de Coimbra	5%	60
19-04-1885	24 930\$000	Quartel em Aveiro	5.5%	60
28-04-1885	22 500\$000	Junta Distrital de Évora	5%	60
11-05-1885	11 970\$000	Junta Distrital de Portalegre	5%	60
04-06-1885	27 000\$000	Junta Distrital de Coimbra	6%	60
26-06-1885	18 000\$000	Junta Distrital de Coimbra	5%	60
25-09-1885	18 000\$000	Junta Distrital de Coimbra	5%	60
28-09-1885	11 970\$000	Junta Distrital de Portalegre	5%	60

DATA	MONTANTE	FIM	JURO	PRAZO (nº anos)
30-10-1885	18 000\$000	Junta Distrital de Coimbra	6%	60
03-11-1885	19 800\$000	Junta D. de Castelo Branco	5%	30
17-11-1885	18 000\$000	Junta Distrital de Portalegre	5%	60
09-04-1886	179 550\$000	Junta Distrital de Lisboa	5%	60
17-06-1886	39 600\$000	Junta Distrital de Portalegre	5%	60
12-12-1886	183 487\$000	Junta Distrital de Lisboa	5%	55
31-12-1886	219 405\$000	Junta Distrital de Lisboa	5%	54
31-12-1886	92 181\$000	Junta Distrital de Lisboa	5%	57
31-12-1886	92 464\$000	Junta Distrital de Lisboa	5%	58
01-12-1887	226 710\$000	Junta Distrital de Santarém	5%	53
02-07-1889	109 980\$000	Junta Distrital de Bragança	5%	30
20-12-1889	334 530\$000	Junta Distrital de Leiria	4.5%	40

Os empréstimos contraídos directamente pelas Juntas Gerais dos Distritos foram os seguintes:

MONTANTE	FINALIDADE	TAXA DE JURO
377 000\$000	Junta Distrital de Braga	5.15%
494 280\$000	Junta Distrital do Porto	4.5%
(a)	Junta D. de Viana do Castelo	5%

(a) Nenhuma das fontes consultadas inclui a indicação do montante, que era da ordem dos 100 contos quando o empréstimo foi assumido pelo Estado.

8. OS EMPRÉSTIMOS ESPECIAIS AMORTIZÁVEIS NA COMPANHIA DE UTILIDADE PÚBLICA

Foi detectada a existência dos seguintes seis empréstimos especiais amortizáveis na Companhia de Utilidade Pública:

Nº	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE	FINALIDADE	CONDIÇÕES	OBSERVAÇÕES
1	Lei 06-04-1854	500:000\$000	Estradas	Taxa de juro 7 ³ / ₄ %	<p>. Caução de 500 contos em títulos do empréstimo consolidado interno 3% 1852.</p> <p>. Consignação aos encargos do empréstimo do imposto para estradas nos distritos de Braga, Porto e Viana do Castelo.</p> <p>. Encontro do saldo em dívida em 30-03-1862 no valor de 312:050\$000 no empréstimo nº 2 a seguir.</p>
2	Lei 19-02-1859	1 500:000\$000	Encontro do saldo do empréstimo anterior; estradas no Minho; liquidação da Companhia Viação Portuguesa; pagamento da subvenção ao Caminho-de-ferro do Norte e Leste	Taxa de juro 6 ¹ / ₂ % livre de impostos; ritmo de amortização anual de 3%	Caução de 2 500 contos do empréstimo consolidado interno 3% 1852, para além dos títulos que caucionavam o saldo em dívida do empréstimo anterior, e ainda de £ 1.600:000 em títulos do consolidado externo 3% 1852
3	Leis 05-05-1860 e 29-05-1860	1 600:000\$000	Caminhos-de-ferro		Caução de 2 000 contos de títulos do empréstimo consolidado interno 3% 1852

(a)

Nº	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE	FINALIDADE	CONDIÇÕES	OBSERVAÇÕES
4	Lei 09-08-1860	500:000\$000	Estradas	Taxa de juro 7%	Caução de 1 000 contos de títulos do empréstimo consolidado interno 3% 1852 (a)
5	Lei 10-08-1861	500:000\$000	Estradas		Caução de 1 000 contos de títulos do empréstimo consolidado interno 3% 1852 (a)
6	Lei 22-03-1872	ver a referência a esta lei no ponto relativo ao Banco de Portugal.			

(a) - A extinção do empréstimo fez-se por amortização até Julho de 1866 e por compensação de todos os saldos em dívida à Companhia naquela data, que montavam a 1.300:825\$874, através da entrega, autorizada pela lei de 10-06-1867, de títulos do consolidado interno 3% 1852 no valor nominal de 3 025:161\$374, parte dos quais se encontrava na posse da Companhia como caução.

9. OS EMPRÉSTIMOS ESPECIAIS AMORTIZÁVEIS NA CASA COMPTOIR
D'ESCOMPTE

Foi detectada a existência dos seguintes dois em -
préstimos na casa Comptoir d'Escompte:

Nº	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE	FINALIDADE	CONDIÇÕES	OBSERVAÇÕES
1	Lei 06-04-1874	500:000\$000	Construção de cais e pontes na alfândega de Lisboa		<ul style="list-style-type: none"> . Caução em títulos do empréstimo consolidado interno 3% 1852. . Consignação aos encargos do empréstimo das cobranças por carga e descarga de navios. . Realizado apenas em 08-07-1879 juntamente com o empréstimo nº 2.
2	Lei 23-06-1879	540:000\$000	300 contos para obras e 240 para despesas no Ultramar		<ul style="list-style-type: none"> . Caução em títulos do empréstimo consolidado interno 3% 1852. . Realizado conjuntamente com o empréstimo nº 1 num adiantamento ao Estado português de 25 milhões de francos contratado em 09-05-1879.

10. OS EMPRÉSTIMOS ESPECIAIS AMORTIZÁVEIS JUNTO DE OUTRAS ENTIDADES

Foi detectada a existência dos seguintes oito empréstimos especiais amortizáveis em outras oito entidades:

Nº	ENTIDADE	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE	FINALIDADE	CONDIÇÕES	OBSERVAÇÕES
1	Casa Le Roy de Chabrol & Compagnie de Paris	Dec. 06-10-1853	3.000:000 de francos	Estradas	Taxa de juro: 6% Prazo de amortização: 20 anos	<ul style="list-style-type: none"> . Caução de 1 602 contos em títulos do empréstimo com solidado interno 3% 1852. . Declarada falência da casa em 05-04-1854 pelo Tribunal de Comércio de Paris. Os títulos da caução haviam sido irregularmente entregues como penhor da casa ao Banco de Amsterdão e a diversos capitalistas de Paris tendo sido recuperados 1.521:900\$000 que se depositaram no Banco de França até se completar a amortização do empréstimo.
2	Particulares vários	Lei 17-07-1855	27:500\$000	Melhoramentos no Teatro de S. Carlos	Taxa de juro: 7% Prazo de amortização de 13 anos	<ul style="list-style-type: none"> . Representado por títulos de 500\$000 e 1 000\$000 ao portador. . Caução prevista com bilhetes do Tesouro a 80% do valor dos títulos, mas concretizada com 53:600\$000 de títulos de dívida fundada.

Nº	ENTIDADE	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE	FINALIDADE	CONDIÇÕES	OBSERVAÇÕES
3	Companhia Via- nense	Lei 05-07-1856	82:000\$000	Construção da estrada de Viana a Caminha	Taxa de juro: 7% e comissão de $1/2\%$ ritmo de amortização anual de 6%	<p>. Consignação aos encargos do empréstimo das somas adjudicadas a favor da Companhia de Utilidade Pública</p> <p>. Extinção por amortização ao ritmo contratual até Setembro de 1859 e por liquidação do montante em dívida, 82:000\$000, até Novembro de 1860 dada a pretensão governamental de redução da taxa de juro a $6\frac{1}{2}\%$ pela portaria de 11-08-1860.</p>
4	Banco Aliança	Lei 22-03-1872	ver a referência a esta lei no ponto relativo ao Banco de Portugal.			
5	Banco Lusitano	Lei 22-03-1872	ver a referência a esta lei no ponto relativo ao Banco de Portugal.			
6	Visconde de Margaride	Lei 14-04-1875	30:000\$000	Construção da Escola Médico-Cirúrgica do Porto	Taxa de juro; 5.5% Prazo de amortização de 18 anos	
7	Banco Lisboa & Açores, Banco Aliança, Banco do Comércio e Indústria, Companhia de Utilidade Pública	Lei 17-04-1877	120:000\$000	Obras no Palácio da Ajuda	Taxa de juro: $6\frac{1}{2}\%$; comissão de $1/2\%$	Extinção por amortização até Agosto de 1880 à custa da venda das cavalariças e prédios contíguos ao palácio de Belem, e por encontro do saldo em dívida no empréstimo nº 8.

Nº	ENTIDADE	AUTORIZAÇÃO	MONTANTE	FINALIDADE	CONDIÇÕES	OBSERVAÇÕES
8	Casa Henry Burnay & Companhia	Lei 14-05-1980	200:000\$000	Obras no Palácio da Ajuda	Condições idênticas às do empréstimo anterior	Encontro neste emprésti- mo do saldo em dívida em Agosto de 1880 do em- préstimo anterior.

SECÇÃO E - A DÍVIDA FLUTUANTE

A dívida flutuante portuguesa era contraída através da colocação de títulos — os bilhetes do Tesouro — ou através de contratos com as entidades prestamistas, traduzidos na abertura de contas-correntes sob um determinado conjunto de condições junto dessas entidades, ou na concessão de suprimentos a curto prazo contratados caso a caso, sendo 90 dias o prazo mais frequente, e podendo ocorrer reformas sucessivas por iguais períodos de tempo.

A análise dos contratos de dívida flutuante não é passível de descrição individualizada sem utilização de meios mecanográficos para o tratamento de tão vasta informação. Alguns traços, porém, ressaltam do manuseamento dos documentos que registam tais contratos (constantes dos relatórios dos actos do ministério da Fazenda depositados no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças) em número superior à dezena de milhar (cerca de quatro centenas por volume:

1º - As principais entidades prestamistas são:

Nacionais - Banco de Portugal
Caixa Geral de Depósitos
Montepio Geral
Companhia dos Tabacos de Portugal

Henry Burnay & Ca, por créditos próprios e como correspondente do Comptoir d'Escompte e do barão A. J. Costa Ricci

Estrangeiras - Crédit Lyonnais

Baring Brothers & Ca

Comptoir d'Escompte

Société Générale de Crédit Industriel et Commercial

Stern Brothers

Bank für Handel & Industrie

Caisse Générale de Reports et de Dépôts

Bankverein Suisse

2º - Possuía o Tesouro contas-correntes em qualquer das entidades citadas.

3º - Como particulares nacionais salientam-se José Gonçalves Franco, o conde de Mendia, Antônio Serrão Franco e José Pereira Cardoso, todos na concessão de suprimentos.

4º - Verifica-se a exigência sistemática de caução em títulos da dívida fundada, sobretudo do consolidado 3%, ou mesmo em letras e bilhetes do Tesouro.

SECÇÃO F - AVALIAÇÃO DO QUANTITATIVO DA DÍVIDA PÚBLICA TOTAL E EFECTIVA

1. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

É nosso objectivo, nesta secção, apurar o quantitativo a que monta, ano a ano, cada um dos tipos que compõem a dívida pública no período em análise, e cuja descrição consta das secções anteriores.

Para o efeito atendemos aos seguintes problemas:

1 - A possibilidade de avaliar os quantitativos pelos valores nominais ou pelas cotações dos empréstimos;

2 - A necessidade de adoptar um sistema de conversão entre unidades monetárias;

3 - A necessidade de distinguir entre dívida total e dívida não fictícia.

1.1. VALORES NOMINAIS E COTAÇÕES

Pode exprimir-se a dívida pública fundada de acordo com o valor nominal ou facial dos títulos emitidos, ou de acordo com o seu valor em mercado, para a parte que é representada por obrigações ao portador, isto é, transaccionáveis em mercado.

O valor de mercado interessa ser conhecido do Estado nas seguintes situações:

a) Para a colocação dos títulos — pois determina os lucros ou perdas da colocação.

b) Para o seu resgate — determinando também os lucros ou perdas do Estado.

c) Para a efectivação de operações de conversão, pois determina as condições de aceitação da conversão por parte dos credores, com maior ou menor vantagem para o Estado.

Porém, do ponto de vista da avaliação da dívida pública, importa apenas conhecer o seu valor nominal, pois é por ele que o Estado se encontra responsabilizado para efeitos de encargos.

É nesta base que todas as fontes exprimem os quantitativos da dívida, e tentar inserir no valor nominal as variações decorrentes da flutuação do valor dos títulos em mercado, obrigaria a reavaliações sistemáticas de uma parte avultada da dívida fundada, sem ganharmos com a operação vantagem no entendimento do fenómeno.

Por esta razão exprimimos todos os quantitativos em valores nominais.

1.2. AS CONVERSÕES ENTRE AS UNIDADES MONETÁRIAS

A dívida externa portuguesa, no período em análise, era colocada em praças inglesas, francesas, alemãs e holandesas, sobretudo, podendo vir expressa nas respectivas unidades monetárias.

A adopção de um sistema de conversões multilateral está, contudo, facilitada pelo facto de:

- até 1891 terem prevalecido os câmbios ao par, as segurados pela convertibilidade generalizada das moedas;
- de 1891 em diante, ter havido desvalorização do real devido à suspensão da convertibilidade, mas ela nunca ter atingido valores significativos.

Como nas fontes as avaliações estão sempre expressas em réis ou em libras, bastou-nos a definição do câmbio ao par de 4\$500.

1.3. A DISTINÇÃO ENTRE DÍVIDA TOTAL E DÍVIDA NÃO FICTÍCIA

Há a necessidade de descontar da dívida total o valor dos títulos que se encontrem numa das três seguintes situações:

1ª - Estarem na posse da Fazenda — ou por não terem sido ainda colocados, ou por terem caído em seu poder, por qualquer razão;

2ª - Estarem depositados junto de credores para garantia de outras dívidas do Estado;

3ª - Estarem os seus proventos consignados a fins ligados ao interesse público — como o caso dos títulos legados por D. Pedro V ao Curso Superior de Letras.

Os montantes emitidos que se encontrem em qualquer destes casos não constituem dívida do Estado a particulares ou instituições, pelo que as avaliações da dívida pública devem expurgá-los dos seus cálculos. Constituem a dívida fictícia.

*

*

*

Examinados os aspectos a que se deve atender no apuramento dos montantes em dívida, passamos a descrever as possibilidades permitidas pela apresentação dos dados nas fontes, condensando nos quadros 1 a 5 toda a informação que é possível coligir por forma a obter séries contínuas e homogêneas. Salientamos que:

1 - Os quadros registam os montantes da dívida pública em valores nominais;

2 - A unidade monetária utilizada é a nacional — o milhar de contos de réis, pela justificação que demos na secção B do capítulo 2.

3 - Só para os anos de 1885 a 1897 e 1910 a 1914 é possível o conhecimento dos montantes da dívida expurgados da dívida fictícia. Constam do quadro 5, o qual regista também a sua decomposição em dívida consolidada (interna e externa), antiga (interna e externa), amortizável (fundada e especial), flutuante (interna e externa), e renda vitalícia. Para os restantes anos só é possível o conhecimento da dívida total. Assim, os quadros 1 a 4 registam sucessivamente:

- o quadro 1 — o quantitativo e decomposição da dívida pública total em dívida consolidada (interna e externa), antiga (interna e externa), amortizável (fundada e especial), flutuante (interna e externa) renda vitalícia, dívida diferida (interna e externa) e padrões de juro real.

- os quadros 2 e 3 — a decomposição da dívida amortizável fundada interna e externa, respectivamente, por empréstimos.

- o quadro 4 — a decomposição da dívida amortizável especial por entidades prestamistas.

2. CONCLUSÕES

2.1. O MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA TOTAL

A dívida pública portuguesa total de 1851 a 1914 mais que decuplicou: passou de 80 milhares de contos para 886, isto é, multiplicou-se por 11.

A sua taxa média de crescimento anual foi de 3,9%.

Comparando os montantes da dívida com o volume das receitas, verificamos que ela representava o sétuplo da receita total no início do período. Na década de sessenta o seu crescimento foi muito mais rápido que o das receitas, subindo a dívida até vinte vezes o volume das receitas.

A partir de 1872 retrai-se para cerca de catorze vezes o volume das receitas (o ano de 1880 é um pouco excepcional — o empolamento da dívida deve-se à parcela da dívida flutuante), e mantêm-se nesta proporção até à viragem do século.

Aí, após um ligeiro crescimento para quinze e de - zasseis vezes o montante das receitas (anos de 1900 e 1901), decai sucessivamente para cerca do décuplo das receitas.

2.2. A COMPOSIÇÃO DO MONTANTE TOTAL

1 - Com excepção dos primeiros anos de cinquenta, durante os quais decorreu a conversão decretada em 18-12-1852, em que toda a dívida pública está representada na categoria de antiga, a parcela principal da dívida pública total era a da dívida consolidada interna que se fixou sempre na banda compreendida entre os 40 e os 60%. À sua evolução dedicaremos o ponto 2.2.1.

2 - Seguiu-se-lhe a dívida consolidada externa com um peso compreendido entre os 20% e os 45%, bruscamente desaparecida em 1904 por conversão em dívida amortizável fundada (conversão ordenada pela lei de 14-05-1902), cuja evolução apresentamos em 2.2.2.

3 - A partir de 1873, com o nascimento da dívida amortizável fundada, uma parcela se acrescentou à composição, crescendo sucessivamente no tempo até 25% nas vésperas da Guerra.

4 - As parcelas respeitantes à dívida amortizável especial e à dívida flutuante são muito menos significativas. Os montantes da dívida flutuante manifestam uma irregularidade que é própria deste tipo de dívida, pois representa o recurso ao crédito de curto prazo cuja variação depende dos montantes quotidianamente pedidos e dos pagamentos (ou conversões em outros tipos de dívida) sucessivamente feitos. Apesar disso a sua evolução foi claramente crescente no tempo: ela representava menos de 5% até à viragem do século e entre 5% e 10% de então em diante.

A mais modesta foi sempre a dívida flutuante externa, que em alguns anos foi mesmo irrelevante ou nula. A dívida flutuante interna, modesta também até meados da década de oitenta, avolumou-se sucessivamente até final do período, altura em que, por si só, representava 10% da dívida total.

A dívida especial, nascida em 1852, viria a crescer até meados da década de sessenta com empréstimos muito variados junto de várias entidades, sobretudo junto do Banco de Portugal, como vimos na secção D. A redução verificada em 1869 explica-se pelo pagamento, através das inscrições do consolidado 3% em caucões, autorizado pela lei de 10-06-1867. A partir de 1872 viria a crescer novamente, à custa de:



a) Empréstimos para classes inactivas junto de bancos do Porto e do Banco de Portugal;

b) Regularização da acumulação dos débitos da conta-corrente no Banco de Portugal, que constituíram os empréstimos de 7 mil e 8 mil contos.

5 - Eram irrelevantes os montantes em dívida por padrões de juro real, renda vitalícia e dívida diferida:

Aqueles, herdados dos primórdios da dívida pública perdem qualquer relevo a partir de meados da década de cinquenta; a renda vitalícia nunca atingiu o milhar de contos de réis em todo o período — tratava-se de pequenas poupanças entregues ao Estado em troca da garantia de um rendimento fixo e vitalício; a dívida diferida só indemnizava os credores lesados pela dedução de 25% nos juros da dívida entre 01-07-1848 e 31-12-1852.

2.2.1. Os Montantes da Dívida Consolidada Interna Total

A série da dívida consolidada interna total comporta-se de forma genericamente crescente, mas conhecendo três etapas:

- De 1853 a 1870, cresceu a uma taxa média anual acumulada de 5.3%.

- De 1870 a 1892, estagnou num longo patamar compreendido entre os 200 e os 270 milhares de contos.

- De 1892 à Guerra, cresceria de novo. Dois subperíodos se afastaram da tendência, contudo:

a) Os anos de 1892 a 1895 que foram anos de mais intenso crescimento — possivelmente ligado aos efeitos da crise.

b) Os anos do final da monarquia que foram, pelo contrário, anos de diminuição do montante total.

2.2.2. Os Montantes da Dívida Consolidada Externa Total

Apesar de inferiores aos montantes da dívida consolidada interna, os montantes da dívida consolidada externa só de afastaram significativamente deles a partir de 1860. A sua evolução genérica pode descrever-se como sendo:

- crescente até 1885, ano em que de novo alcança o valor da dívida consolidada interna;

- decrescente de 1885 a 1903, data em que foi convertida em amortizável, tendo-se fixado em 188 contos desde 1894.

Este decrescimento desde meados dos anos oitenta, prende-se com as dificuldades de colocação no mercado externo, por desconfiança que se agravaria com a crise de 1892.

2.2.3. Os Montantes e Composição da Dívida Amortizável Fundada Total

A evolução da série da dívida amortizável fundada é mais dissemelhante:

- Até princípio do século, o crescimento fez-se regularmente (taxa média de crescimento anual acumulado de 9,5%) até aos 120 milhares de contos em 1903:

- Por efeito da conversão de 1902 o crescimento fez-se por salto para valores superiores a 220 milhares de contos.

Refira-se, quanto à sua composição que:

1 - Até 1888 é impossível distinguir a dívida amortizável fundada externa da interna. Pode, todavia supor-se, dado que posteriormente a maior parcela desta dívida era externa, que o mesmo aconteceria nesta época, pelo que a contabilizámos como externa.

2 - A partir de então a dívida amortizável interna foi sempre incomparavelmente menor que a externa: cerca de $\frac{1}{5}$ do total entre 1888 e 1891, $\frac{1}{9}$ em 1892 e 1893; cerca de $\frac{1}{4}$ entre 1893 e 1904, e variando de $\frac{1}{5}$ a $\frac{1}{7}$ de 1904 à Guerra.

3 - A dívida amortizável externa compunha-se de blocos de empréstimos, formando quatro "gerações" distintas como mostra o quadro 3, que se assemelha a uma matriz bloco-diagonal:

- a primeira, é a dos empréstimos de 6% de 1873-1875 que cresceu de 2 a 16 mil contos entre 1873 e 1881;

- a segunda é a dos empréstimos de 5% de 1876-1887 que se cifrou por montantes crescendo de mil a 54 mil contos entre 1877 e 1888;

- a terceira é a dos empréstimos de 4 $\frac{1}{2}$ % de 1888-1889, 4% de 1890 e 4 $\frac{1}{2}$ % 1891-1896, prolongando-se esta pela "geração" seguinte até 1914. Esta família viu o seu montante quase duplicar de 1889 para 1902 (de 67 mil para 106 mil contos).

- a quarta é a da conversão de 1902.

4 - A dívida amortizável interna compunha-se basicamente dos empréstimos de 4 $\frac{1}{2}$ % de 1888-1889 e 4% 1888-1890, únicos até 1904 e cuja evolução é de crescimento até 1902 e declínio até 1914. De ambos, o mais vultuoso foi sempre o 4 $\frac{1}{2}$ % 1888-1889 que se cifrava por quase o quádruplo do 4% 1888-1890: uma vintena de milhares de contos e meia dúzia de milhares de contos, respectivamente.

2.3. O MONTANTE E COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA EFECTIVA

Apesar de serem bem escassos os anos para os quais as fontes permitiram o apuramento da dívida efectiva, é possível verificar que:

- Ela se aproximava muito da dívida total no final da década de oitenta; e se começava a distanciar um pouco mais na primeira metade da de noventa.

- Ela ficava muito aquém da dívida total, de 1907 em diante (seria 60% do total).

O facto de estas informações nos chegarem de duas fontes distintas, as Contas Gerais da Administração Financeira do Estado (mapa com avaliações globais) e os Relatórios dos ministros da Fazenda de 1913 e 1915 às Cortes, respectivamente, para cada um dos períodos, não põe em causa estas conclusões:

- Com efeito, as avaliações globais de qualquer das fontes para a dívida total, não apresentam disparidades que permitam suspeitar de erro grosseiro.

- Por outro lado, como demonstraram os capítulos 5 e 6, a vida financeira do país encontrava-se muito mais regularizada no final do período com o desaparecimento de déficits sistemáticos.

- Finalmente, como a dívida amortizável especial excedia já os 25 milhares de contos, os montantes em caução rondariam os 60 mil contos, explicando, só este facto, mais de $\frac{1}{3}$ da diferença entre dívida total e dívida efectiva.

Quanto à composição da dívida efectiva, devemos salientar:

- O maior significado que assume a dívida flutuante que, por definição, é dívida efectiva na sua totalidade.

- A menor participação da dívida consolidada interna (inferior a 50% da dívida efectiva e ligeiramente mais na composição da dívida total) .

O facto apenas atesta o papel que os seus títulos desempenhavam para caucionar quer os empréstimos da dívida especial, quer os empréstimos da dívida flutuante.

2.4. SÍNTESE

Em suma, o comportamento da dívida pública portuguesa no período em estudo aponta também para um agravamento sucessivo até final do século XIX e uma estacionariedade daí em diante, no caso da dívida total, ou mesmo compressão, no caso da dívida efectiva.

QUADRO 1

QUANTITATIVO E COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA TOTAL, EM 30 DE JUNHO DE CADA ANO

- Fontes: - Relatórios e contas da JCP — mapas retrospectivos para os padrões de juro reais, dívida antiga interna e externa, renda vitalícia, dívida diferida interna e externa, e dívida consolidada interna e externa.
- Contas Gerais da Administração Financeira do Estado — mapas retrospectivos — para a dívida consolidada interna e externa, e para a dívida amortizável fundada.
 - Notas da dívida flutuante.
 - Avaliações nossas para a dívida amortizável especial por somatório dos montantes em dívida, em empréstimo a empréstimo, registados nos Relatórios do Ministro da Fazenda às Cortes.

Unidade - Milhares de contos de réis.

NOTAS:

- a) - A publicação das notas de dívida flutuante no Diário do Governo inclui apenas a indicação do seu montante total sem qualquer desagregação.
- b) - Não foram publicadas no Diário do Governo as notas da dívida flutuante respeitantes aos meses de Janeiro a Julho de 1870. Nestas circunstâncias, o valor aqui registado é o montante da dívida flutuante em 31-08-1870 (Diário do Governo nº 225 de 16-10-1870). Por esta cifra não respeitar à data de 30 de Junho, não é somável com os restantes montantes da dívida pública, pelo que o total vai assinalado com (*).

- c) - Não foram publicadas no Diário do Governo notas da dívida flutuante posteriores a 30-04-1871. O valor inscrito respeita a esta data, foi colhido no Diário do Governo nº 100 de 04-05-1871, e não é somável com os restantes montantes da dívida pública, pelo que o total vai assinalado com (*).
- d) - Não foram publicadas notas da dívida flutuante no Diário do Governo. O valor inscrito respeita à data de 31-12-1872 e foi colhido no Relatório do Ministro da Fazenda às Cortes. Não é somável com os montantes da dívida pública, pelo que o total vai assinalado com(*).
- e) - Não foi publicada no Diário do Governo a nota da dívida flutuante respeitante a 30-06-1875. O valor inscrito respeita a 30-07-1875, foi colhido no Diário do Governo nº 172 de 03-08-1875 e não é somável com os restantes montantes da dívida pública, pelo que o total vai assinalado com (*).

DATA	CONSOLIDADA INTERNA		CONSOLIDADA EXTERNA		ANTIGA INTERNA		ANTIGA EXTERNA		AMORTIZÁVEL FUNDADA		AMORTIZÁVEL ESPECIAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
30-06-1851	-	-	-	-	34	43	45	56	-	-	(a)	(a)
1852	-	-	-	-	35	44	44	55	-	-	(a)	(a)
1853	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	10	17	42	72	-	-	5	9
1854	26	32	25	30	1	1	22	27	-	-	5	6
1855	40	39	27	27	+ 0	+ 0	20	20	-	-	5	5
1856	42	41	29	28	1	1	18	18	-	-	6	6
1857	50	44	46	41	+ 0	+ 0	4	4	-	-	5	4
1858	58	47	51	41	+ 0	+ 0	3	2	-	-	5	4
1859	60	45	58	43	+ 0	+ 0	3	2	-	-	6	4
1860	63	43	67	46	+ 0	+ 0	3	2	-	-	6	4
1861	69	45	70	45	+ 0	+ 0	3	2	-	-	7	4
1862	85	50	70	41	+ 0	+ 0	3	2	-	-	6	4
1863	90	49	77	42	+ 0	+ 0	3	2	-	-	7	4
1864	97	49	86	43	+ 0	+ 0	3	2	-	-	7	3
1865	105	50	89	42	+ 0	+ 0	3	2	-	-	7	3
1866	109	52	87	41	+ 0	+ 0	3	1	-	-	6	3
1867	122	53	86	38	+ 0	+ 0	3	1	-	-	5	2
1868	135	54	102	40	+ 0	+ 0	3	1	-	-	1	+ 0
1869	181	60	105	35	+ 0	+ 0	2	+ 0	-	-	2	+ 0
1870	193	62	105	34	+ 0	+ 0	2	+ 0	-	-	2	+ 0
1871	201	55	145	40	+ 0	+ 0	2	+ 0	-	-	2	+ 0
1872	203	55	145	39	+ 0	+ 0	2	+ 0	-	-	2	+ 0
1873	205	58	142	40	+ 0	+ 0	2	+ 0	2	+ 0	3	1
1874	207	57	142	39	+ 0	+ 0	2	+ 0	4	1	3	1
1875	213	57	142	38	+ 0	+ 0	2	+ 0	8	2	4	1
1876	212	56	136	36	+ 0	+ 0	2	+ 0	11	3	5	1
1877	220	57	136	35	+ 0	+ 0	2	+ 0	13	4	5	1
1878	220	54	154	38	+ 0	+ 0	2	+ 0	16	4	4	1
1879	221	52	165	39	+ 0	+ 0	2	+ 0	18	4	5	1
1880	227	51	165	37	+ 0	+ 0	2	+ 0	25	6	5	1
1881	233	54	165	38	+ 0	+ 0	2	+ 0	24	6	6	1
1882	236	49	196	41	+ 0	+ 0	2	+ 0	31	6	6	1
1883	236	49	195	40	+ 0	+ 0	2	+ 0	31	6	7	1
1884	236	50	195	41	+ 0	+ 0	2	+ 0	31	7	8	2
1885	241	46	236	45	+ 0	+ 0	2	+ 0	31	6	11	2
1886	262	48	229	42	+ 0	+ 0	2	+ 0	31	6	12	2
1887	262	47	229	41	+ 0	+ 0	2	+ 0	44	8	13	2
1888	262	47	213	38	-	-	2	+ 0	54	10	15	3
1889	262	45	209	36	-	-	2	+ 0	79	14	14	2
1890	258	43	209	35	-	-	2	+ 0	84	14	15	3
1891	258	43	209	35	-	-	2	+ 0	95	16	17	3
1892	261	40	212	32	-	-	2	+ 0	139	21	23	3
1893	330	46	205	28	-	-	2	+ 0	137	19	27	4
1894	347	48	188	26	-	-	+ 0	+ 0	135	19	27	4
1895	342	48	188	26	-	-	+ 0	+ 0	137	19	25	3
1896	342	47	188	26	-	-	+ 0	+ 0	147	20	25	3
1897	385	49	188	24	-	-	+ 0	+ 0	146	19	25	3
1898	385	49	188	24	-	-	-	-	149	19	26	3
1899	396	49	188	23	-	-	-	-	147	18	27	3
1900	450	52	188	22	-	-	-	-	146	17	27	3
1901	462	53	188	21	-	-	-	-	145	17	30	3
1902	468	53	188	21	-	-	-	-	144	16	29	3
1903	483	53	188	21	-	-	-	-	140	16	29	3
1904	500	60	-	-	-	-	-	-	235	28	28	4
1905	514	61	-	-	-	-	-	-	233	28	28	3
1906	510	60	-	-	-	-	-	-	236	28	27	3
1907	499	61	-	-	-	-	-	-	235	29	27	3
1908	499	59	-	-	-	-	-	-	233	28	26	3
1909	509	61	-	-	-	-	-	-	231	27	25	3
1910	534	61	-	-	-	-	-	-	233	27	28	3
1911	544	62	-	-	-	-	-	-	231	26	27	3
1912	555	62	-	-	-	-	-	-	229	25	27	3
1913	565	62	-	-	-	-	-	-	227	25	26	3
1914	565	62	-	-	-	-	-	-	227	25	25	3

(a) - Trata-se de uma deficiência da fonte. O valor era obviamente positivo pois existia pelo menos o empréstimo de 4 000 contos contraído junto da Companhia Confiança Nacional, que transitara para o Banco de Portugal.

DATA	FLUTUANTE INTERNA		FLUTUANTE EXTERNA		RENDA VITALÍCIA		DIFERIDA INTERNA		DIFERIDA EXTERNA		PADRÕES JURO REAL		TOTAL TAXA DE CRESCIMENTO		DÍVIDA RECEITAS
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	
30-06-1851	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	80	-	7.6
1852	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	80	0	7.4
1853	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	58	- 28	5.6
1854	2	2	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	83	43	7.6
1855	4	4	1	1	-	-	2	2	1	1	1	1	101	22	8.7
1856	2	2	+ 0	+ 0	-	-	2	2	1	1	1	1	102	1	7.5
1857	2	2	+ 0	+ 0	-	-	2	2	3	3	+ 0	+ 0	112	11	9.0
1858	3	2	a)	-	-	-	2	2	3	2	+ 0	+ 0	125	12	10.0
1859	2	2	a)	-	-	-	3	2	2	2	+ 0	+ 0	134	7	10.9
1860	1	1	a)	-	-	-	3	2	3	2	+ 0	+ 0	146	9	11.2
1861	1	1	a)	-	-	-	3	2	2	1	+ 0	+ 0	155	6	11.3
1862	+ 0	+ 0	a)	-	-	-	3	2	2	1	+ 0	+ 0	169	9	11.6
1863	4	2	a)	-	-	-	+ 0	+ 0	1	1	+ 0	+ 0	182	8	11.6
1864	6	3	a)	-	-	-	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	199	9	11.2
1865	7	3	a)	-	-	-	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	211	6	13.6
1866	6	3	a)	-	-	-	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	211	0	14.1
1867	14	6	a)	-	-	-	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	230	9	13.9
1868	7	3	4	2	-	-	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	252	10	15.3
1869	13	4	a)	-	-	-	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	303	20	16.8
1870	5 b)	1	5	2	-	-	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	312 (*)	3	17.3(*)
1871	5 c)	4	4	1	-	-	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	359 (*)	15	19.8(*)
1872	13 d)	4	3	1	-	-	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	368 (*)	3	19.1(*)
1873	+ 0	+ 0	a)	-	-	-	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	354	- 4	13.5
1874	2	+ 0	a)	-	-	-	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	360	2	13.7
1875	4 e)	1	a)	-	-	-	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	373 (*)	3	14.1
1876	10	3	a)	-	-	-	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	376	1	12.7
1877	10	2	a)	-	-	-	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	385	2	13.0
1878	5	1	6	2	-	-	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	405	5	13.9
1879	5	1	8	2	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	424	5	14.6
1880	9	2	14	3	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	447	5	17.3
1881	3	1	-	-	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	433	- 3	14.2
1882	3	1	6	1	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	480	11	15.5
1883	5	1	11	2	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	487	1	14.4
1884	3	1	1	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	476	- 1	12.6
1885	2	+ 0	1	+ 0	-	-	+ 0	+ 0	-	-	+ 0	+ 0	524	10	15.7
1886	7	1	7	1	-	-	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	550	5	15.8
1887	10	2	-	-	-	-	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	+ 0	560	2	14.3
1888	12	2	-	-	+ 0	+ 0	-	-	-	-	+ 0	+ 0	558	0	11.9
1889	13	2	-	-	+ 0	+ 0	-	-	-	-	+ 0	+ 0	579	4	13.3
1890	17	3	3	1	+ 0	+ 0	-	-	-	-	+ 0	+ 0	598	3	15.0
1891	14	2	5	1	+ 0	+ 0	-	-	-	-	+ 0	+ 0	600	2	15.5
1892	20	3	3	+ 0	+ 0	+ 0	-	-	-	-	+ 0	+ 0	660	9	15.8
1893	17	2	2	+ 0	+ 0	+ 0	-	-	-	-	+ 0	+ 0	720	9	15.6
1894	20	3	2	+ 0	+ 0	+ 0	-	-	-	-	+ 0	+ 0	719	0	15.5
1895	25	3	2	+ 0	+ 0	+ 0	-	-	-	-	+ 0	+ 0	719	0	13.5
1896	27	4	2	+ 0	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	731	2	14.3
1897	33	4	4	1	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	781	7	16.6
1898	39	5	5	1	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	792	1	16.9
1899	42	5	3	+ 0	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	803	1	17.0
1900	42	5	6	1	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	859	7	17.6
1901	47	5	5	1	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	877	2	16.9
1902	52	6	7	1	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	888	1	18.1
1903	55	6	8	1	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	903	2	17.7
1904	56	7	9	1	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	828	- 8	15.6
1905	58	7	7	1	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	840	1	14.7
1906	62	7	12	2	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	847	1	14.8
1907	53	7	4	+ 0	+ 0	+ 0	-	-	-	-	-	-	818	- 3	14.6
1908	66	8	14	2	1	+ 0	-	-	-	-	-	-	839	3	12.8
1909	69	8	11	1	1	+ 0	-	-	-	-	-	-	846	1	13.0
1910	71	8	12	1	1	+ 0	-	-	-	-	-	-	879	4	12.9
1911	71	8	12	1	1	+ 0	-	-	-	-	-	-	886	1	13.7
1912	78	9	11	1	1	+ 0	-	-	-	-	-	-	901	2	14.8
1913	86	10	4	+ 0	1	+ 0	-	-	-	-	-	-	909	1	11.5
1914	88	10	+ 0	+ 0	1	+ 0	-	-	-	-	-	-	906	0	13.2

QUADRO 1-A

QUANTITATIVO E COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA TOTAL PORTUGUESA, SEGUNDO OS MAPAS DE AVALIAÇÃO GLOBAL DAS CONTAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO PARA OS ANOS DE 1885 A 1897, E SEGUNDO OS RELATÓRIOS DO MINISTRO DA FAZENDA ÀS CORTES EM 1913 E 1915 PARA OS ANOS DE 1908 A 1914

260

DATA	CONSOLIDADA INTERNA	ANTIGA INTERNA	CONSOLIDADA EXTERNA	ANTIGA EXTERNA	AMORTIZÁVEL FUNDADA	AMORTIZÁVEL ESPECIAL	FLUTUANTE INTERNA	FLUTUANTE EXTERNA	RENDAS VITALÍCIA	TOTAL
30-06-1885	241	+ 0	236	2	31	5	2	1	-	519
1886	262	+ 0	229	2	31	5	7	7	-	542
1887	262	+ 0	229	2	44	5	10	-	-	552
1888	262	+ 0	213	2	57	6	12	-	+ 0	552
1889	262	+ 0	209	2	112	7	13	-	+ 0	604
1890	258	+ 0	209	2	126	8	17	3	+ 0	623
1891	258	+ 0	209	2	171	9	14	5	+ 0	668
1892	261	+ 0	212	2	170	10	20	3	+ 0	678
1893	325	+ 0	205	2	170	10	17	2	+ 0	731
1894	342	+ 0	188	+ 0	169	10	20	2	+ 0	730
1895	342	+ 0	188	+ 0	168	9	25	2	+ 0	734
1896	342	+ 0	188	+ 0	167	7	27	2	+ 0	733
1897	385	+ 0	188	+ 0	166	7	33	4	+ 0	782
1908	499	-	-	-	232	26	66	14	1	838
1909	509	-	-	-	235	25	69	11	1	850
1910	534	-	-	-	233	24	71	12	1	874
1911	544	-	-	-	231	27	71	12	1	886
1912	555	-	-	-	229	27	78	11	1	900
1913	565	-	-	-	226	26	86	4	1	909
1914	565	-	-	-	227	25	88	1	1	906

QUADRO 2

A DÍVIDA AMORTIZÁVEL INTERNA, EM 30 DE JUNHO DE CADA ANO

Fonte: Contas Gerais da Administração Financeira do Estado — mapas retrospectivos por empréstimos

Unidade: Contos de réis.

ANO	TOTAL	EMPRÉSTIMO 4 1/2% 1888-89	EMPRÉSTIMO 4% 1888-1890	EMPRÉSTIMO 4 1/2% 1903-05	EMPRÉSTIMO 3% 1905	EMPRÉSTIMO 5% 1900	EMPRÉSTIMO 4 1/2%	TAXA MÉDIA DE JURO
1889	12 868	9 362	3 506	-	-	-	-	4.4
1890	13 661	10 175	3 486	-	-	-	-	4.4
1891	13 930	10 466	3 464	-	-	-	-	4.4
1892	14 225	10 783	3 442	-	-	-	-	4.4
1893	17 383	13 965	3 418	-	-	-	-	4.4
1894	25 827	21 804	4 023	-	-	-	-	4.4
1895	28 032	21 756	6 276	-	-	-	-	4.4
1896	27 948	21 706	6 242	-	-	-	-	4.4
1897	27 862	21 654	6 208	-	-	-	-	4.4
1898	27 771	21 600	6 171	-	-	-	-	4.4
1899	27 698	21 550	6 148	-	-	-	-	4.4
1900	27 610	21 490	6 120	-	-	-	-	4.4
1901	27 509	21 429	6 080	-	-	-	-	4.4
1902	27 404	21 366	6 038	-	-	-	-	4.4
1903	27 294	21 300	5 994	-	-	-	-	4.4
1904	28 925	21 230	5 948	1 747	-	-	-	4.4
1905	28 797	21 156	5 900	1 741	-	-	-	4.4
1906	32 982	21 080	5 851	3 365	2 686	-	-	4.3
1907	32 836	21 000	5 801	3 353	2 682	-	-	4.3
1908	32 628	20 920	5 691	3 340	2 677	-	-	4.3
1909	32 460	20 828	5 633	3 326	2 673	-	-	4.3
1910	36 882	20 738	5 572	3 312	2 668	4 592	-	4.4
1911	36 685	20 639	5 509	3 297	2 661	4 579	-	4.4
1912	36 486	20 540	5 445	3 282	2 654	4 565	-	4.4
1913	36 274	20 434	5 376	3 266	2 647	4 551	-	4.4
1914	39 009	20 324	5 305	3 248	2 639	4 535	2 958	4.4

QUADRO 3

A DÍVIDA AMORTIZÁVEL EXTERNA, EM 30 DE JUNHO DE CADA ANO

262

Fonte: Contas Gerais da Administração Financeira do Estado — mapas retrospectivos por empréstimos.

Unidade: contos de réis.

ANO	TOTAL	EMPRÉSTIMO	EMPRÉSTIMO	EMPRÉSTIMO	EMPRÉSTIMO	EMPRÉSTIMO	EMPRÉSTIMO DE 3% DE 1902			EMPRÉSTIMO	TAXA MÉDIA
		6% 1873-75	5% 1876-87	4 1/2% 1888-89	4% 1890	4 1/2% 1891-896	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4% 1886	
									COM JURO SEM JURO		
1873	2 034	2 034	-	-	-	-	-	-	-	-	6
1874	3 789	3 789	-	-	-	-	-	-	-	-	6
1875	7 653	7 653	-	-	-	-	-	-	-	-	6
1876	10 898	10 898	-	-	-	-	-	-	-	-	6
1877	12 675	11 297	1 378	-	-	-	-	-	-	-	5.9
1878	16 170	14 793	1 377	-	-	-	-	-	-	-	5.9
1879	17 924	16 548	1 376	-	-	-	-	-	-	-	5.9
1880	24 594	16 465	8 129	-	-	-	-	-	-	-	5.7
1881	24 493	16 372	8 121	-	-	-	-	-	-	-	5.7
1882	31 463	-	31 463	-	-	-	-	-	-	-	5
1883	31 428	-	31 428	-	-	-	-	-	-	-	5
1884	31 394	-	31 394	-	-	-	-	-	-	-	5
1885	31 385	-	31 385	-	-	-	-	-	-	-	5
1886	31 307	-	31 307	-	-	-	-	-	-	-	5
1887	44 194	-	44 194	-	-	-	-	-	-	-	5
1888	53 716	-	53 716	-	-	-	-	-	-	-	5
1889	66 587	-	-	66 587	-	-	-	-	-	-	4.5
1890	70 389	-	-	70 389	-	-	-	-	-	-	4.5
1891	81 243	-	-	69 957	11 286	-	-	-	-	-	4.4
1892	124 979	-	-	69 489	11 259	44 231	-	-	-	-	4.5
1893	120 435	-	-	66 164	10 607	43 664	-	-	-	-	4.5
1894	109 446	-	-	58 064	8 312	43 070	-	-	-	-	4.5
1895	108 816	-	-	58 073	8 294	42 449	-	-	-	-	4.5
1896	119 014	-	-	57 947	8 267	41 796	-	-	-	11 004	4.4
1897	118 126	-	-	57 807	8 244	41 090	-	-	-	10 985	4.4
1898	120 747	-	-	57 663	8 222	43 898	-	-	-	10 964	4.4
1899	119 691	-	-	57 510	8 186	43 052	-	-	-	10 943	4.4
1900	118 684	-	-	57 353	8 159	42 251	-	-	-	10 921	4.4
1901	117 590	-	-	57 191	8 132	41 369	-	-	-	10 898	4.4
1902	116 441	-	-	57 015	8 105	40 446	-	-	-	10 875	4.4
1903	112 892	-	-	-	-	39 483	-	5 415	42 858	14 286	3.2
1904	206 213	-	-	-	-	38 821	93 817	5 436	42 986	14 329	3.1
1905	204 636	-	-	-	-	37 845	93 549	5 402	42 782	14 261	3.1
1906	203 189	-	-	-	-	36 823	93 364	5 386	42 635	14 212	3.1
1907	201 699	-	-	-	-	35 756	93 181	5 370	42 489	14 163	3.1
1908	200 166	-	-	-	-	34 640	92 997	5 355	42 348	14 116	3.1
1909	198 567	-	-	-	-	33 473	92 806	5 338	42 203	14 068	3.1
1910	196 217	-	-	-	-	31 545	92 614	5 332	42 060	14 020	3.1
1911	194 383	-	-	-	-	30 163	92 414	5 306	41 916	13 972	3.1
1912	192 487	-	-	-	-	28 718	92 210	5 289	41 770	13 923	3.1
1913	190 513	-	-	-	-	27 206	92 000	5 272	41 621	13 874	3.0
1914	188 458	-	-	-	-	25 626	91 785	5 254	41 468	13 823	3.0

A DÍVIDA AMORTIZÁVEL ESPECIAL POR ENTIDADES, EM 30 DE JUNHO DE CADA ANO

Fonte: - Contas Gerais da Administração Financeira do Estado — mapas das avaliações globais para os anos de 1885 a 1897, no que respeita à dívida ao Banco de Portugal.
 - Relatórios às Cortes de 1913 e 1915 — para os anos de 1908 a 1914.
 - Cálculos nossos com base na soma dos montantes em dívida, empréstimo a empréstimo, para os restantes casos.

Unidade: Milhares de contos de réis.

ANO	TOTAL	AO BANCO DE PORTUGAL	A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	AO CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS	A OUTRAS ENTIDADES
1853	5	4	-	-	1
1854	5	4	-	-	1
1855	5	4	-	-	1
1856	6	5	-	-	1
1857	5	4	-	-	1
1858	5	4	-	-	1
1859	6	5	-	-	1
1860	6	5	-	-	1
1861	7	4	-	-	3
1862	6	4	-	-	2
1863	7	3	-	-	4
1864	7	3	-	-	5
1865	7	3	-	-	4
1866	6	2	-	-	4
1867	5	2	-	-	3
1868	1	1	-	-	+ 0
1869	2	1	-	-	+ 0
1870	2	1	-	-	+ 0
1871	2	2	-	-	+ 0
1872	2	2	-	-	1
1873	3	2	-	-	1
1874	3	2	-	-	1
1875	4	2	-	-	1
1876	5	3	-	-	1
1877	5	3	-	+ 0	2
1878	4	3	-	+ 0	2
1879	5	3	-	+ 0	1
1880	5	3	-	+ 0	1
1881	6	3	-	+ 0	2
1882	6	3	-	1	2
1883	7	3	-	1	3
1884	8	3	-	1	3
1885	11	5	-	2	4
1886	12	5	-	2	5
1887	13	5	-	3	6
1888	15	6	-	2	6
1889	14	7	-	2	5
1890	15	8	-	2	5
1891	17	9	-	2	6
1892	23	17 (1)	-	2	4
1893	27	22 (2)	+ 0	2	2
1894	27	22 (2)	+ 0	2	2
1895	25	22 (2)	+ 0	2	1
1896	25	22 (2)	+ 0	2	1
1897	25	22 (2)	+ 0	2	1
1898	26	23	+ 0	2	+ 0
1899	27	24	+ 0	2	+ 0
1900	27	24	+ 0	2	+ 0
1901	30	25	+ 0	3	1
1902	29	24	+ 0	3	1
1903	29	24	+ 0	3	1
1904	28	23	1	3	1
1905	28	23	1	3	1
1906	27	23	1	3	+ 0
1907	27	22	1	3	+ 0
1908	26	21	1	2	1
1909	25	21	1	2	+ 0
1910	28	20	5		
1911	27	20	5		
1912	27	19	5		
1913	26	18	5		
1914	25	17	5		

(1) - As avaliações globais das CGAFE indicam apenas o montante de 9 milhares de contos em 1892, e 10 milhares em 1893. Pelos nossos cálculos, é esse o somatório dos montantes em dívida dos sucessivos empréstimos com - traídos, mas não inclui a regularização da acumulação dos débitos em conta-corrente, no valor de 7 mil contos pelo contrato de 04-12-1891, pelo que acrescentámos esse valor às estimativas (não está incluído na dívida ao Banco de Portugal constante das notas de dívida flutuante).

(2) - Mais uma vez as avaliações das CGAFE diferem destes valores por 15 mil contos, porque, de novo, não incluem os empréstimos de 7 mil e 8 mil contos.

QUANTITATIVO E COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA EFECTIVA PORTUGUESA, EM 30 DE JUNHO DE CADA ANO

Fontes: - Contas Gerais da Administração Financeira do Estado — mapas com avaliações globais — para os anos de 1886 a 1897.

- Relatórios dos ministros da Fazenda às Cortes — para os anos de 1908 a 1914.

Unidade: milhar de contos de réis.

ANO	DÍVIDA EFECTIVA	CONSOLIDADA INTERNA		CONSOLIDADA EXTERNA		ANTIGA EXTERNA		AMORTIZÁVEL FUNDADA		AMORTIZÁVEL ESPECIAL		FLUTUANTE INTERNA		FLUTUANTE EXTERNA		RENDAS	VITALÍCIA
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1886	543	262	48	229	42	2	1	31	6	5	1	7	1	7	1	1	-
1887	552	262	47	229	41	2	1	44	8	5	1	10	2	-	-	-	-
1888	552	262	47	213	39	2	1	57	10	6	1	12	2	-	-	+ 0	+ 0
1889	573	262	46	209	37	2	+ 0	80	14	7	1	13	2	-	-	+ 0	+ 0
1890	581	258	44	209	36	2	+ 0	84	15	8	1	17	3	3	1	+ 0	+ 0
1891	589	258	44	209	35	2	+ 0	92	16	9	2	14	2	5	1	+ 0	+ 0
1892	648	261	40	212	33	2	+ 0	140	22	10	2	20	3	3	+ 0	+ 0	+ 0
1893	697	325	47	205	29	2	+ 0	139	20	7	1	17	3	2	+ 0	+ 0	+ 0
1894	697	342	49	188	27	+ 0	+ 0	138	20	7	1	20	3	2	+ 0	+ 0	+ 0
1895	701	342	49	188	27	+ 0	+ 0	137	20	7	1	25	3	2	+ 0	+ 0	+ 0
1896	702	342	49	188	27	+ 0	+ 0	136	19	7	1	27	4	2	+ 0	+ 0	+ 0
1897	753	385	51	188	25	+ 0	+ 0	136	18	7	1	33	4	4	1	+ 0	+ 0
(...)																	
1908	637	305	48	-	-	-	-	225	35	26	4	66	11	14	2	1	+ 0
1909	644	308	48	-	-	-	-	230	35	25	4	69	11	11	2	1	+ 0
1910	659	322	49	-	-	-	-	229	35	24	3	71	11	12	2	1	+ 0
1911	657	322	49	-	-	-	-	224	34	27	4	71	11	12	2	1	+ 0
1912	661	322	49	-	-	-	-	222	33	27	4	78	12	11	2	1	+ 0
1913	657	321	49	-	-	-	-	219	33	26	4	86	13	4	1	1	+ 0
1914	648	313	48	-	-	-	-	220	34	25	4	88	14	1	+ 0	1	+ 0

CAPÍTULO 8 - CONCLUSÃO

1. O Modelo Económico e Financeiro da Regeneração
2. O Modelo Económico e Financeiro da República
3. As Condições da Acção do Estado

1. O MODELO ECONÔMICO E FINANCEIRO DA REGENERAÇÃO

Já na apresentação foi exposto o modelo econômico e financeiro da Regeneração e apontado como objectivo deste estudo o exame do seu êxito. É altura de concluirmos fazendo esse exame.

Dissemos que o modelo econômico e financeiro da Regeneração tinha dois pressupostos:

- a) A redução das despesas tradicionais
- b) O aumento das receitas

O primeiro pressuposto foi conseguido com a conversão da dívida pública em 1852, já descrita no capítulo 7. O segundo pressuposto foi tentado através das reformas fiscais iniciadas com a criação da contribuição predial no mesmo ano, e já vimos no capítulo 3 que teve menos êxito.

Dissemos também que o modelo econômico e financeiro da Regeneração considerava como instrumento principal a construção de infra-estruturas através do investimento público. Já avaliámos o quantitativo dessas despesas para os anos em que isso foi possível no capítulo 4, verificando que ele foi elevado. Importa, todavia, considerar alguns índi-ces físicos dos resultados obtidos. Seleccionámos em Oli-veira, 1949 os seguintes:

- a) Cerca de 2 000 Km de caminhos-de-ferro.
- b) Igual extensão de estradas.

- c) Cerca de 8 000 Km de telégrafos.
- d) Farolagem da costa e instalação de Serviços de Socorros a Náufragos.
- e) Ligações ferroviárias e telegráficas com o estrangeiro.

Dissemos finalmente que os dois objectivos do modelo económico e financeiro da Regeneração eram:

- a) O fomento económico, através dos efeitos de propulsão e arrasto sobre a agricultura e indústria provenientes do investimento público.
- b) O equilíbrio das contas públicas, através do efeito de multiplicação das receitas do Estado proveniente do crescimento da economia.

A avaliação do cumprimento dos objectivos deve ser feita separadamente em relação aos anos de 1850 a 1890 e de 1890 a 1914, por várias razões, de que se destaca a da disponibilidade de fontes.

*

*

*

Em relação aos anos de 1850 a 1890:

- a) Não dispomos de dados sobre os níveis da actividade económica que permitam avaliar o cumprimento do primeiro objectivo.
- b) Temos de concluir pelo falhanço no que respeita ao segundo objectivo, em particular face aos dados apresentados no capítulo 6.

Não será, todavia, inútil esmiuçar algumas reflexões que melhor elucidarão sobre possíveis pontos fracos do modelo regenerador.

O Fontismo português, por coincidir sobretudo com o terceiro quartel do século XIX, isto é, com a fase A do ciclo económico de Kondratieff⁽¹⁾, terá tido uma insistência na política da expansão comercial ('política dos transportes' nos diria António Sérgio), como estruturalmente sempre havia sucedido em períodos de alta de preços e expansão da actividade económica: abram-se as vias de fornecimento e escoamento, e a actividade económica intensificar-se-á.

Esta insistência no crescimento pela expansão comercial afastou preocupações directas com a industrialização. Com efeito a doutrina que o Fontismo expunha não só não incluía o lançamento de indústrias como apelava para a afirmação da iniciativa privada para esse efeito, competindo apenas ao Estado a criação das condições infra-estruturais de apoio à sua instalação, a defesa dos direitos de propriedade e a supressão de todos os impedimentos ao livre acesso ao mercado de todos os agentes económicos. Um exemplo significativo é o oferecido por Godinho, 1955 — a extinção da roda do sal de Setúbal a qual, neste contexto, nos aparece como uma tentativa da instauração da liberdade de mercado.

Note-se que em Portugal, contudo, todos os surtos industriais anteriores se haviam caracterizado pelo empenhamento estatal directo acusando pouca ousadia do sector privado (e tratar-se-á só de um problema do passado?).

Ora, também não é desta época que se pode datar a modernização da economia portuguesa. Um exemplo significativo da insuficiência do livre funcionamento dos mecanismos de mercado é o exemplo do sal atrás citado pela recessão que as medidas liberalizadoras tiveram sobre a extracção, acabando por ser a produção espanhola a principal beneficiada.

(1) Veja-se Schumpeter, 1939.

Quando muito pode pensar-se que terá sido entre 1875 e o princípio dos anos noventa que as actividades do sector secundário se terão expandido ou pelo menos terão conhecido a fase de reorganização e inovação tecnológica própria das situações de baixa de preços.

*

*

*

Em relação aos anos de 1890 a 1914:

a) As estimativas do rendimento nacional apresentadas na secção D do capítulo 2 permitem afirmar que:

- houve um crescimento nominal da ordem dos 70%;
- o crescimento real foi, porém, apenas de cerca de 20%;
- o crescimento do rendimento real por habitante foi praticamente nulo.

Traduzirá este andamento o modesto resultado das realizações obtidas em quatro décadas de uma política económica assente na construção de melhoramentos materiais? Ou atestará ele apenas o esgotamento dos efeitos do modelo económico da regeneração, confirmando ao mesmo tempo o pequeno vigor da modernização da economia portuguesa, até numa época em que outros países se lançavam na segunda revolução industrial?

b) Os dados do capítulo 6 mostram que, todavia, se atingiu gradualmente o equilíbrio das contas públicas, conseguido finalmente nos anos de 1912-1913 e 1913-1914.

Poder-se-á dizer, em suma, que o problema da consecução do equilíbrio residiu no prazo? Ele nunca foi explicitado nos documentos oficiais, mas provavelmente não se esperaria nos anos cinquenta do século XIX que ele fosse da or-

dem dos dois terços de século que contém o período em estudo.

2. O MODELO ECONÓMICO E FINANCEIRO DA REPÚBLICA

Os anos de 1890 a 1914 não são já, porém, de aplicação do modelo regenerador. Se algo os caracteriza, é uma transição para o que podemos chamar o modelo económico e financeiro republicano. Em rigor, os seus objectivos podem ser considerados idênticos aos do modelo regenerador — fomento económico e equilíbrio das contas públicas. Os instrumentos, porém, eram bem diferentes:

- a) Criação de um povo, através da difusão da instrução.
- b) Exploração racional das colónias.
- c) Imediato aumento das receitas e diminuição das despesas do Estado.

Ora, o quarto de século que mediou entre a bancarrota parcial do início dos anos noventa do século XIX e a primeira guerra mundial assistiu a:

- a) Aumento gradual das despesas públicas com a instrução, como se mostrou no capítulo 4.
- b) Definição do domínio ultramarino de Portugal na África continental — Guiné, Angola e Moçambique.
- c) Gradual evolução no sentido do equilíbrio das contas públicas.

Tudo se passava como se, desprovida já de um projecto próprio, a Monarquia Constitucional começasse a aplicar o projecto dos seus adversários, antes que eles, uma vez

tomado o poder, o levassem energicamente à prática.

É indiscutível o êxito republicano quanto ao equilíbrio das contas públicas. Na verdade, foram eles e não os governos monárquicos que efectivamente o conseguiram. Já o mesmo não poderemos dizer no que respeita ao fomento económico. É certo que, uma vez passada a perturbação da primeira guerra mundial e das suas sequelas, Portugal conheceu um período de crescimento, apesar da conjuntura internacional desfavorável e algo desse crescimento se pode ter devido ao investimento em recursos humanos de anos atrás (convém não esquecer a longa maturação destes gastos). Mas também é certo que o país ainda espera hoje pela sua modernização radical.

3. AS CONDIÇÕES DA ACÇÃO DO ESTADO

Em suma, a acção do Estado não foi um falhanço total, quer do ponto de vista económico — porque a economia cresceu, quer do ponto de vista financeiro — porque acabou por se atingir o equilíbrio nas contas públicas. Porém, ficou longe do que os seus fautores pretendiam.

Quais as razões deste facto?

Podem sugerir-se duas:

1ª - Má formulação da política.

2ª - Incapacidade do aparelho de Estado para levar a cabo as medidas desejadas pelos governantes.

Aprofundar estas duas razões seria ultrapassar o âmbito temático desta tese. Valerá, entretanto, a pena terminar com alguns apontamentos sobre este domínio.

O tardio avançar no conhecimento estatístico rigoroso do país — lembre-se por exemplo que o primeiro recenseamento geral da população é apenas de 1864 e que os próprios orçamentos e contas do Estado eram publicados com grandes atrasos — foi, evidentemente, um obstáculo à formulação de políticas. Porém, ele é em grande medida a consequência da ausência de um aparelho capacitado para o levar a cabo.

Essa falta de aparelho resulta, em parte, directamente das dificuldades financeiras do Estado (retroagindo aliás sobre elas ao dificultar a cobrança de receitas ao Estado), mas é também o resultado indirecto da lenta e difícil difusão da instrução que, em particular, se sentia a nível do escol técnico.

Considerando que estes factores actuariam também no que hoje chamaríamos o sector privado da economia, poderá residir aqui uma das explicações para que a modernização da sociedade portuguesa tenha sido lenta e parcial. Explicação que, evidentemente, levanta por sua vez problemas que caberá a outros trabalhos elucidar.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- FONTES E ESTUDOS -

A - FONTES

- Anuários Estatísticos de 1900 e 1903.
Foi utilizada a retrospectiva dos fluxos financeiros, que apresentam para o período de 1893-1903.
- Banco de Portugal (Relatório e Contas).
Utilizámos as informações relativas à circulação monetária e aos empréstimos ao Estado, consultando a colecção que se encontra depositada na biblioteca da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.
- Colecção de Legislação.
Foi publicada para todos os anos do período em estudo. Utilizámos as colecções do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças e da Biblioteca Nacional de Lisboa, para consulta dos diplomas relativos à vida financeira.
- Conta da receita e despesa do Tesouro Público.
Consultámos a série contínua depositada no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, para os anos de 1852-1853 a 1882-1883.
- Conta da Administração Financeira do Estado.
Foi publicada para os anos de 1883-1884 a 1896-1897 de acordo com o regime da lei de 25-06-1881 e de 1907-1908 a 1919-1920 de acordo com o regime da lei de 20-03-1907. Não foi publicada para os anos de 1897-1898 a 1906-1907. Consultámos a série depositada no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, que é contínua até ao fim do período em estudo.

- Contas de despesa dos ministérios.

Foram utilizadas para comparação com as contas provisórias de 1896-1897 a 1906-1907. Utilizámos a série depositada no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, que tem muitas lacunas e finda em datas variáveis: 1911-1912 para o Ministério das Finanças, 1900-1901 para o Ministério do Reino, 1903-1904 para os da Justiça e da Guerra, 1897-1898 para o da Marinha e Ultramar, 1900-1901 para o dos Estrangeiros, e 1886-1887 para o das Obras Públicas Comércio e Indústria.

- Diário de Lisboa (assim chamada a folha oficial durante os anos de 1862 a 1868) e Diário do Governo.

Consultámos na folha oficial:

- a) A legislação financeira;
- b) As contas provisórias de 1897-1898 a 1906-1907;
- c) As notas de dívida flutuante.

Utilizámos as colecções do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças e da Biblioteca Nacional.

- Distribuição das despesas por Ministérios.

Desta série coligiram-se os orçamentos aprovados. Está depositada no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, para os anos de 1851-1852 a 1869-1870 e 1873-1874 a 1913-1914. Para os anos de 1870-1871 a 1872-1873 a publicação fez-se em volumes separados por ministérios e com lacunas.

- Estatística Comercial. Comércio e Navegação.

Consultámos a série depositada na biblioteca do Instituto Nacional de Estatística, para efeito das estimativas do Rendimento Nacional, para os anos de 1891 a 1920.

- Estatísticas das contribuições e impostos directos.
Volumes depositados no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças para os anos de: 1877-1905; 1895-1899; 1896-1900; 1897-1901; 1898-1902; e 1908-1911.
- Junta do Crédito Público (Relatórios e Contas).
Consultámos a colecção do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, como fonte para o estudo e apuramento da dívida pública. Há lacunas na colecção (1863-1864; 1872-1873 e 1873-1874, 1877-1878, 1879-1880 e 1880-1881).
- Orçamentos.
Colecção das propostas governamentais de orçamento para cada ano económico. Série contínua depositada no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.
- Relatórios dos actos do Ministério da Fazenda, propostas-de-lei e documentos.
Trata-se de relatórios dos ministros da Fazenda/Finanças, sobre a actividade do ministério. Consultámos a série depositada no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, que comporta quarenta volumes, para o estudo da dívida pública, sobretudo da dívida amortizável especial.

B - ESTUDOS

- Almeida, Delfim de - Os Impostos de Portugal - Porto, Tipografia Central, 1874.
- Almeida, Delfim de - A administração financeira em matéria de imposto - Porto, Tipografia Freitas Fortuna, 1878.
- Andrade, Anselmo José Franco Assis de - Política, Economia e Finanças Contemporâneas - Coimbra, Coimbra Editora Ltda, 1925.
- Andrade, Anselmo José Franco Assis de - Portugal Económico - Coimbra, Tipografia França Amado, 1918.
- Andrade, Anselmo José Franco Assis de - Propostas de Fazenda - Coimbra, Tipografia França Amado, 1911.
- Bairoch, Paul - Commerce extérieur et développement économique de l'Europe au XIXème siècle - Paris, Mouton, 1977.
- Barros, J. A. Correa - A questão da conversão - Discurso na Câmara dos Deputados em 22-03-1898 - Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.
- Biagioni, C. Cole - Le Portugal - aperçu financier, économique et statistique - Paris, Imprimerie Bienvenu, Dubois et Bauer, 1909.
- Borges, José Ferreira - Princípios de sintetologia - Londres, Tip. Bingham, 1831.
- Branco, Carlos Soares - Aspectos da questão monetária portuguesa - Boletim do Banco de Portugal, nº 3, Julho-Dezembro 1933 e nº 4 Janeiro-Julho de 1934.
- Branco, João Franco Castelo Branco - Orçamento rectificado e pauta - Discurso na Câmara dos Deputados - Lisboa, Imprensa Nacional, 1888.
- Bulhões, Miguel E. Lobo de - A dívida portuguesa - Lisboa, Tipografia portuguesa, 1867.

- Bulhões, Miguel E. Lobo de - A fazenda pública de Portugal. Práticas vigentes e várias utopias do autor - Lisboa, Imprensa Nacional, 1884.
- Cabreira, Tomás - O problema financeiro e a sua solução - Lisboa, Imprensa Africana, 1912.
- Cabreira, Tomás - O problema tributário português - Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1916 (2 volumes).
- Carqueja, Bento - O imposto e a riqueza pública em Portugal - Porto, Oficinas do Comércio do Porto, 1898.
- Carqueja, Bento - O futuro de Portugal - Questões econômi - co-sociais - Lisboa, Editora Jose Bastos, 1900.
- Carqueja, Bento - O imposto em Portugal - Porto, Oficinas Comércio do Porto, 1930.
- Carvalho, Mariano Cirilo de - A questão dos tabacos. Discursos na Câmara dos Deputados a 12-04-1889, 13-04-1889 e 15-04-1889 - Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.
- Carvalho, Mariano Cirilo de - Os planos financeiros - Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1893.
- Costa, Afonso - Discursos parlamentares - Compilação, Prefácio e Notas de A. H. de Oliveira Marques - Lisboa, Europa-América, 1973.
- Direcção-Geral da Contabilidade Pública - Movimento financeiro de Portugal - Lisboa, 1934.
- Espregueira, Manuel Afonso - As despesas públicas e a administração financeira do Estado - Lisboa, Tipografia 'Comercio de Portugal', 1896.
- Ferreira, José Dias - A conversão - Discursos proferidos na Câmara dos Deputados em 11-02-1898, 12-02-1898, 17-03-1898 e 22-03-1898 - Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.
- Freitas, José Rodrigues de - Notice sur le Portugal - Paris, Imprimerie administrative de Paul Dupont, 1867.

- Freitas, José Rodrigues de - Crise monetária e política de 1876. Causas e remédios - Porto, Livraria More, 1876.
- Fuschini, Augusto de - A lei de meios de 1891-1892 - Discurso na Câmara dos Deputados em 25-06-1891 - Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.
- Fuschini, Augusto de - Discursos pronunciados na Câmara dos Deputados em 13-03-1891 e 14-03-1891 - Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.
- Fuschini, Augusto de - O presente e o futuro de Portugal - Lisboa, Cª Tipografica, 1899.
- Garcia, Frederico Ressano - A conversão da dívida fundada externa; Convénio com os credores estrangeiros. Discursos na Câmara dos Deputados em 11-02-1898 e 02-03-1898 - Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.
- Godinho, Vitorino Magalhães - Prix et monnaie au Portugal - Paris, Armand Colin, 1955.
- Godinho, Vitorino Magalhães - Finanças públicas e estrutura do Estado - Ensaios II - Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1978.
- Gomes, Henrique de Barros - A contribuição geral do rendimento. Discurso na Câmara dos Deputados em 04-05-1880, 05-05-1880 e 07-05-1880 - Lisboa, Imprensa Nacional, 1880.
- Gomes, Henrique de Barros - Discursos - Lisboa, 1880.
- Gomes, Henrique de Barros - Discurso de 04-02-1881 na Câmara dos Pares - Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.
- Gomes, Henrique de Barros - A situação financeira e económica - Discurso na Câmara dos Deputados a 13-05-1885 - Lisboa, Imprensa Nacional, 1885.
- Leão, José Barbosa - Análise do orçamento ou a questão financeira resolvida - Porto, Tipografia António Jose da Silva Teixeira, 1868.

- Leme, Luís da Câmara - Orçamento e incompatibilidades. Discursos na Câmara dos Pares - Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.
- Leme, Luís da Câmara - Acerca do discurso da Coroa. Discurso na Câmara dos Pares - Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.
- Leme, Luís da Câmara - A conversão. Discurso na Câmara dos Pares - Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.
- Léon, Pierre (direcção) - Histoire économique et sociale du Monde - Paris, Armand Colin, 1977-1979 (6 volumes).
- Lobo, José Joaquim Ferreira - As confissões dos Ministros de Portugal - Lisboa, Tipografia Lisbonense, 1871.
- Lobo, José Joaquim Ferreira - Instrução geral e histórica dos serviços do ministério da Fazenda - Lisboa, Tipografia Progressista, 1874.
- Marques, A. H. de Oliveira - História de Portugal - Lisboa, Palas, 1976 (2 volumes - 2ª edição).
- Marvaud, Angel - Le Portugal et ses colonies - Paris, Librairie Felix Alcan, 1912.
- Mata, Eugénia - A unidade monetária portuguesa face à libra - 1891-1931 - Faculdade de Economia da U.N.L. "Working paper" nº 22, Lisboa, 1984.
- Mata, Eugénia; Valério, Nuno - Normas de direito financeiro nas Constituições Portuguesas - Revista de História Económica e Social, nº 3, Janeiro-Junho de 1979.
- Matheus, Alves - Contribuição predial. Discurso na Câmara dos Pares em 25-02-1898 - Lisboa, Imprensa Nacional, 1899.
- Moncada, Cabral - A conversão da dívida pública portuguesa - Discurso na Camara dos Pares em 25-02-1898 - Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.
- Monteiro, Armino Rodrigues de Stau - Do orçamento português - Lisboa, Tipografia Liberty, 1921-1922 (2 volumes).

Netó, João Pereira - Lições de Finanças - prelecções do doutor Oliveira Salazar - Coimbra, Coimbra Editora, 1922.

Oliveira, João Ferreira Craveiro Lopes de - A evolução da dívida portuguesa nos últimos cem anos e o convênio de 1902 - Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa - Lisboa, Tipografia L.G.G., 1949.

Peres, Damião - História de Portugal - Barcelos, Portucalense Editora, Ltdª, 1933.

Pery, Gerardo Augusto - Geografia e estatística geral de Portugal e colónias - Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.

Pimentel, Alberto - Remodelação do imposto de pescado. Discurso na Câmara dos Deputados em 23-05-1893 - Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

Pimentel, António de Serpa - As Finanças portuguesas em 1888 - Artigos publicados na Gazeta de Portugal - Lisboa, Tipografia Gazeta de Portugal, 1888.

Reymão, J. Malheiro - Redução das despesas. Discurso na Câmara dos Deputados em 01-04-1898 - Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.

Ribeiro, Ernesto Rodolfo Hintze - Questões de Fazenda - Discursos na Câmara dos Deputados em 18-01-1897, 19-01-1897 e 21-01-1897 - Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.

Ribeiro, Ernesto Rodolfo Hintze - Administração financeira. Discurso na Câmara dos Pares em 25-08-1897 - Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.

Ribeiro, Ernesto Rodolfo Hintze - Responsabilidades na questão da Fazenda. Discurso na Câmara dos Pares em 31-05-1898 e 01-06-1898 - Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.

Ribeiro, Ernesto Rodolfo Hintze - Adiantamentos à Casa Real. Discurso na Câmara dos Pares em 06-11-1906 e em 21-11-1906 - Lisboa, Tipografia Palhares, 1906.

- Rocha, Albino Vieira da - A reforma monetária e as finanças de Portugal - Coimbra, França e Amado, 1913.
- Rocha, Albino Vieira da - A situação económica de Portugal - A alta dos preços - Coimbra, Imprensa Nacional, 1913.
- Roma, Carlos Morato - Reflexões sobre a questão financeira em 1856 - Lisboa, Tipografia do Progresso, 1856.
- Salazar, António de Oliveira - O ágio do ouro - sua natureza e suas causas (1891-1915) - Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1916.
- Santos, F. Mattozo - O adicional de 6%. Discurso na Câmara dos Deputados em 01-07-1890 - Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.
- Santos, Raúl Esteves dos - Os tabacos e a sua influência na vida da Nação - Lisboa, Ed. Seara Nova, 1974.
- Schumpeter, Joseph A. - Business cycles — A theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process - London, Mc Graw-Hill Book Company, 1939.
- Silva, Luís Augusto Rebelo da - Compêndio de economia rural - Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.
- Silva, Luís Augusto Rebelo da - Compêndio de Economia Política - Lisboa, 1883.
- Silveira, Fradesso da - Alguns elementos para a questão da Fazenda - Lisboa, Imprensa Nacional, 1870.
- Sousa, António José Ferreira Marnoco e - Tratado da Ciência das Finanças - Coimbra, Tipografia França Amado, 1916.
- Sousa, António Teixeira de - Projecto de conversão da dívida pública externa. Discursos - Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.
- Valério, Nuno - As finanças públicas portuguesas entre as duas guerras mundiais - Lisboa, 1982. (Dissertação de doutoramento, policopiada).

- Valério, Nuno - O produto Nacional de Portugal: 1913-1947 - Uma primeira aproximação - Revista de História Económica e Social, nº 11, Janeiro-Junho de 1983.
- Valério, Nuno - A moeda em Portugal: 1913-1947 - Lisboa, Sá da Costa, 1984.
- Vasconcelos, Matias de Carvalho - A questão da Fazenda. Discurso na Câmara dos Pares em 29-12-1891 - Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.
- Vieira, Anselmo Augusto de - A situação económica de Portugal. Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados a 04-05-1901 - Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.
- Vieira, António Lopes - The role of Britain and France in the finance of the Portuguese railways, 1845-1890. A comparative study in speculation, corruption and inefficiency - Tese de doutoramento na Universidade de Leicester, 1983. Policopiada. Citada por cortesia do autor.
- Vogel, Carlos - Le Portugal et ses colonies. Tableau économique et commercial - Paris, Imprimerie Colas-Gardin, 1860.

Í N D I C E

	Págs.
Plano	1
Capítulo 1 - Apresentação	3
1. Origens do estudo	5
2. O período estudado	6
3. Objectivos: O problema dos efeitos económi- cos das finanças públicas	8
Capítulo 2 - As fontes	11
Secção A - O estudo dos fluxos financeiros	13
1. O Orçamento Geral do Estado	13
1.1. Regimes de aprovação	13
1.1.1. Disposições constitucionais	13
1.1.2. Regimes de excepção	15
1.1.3. Orçamento rectificado	16
1.1.4. Procedimento adoptado em cada ano económico	16
1.2. Consulta	22
1.3. Execução	23
1.3.1. Alterações do Orçamento	23
1.3.2. Períodos de execução	24
2. As contas do Estado	27
2.1. Até 1882-1883: a Conta da Receita e Despesa do Tesouro Público	27
2.2. Depois de 1883-1884: a Conta Geral da Administração Financeira do Esta- do	30
2.3. De 1897-1898 a 1906-1907: as contas provisórias	32
2.4. Consulta	32

	Págs.
Secção B - Estudo da dívida pública	35
1. As formas de administração da dívida pública portuguesa	35
2. Os relatórios e contas da Junta do Crédito Público	37
3. A dívida pública nas contas do Estado	37
4. Os relatórios dos actos do Ministério da Fazenda — propostas de lei e documentos	38
5. A concatenação das fontes	39
Secção C - Dados macro-económicos	43
1. Índices de preços	43
2. Rendimento nacional	44
Quadro 1 - Índice de preços, estimativas do rendimento nacional, população e rendimento por habitante a preços de 1914	45
Capítulo 3 - As receitas	47
1. Critérios de classificação das receitas	49
1.1. Critério administrativo	49
Quadro 1 - Número de artigos por capítulos das receitas	52
1.2. Critério financeiro	53
1.3. Critério económico	53
2. Evolução do montante das receitas	55
2.1. Receitas efectivas	55
2.2. Receitas correntes e de capital	56
Quadro 2 - Cálculo das receitas efectivas	57
Quadro 3 - Cálculo das receitas efectivas reais entre 1891 e 1914 a preços de 1914	58
Quadro 4 - Composição económica das receitas efectivas	59
3. Composição administrativa das receitas	61

Págs.

Quadro 5 - Estrutura administrativa das receitas	64
Quadro 6 - Proporção das receitas fiscais nas receitas efectivas	65
4. Exame do sistema fiscal	67
4.1. Composição quantitativa	67
4.2. Regime jurídico	69
A - Impostos directos	69
Quadro 7 - Estrutura interna do sistema fiscal português	71
B - Contribuição predial	72
C - Contribuição industrial	76
D - Imposto de estradas e imposto de viação	82
E - Imposto de rendimento	83
F - Imposto do selo	85
G - A contribuição de registo	87
H - Direitos aduaneiros	90
Quadro 8 - Comércio externo e direitos aduaneiros	92
I - Impostos indirectos	93
J - Receitas dos tabacos	94
Capítulo 4 - As despesas	99
1. Critério de classificação das despesas	101
1.1. Critério administrativo	101
1.2. Critério financeiro	106
1.3. Critério funcional	107
1.4. Critério económico	110
2. Evolução do montante das despesas efectivas	113
Quadro 1 - Evolução do quantitativo das despesas efectivas	115

	Págs.
Quadro 2 - Cálculo das despesas efectivas reais entre 1891 e 1914 a preços de 1914	116
3. Composição administrativa das despesas ...	117
3.1. Despesas ordinárias e extraordinárias	117
Quadro 3 - Despesa ordinária e extraordinária	118
3.2. Distribuição das despesas por Ministé <u>r</u> io	119
Quadro 4 - Distribuição das despesas segundo a classificação administrativa	124
4. Composição funcional das despesas	127
4.1. Processo de trabalho	127
4.2. Evolução da estrutura	130
Quadro 5 - Estrutura das despesas até 1882-1883 segundo a classificação funcional ..	132
Quadro 6 - Estrutura das despesas de 1883 - 1884 à primeira guerra segundo a classifi <u>c</u> ação funcional	133
5. Composição económica das despesas	135
5.1. Processo de trabalho	135
5.2. Evolução da estrutura	138
Quadro 7 - Estrutura das despesas até 1882-1883 segundo a classificação económica ..	140
Quadro 8 - Estrutura das despesas de 1883-1884 à primeira guerra segundo a classifi <u>c</u> ação económica	141
Capítulo 5 - Comparação conta - orçamento	143
1. Introdução e fontes	145
1.1. Objectivos	145
1.2. O apuramento dos dados	146
Quadro 1 - Apuramento da rubrica "Despesa ordi <u>n</u> ária pelo Ministério da Guerra" ...	148
Quadro 2 - Proposta governamental de orçamento, orçamento e conta de exercício	151

Págs.

2. Análise dos quocientes conta - orçamento ...	153
2.1. O período de 1852-1853 a 1896-1897 ...	153
2.2. O período de 1896-1897 à Guerra	156
Quadro 3 - Quocientes conta - orçamento (percentagem)	158
Quadro 4 - Quocientes conta - orçamento para os capítulos da receita	159
Quadro 5 - Quocientes conta - orçamento para os capítulos da despesa ordinária	160
Quadro 5 (cont.) - Quocientes conta - orçamento para os capítulos da despesa extraordinária	162
Capítulo 6	165
1. Tipos de saldos nas contas públicas	167
1.1. Classificação administrativa	167
1.2. Classificação financeira	168
1.3. Classificação econômica	169
2. Apresentação das séries	169
Quadro 1 - Saldo e cobertura totais	170
Quadro 2 - Saldo e cobertura ordinários	171
Quadro 3 - Saldo e cobertura efectivos	172
Quadro 4 - Saldo e cobertura correntes	173
3. Comentários gerais	174
4. Análise na especialidade	175
4.1. Aplicação do modelo regenerador e saldos	176
4.1.1. Dos anos cinquenta aos anos setenta	176
4.1.2. Dos anos setenta à crise dos anos noventa	178
4.1.3. Dos anos noventa à Guerra	179
4.2. Conjuntura política e saldos	180

	Págs.
4.2.1. Dos anos cinquenta aos anos setenta	181
4.2.2. Dos anos setenta à crise dos anos noventa	182
4.2.3. Dos anos noventa à Guerra	183
Apêndice - Lista dos Presidentes do Ministé- rio e dos Ministros da Fazenda(a partir de 8 de Outubro de 1910 Ministros das Finanças) entre 1 de Julho de 1851 e 30 de Junho de 1914	184
Capítulo 7 - A dívida pública	187
Secção A - A dívida fundada antiga e consolidada in - terna	189
1. Situação inicial e evolução até Dezembro de 1852	190
2. A conversão de 1852	190
3. O empréstimo consolidado interno 3% 1852: am- pliações e reduções	190
Secção B - A dívida fundada antiga e consolidada ex- terna	197
1. Situação inicial e evolução até Dezembro de 1852	197
2. A conversão de 1852	198
3. O empréstimo consolidado externo 3% 1852: ampliações e reduções	200
4. Extinção do empréstimo consolidado externo 3% 1852	202
Secção C - A dívida fundada amortizável	203
1. Os empréstimos fundados amortizáveis 1873- -1890	203

	Págs.
2. Os empréstimos fundados amortizáveis internos 1890-1914	207
3. Os empréstimos fundados amortizáveis externos 1890-1914	208
Secção D - A dívida especial amortizável	211
1. Os empréstimos especiais amortizáveis no Ban- co de Portugal	211
2. Os empréstimos especiais amortizáveis no Ban- co Comercial do Porto	220
3. Os empréstimos especiais amortizáveis no Ban- co Mercantil Portuense	222
4. Os empréstimos especiais amortizáveis no Ban- co Nacional Ultramarino	224
5. Os empréstimos especiais amortizáveis no Ban- co União do Porto	226
6. Os empréstimos amortizáveis na Caixa Geral de Depósitos	228
7. Os empréstimos especiais amortizáveis na Com- panhia do Crédito Predial Português	230
8. Os empréstimos especiais amortizáveis na Com- panhia de Utilidade Pública	233
9. Os empréstimos especiais amortizáveis na Casa Comptoir d'Escompte	236
10. Os empréstimos especiais amortizáveis junto de outras entidades	238
Secção E - A dívida flutuante	243
Secção F - Avaliação do quantitativo da dívida pública total e efectiva	245
1. Apresentação dos dados	245
1.1. Valores nominais e cotações	245
1.2. As conversões entre as unidades monetá- rias	246

	Págs.
1.3. A distinção entre dívida total e dívida não fictícia	247
2. Conclusões	249
2.1. O montante da dívida pública total	249
2.2. A composição do montante total	249
2.2.1. Os montantes da dívida com - solidada interna total	251
2.2.2. Os montantes da dívida conso- lidada externa total	252
2.2.3. Os montantes e composição da dívida amortizável fundada total	252
2.3. O montante e composição da dívida pú- blica efectiva	254
2.4. Síntese	255
Quadro 1 - Quantitativo e composição da dívida pública total, em 30 de Junho de cada ano	256
Quadro 1-A - Quantitativo e composição da dívi- da pública total portuguesa, segun- do os mapas de avaliação global das Contas Gerais da Administração Fi- nanceira do Estado para os anos de 1885 a 1897, e segundo os Relató - rios do Ministro da Fazenda às Cor- tes em 1913 e 1915 para os anos de 1908 a 1914	260
Quadro 2 - A dívida amortizável interna, em 30 de Junho de cada ano	261
Quadro 3 - A dívida amortizável externa, em 30 de Junho de cada ano	262
Quadro 4 - A dívida amortizável especial por entidades, em 30 de Junho de cada ano	263

Págs.

Quadro 5 - Quantitativo e composição da dívida pública efectiva portuguesa, em 30 de Junho de cada ano	264
Capítulo 8 - Conclusão	265
1. O modelo económico e financeiro da Regeneração	267
2. O modelo económico e financeiro da República	271
3. As condições da acção do Estado	272
Bibliografia Consultada - Fontes e Estudos	275

